UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

SIMONE DENISE GARDINALI NAVACINSK

**Comunicação Pública, Capital Social e Sustentabilidade:
estudo etnográfico em uma OSCIP**

São Paulo
2018

SIMONE DENISE GARDINALI NAVACINSK

**Comunicação Pública, Capital Social e Sustentabilidade:
estudo etnográfico em uma OSCIP**

Versão Corrigida (versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
doutor em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da
Comunicação

Orientadora: Profa. Dra. Heloiza Helena Matos e Nobre

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Navacinsk, Simone Denise Gardinali
Comunicação Pública, Capital Social e Sustentabilidade:
estudo etnográfico em uma OSCIP / Simone Denise Gardinali
Navacinsk. -- São Paulo: S. D. G. Navacinsk, 2018.
324 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências
da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.
Orientadora: Heloiza Helena Matos e Nobre
Bibliografia

1. Comunicação Pública 2. Capital Social 3.
Sustentabilidade e Complexidade 4. Flourishing 5.
Organizações para o Interesse Público e Etnografia I. Matos
e Nobre, Heloiza Helena II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

NAVACINSKY, S. D. G. **Comunicação Pública, Capital Social e Sustentabilidade:** estudo etnográfico em uma OSCIP. 2018. 324f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

DEDICATÓRIA

Mamãe, inspiração e força para tudo o que fiz na vida.
Ela não conseguiu me esperar neste desafio. Mas ela esperava por isto. Tá pronto,
Mãezi, minha Fô.

AGRADECIMENTOS

Sou privilegiada, tenho muitos amores na vida.

Gi, Giovanna, meu ar.

Danilo, meu alicerce.

Papai, um grande torcedor, apaixonado até.

Minhas irmãs, Mara, Elaine, Silvia, parceiras maravilhosas de vida, amigas incondicionais, abusei muito delas. Sou maluca por vocês.

Fernando, Vinícius, Eduardo, Laís, Luana, vocês são junto com Giovanna minha esperança de dias melhores.

Helô, Profa. Dra. Heloiza Matos e Nobre, minha querida e incansável orientadora, foi fantástico conviver estes anos com você. Obrigada pela confiança, reciprocidade, respeito.

MEU AMOR E MINHA DÍVIDA ETERNA COM CADA UM DE VOCÊS.

Frágeis, feito um pedaço de papel em dia de chuva, alguns dizem adeus sem terminar de escrever a sua história. Juntamos as pecinhas, contamos os espaços que restam, mas a dor da perda nunca se encaixa com a explicação que precisamos. Com alguns dias cheios de choro, e algumas pessoas perdidas, a gente aprende que a vida não passa de uma oportunidade de encontro. Encontrar quem a gente ama, nos doar inteiramente e saber que, mesmo não parecendo, isso foi o suficiente. E sempre é, sempre...

- Frederico Elboni

RESUMO

NAVACINSK, Simone Denise Gardinali. **Comunicação Pública, Capital Social e Sustentabilidade**: estudo etnográfico em uma OSCIP. 2018. 324f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O objetivo desta tese é analisar de que forma a Comunicação na perspectiva da Comunicação Pública poderá assumir a articulação e o debate para promover um novo paradigma em torno da sustentabilidade e de que forma o capital social está presente neste contexto. Adotamos como proposta para este estudo o pensamento complexo de Edgar Morin, que propõe uma abordagem transdisciplinar, propondo ver o mundo como um todo indissociável, no contexto, com traços inquietantes do emaranhado, da desordem, da ambiguidade, da incerteza, que para nós define as questões atuais referentes à Sustentabilidade. A pesquisa etnográfica nos permitiu observar no campo a presença de pressupostos da comunicação pública e de capital social e analisar as dinâmicas interativas e comunicativas no fato mais óbvio: o encontro e o relacionamento. Através da observação participante e de outros instrumentos de pesquisa aplicados com integrantes da OSCIP Rede Nossa São Paulo, foram colhidos os dados a fim de analisarmos a sua efetividade. A partir da constatação de que a problemática da sustentabilidade é de natureza político-econômica, acreditamos que a Comunicação Pública, regida pela força de múltiplos atores, se apresenta como uma nova proposta em torno da palavra-problema “sustentabilidade” e para a proposição de novas políticas públicas em torno dos problemas ou soluções concernentes a ela. O estudo pretende trazer contribuições para o avanço da área do conhecimento, preenchendo lacunas, a exemplo de novos estudos em torno do conceito de *Flourishing*, com o objetivo de ampliar as possibilidades de entendimento, crítica e alternativa diante do olhar reducionista e simplificador de como o problema da sustentabilidade vem sendo apresentado, além de trazer a possibilidade de reflexão acerca das práticas utilizadas pelas organizações do terceiro setor, que a partir do pressuposto de que estas têm a missão de ocupar o espaço público e dada a sua importância na condução do *advocacy*, possibilitam o debate em construção coletiva para problemas ligados ao interesse público e ao bem comum para o desenvolvimento da sustentabilidade. Assim, na Rede Nossa São Paulo nos deparamos com um modelo de comunicação pública e de capital social legítimos, modelo que poderá inspirar novos atores, organizações, instituições a revitalizarem o espaço público aberto para mudanças concretas, a partir de uma comunicação pública transparente, que promova a confiança, a cooperação, a reciprocidade e a participação a fim de encontrarmos respostas às grandes questões e complexidade que o termo sustentabilidade carrega.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Capital Social. Sustentabilidade e Complexidade. *Flourishing*. Organizações para o Interesse Público e Etnografia.

ABSTRACT

NAVACINSK, Simone Denise Gardinali. **Public Communications, Social Capital, Sustainability:** an ethnographic study in a Civil Society Organization of Public Interest (OSCIP). 2018. 324f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The objective of this thesis is to analyse how Communication in the perspective of Public Communication can assume the articulation and debate to promote a new paradigm around sustainability and the way social capital is present in this context. We adopt as a proposal for this study the complex thought of Edgar Morin, who proposes a transdisciplinary approach, proposing to see the world as an indivisible whole, in the context, with disturbing traces of the entanglement, disorder, ambiguity, uncertainty that defines us the current issues related to Sustainability. The ethnographic research allowed us to observe in the field the presence of the presuppositions of public communication and social capital, and analyse the interactive and communicative dynamics in the most obvious fact: the encounter and the relationship. Through participatory observation and other applied research instruments with the members of the OSCIP Rede Nossa São Paulo, we collected data with the objective of analysing its effectiveness. Based on the fact that the issue of sustainability is political and economic in nature, we believe that Public Communication, governed by the force of multiple actors, is presented as a new proposal around the problem word “sustainability” and the proposition of new public policies around the problems or solutions concerning it. The study intends to bring contributions for the advancements of the knowledge area, filling in gaps, as example of new studies around the concept of *Flourishing*, aiming at expanding the possibilities of understanding, critique and alternative towards the reductionists and simplistic view of how the issue of sustainability is being presented, besides bringing the possibility of reflection about the practices used by third sector organizations, based on the presupposition they have the mission of occupying public space and given its importance of leading the *advocacy*, enabling the debate under collective construction for problems related to the public interest and the common good for the development of sustainability. Therefore, at Rede Nossa São Paulo we faced an authentic model of public communication and social capital, model that can inspire new actors, organizations, institutions to revitalize the public space to concrete changes, having as starting point a transparent public communication, which promotes confidence, cooperation, reciprocity and participation in order to find answers to great questions and complexity that the term sustainability holds.

Keywords: Public Communication. Social Capital. Sustainability and Complexity. Flourishing. Public Interest Organizations and Ethnography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 METODOLOGIA.....	20
1.1 O INEXTRICÁVEL.....	20
1.2 A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE COMO OBJETO.....	22
1.3 A METODOLOGIA DA PESQUISA - O NÍVEL EPISTEMOLÓGICO E TEÓRICO.....	24
1.3.1 Bases.....	24
1.3.2 A etnografia como metodologia da pesquisa.....	28
1.4 A METODOLOGIA NA PESQUISA - O NÍVEL METÓDICO.....	32
1.4.1 Observação participante.....	32
1.4.2 Entrevistas semiestruturadas.....	37
1.4.3 Pesquisa Documental.....	38
1.4.4 Pesquisa em fontes secundárias	39
1.4.5 Novas textualidades.....	39
1.5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	39
1.6 LIMITES.....	40
2 CONTEXTUALIZANDO A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: SUAS CONTRADIÇÕES, SEUS PARADOXOS.....	41
2.1 O PARADIGMA DA COMPLEXIDADE EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE.....	41
2.2 AS QUESTÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE.....	47
2.3 AS ORGANIZAÇÕES PARA O INTERESSE PÚBLICO.....	52
2.3.1 As Organizações do Terceiro Setor no Brasil.....	52
2.3.1.1 Contexto.....	52
2.3.1.2 Terceiro Setor – conceituação.....	56
2.3.1.3 Iniciativa privada no terceiro setor.....	59
2.3.1.4 OSCIP <i>versus</i> ONG.....	60

2.3.1.5 Dados nacionais do Fasfil.....	63
2.3.1.6 Dados internacionais – ONGs/Instituições sem fins lucrativos.....	69
2.3.1.7 Influências do terceiro setor no Estado.....	71
2.3.2 Contribuições do Terceiro Setor para o tema Sustentabilidade.....	73
2.3.3 Novos modelos de organização para o interesse público e para a sustentabilidade - A Rede Nossa São Paulo.....	74
2.3.3.1 Estrutura da Rede Nossa São Paulo.....	78
2.3.3.2 Diretrizes da OSCIP.....	80
2.3.3.3 Dinâmica de Atuação da Rede.....	83
2.3.3.3.1 Grupos de Trabalho.....	83
2.3.3.4 Principais ações.....	84
3 SUSTENTABILIDADE.....	90
3.1 RETROSPECTIVA DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE.....	90
3.2 COMPROMISSO POLÍTICO EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE (CONFERÊNCIAS, COMPROMISSOS, ACORDOS).....	96
3.2.1 ONU, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade.....	96
3.2.2 Avanços.....	100
3.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE.....	104
3.4 A POSTURA DAS EMPRESAS EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE	109
3.4.1 Estágios.....	115
3.5 NOVAS ABORDAGENS, RELEITURAS DE CONCEITOS, PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE.....	117
3.5.1 Diálogo de Saberes.....	117
3.5.2 Novas abordagens.....	120
4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA.....	130
4.1 RETOMANDO O CONCEITO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA.....	130
4.2 PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA.....	136

4.3 A INTERSECÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA O INTERESSE PÚBLICO E PARA A SUSTENTABILIDADE	141
4.4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA PERSPECTIVA DA DEMOCRACIA E DO INTERESSE PÚBLICO.....	150
5 CAPITAL SOCIAL COMO BEM PÚBLICO.....	158
5.1 CAPITAL SOCIAL: DISCUSSÕES SOBRE SUA ORIGEM.....	158
5.2 CAPITAL SOCIAL: CONCEITUAÇÃO PREDOMINANTE	164
5.2.1 A aplicação do conceito de Capital Social.....	168
5.3 DIMENSÕES DO CAPITAL SOCIAL.....	171
5.3.1 Capital social positivo e negativo.....	175
5.3.2 Capital social <i>Bonding</i> versus <i>Bridging</i>.....	177
5.4 CAPITAL SOCIAL COMO BEM PÚBLICO.....	178
5.5 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E CAPITAL SOCIAL.....	180
6 COMUNICAÇÃO PÚBLICA, CAPITAL SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA OSCIP REDE NOSSA SÃO PAULO.....	184
6.1 A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA.....	185
6.1.1 A definição do campo de pesquisa.....	185
6.1.2 O trabalho de campo.....	186
6.1.3 Interpretação, análise e discussão dos resultados.....	188
6.1.3.1 Reuniões de grupos de trabalho.....	189
6.1.3.1.1 <i>Análise da pesquisa etnográfica – Grupo de trabalho - Criança e Adolescente.....</i>	<i>189</i>
6.1.3.1.2 <i>Observações finais do GT Criança e Adolescente.....</i>	<i>207</i>
6.1.3.1.3 <i>Análise da pesquisa etnográfica – Grupo de trabalho – Meio Ambiente.....</i>	<i>208</i>
6.1.3.1.4 <i>Observações finais do GT Meio Ambiente.....</i>	<i>223</i>
6.1.3.2 Projetos/Eventos promovidos pela Rede Nossa São Paulo.....	224
6.1.3.2.1 <i>Descrição dos Projetos/Eventos.....</i>	<i>226</i>

6.1.3.2.2 <i>Análise da pesquisa etnográfica – Projetos/Eventos promovidos pela Rede Nossa São Paulo</i>	238
6.1.3.3 Ações/Movimentos promovidos pela Rede Nossa São Paulo ou em parceria.....	240
6.1.3.3.1 <i>Descrição das Ações/Movimentos</i>	240
6.1.3.3.2 <i>Análise da pesquisa etnográfica – Ações/movimentos promovidos pela Rede Nossa São Paulo ou em parceria</i>	241
6.2 PESQUISA EM FONTES SECUNDÁRIAS.....	243
6.2.1 Programa Cidades Sustentáveis (PCS).....	244
6.2.1.1 A Plataforma.....	244
6.2.1.2 Cidades Sustentáveis.....	245
6.2.1.3 Plataforma Cidades Sustentáveis / ODS.....	248
6.2.2 Observatório Cidadão.....	248
6.2.3 Publicações.....	249
6.2.4 Informação de interesse público.....	251
6.3 AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	255
6.3.1 Objetivos da Rede Nossa São Paulo.....	255
6.3.2 Grupos de Trabalho.....	257
6.3.3 Estrutura da Rede.....	259
6.3.4 Colegiado de Apoio.....	261
6.3.5 Desafios.....	261
6.3.6 Poder Público.....	262
6.3.7 Diferenciais da Rede.....	262
6.4 DISCUSSÕES FINAIS DOS RESULTADOS.....	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	265
REFERÊNCIAS.....	270
APÊNDICES.....	289
ANEXOS.....	293

INTRODUÇÃO

Assistimos na atualidade as consequências da deterioração de um estilo de vida que já está ultrapassado, onde as relações sociais, morais, econômicas, ambientais, culturais e políticas estão totalmente comprometidas e vêm sendo questionadas pela sociedade, em âmbito internacional.

Saltam aos olhos discrepâncias sociais e econômicas que apontam, por exemplo, que de toda riqueza gerada no mundo em 2017, 82% está concentrada nas mãos dos 1% mais ricos, enquanto a metade mais pobre, o equivalente a 3,7 bilhões de pessoas não ficou com nada. Dos 43 bilionários brasileiros, 5 deles concentram renda equivalente à metade da população mais pobre. (OXFAM, 2018, apud VALOR ECONÔMICO, 2018).

Temos vivido em déficit ecológico há anos, consumimos 50% a mais de recursos naturais do que o planeta poderia repor (GLOBAL FOOTPRINT NETWORK). Este número considera para o cálculo a pegada de carbono, os recursos consumidos pela pesca, pecuária, cultivo, construção e utilização da água; as emissões de gases de efeito estufa indicam 60% da pegada ecológica mundial (VEJA, 2017).

Outra alarmante realidade é a cotidiana onda de grandes desastres ambientais e a reincidente possibilidade de miséria para milhões de pessoas. Escassez de água, desertificação, erosão, desmatamento, desaparecimento de espécies, derretimento das geleiras, aumento do nível do mar, são alguns sinais do limite imposto à natureza.

A cultura instituída voltada para o crescimento econômico como saída para o desenvolvimento caiu por terra. Vivemos hoje um modelo econômico perverso, que conduz a uma instabilidade e insustentabilidade global, “é a crise do nosso tempo”, uma crise de civilização (Leff, 2015, 416).

A racionalidade econômica alijou a natureza da esfera da produção e a colocou como suporte desse processo econômico, a hipersimplificação nos levou ao paradigma da sustentabilidade ecológica, do desenvolvimento sustentável, do ecodesenvolvimento.

Considerando sustentabilidade uma palavra-problema, diante de tantas contradições que o seu conceito semântico traz, propusemos adotar como teoria para este estudo, o pensamento complexo de Edgar Morin, com base na

complexidade que prevê um conceito multidimensional, multidisciplinar, uma visão de mundo capaz de lidar com o real, de com ele dialogar e negociar, com seus emaranhados, contradições, incertezas, certezas, a fim de fugir da simplificação, do olhar redutor-disjuntor, da mutilação do conhecimento, da realidade (2015).

Para debater com Morin, trouxemos Leff (2015) o qual propõe uma desconstrução da complexidade ambiental para tentarmos entender as questões históricas que trouxeram tantas certezas sobre o mundo, pois temos sido norteados por um pensamento hegemônico, trazido por um processo de globalização que tem a tendência de unificar as visões e as identidades de um mundo diverso e complexo.

O paradigma dominante para as questões da sustentabilidade é o do *triple bottom line*, que propõe solução para o “desenvolvimento sustentável” (aspas do autor), nas grandes organizações de todos os setores. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Comunicação Organizacional e Relações Públicas da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (CECORP/ECA-USP) aponta que 84% das empresas concordam com o conceito (KUNSCH; MOYA; ULSEN, 2014, p. 6).

Nesta perspectiva de trabalharmos o tema sustentabilidade através do paradigma da complexidade encontramos novos achados, novas palavras-chave, de ordem neste trabalho, que são contradição, racionalidade ambiental e desigualdade, as quais serão debatidas no decorrer da Tese.

A maioria dos estudos e debates que circulam no meio acadêmico retrata a importância da sustentabilidade e da comunicação, mas não tem alcançado espaço para uma discussão mais ampla e multidisciplinar.

Trouxemos para o estudo uma abordagem recente de pesquisadores que defendem novas concepções para a sustentabilidade. Ehrenfeld, Hoffman, Lazlo, Brown etc., líderes em sustentabilidade em Universidades, organizações privadas, públicas e do terceiro setor, apresentam o conceito de *Flourishing*, a partir de fundamentos comportamentais, institucionais, culturais, que propõe mudanças na forma de organizar a sociedade, nos seus valores, para um movimento que reexamine quem somos, porque estamos aqui, como estamos conectados com o mundo a nossa volta. A partir de uma nova lógica, aposta no desenvolvimento para todos, sua proposta é de transformação, não de conserto.

Em geral, a Comunicação, perspectiva deste projeto de pesquisa, tem retratado sustentabilidade de forma fragmentada. A mídia cobre acontecimentos,

muitas vezes em uma postura não crítica, como reprodutora de notícias e informações, sem amadurecer de forma mais ampla a complexidade que envolve a questão. Por outro lado, existem iniciativas importantes de jornalistas, que abrem o espectro para novas possibilidades de debate e conhecimento e apresentam o tema de forma crítica, através de pesquisas aprofundadas, relevantes.

Em outras áreas percebemos uma Comunicação predominantemente voltada para o negócio. A Comunicação Mercadológica e a Comunicação Organizacional têm apresentado o tema sustentabilidade como produto que pode gerar imagem positiva; divulgam suas “práticas”, ações sustentáveis em um discurso mercadológico. As organizações devem assumir a sua missão central de produzir e promover o bem-estar social, em uma nova perspectiva cuja base seja uma comunicação de excelência, que visa atender ao interesse público e às novas demandas sociais, econômicas, ambientais, culturais. Porém, o tema deve ser enfrentado de forma complexa e para ter autenticidade e resultados efetivos demanda mudanças fundamentais no seu modo de atuar na sociedade.

Em um outro sentido, vemos uma mobilização e proliferação de organizações do terceiro setor que protagonizam e lideram denúncias, protestos, vigilância sobre discursos, leis, decisões vigentes. Essas organizações se profissionalizam e têm poder de persuasão frente à mídia, a órgãos públicos e às sociedades em geral. Elas se transformam, também, em um espaço público que permite uma participação efetiva da sociedade civil e uma possibilidade de resgate à cidadania.

O advento da globalização contribuiu para a transformação do perfil dos Estados, que passaram a incluir as organizações privadas e do terceiro setor como parceiras de demandas anteriormente delegadas somente ao primeiro setor (MATIAS, 2005). Outro marco, a Agenda 21, de 1992, passou a responsabilizar os Estados, o mercado e as organizações não governamentais pela sobrevivência do planeta (FIORILLO, 2000).

Diante deste novo contexto, defendemos que a Comunicação Pública, composta pela força de múltiplos atores pode articular o debate para a palavra-problema “sustentabilidade”. A Comunicação Pública aponta uma abertura para o diálogo e para a participação conjunta com outros setores. Quando as organizações se dispõem a uma comunicação dialógica em uma perspectiva de comunicação pública, de responsabilidade social, de sustentabilidade, conseguirão obter para todos os atores envolvidos resultados concretos capazes de transformar problemas

crônicos em soluções para o seu entorno, ou dependendo da questão, para a sua cidade, estado etc.

Assim, o objetivo central desta tese é analisar de que forma a Comunicação Pública poderá assumir a articulação e o debate para promover um novo paradigma em torno da sustentabilidade e de que forma o capital social está presente neste contexto.

Partindo do pressuposto que uma Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público - OSCIP tem como missão fazer parte do espaço público, e fomentar *advocacy*, fomos a campo a fim de verificar a efetividade da existência de comunicação pública e de capital social dentro de uma organização de interesse público para o desenvolvimento da sustentabilidade. Apresentamos a OSCIP Rede Nossa São Paulo, a partir de critérios que pudessem ser compatíveis com princípios da Comunicação Pública e do capital social: participação de vários atores (organizações privadas, públicas, do terceiro setor e da sociedade civil) em torno de questões de interesse público.

Verificamos nesta OSCIP uma elaborada rede formada por organizações da sociedade civil, empresas, instituições de ensino, lideranças comunitárias, mídia, cidadãos, que chega a mais de 700 organizações interessadas no debate e em encontrar soluções e alternativas para a qualidade de vida e sustentabilidade da cidade de São Paulo.

Adotamos como metodologia a pesquisa etnográfica, que nos permitiu observar no campo, a presença ou não de pressupostos da comunicação pública e de capital social, e analisar as dinâmicas interativas e comunicativas no fato mais óbvio: o encontro e o relacionamento. Como sabemos que cada técnica/método irá iluminar um lado da pesquisa (LOPES, 2016), definiu-se como prioritárias: a observação participante, entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental, pesquisa em fontes secundárias e novas textualidades, que trouxeram através de uma triangulação, os dados necessários para analisarmos nosso objeto.

Como foi retratado anteriormente, nosso objetivo central foi verificar de que forma a comunicação pública e o capital social podem construir um novo paradigma em torno da sustentabilidade. Nossos objetivos específicos foram contribuir para novos estudos no âmbito da comunicação pública e da sustentabilidade, analisar a efetividade da comunicação pública e do capital social dentro de uma organização de interesse público para o desenvolvimento da sustentabilidade, e analisar o capital

social em organizações de terceiro setor para a sustentabilidade, os quais estão contemplados nos estudos entre os capítulos propostos.

Esta tese está organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta a metodologia adotada e defende o paradigma escolhido que possibilitou realizar as construções epistemológicas dos fatos e contextos em torno do objeto de estudo. A partir dos seus pressupostos teóricos, procuramos estruturar um quadro de generalização e abstração para poder interpretar o fenômeno de acordo com os diferentes significados, e encontramos na pesquisa qualitativa essa possibilidade. Buscamos um método que pudesse nos colocar em contato direto com o objeto de estudo para minimizar o distanciamento e o risco de análises superficiais e contribuir para a compreensão do indivíduo no seu contexto.

A partir do segundo capítulo, apresentamos outros quadros teóricos que nos possibilitaram ampliar os temas centrais propostos para o estudo, a fim de encontrarmos referências para o estudo de campo e também para as análises e interpretações dos dados levantados.

O capítulo dois apresenta uma contextualização da sociedade contemporânea, partindo da análise de uma visão complexa sobre suas contradições, paradoxos e possibilidades. Em primeiro lugar tentamos entender as bases da teoria da complexidade voltada para a ciência e para as questões da Sustentabilidade. Discorremos em uma segunda parte sobre as questões político-econômicas centralmente ligadas ao tema Sustentabilidade. Para contextualizar o *lôcus* escolhido para a pesquisa de campo, trabalhamos em uma terceira parte na conceituação das organizações para o interesse público, bem como nas suas dimensões e impactos econômicos, políticos e sociais. Nesta parte também contextualizamos a OSCIP Rede Nossa São Paulo.

O capítulo três está composto por cinco partes, seu tema central é Sustentabilidade. A primeira parte propõe uma retrospectiva de seu conceito. Nas outras partes levantamos questões centrais as quais acreditamos que colaboraram para entendermos sua complexidade. Na segunda parte do capítulo analisamos os compromissos políticos em torno do tema (Conferências, Compromissos, Acordos, etc). A terceira parte retrata os indicadores de mercado que foram criados para avaliação de ações implantadas, prioritariamente nas empresas. A quarta parte aborda a postura das empresas em torno da sustentabilidade. A quinta parte traz as novas abordagens, releituras de conceitos e perspectivas para o tema.

O capítulo quatro apresenta o tema central de nosso estudo, a Comunicação Pública, em quatro partes. Na primeira, retomamos o conceito de comunicação pública, a partir de diversos autores. Na segunda, estudamos quais são as perspectivas da comunicação pública. A terceira avalia a intersecção entre comunicação pública e comunicação organizacional para o interesse público e para a sustentabilidade. Na última, apresentamos conclusões do tema comunicação pública na perspectiva da democracia e do interesse público.

O capítulo cinco propõe o complexo e controverso tema capital social, sob a visão de diversos autores. No primeiro bloco, apresentamos discussões sobre sua origem. No segundo, qual é a conceituação predominante de capital social. No terceiro bloco, as dimensões possíveis do capital social. No quarto, defendemos capital social como bem público. No quinto, a intersecção entre comunicação pública e capital social.

No capítulo seis retomamos a metodologia adotada para descrevermos todos os métodos aplicados e interpretarmos os dados observados e colhidos. De forma minuciosa, apresentamos os dados e a interpretação e análise da observação participante em todos os campos de pesquisa que visitamos e, também, a interpretação dos outros métodos trabalhados: pesquisa em fontes secundárias, entrevistas semiestruturadas. Finalmente, em uma abordagem geral, as discussões gerais dos resultados.

Desta forma, acreditamos que trabalhar o tema sustentabilidade como bem público a partir da perspectiva da Comunicação Pública e do Capital Social oferecerá uma reflexão sobre a comunicação como agente transformador da sociedade face a sua relevância social.

A pesquisa bibliográfica constituinte desta Tese, bem como a pesquisa etnográfica realizada entre 2015 e 2018 na Rede Nossa São Paulo, através de observação participante em reuniões de Grupos de Trabalho e em eventos, ações, movimentos realizados, e os outros métodos adotados, serviram de sustentação para confirmar as hipóteses iniciais de pressupostos de Comunicação Pública e Capital Social na articulação e debate para promover um novo paradigma em torno da palavra-problema sustentabilidade.

O estudo pretende trazer contribuições para o avanço da área do conhecimento, preenchendo lacunas, e ampliar as possibilidades de entendimento e crítica diante do olhar reducionista e simplificador de como o problema da

sustentabilidade vem sendo apresentado, além de trazer a possibilidade de reflexão acerca das práticas utilizadas pelas organizações do terceiro setor, possibilitando alternativas e luzes para problemas ligados ao interesse público e ao bem comum.

1 METODOLOGIA

1.1 O INEXTRICÁVEL

O tema Sustentabilidade invade, sob suas múltiplas perspectivas, questões de importância indubitável, e seu debate é realidade em todas as áreas do conhecimento. A ciência, as nações, as organizações, a sociedade, através de diversos meios, participam de forma direta ou indireta e assimilam hoje um conceito que era conhecido apenas por *experts* e setores específicos da sociedade.

Não há mais como negar as grandes catástrofes ambientais, econômicas e sociais decorrentes de políticas que valorizam muito mais o crescimento econômico do que a preservação e o aproveitamento responsável dos recursos.

Muitos eventos e discussões têm sido promovidos a fim de se avaliar todos os problemas que não apresentam soluções de curto prazo e que têm sido desdenhados pelos governos, ao não se comprometerem com políticas que efetivamente possam trazer a sustentabilidade.

Quando recorremos aos conceitos apresentados pelas diversas áreas do conhecimento, percebemos que existe prevalência em se tratar o tema de forma fragmentada, por uma perspectiva teórica ou científica a partir de um paradigma disjuntor-redutor, que separa ou disjunta ciência e filosofia; por um paradigma simplificador, que reduz (reducionismo) o que é bastante complexo em algo simples (MORIN, 2015).

Os estudos e debates que circulam no meio acadêmico retratam a importância da sustentabilidade e da comunicação, mas não têm alcançado espaço para uma discussão mais ampla e multidisciplinar a fim de colaborar para a solução de problemas que não só atingem a sociedade, mas afetam a todos que nela vivem, bem como o ecossistema e a biosfera.

Vemos, por outro lado, que as falas das organizações governamentais em torno da sustentabilidade são autorizadas, organizadas, consensuais e discursivas, regidas por leis e acordos, resultando no discurso comum, que revela muitas vezes catástrofes e caos, e atribuem ao homem a consequência de suas ações, ao afirmar que os grandes problemas são de natureza antropogênica. A ciência climática tem sido muitas vezes utilizada como estratégia quando vem corroborar e endossar este

discurso, porque simplesmente alguns cientistas também se envolvem com os interesses econômicos e políticos (LEZAMA; LEFF, 2016). Como a grande matriz da ciência é cartesiana e hiperespecializada, partes, e ou fragmentos são utilizados como conceitos estratégicos para sustentar o pensamento do modelo econômico vigente.

Verificamos que algumas nações, instituições e organizações se posicionam sem comprometimento concreto frente às denúncias da ciência acerca do caos nas dimensões sociais, ambientais e culturais, resultado de um jogo político, reativo e negociado, mesmo tendo como base o trabalho de entidades sérias, como o *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)* – ou traduzido - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas -, que é o mais renomado organismo internacional para avaliação das mudanças climáticas, e desde sua fundação em 1988 fornece uma visão científica de milhares de cientistas de todo o mundo sobre o estado atual do conhecimento em mudanças climáticas e seus potenciais impactos ambientais e socioeconômicos¹ (IPCC, 2017).

Os governos, organizações privadas e públicas têm participado de eventos de alcance mundial promovidos pelas organizações internacionais para acordos que podem comprometer interesses econômicos locais, e que, poderão ser vetados por outras instâncias posteriormente. A sociedade assiste a cobertura ostensiva através da mídia, embasados em um senso comum, de que somos todos culpados em relação aos problemas concernentes à sustentabilidade.

Em contrapartida, vemos que as organizações do terceiro setor lideram movimentos de denúncia, protesto e vigilância sobre as decisões e discursos vigentes. Hoje, estas organizações se profissionalizam e têm poder de persuasão frente à mídia e às sociedades em geral. Pudemos observar uma crescente participação da sociedade civil, em uma rede global, na elaboração e aprovação da Carta da Terra, em 2000 (CARTA DA TERRA, 2015).

Na academia, surgem propostas de *experts* que apresentam novos estudos, resultado de um amadurecimento para o conceito de sustentabilidade. Ehrenfeld e Hoffman (2013), da University of Stanford, da área da administração; ou Lazlo e

¹ O IPCC foi estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em 1988 e é constituído por 195 países-membros. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Brown et al. (2014), líderes em sustentabilidade em Universidades, organizações privadas, públicas e do terceiro setor, trazem um novo conceito – o do *Flourishing*, que sob um novo pressuposto, aposta no desenvolvimento como resultado de uma nova lógica econômica e social, trazendo prosperidade para todos, quando muitos podem ser beneficiados.

Neste emaranhado de situações, a questão da sustentabilidade se coloca.

1.2 A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE COMO OBJETO

Entre incertezas, caos e desorganização econômica, política, social, cultural e organizacional, a Comunicação não tem promovido a articulação, o questionamento crítico e complexo acerca da Sustentabilidade.

Centraliza como pauta a mudança climática e o aquecimento global, que são incontestáveis, porém muitas vezes figuram como espetáculos midiáticos. Por outro lado, a Comunicação tem retratado a temática da Sustentabilidade de forma fragmentada, ao priorizar a cobertura dos inúmeros acontecimentos e eventos, nacionais e internacionais, resumindo o problema a partir de um eixo específico, o do meio ambiente, e moderar o diálogo entre conveniências e estratégias, ao deixar em segundo plano as disputas de poder, da economia, os interesses políticos, públicos e privados, locais ou globais que explicariam os problemas centrais, e que colocariam em xeque as responsabilidades públicas e privadas, que se constituem na complexidade da questão, deixando de debater e mediar um novo paradigma para a sustentabilidade.

Obviamente não devemos generalizar, já que existe um trabalho sério de comunicadores das diversas áreas, acadêmicos, organizações do terceiro setor, que de forma contundente trabalham o tema e tentam com isso ampliar informações e o debate.

No sistema capitalista é difícil haver uma comunicação descomprometida, isenta. Nas áreas da Comunicação Mercadológica e Comunicação Organizacional, o tema sustentabilidade muitas vezes tem sido tratado como “produto”, como “diferencial competitivo” para boa imagem, na medida em que divulga suas práticas organizacionais em torno do tema. Em geral, as organizações repetem ações paliativas ou sem impacto positivo efetivo para o ambiente e para a sociedade, como

a de seus concorrentes, ou simplesmente inserem esse novo conceito de sustentabilidade ou de responsabilidade social, revendo seus processos de produção, com o intuito de se alinharem a outros pares “eticamente ou ecologicamente corretos”, porém, de forma concreta, apenas desenvolvem ações para sustentar o seu negócio.

A partir da constatação de que a problemática da sustentabilidade é de natureza político-econômica, acreditamos que a Comunicação Pública, regida pela força de múltiplos atores, poderá fomentar a articulação e o debate como proposta para uma nova possibilidade em torno da sustentabilidade e para a proposição de novas políticas públicas em relação aos problemas ou soluções concernentes a ela.

Desta forma, enxergamos que trabalhar o tema sustentabilidade como bem público a partir da perspectiva da Comunicação Pública e do Capital Social oferecerá uma reflexão sobre a comunicação como agente transformador da sociedade em face de sua relevância social. A pesquisa tem como objeto analisar de que forma a Comunicação, na perspectiva da Comunicação Pública, poderá assumir a articulação e o debate para promover um novo paradigma em torno da sustentabilidade e de que forma o capital social está presente neste contexto.

Tendo como pressuposto que uma Organização da Social Civil para o Interesse Público – OSCIP tem como missão ocupar o espaço público e dada a sua importância na condução do *advocacy*, analisamos a efetividade, ou não, da presença de comunicação pública e capital social dentro de uma organização de interesse público para o desenvolvimento da sustentabilidade. A OSCIP escolhida é a Rede Nossa São Paulo, localizada em São Paulo.

Sua missão é assim expressa:

A Rede Nossa São Paulo, apartidária e interreligiosa, tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa e sustentável (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2016).

Os critérios que orientaram a escolha dessa organização foram o fato de se constituir pela participação de vários atores, composta por organizações privadas, públicas e do terceiro setor, e sociedade civil; por ser ainda um indicativo de

comunicação pública e capital social em torno do interesse público, e ter a possibilidade de promover uma efetiva educação em torno da sustentabilidade.

1.3 A METODOLOGIA DA PESQUISA - O NÍVEL EPISTEMOLÓGICO E TEÓRICO

1.3.1 Bases

Sabemos da importância do olhar científico, do questionamento de teorias e métodos com rigor, pois “o importante não é o que se vê, mas o que se vê com método” (LOPES, 2005, p.143).

Os paradigmas científicos nas Ciências Sociais devem ser vistos como possibilidades de construções epistemológicas que oferecem regras para explicarmos os fatos, os contextos, para compreendermos e validarmos as teorias e para transformarmos os objetos científicos e criticarmos os seus fundamentos (LOPES, 2014).

A partir do paradigma da complexidade, ou da epistemologia da complexidade, Morin (2011) propõe uma reforma do pensamento, uma reorganização do conhecimento numa visão paradigmática e não programática, que deve ser apoiada no contexto; no conceito do global (relação todo e das partes); no conceito do multidimensional (isso significa o ser biológico, psíquico, afetivo, social, racional) e a sociedade histórica, econômica, sociológica e religiosa; e no conceito da complexidade.

O paradigma da complexidade propõe humanizar o indivíduo, colocando-o à frente dele mesmo e de diversas ciências que poderão trazer-lhe repertório concreto para transformá-lo em um sujeito independente e autônomo a fim de que construa seu próprio conhecimento. (MORIN², 2011 apud NAVACINSK, 2015)

Para Morin o conhecimento não é um retrato do mundo, há que se considerar todas as teias mentais, a percepção, a interpretação, os sentidos que fazem parte de todo o processo de conhecimento e isto com certeza poderá trazer o erro e a ilusão. Os fatores culturais, familiares, de representação estarão sempre convivendo com a subjetividade do ser humano e isto trará um universo completamente

² MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 2a. ed. São Paulo: Cortez, Brasília/DF: Unesco, 2011.

diferente de outro sujeito, assim como os fatores emocionais que se somam e que podem trazer uma deturpação da realidade e do conhecimento. (MORIN, 2011 apud NAVACINSK, 2015, p. 357-358)

Esta visão se dá quanto mais desenvolvido se torna o conhecimento científico. Os paradigmas que controlam a ciência podem levar a ilusões, e nenhuma teoria científica está imune do erro. Segundo Morin (2011), devemos considerar o inesperado, a incerteza do conhecimento e a noologia da possessão. (MORIN, 2011 apud NAVACINSK, 2015)

Para o autor, o inesperado deve ser considerado e recebido, uma vez que ele é capaz de nos surpreender quando estamos arraigados às nossas teorias e crenças. Por outro lado, o inesperado nos faz sair de nossa zona de conforto e dá vazão a novas possibilidades, o que pode provocar conhecimento real. (MORIN, 2011 apud NAVACINSK, 2015)

Quanto à incerteza do conhecimento, a angústia das grandes questões, segundo Morin, é a mola propulsora do conhecimento, capaz de trazer um mundo novo para o pesquisador. A incerteza é própria do ser humano e só terá sentido se não houver conformidade com o que se vive. (MORIN, 2011 apud NAVACINSK, 2015)

E noologia, é a possessão. Morin faz uma analogia com Marx, ao considerar que as crenças e ideias muitas vezes parecem possuir o ser humano, e o torna prisioneiro de si mesmo e de uma racionalidade que o incapacita a tornar-se autônomo. (MORIN, 2011 apud NAVACINSK, 2015)

“Jamais poderemos escapar da incerteza e [...] jamais poderemos ter um saber total” (MORIN, 2006, p.69). E como não podia deixar de ser, o inesperado chegou, à medida que cursamos as disciplinas e créditos necessários, nos deparamos com o olhar redutor-disjuntor que o projeto de pesquisa inicialmente apresentado para o processo seletivo continha. Foram de fundamental importância as disciplinas cursadas, substanciais para um novo olhar e para o desenvolvimento de um novo quadro teórico a ser adotado.

Desta forma, sabendo que “a teoria é o lugar de formulação da problemática” (LOPES, 2014, p.127) adotamos como proposta para este estudo o pensamento complexo de Edgar Morin, que trará uma abordagem multidisciplinar, propondo ver o mundo como um todo indissociável, com traços inquietantes do emaranhado,

inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza, [que para nós define as questões atuais referentes à Sustentabilidade]. Para ele, o conhecimento, a lógica clássica dominante vai exatamente no caminho contrário; rejeita a desordem e se afasta do incerto, seleciona os elementos para a ordem e a certeza, retira a ambiguidade, trazendo o risco de uma cegueira (MORIN, 2015) .

Morin chama de “paradigma da complexidade ao conjunto de princípios de inteligibilidade que, ligados uns aos outros, poderia determinar as condições de uma visão complexa do universo (físico, biológico, antropossocial) (MORIN, 2000b, p.330).

A ciência não deve ser estudada de forma reducionista, fragmentada. Ainda prevalece a Teoria da Simplicidade, a hipersimplificação, e temos que rejeitá-la. A complexidade prevê “[...] o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomênico [...]” (MORIN, 2003). O autor alerta e combate o universalismo, as generalizações, a resposta certa, a verdade única; e rechaça a patologia da razão que pode reduzir tudo a coerências de explicações.

Talvez daí deflagre o senso comum sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, conceitos utilizados como sinônimos. O discurso reinante processa as informações que devem ser divulgadas, que por serem tão complexas são simplificadas, reduzidas, e estabelecem o homem como autor de todos os problemas em relação ao meio ambiente, restringindo o problema ao senso comum da antropogenia.

A tendência nos estudos é de sempre organizar, regularizar o caos, por ordem. Há que sempre se prever a ordem e a desordem, a incerteza. A ciência separa o homem da natureza, o meio ambiente das questões sociais, culturais, econômicas; hierarquiza as áreas do conhecimento, e tenta sempre ir ao encontro do equilíbrio, da verdade absoluta. Vê o conhecimento como norma, lei. Porém, a problemática vai muito além.

Morin apresenta três princípios básicos que ajudam a pensar a complexidade:

O princípio **Dialógico**, que reflete a “dualidade” de tudo; prevê uma “associação complexa (complementar, concorrente e antagônica) de instâncias necessárias ‘junto’ à existência, ao funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado” (MORIN, 2000b, p. 201). O princípio dialógico permite que se

assuma de forma racional a inseparabilidade de noções contraditórias na busca pela compreensão de um fenômeno complexo (MORIN, 2008, p. 96).

O princípio **Recursivo**, o “redemoinho”: Consiste em um “processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu” (MORIN, 2001, p. 108). Exemplo: “[...] A sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos, mas a sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz[...]

” (MORIN, 2015, p. 74).
E o terceiro, o princípio **Hologramático**, “a parte não somente está no todo; o próprio todo está, de certa maneira, presente na parte que se encontra nele” (MORIN, 2002b, p. 101). Então se pode enriquecer o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes, num mesmo movimento produtor de conhecimentos (MORIN, 2006, p.75).

Em busca de um sentido abrangente do complexo contexto que permeia a questão da Sustentabilidade e suas interfaces, ao levantar questões similares ou antagônicas, complementares, fenômenos locais e globais, e pautado nos princípios da teoria da complexidade e na perspectiva multidisciplinar é que se pretende contribuir para um conhecimento efetivo sobre o tema.

Por outro lado, este estudo reconhece a participação do investigador em relação aos conhecimentos que acessa, e reconhece que uma pesquisa não conseguirá esgotar ou interpretar todos os fenômenos e processos. Este estudo é somente um ponto de vista, um recorte da realidade.

Minayo também explica esses limites:

[...] Por vários motivos. Primeiro porque a realidade não é transparente e é sempre mais rica e mais complexa do que nosso limitado olhar e nosso limitado saber. Segundo, porque a eficácia da prática científica se estabelece, não por perguntar sobre tudo, e, sim, quando recorta determinado aspecto significativo da realidade, o observa, e, a partir dele, busca suas interconexões sistemáticas com o contexto e com a realidade. (MINAYO, 2008, p.17)

Buscamos um método que pudesse nos colocar em contato direto com o objeto de estudo para minimizar o distanciamento e o risco de análises superficiais da pesquisa; encontramos na pesquisa qualitativa essa possibilidade.

A partir dos seus pressupostos teóricos, procuramos estruturar um quadro de generalização e abstração para poder interpretar o fenômeno de acordo com os

diferentes significados de uma experiência vivida e para contribuir para a compreensão do indivíduo no seu contexto. Poupart et al. (2008) explicam que a pesquisa qualitativa se debruça sobre a questão dos mecanismos e dos atores (o “como” e “o que” dos fenômenos) e no contato direto com o campo de pesquisa.

Para Demo (2012, p.62) “sendo conhecimento científico produto humano – ao que se sabe, nenhum outro ser o produz”, a realidade não é entendida por ela mesma, mas sob a observação humana”, mesmo estabelecendo os limites do olhar do pesquisador.

Propusemos analisar a atuação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP “Rede Nossa São Paulo”. A seleção desta OSCIP partiu de um primeiro contato enquanto cursamos a disciplina “Poder e Cultura nas Organizações”, na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), em 2015. Foi realizado um estudo exploratório sobre a Rede para a produção de um artigo final da disciplina, a partir do método estudo de caso, que pôde revelar a propriedade da organização para ser o campus de pesquisa desta Tese. A organização será apresentada mais à frente, no capítulo dois.

Para Yin (2015), os estudos de caso são especialmente úteis para compreensão de interações sociais da organização, situando-as nas condições contextuais no qual estão imersas. A partir dessa primeira etapa realizada em 2015 partimos em busca de um método para uma descrição aprofundada do fenômeno estudado, que possibilitasse ilustrar, confirmar ou se opor a suposições teóricas.

Adotamos como metodologia a pesquisa etnográfica, apresentada a seguir, que permitirá observar no campo a presença, ou não, de pressupostos da comunicação pública e de capital social.

1.3.2 A etnografia como metodologia da pesquisa

A etnografia como metodologia se fundamenta na antropologia social, tem caráter qualitativo, possui traços da fenomenologia e do interacionismo simbólico. Tem como objetivos estudar culturas, compreender o mundo pelo olhar e ponto de vista das pessoas que vivem em um determinado meio, através do método da observação participante, e também analisar o conhecimento não falado – tácito, a linguagem da cultura, termos utilizados e a forma como se relacionam. Pode

também utilizar os documentos utilizados pelas pessoas, usando a própria linguagem das pessoas, do espaço. Possibilita uma grande quantidade de informação – apontamentos, entrevistas, gravações de áudio e vídeo e objetos que fazem parte das culturas estudadas. Os seus princípios partem do encontro inicial, holismo (comportamentos entendidos no contexto em que ocorrem); descrição e não prescrição; e atenção ao ponto de vista dos participantes (LIMA et al., 1996).

Segundo Taddei (2016)³ a etnografia surge no século XIX, em uma primeira fase, de forma amadora e oportunista, utilizada por missionários, oficiais de colônias, viajantes, exploradores; na segunda fase até o início do século XX, era praticada nas expedições científicas, inspiradas na pesquisa biológica, como no projeto “Origem das Espécies”, de Charles Darwin. Entre a década de 1910 a 1920, Malinowski, é quem insere a etnometodologia de forma mais amadurecida na área da Antropologia. (informação verbal)

Afirma que o trabalho de campo é condição *sine qua non* para a observação participante. Para ele, não fazem parte deste método o julgamento, a avaliação, a configuração das condutas; o êxito depende da sensibilidade do pesquisador e de sua interação com o campo de pesquisa. O autor define a etnografia como a compreensão do ponto de vista do outro, sua relação com a vida, sua visão de mundo (MALINOWSKI, 1953).

As pesquisas etnográficas à época estavam vinculadas a estudar tribos indígenas. Lloyd Warner, após ter também ter aplicado a pesquisa etnográfica em uma tribo aborígene na Austrália, implanta uma nova fase desenvolvendo-a no espaço urbano, em pequenas cidades, “microsociedades” (SOUZA; BARROSO, 2017).

Nas décadas de 1920 e 1930 começa a ser implantada na Universidade de Chicago, e seu principal teórico, Roberto Park, preconizava a importância da experiência direta com atores sociais para a compreensão de sua realidade, não se restringindo às tribos, mas também às cidades como um laboratório natural (SOUZA; BARROSO, 2017).

³ TADDEI, Renzo. **Explorar o mundo com olhos antropológicos**: introdução à pesquisa etnográfica. Curso promovido pelo SESC São Paulo-Centro de Pesquisa e Formação, 20 out. a 17 nov. 2016.

Professor do Instituto do Mar e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. Pesquisador afiliado do Center for Research on Environmental Decisions da Columbia University, e diretor adjunto do Comitas Institute for Anthropological Study, ambos em Nova York.

Segundo Lévi-Strauss (1993) três momentos e etapas compõem o desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica: a Etnografia, que é constituída pela observação, descrição e trabalho de campo; a Etnologia, que representa a direção para a síntese explicativa, a interpretação dos dados e a Antropologia Cultural ou Social, que é a última etapa da síntese explicativa, a partir das conclusões tiradas pela Etnografia e pela Etnologia.

De acordo com o Laboratório de Etnografia e Estudos em Comunicação, Cultura e Cognição (LEECCC), a pesquisa etnográfica apresenta e traduz a prática da observação, da descrição e da análise das dinâmicas interativas e comunicativas como uma das mais relevantes técnicas. A filosofia da pesquisa etnográfica repousa na “doutrina” que compreende a vida e a existência social como localizadas e resultantes no fato mais óbvio: o encontro e o relacionamento. E é nesse e desse encontro que emergem todas as formas de negociação, solidariedade, valores, redes, transmissão, trocas, simbologias e cerimônias, conflitos, compartilhamentos, dentre outros (LEECCC, 2016).

Para Magnani:

a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o “concreto vivido” (MAGNANI, 2002, p.17).

O autor demonstra a riqueza da metodologia etnográfica, que parte de pressuposições iniciais do pesquisador ou de, muitas vezes, explicações racionais ou emocionais dos nativos para uma configuração nova por ter podido viver o contexto concreto pesquisado.

O pesquisador deve estar aberto às informações, em um processo de descoberta, e não de constatação (ROCHA; BARROS; PEREIRA, 2005).

Em um esforço para reunir conceitos provenientes de vários experts, cada um em sua experiência particular, e do ponto de vista do pesquisador, complementares

para o entendimento necessário desta metodologia complexa, estudamos diversos autores que defendem a etnometodologia.

Para Minayo (1992), ela compreende o conjunto de reflexões que se abrigam sob seu próprio nome, tais como o interacionismo simbólico, a história de vida e a história oral. Segovia Herrera (1988) define que ela se divide em dois papéis: o subjetivo – participante, e o objetivo – observação.

Taddei (2016) institui como fundação para a pesquisa etnográfica a importância do contexto para analisar os fenômenos sociais; o contexto é um sinalizador do comportamento. Para ele não existe etnografia sem esse elemento.

A pesquisa empírica de campo é vista como uma experiência insubstituível para o pesquisador, que entra totalmente em interação com os fenômenos em estudo, configurando o trabalho de campo como um espaço de interação de diferentes finalidades e sistemas de representação, tornando-o um produto da ação dos sujeitos em interação (LOPES, 2010). O campo de pesquisa é o lugar da prática e da elaboração dos objetos do conhecimento científico, de sua construção sistemática e da fundamentação empírica dos fatos com que lida (LOPES, 2014).

Neste ponto, passamos do âmbito conceitual e teórico da metodologia adotada, para entrar no campo metódico, técnico, da pesquisa.

Para Cardoso de Oliveira (2000) o método central que é a constituinte do ofício antropológico é a observação participante. Destaca o autor que essa modalidade de observação ganhou, ao longo do desenvolvimento da disciplina, um status elevado na hierarquia das ideias-valor.

Nesse sentido, os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar - isto é, peculiar a antropologia -, por meio da qual o pesquisador busca interpretar - ou compreender - a sociedade e a cultura do outro "de dentro", em sua verdadeira interioridade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, pg.34).

A partir do “olhar de perto e de dentro”, que segundo Magnani (2002) é próprio da etnometodologia, pretende-se aprofundar o conhecimento da dinâmica da comunicação pública e do capital social no campo de pesquisa adotado para observação, a Rede Nossa São Paulo.

1.4 A METODOLOGIA NA PESQUISA - O NÍVEL METÓDICO

Para Lopes “as operações que visam à construção dos dados de modo sempre relacionado à perspectiva teórica adotada pertencem ao polo técnico da pesquisa” (2014, p.128).

Magnani afirma que o método etnográfico não se reduz a uma técnica, pode utilizar várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa. O método “é antes um acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos” (MAGNANI, 2002, p.17).

Como sabemos que cada técnica irá iluminar um lado da pesquisa (LOPES, 2016), e que as técnicas são complementares, definiu-se como prioritárias: a observação participante, entrevistas semiestruturadas, documentação, pesquisa em fontes secundárias, novas textualidades, apresentadas a seguir.

1.4.1 Observação participante

A “observação participante” na pesquisa etnográfica é a técnica utilizada para compreender e entender uma cultura, por meio de uma observação e participação do pesquisador-antropólogo. Através da observação participante, o estudioso realiza entrevistas e discussões com membros da cultura a ser investigada (HAVILLAND et al, 2011, p.10).

A observação participante foi realizada na Rede Nossa São Paulo no período compreendido entre os anos de 2015 a 2018, durante as reuniões organizadas pelos Grupos de Trabalho (GT's) constituintes da Rede Nossa São Paulo, bem como nos eventos e ações promovidos ou apoiados pela OSCIP, já que são os espaços abertos de debate com todos os atores sociais previstos para uma possível compreensão dos pressupostos de comunicação pública e do capital social.

Spradley (1980) ressalta a importância de o pesquisador procurar a partir de situações e grupos sociais, as que ofereçam as melhores oportunidades de participação a fim de que possa “sentir” os acontecimentos.

A observação teve como objetivos: observar os níveis de participação dos diversos atores envolvidos nas reuniões dos GT's, nos eventos e ações; observar e acompanhar a divulgação das reuniões, eventos e ações; verificar quais são os públicos e os setores envolvidos nas discussões; partindo do princípio da

complexidade, observar o nível das discussões e o poder de fala; qual é o nível de escolaridade ou conhecimento de quem fala; entre o público que participou das discussões, quais foram as questões levantadas (de relevância para cumprir a missão da OSCIP); as pautas propostas são problemas reais ou são resultados de acidentes; quais são os encaminhamentos das discussões e decisões tomadas; há somente encaminhamento interno ou externo (Prefeitura, Câmara dos Vereadores); há retomada de assuntos nas reuniões seguintes; e quais são os resultados das propostas/assuntos encaminhados.

A OSCIP possui 13 Grupos de Trabalho, que se reúnem em torno de temáticas que surgem a partir de propostas e interesses de cidadãos, de *experts* que queiram discutir e fomentar ações e mudanças. Em seu portal constam os seguintes grupos: Segurança; Assistência Social; Cultura; Educação; Meio Ambiente; Orçamento; Trabalho e Renda; Mobilidade Urbana; Criança e Adolescente; Democracia Participativa; Acompanhamento da Câmara; Indicadores; e Saúde, porém muitos foram desativados ao longo desse período. O contato para participação nos GT's foi feito a partir de e-mail encaminhado aos coordenadores de cada um deles, disponibilizados no portal da Rede Nossa São Paulo. Apesar de várias tentativas entre 2015 e 2017, somente dois coordenadores responderam (GT Meio Ambiente e GT Criança e Adolescente), convidando para participação.

Também foi realizada observação participante em eventos e ações promovidas pela OSCIP ou em parceria, tais como: Mapa da Desigualdade em São Paulo, Viver em São Paulo: Cultura/Mulher/Trabalho e Renda, Observatório da Primeira Infância, Um Novo Congresso é Necessário, Plano de Metas São Paulo etc., que serão apresentados e analisados no capítulo seis. Na observação participante, acompanhamos de forma direta um total de 23 reuniões, entre eventos, ações e reuniões realizadas pela OSCIP e outras que tinham o seu apoio ou sua coparticipação.

Para aplicação de um método de pesquisa tão rigoroso como a etnografia, que prevê a interação direta com os observados, em primeira instância foi acessada bibliografia sugerida pela orientadora Profa. Dra. Heloiza Matos e Nobre e também em seminário no Grupo de Pesquisa Comunicação Pública e Política da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (COMPOL/ECA-USP), coordenado pela mesma professora; cursamos a disciplina de Metodologia da

Pesquisa em Comunicação oferecida na ECA-USP, que apresenta a metodologia; e participamos do curso “Explorar o mundo com olhos antropológicos – introdução à pesquisa etnográfica”, oferecido pelo Serviço Social do Comércio (SESC), com o Prof. Taddei (2016), a fim de aprimorar o método que já estava sendo aplicado. Adotamos, no decorrer do período, como diretrizes, as seguintes fases: Fase 1 (concepção), que é regida por uma revisão bibliográfica sobre o tema central a ser pesquisado; Fase 2 (planejamento); Fase 3 (entrada em campo); Fase 4 (geração e organização/indexação de dados), que pode ser através de registro audiovisual (vídeo, áudio, foto) ou redação; e Fase 5 (saída de campo), até atingir um ponto de saturação, quando já se tem domínio do que se objetiva, quando os dados se repetem e já não há mais acréscimo de informação para o seu projeto. Esta é uma fase delicada da pesquisa, já que a pesquisa etnográfica possibilita a construção de uma relação social, onde o pesquisador se torna um nativo no campo; é um rompimento com o campo, como um divórcio.

Outro fator relevante considerado no desenvolvimento da pesquisa etnográfica foi o perigo da possibilidade da perda de objetividade do observador em relação aos observados, já que se tratava de uma observação participante (IACONO; BROWN; HOLTHAM, 2009).

No registro frequente de todas as experiências vividas e compartilhadas com o grupo pesquisado, adotamos a técnica da escrita em um diário de campo, que:

é o espaço fundamental para o(a) antropólogo(a) arranjar o encadeamento de suas ações futuras em campo, desde uma avaliação das incorreções e imperfeições ocorridas no seu dia de trabalho de campo, dúvidas conceituais e de procedimento ético. Um espaço para o(a) etnógrafo(a) avaliar sua própria conduta em campo, seus deslizos e acertos junto as pessoas e/ou grupos pesquisados, numa constante vigilância epistemológica (ROCHA; ECKERT, 2008, p.15).

Para obter um rigor e uma objetividade no que se pretendia observar, adotamos um roteiro extenso que permitiu organizar e indexar os dados obtidos nas reuniões, eventos e ações promovidas pela Rede Nossa São Paulo. (APÊNDICE A). Segue roteiro:

- a) Data;
- b) Grupo de Trabalho/Evento/Ação;

- c) Local;
- d) Endereço;
- e) Participantes representantes da Rede Nossa São Paulo;
- f) Observar os níveis de participação de cada membro da Rede Nossa São Paulo/participantes em geral;
- g) Observar e acompanhar divulgação das reuniões/eventos/ações;
- h) Quais são os públicos e os setores envolvidos nas discussões (governo, empresas, sociedade civil, ONG's, entidades religiosas, políticas etc.);
- i) Partindo do princípio da complexidade (transdisciplinaridade, verificar áreas do conhecimento envolvidas), observar o nível das discussões);
- j) O nível da discussão. Quem fala. Todos. Alguma liderança. Alguma autoridade;
- k) Qual é o nível de escolaridade ou conhecimento de quem fala; quem representa;
- l) Entre o público que participou da discussão, quais foram as questões levantadas – de relevância para cumprir a missão da OSCIP;
- m) As pautas propostas são problemas reais ou são resultados de acidentes, problemas pontuais, conjunturais;
- n) Quais são os encaminhamentos das discussões e decisões tomadas. Fazem menção aos resultados alcançados;
- o) Somente encaminhamento interno ou externo (Prefeitura, Câmara dos Vereadores, Outras Instituições); - quais os resultados das propostas encaminhadas;
- p) Gestual de quem fala e de quem responde, autonomia;
- q) Confirmação de autonomia do GT ou dos representantes da Rede Nossa São Paulo ou se reportam a instâncias superiores (Colegiado de Apoio, Instituto, Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo etc.);
- r) Percebe-se centralização que o Colegiado de Apoio (Rede Nossa São Paulo) opera sobre as diversas organizações participantes da Rede;
- s) Engajamento, postura de pressão, liderança compartilhada entre os diversos membros de cada GT;
- t) Espaço físico – símbolos etc. (descrever espaço da reunião);
- u) Nível de conhecimento das temáticas abordadas;

v) Como o GT/Evento ou representantes da Rede Nossa São Paulo pressionam. Como ele influencia o processo decisório do governo. Como faz exigências a outros grupos sociais. (em relação a políticos, empresas, juristas, sociedade, outros grupos). Pensando nessas exigências a outros grupos sociais, quais são as atitudes que os GTs ou representantes demonstram ter em comum. Será que algum deles age de maneira diferente;

x) Bases da Comunicação Pública – percebe-se isso no grupo;

z) Bases do Capital Social – percebe-se isso no grupo.

Abib, Hoppen e Hayashi Junior (2013) alertam que é determinante um grau de distanciamento e noção da sua condição de pesquisador. A releitura frequente dos objetivos da pesquisa possibilitou o foco para obtenção e categorização dos dados, bem como para manter as mesmas técnicas de coleta ao longo de todo o estudo de campo.

Uma das características mais importantes da descrição etnográfica é a interpretação do fluxo do discurso social. Sobre sua prática diz que:

praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante. Mas não são estas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é um tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa (GEERTZ, 1978, p.15).

O trabalho de campo foi intenso. Foram produzidas mais de 200 páginas digitadas de relatórios de eventos, reuniões de GT, ações realizadas pela Rede Nossa São Paulo, em vários pontos da cidade de São Paulo. A OSCIP tem uma rede de parceiros que disponibiliza seus espaços para as reuniões, eventos, ações. Para ilustrar a diversidade, podemos citar eventos realizados nos auditórios de várias unidades do SESC (Bom Retiro, 24 de Maio, Vila Mariana, Parque Dom Pedro), Câmara Municipal de São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo etc.; reuniões dos GT's realizadas na sede da Rede Nossa São Paulo, IBOPE, Unicef, Instituto Alana, SOS Mata Atlântica etc.; ações na Paróquia São Domingos (Perdizes), Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP) Campo Limpo etc.

1.4.2 Entrevistas semiestruturadas

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, assemelhando-se a uma conversa, com coordenadores dos Grupos de Trabalho, membros dos Grupos de Trabalho e funcionários da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo, com enfoque na sua história de vida, no tipo de vínculo dos entrevistados com a OSCIP, bem como o olhar desses em relação à missão e visão da Rede, como perguntas principais. (APÊNDICE B)

Pudemos verificar a pertinência de Manzini (1990/1991, p.154), quando orienta que a entrevista semiestruturada deve centralizar um assunto e a partir dele deve-se elaborar um roteiro com perguntas principais, que são complementadas por outras questões próprias do momento da entrevista. Conforme o autor, este tipo de entrevista pode trazer outras informações de forma mais livre e as respostas não ficam condicionadas a uma padronização de alternativas.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada utiliza questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos podem levar a novas hipóteses a partir das respostas dos entrevistados.

Quanto à vigilância do pesquisador, Thiollent (1980) traz um questionamento em relação aos desvios e tendenciosidades que podem mascarar a essência do fato e das opiniões, modificando os resultados e a sua interpretação. Os desvios são apresentados como resultantes de uma postura que negligencia as condições históricas determinantes dos fatos e opiniões, que podem não ser detectados na construção dos instrumentos do questionário e da entrevista, comprometendo o resultado da pesquisa.

As entrevistas ocorreram de forma tranquila, sem constrangimento de qualquer parte. Notou-se abertura, disposição e motivação para diálogo durante as conversas. Essas conversas tiveram o objetivo de aferir as informações levantadas em pesquisa em fontes secundárias para analisar aspectos como discurso e prática, clareza sobre a missão e visão, motivação para estarem vinculados como voluntários da OSCIP, autonomia para participação, liderança, e para checagem das observações centrais vividas na experiência etnográfica.

Bourdieu (1989) faz uma reflexão sobre a posição do sociólogo, resgatando a ideia de um “habitus academicus” que às vezes não percebe os limites da experiência social. Neste sentido, propõe a pedagogia da pesquisa, método marcado por uma postura de “objetivação participante”, ou seja, o pesquisador não pode chegar ao objeto somente com a sua fundamentação teórica e movido pelo seu interesse.

Este foi um fato muito relevante ocorrido durante as entrevistas, já que para chegar às pautas da entrevista, o pesquisador teve que se voltar aos assuntos, campo acadêmico e profissional de cada entrevistado a fim de entender seu universo e as reais motivações desse para com a OSCIP Rede Nossa São Paulo.

Partindo do ideal, a entrevista deveria ser considerada uma forma de exercício em que se realiza uma conversão do olhar sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida, em que o pesquisador se inclina a tornar seus, os problemas do pesquisado (BOURDIEU, 1997).

1.4.3 Pesquisa Documental

Recorremos a análise de documentos oficiais divulgados no portal: atas de reuniões (Grupos de Trabalho, Colegiado de Apoio); cartas (abertas, de compromisso, e de princípios); guias; certificados; apresentações; artigos de imprensa, com a finalidade de confrontar a realidade observada na etnografia, as informações coletadas nas entrevistas e o levantamento em fontes secundárias. Esta fonte foi importante para a fase de análise interpretativa da tese, porém com limite de descrição porque o objetivo maior era somente utilizar essas informações para aferir os dados levantados na pesquisa etnográfica e nas entrevistas semiestruturadas.

Também foram analisadas através de pesquisa documental as ações do Programa Cidades Sustentáveis, importante iniciativa da Rede Nossa São Paulo, que tem o objetivo de fomentar a sustentabilidade, oferecendo aos prefeitos ou candidatos às prefeituras uma agenda associada a indicadores e estudos de caso, bem como ferramentas para implantação de uma política integrada de sustentabilidade nas dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural.

1.4.4 Pesquisa em fontes secundárias

Foram analisados os *clippings* dos eventos e ações promovidas pela Rede, com o objetivo de verificar se a OSCIP “Nossa São Paulo” (aspas nossas) tem expressão dentro da mídia e na sociedade a fim de se constituir como um modelo de comunicação pública geradora de transformação ou promotora do debate social. Esta fonte foi importante para a fase de análise interpretativa da tese, porém com limite de descrição porque o objetivo maior era utilizar essas informações para aferir os dados levantados na pesquisa etnográfica e nas entrevistas semiestruturadas.

1.4.5 Novas textualidades

Devemos considerar na seleção dos métodos etnográficos, as novas tecnologias, as novas escritas etnográficas que utilizam as textualidades eletrônicas e digitais, além das já consagradas técnicas do registro audiovisual, como novas formas de reorganização dos saberes (ROCHA; ECKERT, 2008).

Para a fase de análise interpretativa dos dados levantados utilizamos documentos digitais e conteúdos disponibilizados pela internet, por meio do portal e das redes sociais da Rede Nossa São Paulo a fim de validar as informações da pesquisa etnográfica ou das entrevistas semiestruturadas. Esta fonte foi importante para a fase de análise interpretativa da tese, porém com limite de descrição porque o objetivo maior era utilizar essas informações para aferir os dados levantados na pesquisa etnográfica e nas entrevistas semiestruturadas.

1.5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Pelo caráter proposto na metodologia adotada, apresentaremos todos os resultados, interpretações, análises realizadas em todas as instâncias que compõem a estrutura da Rede Nossa São Paulo, na perspectiva das questões ético-morais previstas no método etnográfico, que reconhece que o trabalho de campo provoca nele intervenções, “a ponto de ser um fator de transformação da cultura do “nativo” (ROCHA; ECKERT, 2008, p.20) ou vice-versa.

Lamentavelmente, apesar de todos os esforços (carta de apresentação da orientadora, visita pessoal para solicitação) em poder utilizar os dados levantados utilizando a autoria das falas, não conseguimos autorização formal por parte da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo. Adotaremos como limite ético-moral a supressão de nomes e de contextos que de alguma forma possam revelar-lhes.

Os resultados serão apresentados no capítulo 6.

1.6 LIMITES

Como pressuposto, temos o conhecimento de que todas as operações selecionadas para apreensão técnica do real supõem retenções e exclusões, falsa neutralidade das técnicas tanto na opção quanto na sua construção (LOPES, 2014; THIOLENT, 1980), porém acreditamos que o cruzamento dessas (observação participante, entrevistas semiestruturadas, pesquisa em fontes secundárias etc.) até o ponto de saturação dos dados que se dá quando um evento, uma dinâmica, um novo ritual não surpreende mais, permitiram ampliar o conhecimento do campo estudado a fim de trazer apontamentos importantes sobre a realidade.

A triangulação dos dados foi um cuidado engendrado através de um entrecruzamento entre os métodos adotados, entre os vários depoimentos e falas, a fim de observarmos se houve similaridade ou existência de conflitos nos diversos grupos que compõem a Rede Nossa São Paulo.

2 CONTEXTUALIZANDO A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: SUAS CONTRADIÇÕES, SEUS PARADOXOS

2.1 O PARADIGMA DA COMPLEXIDADE EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE

Conforme apresentado no capítulo 1 adotamos a abordagem de Edgar Morin como lente para entendermos de forma transdisciplinar os temas e desafios propostos neste trabalho.

O autor propõe uma reorganização do conhecimento tendo como base a complexidade que prevê um conceito multidimensional, e rechaça o conhecimento científico predominante que foi durante muito tempo, e muitas vezes continua tendo a missão de dissipar a aparente complexidade dos fenômenos, a fim de simplificá-lo, trazendo como resultado uma mutilação muito mais do que exprimir a realidade ou os fenômenos envolvidos de que tratam, desintegrando a complexidade do real (MORIN, 2015).

E como considerar complexidade como olhar não simplificador. O conceito suporta uma carga semântica pesada, já que traz o conceito de confusão, incerteza, desordem, não tem como retaguarda uma herança filosófica, científica ou epistemológica. Assim, a complexidade é uma palavra-problema e não uma palavra-solução, não se resume a uma palavra-chave, pois não pode ser reduzida a uma lei ou a uma ideia simples. [...] “Não se trata de retomar a ambição do pensamento simples, que é a de controlar e dominar o real. Trata-se de exercer um pensamento capaz de lidar com o real, de com ele dialogar e negociar” (MORIN, 2015, p.6).

Antes de mais nada devo dizer que a complexidade, para mim, é o desafio, não a resposta. Estou em busca de uma possibilidade de pensar através da complicação (ou seja, as infinitas inter-retroações), através das incertezas e através das contradições. Eu absolutamente não me reconheço quando se diz que situo a antinomia entre a simplicidade absoluta e a complexidade perfeita. Porque para mim, primeiramente, a ideia de complexidade comporta a imperfeição, já que ela comporta a incerteza e o reconhecimento do irreduzível (MORIN, 2015, p.102).

Morin (2015) alerta que há que se desfazer das ilusões que nos afastam do pensamento complexo. A primeira é que a complexidade não nos conduz à eliminação da simplicidade; ela surge onde o pensamento simplificador falha, mas

integra em sua dinâmica tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento, unindo os modos simplificadores do pensamento; recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e ofuscantes da simplificação que muitas vezes é considerada reflexo do que há de real na realidade.

Outra ilusão é a confusão entre complexidade e completude. Existe uma ambição do pensamento complexo em alcançar as articulações entre os diversos campos disciplinares que são fragmentados pelo pensamento disjuntivo (simplificador); este pensamento isola o que separa, oculta tudo o que religa, o que interage, o que interfere. A complexidade, em contrapartida, almeja o conhecimento multidimensional, é animado pela tensão permanente entre a aspiração por um saber não fragmentado, não compartimentado, mas sabe que o conhecimento completo é impossível, e tem como um dos seus axiomas a impossibilidade, reconhece os princípios da incompletude, do inacabado e da incerteza em qualquer conhecimento (MORIN, 2015).

Não oculta os laços que necessariamente se deve distinguir, mas sem isolá-los, uns dos outros. Pascal afirma que todas as coisas são “causadas e causantes, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e que todas (se interligam) por um laço natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diferentes” (apud MORIN, 2015, p. 7).

O autor revela que não há como isolar um objeto de estudo de seu contexto, antecedentes, de seu devenir. Verdades profundas, antagônicas umas às outras são complementares, e não deixam de ser antagônicas. A incerteza e a ambiguidade não podem ser ocultadas. Colocam-se em interação e constelação, influenciando umas às outras (MORIN, 2015).

A partir das premissas da palavra-problema complexidade, que envolve as teias mentais, incertezas, certezas, desordem, ordem, caos, soluções, laços, contradições, desigualdades, limites, que ela assume existir, e que em interação influenciam umas às outras, resolvemos aprofundar o olhar sobre outra palavra-problema, “sustentabilidade”, já que ela também não é uma palavra-solução, e não deveria se resumir a uma palavra-chave, pois não pode ser reduzida a uma análise simplificadora.

A partir de um pensamento complexo, Leff (2015) revela que a crise ambiental surge como resultado do limite da racionalidade econômica, científica e instrumental

que tem por objetivo o mundo e o domínio da natureza. A racionalidade dominante estimula a apropriação da natureza (do mundo) no campo antagônico do desenvolvimento sustentável. O campo do saber ambiental não está ancorado no real. Os sentidos diferenciados de natureza dependem de um pensamento complexo, que contemplem os contextos ecológicos, geográficos, culturais, econômicos e políticos específicos.

Ele destaca que a crise ambiental advém da falta de conhecimento e se apresenta como uma encruzilhada onde convergem os sentidos das relações entre cultura e natureza, e onde divergem os sentidos polêmicos e antagônicos dos discursos da sustentabilidade, que projeta um futuro insustentável à inércia da racionalidade dominante, ou introjeta uma lei-limite de entropia e os sentidos da diversidade cultural para construir uma nova racionalidade. Para o autor:

A transcendência do saber ambiental é a fecundidade do outro, como produtividade da complexidade, o antagonismo de interesses e a resignificação do mundo frente aos desafios da sustentabilidade, da equidade e da democracia (LEFF, 2015, p. 426).

Para Morin (2015) o pensamento complexo deve enfrentar o emaranhado, a solidariedade entre os fenômenos, a bruma, a incerteza, a contradição. A complexidade se apresenta com os traços inquietantes desse emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade.

Leff (2015) analisa exatamente esse enfrentamento e ressalta que ao contrário da visão generalizada e ecológica da sociedade, o saber ambiental entra em contato com processos materiais e simbólicos – físicos, biológicos, culturais, sociais – que implicam diferentes ordens ontológicas e epistemológicas, e impedem as tendências do pensamento positivista em uma lei geral que unifica as diferentes ordens do real. O saber ambiental se apresenta como reflexão crítica ao pensamento ecologista e às teorias de sistemas predominantes e totalitários, que reafirmam um mundo sujeito à globalização e generalização de suas leis.

Morin (2015) tem como proposta alertar-nos para as enormes carências de nosso pensamento, que muitas vezes é mutilador e pode nos conduzir a ações iguais. Ressalta a patologia contemporânea do pensamento científico, que se apoia na hipersimplificação que não permite ver a complexidade do real. A patologia está no idealismo, que oculta a realidade e que teria por missão traduzi-la; está no

doutrinarismo e no dogmatismo, que fecham a teoria em si mesma; na racionalização que restringe o real num sistema de ideias coerente, porém parcial e unilateral, e que não admite que uma parte do real seja ilógico, nem que a racionalidade tem por missão dialogar com o irracionalizável.

O paradigma simplificador põe ordem no universo, e expulsa a desordem. A ordem é reduzida a uma lei, a um princípio, que separa o que está ligado trazendo disjunção, ou ainda que unifica o que é diverso, provocando redução (MORIN, 2015). Fica muito explícita nesta fala a nova ordem para pôr ordem, o novo discurso, o “desenvolvimento sustentável”.

Leff (2015) conclui que a crise ambiental é consequência do desconhecimento da lei-limite da entropia, que possibilitou no imaginário economicista a ilusão de um crescimento sem limites, e com uma possibilidade de produção contínua. [Morin afirmaria que esta é uma visão simplificadora]. A crise ambiental vem anunciar o fim deste projeto. A incerteza, o caos e o risco são resultados da aplicação do conhecimento que pretendia anular os problemas ambientais [um paradoxo]. Sua solução não poderia basear-se no refinamento do projeto epistemológico e científico que trouxe a crise ambiental, o desconhecimento da lei e a alienação do ser humano. O saber ambiental propõe uma desconstrução do pensamento unidimensional, dessa ciência objetiva que predomina; desse controle científico do mundo, do domínio tecnológico da natureza e de uma gestão racional do ambiente. O saber ambiental possibilita uma nova compreensão do mundo, que vem da falta de conhecimento e da incompletude do ser. O autor descreve:

[...] A crise ambiental nos leva a interrogar o conhecimento do mundo, a questionar o projeto epistemológico que buscou a unidade, a uniformidade e a homogeneidade do pensamento e da realidade; o projeto de unificação do mundo através da ideia absoluta e da razão totalizadora; a passagem para um “desenvolvimento sustentado”, negando o limite, o tempo e a história. [...] (LEFF, 2015, p. 419).

O pensamento complexo implica em uma reorganização em cadeia do que podemos entender como ciência. “Para dizer a verdade, uma mudança fundamental, uma revolução paradigmática parecem-nos necessárias e próximas” (MORIN, 2015, p. 18).

Segundo o autor (2015), no início do século XX, o pensamento sobre o universo se colocava sob um paradoxo. Por uma perspectiva, o segundo princípio da

termodinâmica indicava que o universo tendia a entropia geral, à desordem máxima; em outra perspectiva, destacava que neste mesmo universo as coisas se organizavam, se complexificavam e se desenvolviam. Alguns questionaram que se tratava da diferença entre organização viva e organização física, sendo que a física tende à degradação, mas a viva, fundada sobre uma matéria específica, muito mais nobre, tende ao desenvolvimento. Morin afirma que esquecíamos que,

a vida é um progresso que se paga com a morte dos indivíduos; a evolução biológica se paga com a morte de inúmeras espécies; há muito mais espécies que desapareceram desde a origem da vida que espécies que sobreviveram. A degradação e a desordem concernem também à vida. Então, a dicotomia não era mais possível. Foram necessárias estas últimas décadas para que nos déssemos conta de que a desordem e a ordem, sendo inimigas uma da outra, cooperavam de certa maneira para organizar o universo. (2015, p. 61)

A relação ordem/desordem/organização surge quando há uma constatação empírica de que fenômenos desordenados são importantes em certas condições e casos, para produzirem fenômenos organizados, capazes de contribuir para o crescimento da ordem; mas não para uma visão clássica, quando a contradição em um raciocínio, é um sinal de erro (MORIN, 2015).

Em uma visão complexa, quando chegamos por vias empírico-rationais a uma contradição, isso não se resume a ser um erro, mas sim a entrar em contato com uma camada profunda da realidade que não encontra uma tradução em nossa lógica (MORIN, 2015).

Desse modo, explica Morin (2015), a complexidade é diferente da completude. Imagina-se que os defensores da complexidade querem atingir visões completas das coisas porque acreditam que não se podem isolar os objetos uns dos outros. Para ele, se você se guia pelo senso da complexidade, você tem o senso da solidariedade e o senso do caráter multidimensional da realidade.

A visão clássica das ciências humanas, das ciências sociais, separa as diversas realidades; considera que há a realidade econômica de um lado, a psicológica de outro, a demográfica etc. Acredita que esta categorização das universidades seja realidade, e não se lembra de que na econômica, por exemplo, há as necessidades e os desejos humanos, há a psicologia humana. Uma dimensão contém outras dimensões, não se pode compreender a realidade de modo

unidimensional. Uma consciência de multidimensionalidade conduz à ideia de que toda visão especializada é pobre; daí a crença de que se pode identificar a complexidade com a completude (MORIN, 2015).

Desta forma, a complexidade ambiental propõe uma nova reflexão, que envolve a natureza do ser, do saber e do conhecer; propõe uma nova articulação de conhecimentos baseados na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade; propõe um novo diálogo de saberes e com ele a inserção da subjetividade, sentimentos, valores e interesses nas decisões e estratégias de apropriação da natureza. A complexidade ambiental questiona as formas como os valores intervêm no conhecimento do mundo, para abrir um espaço entre o racional e o moral, entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva (LEFF, 2015).

Na percepção desta crise ecológica foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. (LEFF, 1986⁴ apud LEFF, 2015, p. 17)

A racionalidade ambiental é a reabertura da história como complexificação do mundo; a partir do ambiental abre-se uma oportunidade para construção de um novo ser na racionalidade totalitária que projeta a história para a criação “do que ainda não é”, para novas matrizes de racionalidade. Este novo ser abre caminho para desconstrução do poder totalitário da globalização econômica e da unidade do conhecimento (LEFF, 2015).

O saber ambiental implica um processo de “desconstrução” do que já foi pensado para pensar o novo, o que não foi pensado. É saber sustentar-nos na incerteza, refundamentando o saber sobre o mundo, motivados pelo desejo de vida para construção de algo inédito, pelo desejo de ser e de saber, na perspectiva do infinito, da diferença e da alteridade. O autor descreve:

⁴ LEFF, E. **Ambiente y articulación de ciencias**. In: LEFF, E. Los problemas del conocimiento. 1986/2000)

[...] a complexidade ambiental desencadeia uma revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade e uma transformação do conhecimento para construir uma nova racionalidade e um novo saber, que orientem a construção de um mundo sustentável, justo e democrático. É um reconhecimento do mundo que habitamos (LEFF, 2015, p. 420).

Assim, se a complexidade não é a chave do mundo, mas o desafio a se enfrentar, o pensamento complexo não irá evitá-lo ou suprimi-lo, mas pretende ajudar a revelá-lo, ou talvez a superá-lo (MORIN, 2015).

Cremos que a palavra-chave que revela o “estado da arte” para a questão do tema sustentabilidade é “contradição”, que poderá ser revelada, estudada, aprofundada para que consigamos através da relação ordem/desordem/organização criar uma nova racionalidade ambiental.

2.2 AS QUESTÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE

O princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como um marco, ou um limite, e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. Com isso, a crise ambiental questiona a racionalidade e as teorias impulsionadoras do crescimento econômico, que negam a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece então como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica como condição para a sobrevivência humana e a base que permite chegar a um desenvolvimento duradouro, ao questionar as bases da produção (LEFF, 2015).

Paradoxalmente, é de amplo conhecimento que os dez anos que se seguiram à Conferência do Rio em 1992 constituíram o período de maior crescimento econômico da história. Este crescimento foi impulsionado pelas mais variadas circunstâncias políticas, por avanços tecnológicos e pelo vertiginoso aumento do fluxo de transações comerciais e financeiras. Esse processo revelou o fortalecimento da atração pelos padrões de vida ocidentais, cuja existência passou a ser conhecida graças aos meios de comunicação (DO LAGO, 2006).

Entretanto, todo este crescimento não culmina em cumprimento das metas estabelecidas nos Relatórios das conferências internacionais, dada a desigualdade que se vivencia. Para ilustrar, dados divulgados pela ONG britânica Oxfam Internacional em 2018 anunciam que de toda a riqueza gerada no mundo em 2017,

82% ficou concentrada nas mãos dos 1% mais ricos, enquanto a metade mais pobre – o equivalente a 3,7 bilhões de pessoas – não ficou com nada. (VALOR ECONÔMICO, 2018).

Desta forma, podemos dizer que vivemos hoje uma época completamente distinta de qualquer outro momento na escalada da civilização. Um modelo econômico perverso, que esgota todas as fontes não renováveis através da sua sobreexploração e conduz a uma instabilidade e insustentabilidade global, com a deterioração do ecossistema, que engendra as vidas e sustenta o planeta.

De acordo com Leff (2015, p. 416) “A crise ambiental é a crise do nosso tempo”. Esta crise de civilização se apresenta como um limite na ordem do real, que ressignifica e reorienta o curso da história, uma vez que envolve limites do crescimento econômico e populacional; desequilíbrios ecológicos das capacidades de sustentação da vida e da degradação entrópica do planeta; limite da pobreza e da desigualdade social (LEFF, 2015).

A análise da atualidade, o entendimento dos processos percorridos, a projeção para o futuro devem apontar o caminho. A ciência traça muitas rotas e aponta em inúmeras direções, o que temos é algo em absoluta construção, e apenas o futuro nos revelará aonde iremos chegar, pois, como dito, vivemos algo novo. De acordo com Leff (2015, p.419) “A sustentabilidade é a marca de uma crise de uma época que interroga as origens de sua emergência no tempo atual e sua projeção para um futuro possível”.

Como nos norteamos por um pensamento hegemônico e o logocentrismo da ciência moderna e a racionalidade econômica acarretaram um processo de globalização com a tendência de unificar as visões e as identidades de um mundo diverso e complexo, buscar aprender a complexidade ambiental implica na desconstrução e reconstrução do pensamento ocidental. Neste embate buscamos compreender suas origens e suas causas, com o intuito de perceber os erros da história que se arraigaram em falsas certezas sobre o mundo (LEFF, 2015).

Autores como Milton Santos (2001) asseveram que se desejamos escapar à crença de que esse mundo é verdadeiro, sem admitir a permanência de sua percepção enganosa, é preciso que consideremos a existência de pelo menos três mundos num só, quais sejam: primeiro - o mundo tal como nos fazem ver, onde a globalização é tida como fábula; segundo - o mundo tal qual é, onde a

globalização é vista como perversidade; terceiro, onde se pode ver o mundo como pode ser, qual seja, uma outra globalização.

A degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana. (LEFF, 2015, p.17)

Uma vez que a racionalidade econômica alijou a natureza da esfera da produção e gerou processos de destruição ecológica e degradação ambiental, “o conceito de sustentabilidade surge do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção” (LEFF, 2015, p.16).

De acordo com o recente estudo *Mudança na Riqueza das Nações*, do Banco Mundial, a riqueza global aumentou 66% entre 1995 e 2014; a cifra passou de US\$ 690 trilhões para mais de um quadrilhão de dólares, mas uma mostra realizada com 141 países revelou que a riqueza global per capita caiu nesse período. Para proceder a este cálculo, quatro fatores são considerados, quais sejam: 1 - capital produzido, que inclui construções, máquinas e infraestrutura. 2 - capital natural, que engloba terra agrícola, florestas, minerais e petróleo. 3 - o capital humano, que se refere às habilidades e experiência dos trabalhadores. 4 - a soma de ativos e passivos estrangeiros de um país (LANGE; WODON; CAREY, 2018).

O documento atesta ainda que o maior componente da riqueza do mundo é o capital humano, que corresponde a dois terços do total, sendo que nos países ricos, corresponde a 70% e nos mais pobres a 40%. Assim, aponta para a necessidade de investir em pessoas para criação de riqueza e geração de renda futura (LANGE; WODON; CAREY, 2018).

O desenvolvimento associado à globalização não segue as determinações do que possamos mencionar como sendo desenvolvimento sustentável; a globalização mais parece corresponder ao capitalismo selvagem do que à visão humanista do conceito de desenvolvimento sustentável (DO LAGO, 2006).

Agora se pode, de alguma forma, falar numa vontade de unificação absoluta alicerçada na tirania do dinheiro e da informação produzindo em toda parte situações nas quais tudo, isto é, coisas, homens, idéias, comportamentos, relações, lugares, é atingido. (SANTOS, 2001, p.26).

A ambivalência que o discurso da sustentabilidade carrega surge da polissemia do termo *sustainability*, que tem em si dois significados, quais sejam: 1- *sustainable* - que implica a internalização das condições ecológicas de suporte do processo econômico; 2 - que diz respeito a durabilidade do próprio processo econômico (LEFF, 2015).

Autores como Sachs (1982⁵ apud LEFF, 2015) pontuam que para este processo de reconstrução são elaboradas estratégias do ecodesenvolvimento que versam sobre a necessidade de criar novos modos de produção e mesmo de estilo de vida, em condições próprias para cada região, levando em conta a diversidade étnica e a autoconfiança das populações na gestão participativa dos recursos. Para Leff (2015) foram traçadas propostas do ecodesenvolvimento num momento em que as teorias da dependência, do intercâmbio desigual e da acumulação interna de capital orientavam o planejamento do desenvolvimento.

Desta forma, o princípio de sustentabilidade começa a aparecer com a globalização e tem “a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade” (LEFF, 2015, p.15). Com a crise ambiental, a racionalidade e os paradigmas teóricos que sustentaram o desenvolvimento econômico em detrimento da natureza foram questionados. Assim, a sustentabilidade surge como um critério que possibilite a sobrevivência humana e crie bases para se alcançar um desenvolvimento duradouro, com enfoque equivocado nas bases de produção (LEFF, 2015). Assim,

(...) a noção de sustentabilidade foi sendo divulgada e vulgarizada até fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum. Porém, além do mimetismo discursivo que o uso retórico do conceito gerou, não definiu um sentido teórico e prático capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade. (LEFF, 2015, p.21)

Por outro lado, Santos (2001) pontua, acerca do mercado global:

⁵ SACHS, I. *Ecodesarrollo: desarrollo sin destrucción*. México: El Colegio de México, 1982.

[...] Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal (SANTOS, 2001, p. 9).

Não obstante, antes que as estratégias do ecodesenvolvimento conseguissem vencer as barreiras da gestão setorializada do desenvolvimento, reverter os processos de planejamento centralizado e penetrar nos domínios do conhecimento estabelecido, as próprias estratégias de resistência à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas do ecodesenvolvimento. Daí surge a busca de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre o crescimento econômico e a preservação da natureza (LEFF, 2015).

Ainda segundo Leff (2015), o discurso do desenvolvimento sustentável transformou o sentido crítico que o conceito de ambiente tem em um manifesto de políticas neoliberais que conduziram ao equilíbrio ecológico e a justiça social através do crescimento econômico orientado pelo livre mercado. Mas tal discurso intenta atingir seu propósito sem alicerçar-se na possibilidade de o mercado dar o real valor à natureza e à cultura, internalizar as externalidades ambientais, bem como erradicar as desigualdades sociais. Fica assim a questão acerca da possível sustentabilidade do capitalismo, por ter este sistema a característica intrínseca do crescimento, mas não pode conter a degradação que gera.

Diante da crise ambiental, a racionalidade econômica resiste à mudança, induzindo com o discurso da sustentabilidade uma estratégia de simulação e perversão do pensamento ambiental. O desenvolvimento sustentável converteu-se num *trompe d'oeil* que distorce a percepção das coisas, burla a razão crítica e lança à deriva nossa atuação no mundo (LEFF, 2015, p.25).

A complexidade dos processos naturais é simplificada pelo discurso do desenvolvimento sustentável, que se apropria da natureza como meio de produção e também para gerar riqueza. Assim, as estratégias de sedução do discurso da sustentabilidade se tornam o mecanismo perfeito para conectar o ser humano e a natureza ao capital econômico, conduzem de forma sutil a exploração do trabalho e

uso dos recursos naturais, sem que sejam vistas como a realidade nua e cruel do mercado (LEFF, 2015).

O discurso do desenvolvimento sustentável predomina como um novo paradigma libertador, mas por trás dele existe um encantamento que nos tem levado à cegueira. Para Santos (2001):

(...) estamos diante de um novo “encantamento do mundo”, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer (SANTOS, p. 2001, p.20).

2.3 AS ORGANIZAÇÕES PARA O INTERESSE PÚBLICO

2.3.1 As Organizações do Terceiro Setor no Brasil

2.3.1.1 Contexto

O modelo de Estado como pano de fundo à época da Constituição de 1988 em nosso país, vivia uma crise. As tentativas por parte do Estado do Bem Estar Social e do Estado Nacional Desenvolvimentista trouxeram ganhos, mas sob bases insustentáveis. O quadro internacional regido pela perspectiva neoliberal promoveu o conceito de “Estado-vilão”, contrário à perspectiva progressista, de rearranjo e reconstrução. Assim, as discrepâncias sociais e econômicas, ainda mais potencializadas, abriram precedente para a terceira fase de concepções nos anos 1990 (FARAH, 2001).

Nos anos 1980 o Estado brasileiro, com péssima imagem de incapacidade para o desenvolvimento somada a um panorama de pós-ditadura, adotava o modelo administração verticalizado, com um legado de trâmites burocráticos e rigidez de procedimentos, em que a centralização garantia o caráter executor do modelo. Estado e sociedade se relacionavam de forma clientelista e corporativista. A sociedade civil ficou sem representatividade dada a burocracia reinante e a tutela da sociedade era de responsabilidade apenas do Estado. Havia um quadro de crescente corrupção e um déficit de *accountability*, heranças da ditadura (FARAH, 2001).

A carta magna do Brasil foi um marco de real valor no que diz respeito ao reconhecimento da participação social, como direitos e valores a serem assegurados. Integrantes de movimentos sociais, associações, fundações passam a ter voz e a viver a experiência da democracia. Exercem o controle social e criam projetos de interesse público (IBGE, 2012, p. 10). Ainda, são inseridos no contexto a descentralização, os novos exemplos de administração, as políticas redistributivas, e os novos modos de relacionamento com o setor privado (FIABANE, 2011).

Ainda segundo o autor,

A descentralização administrativa e de políticas públicas, no contexto do Brasil dos anos 90, ocupou um espaço amplo, quase utópico, de solução transversal para os problemas da política e da gestão pública. A expectativa era a de que transferência de poder para o local seria uma condição para o ideal democrático; associava-se esse processo à democracia por vir de um contexto em que a centralização estava ligada a totalitarismos antidemocráticos. Por estar diante de máquinas estatais gigantes e lentas, esperava-se que a descentralização administrativa permitiria também mais eficiência. [...] Alguns anos mais tarde, os resultados desse movimento descentralizador, porém, demonstraram, por vezes, reforçar a desigualdade inicialmente combatida por ele. Dada a heterogeneidade dos municípios brasileiros, com enormes disparidades regionais e sociais, e diferentes capacidades de geração de recursos, formulação e implementação de políticas, a autonomia local vem sendo exercida em graus desiguais pelo país afora (FIABANE, 2011, p. 24, 25).

“No Brasil, a valorização do terceiro setor deve ser entendida no bojo do movimento pela Reforma do Estado e tem, no ano de 1995, um marco importante”, destaca Leite (2003, p.2). O terceiro setor cresce sob bases sólidas e apoio de grande contingente dos cidadãos. O Estado brasileiro volta a ser visto como coisa pública, para os cidadãos, com democracia aplicada aos processos decisórios e retidão das políticas que envolvam o povo (FIABANE, 2011).

Assim, organizações da sociedade civil agregaram serviços públicos nas suas práticas. Cidadãos estabeleceram-se e obtiveram vez e voz. A participação se faz cada vez mais presente e fortalece a democracia recentemente conquistada (FIABANE, 2011).

Novas leis, como a Lei no. 8.742 foram criadas para atender ao crescente número de prestadoras de serviços de assistência social.

A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, trata, em seu art. 18, da concessão de registro e certificado de fins filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social. Segundo a norma, tal concessão encontra-se entre as competências do Conselho Nacional de Assistência Social.

Em 1994, das 180.000 fundações e associações formalmente constituídas no país, cerca de 40.000 possuíam registro junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, 6.400 tinham o título de utilidade pública federal, e 3.000, o certificado de entidade filantrópica (LEITE, 2003, p. 3).

E a valorização do 3º. Setor é crescente nos governos subsequentes, e em especial em 1995, quando Luiz Carlos Bresser Pereira assume a pasta do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso (LEITE, 2003).

Entre outras afirmações, o novo Ministro asseverou que “é necessário reduzir o núcleo do próprio aparelho do Estado. Para isto, entretanto, a arma principal não é apenas a da privatização. Esta é fundamental para transferir para o setor privado as atividades produtivas voltadas para o mercado. Há uma segunda arma, que é a do desenvolvimento das organizações públicas não-estatais, das organizações voltadas para o interesse público, que não visam o lucro nem agem exclusivamente segundo os critérios de mercado. No Brasil é comum pensarmos que as organizações ou são estatais ou são privadas. Na verdade podem também ser públicas mas não-estatais”.

Estavam lançadas as bases da convocação e do desafio que o Governo dirigiria ao terceiro setor (LEITE, 2003, p. 2).

Fiabane explica que uma “característica marcante do contexto social e político brasileiro das últimas décadas tem sido o surgimento de novos espaços de participação e fortalecimento da sociedade civil” (FIABANE, 2011, p.29).

O capítulo sobre política urbana da Constituição de 88 abriu portas também para a participação das organizações da sociedade civil no direcionamento do desenvolvimento das cidades, garantindo suas funções sociais e o bem-estar de seus habitantes. Em 2001, aprovou-se o Estatuto da Cidade que prevê a gestão democrática das cidades, considerando o cidadão e suas associações na formulação, execução e monitoramento do planejamento e na execução dos projetos de desenvolvimento social urbano (FIABANE, 2011, p. 29).

Durante a década de 1980, a proximidade das organizações sem fins lucrativos com agências de cooperação e financiamento internacional incentivou o aparecimento dos grupos de *advocacy*, apoiadores de causas que expandiam “o privado para o público”, disseminados pelo mundo e pelo Brasil. Os novos movimentos sociais representavam quem se unia a determinadas identidades. Além de que, Avrtizer⁶ (2007) destaca um terceiro grupo, o dos que correspondiam “a sociedade civil”, com consentimento dos *experts*, para debater conteúdos e experiências. A década de 1990 ficou famosa por ser o período em que houve o “boom das ONGs” (FIABANE, 2011).

No ano de 1990 uma nova aliança de representação empresarial na esfera nacional, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Os membros do PNBE diziam-se empresários de uma nova mentalidade, aguardando por um Estado em que estivesse de acordo com os princípios da social-democracia, admitindo seu dever social, o qual também deve ser compartilhado pelo Segundo Setor (FIABANE, 2011).

Nesta época, vários empresários relacionados ao PNBE começaram a conduzir iniciativas sociais. Trabalhavam de acordo com um olhar de corresponsabilidade cidadã e empresarial pela gestão pública. Do mesmo conjunto de lideranças, nasceu no ano de 1998 o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, uma OSCIP fundada por 11 empresários que fizeram parte do PNBE e da Fundação ABRINQ⁷ (FIABANE, 2011).

Uma segunda iniciativa expressiva no contexto da filantropia empresarial no Brasil também surgiu nesta fase. Em 1989, iniciaram-se reuniões a respeito do assunto que originaria o GIFE, Grupo de Institutos, Empresas e Fundações, posteriormente em 1995, com 25 empresas relacionadas com a tarefa de “aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum⁸” (FIABANE, 2011).

Carrio (2000) resume os quatro momentos na construção do terceiro setor no Brasil, onde o momento inicial abrange desde a colonização até o séc. XX e diz respeito a evolução das associações voluntárias, instituídas pela igreja católica e

⁶ AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

⁷ <<https://www3.ethos.org.br/>> Acesso em: 17 nov. 2017.

⁸ <<https://gife.org.br/>> Acesso em: 17 nov. 2017.

fundamentadas em princípios da lógica cristã. O segundo momento, que nasce no período da década de 1930 durante o governo de Getúlio Vargas, refere-se a fase a qual o assistencialismo é declarado como uma tática política do governo. A entrada do terceiro setor em um novo ciclo no Brasil é destacada na década de 1970, no terceiro passo em que com o suporte da igreja, as instituições filantrópicas e assistenciais juntam-se aos movimentos sociais e viram porta-vozes de problemas locais, tal como começam a delatar os episódios de desigualdade, injustiça social e repressão. As ONGs nascem nessa fase. O quarto momento pode ser precisamente determinado pela proclamação da constituição de 1988, a qual estabelece a concepção de cidadania e o arcabouço filosófico para a criação de políticas sociais.

No ano de 1990, é deliberado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); no ano de 1991, é determinada a lei de incentivo à cultura; no ano de 1993, é proferida a lei orgânica da assistência social; no ano de 1998, é proclamada a lei que dispõe sobre o trabalho voluntário; e em março do ano de 1999, é decretada a lei 9.790/99, a qual determina as condições para a qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as chamadas OSCIPs (CARRIO, 2000).

2.3.1.2 Terceiro Setor – conceituação

De acordo com Albuquerque (2006), o terceiro setor vem da expressão em inglês *third sector*, dos Estados Unidos, sendo empregado em diversas expressões, como “organizações sem fins lucrativos” (*nonprofit organizations*) e “setor voluntário” (*voluntary sector*).

Na Inglaterra o emprego do termo “caridades” (*charities*) representa a origem histórica das primeiras práticas comunitárias; na atualidade usam a palavra “filantropia” (*philantropy*), que consiste em uma concepção mais moderna e humanista daquela ligada à religiosidade (ALBUQUERQUE, 2006).

No continente europeu prevalece o termo “organizações não-governamentais” (NGOs, ou ONGs em português). Sua origem remonta ao conjunto de representações da Organização das Nações Unidas (ONU), que nomeava as organizações internacionais que, apesar de não representarem seus países, atuavam de forma positiva para comprovar sua participação oficial na ONU. Dessa forma, com a elaboração de projetos de cooperação internacional para o

desenvolvimento incentivados pela ONU durante as décadas de 1960 e 1970, ampliaram no Oeste Europeu ONGs determinadas a desenvolver propostas de desenvolvimento nos países de Terceiro Mundo. Em decorrência disso, as ONGs da Europa constituíram parcerias com diversos países, desencadeando o surgimento de ONGs, do mesmo modo, no hemisfério sul (ALBUQUERQUE, 2006).

No Brasil e na América Latina, também se utiliza a expressão “sociedade civil”. Esse conceito tem origem no século XVIII. A época, designava um plano intermediário entre o Estado e a natureza pré-social, e inicialmente incluía as organizações particulares que interagiram na sociedade – inclusive as empresas e seus negócios – limitadas pelos sistemas legais nacionais. A sociedade civil também pode ser entendida como um conjunto de associações e organizações livres, não pertencentes ao Estado e não econômicas que, entretanto, tem comunicação com o campo público e com os componentes sociais (ALBUQUERQUE, 2006, p. 18-19).

O terceiro setor dos 22 países examinados pela Johns Hopkins University possuiria um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,1 trilhão e, caso fosse classificado como um país, se tornaria a oitava economia do mundo – à frente de Brasil, Rússia, Canadá e Espanha (baseando-se no PIB de 1995, ano do estudo (ALBUQUERQUE, 2006).

O destaque que entidades do terceiro setor ganham no Brasil, a partir da década de 1990, e também no mundo, é ressaltado por Pinho et al. (2008). As organizações sociais não pertencentes ao setor público (Estado) e ao setor privado (Mercado), começam a ficar mais evidentes no Brasil e no mundo (ALBUQUERQUE, 2006).

[...] Estas organizações são consideradas como entidades do Terceiro Setor (TS). Elas crescem em paralelo ao Estado, primeiro setor, e as organizações privadas, classificadas como segundo setor. Entende-se, em uma visão simplista, como Terceiro Setor, as organizações que exercem atividades de cunho social, que não são públicas e não objetivam os lucros. Apesar das entidades dotadas com estas características existirem no Brasil, desde o período colonial, foi na década de 1990 que elas cresceram de forma significativa (PINHO et al., 2008).

Leite (2003), por sua vez, contextualiza as negociações do governo brasileiro que deram origem ao marco legal do terceiro setor. No ano de 1997, o Conselho da Comunidade Solidária instaurou uma negociação sobre o marco legal do terceiro

setor, incluindo uma grande quantidade de representantes do Governo Federal e das organizações civis sem fins lucrativos.

[...] O resultado desse trabalho foi um anteprojeto coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e encaminhado em 24 de julho de 1998 ao Presidente da República, acompanhado de exposição de motivos na qual era enfatizada a importância do fortalecimento do terceiro setor, "...uma orientação estratégica nacional em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país" [...] (LEITE, 2003, p. 5).

Era importante ainda salientar a indispensabilidade de estabelecer a abrangência do conceito de terceiro setor que, de acordo com o documento:

[...] "inclui o amplo espectro das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem estar social. Compreende também as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, cultura e lazer. Além disso, engloba experiências de trabalho voluntário, pelas quais cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais. Mais recentemente temos observado o fenômeno crescente da filantropia empresarial, por meio da qual as empresas concretizam sua responsabilidade social e seu compromisso com melhorias nas comunidades" (LEITE, 2003, p.5).

De acordo com Pereira (2011) a conceituação mais adequada para o termo terceiro setor revela que:

Embora não exista unanimidade no tocante ao conceito e à sua abrangência, uma definição primária relaciona o terceiro setor ao espaço ocupado especialmente pelas ONGs, sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse social, constituídas basicamente na modalidade de associações e fundações; assim como, pelos projetos, ações e atividades de indivíduos e empresas com o objetivo de promover o desenvolvimento social (PEREIRA, 2011, p. 16).

Provavelmente a dificuldade em definir o terceiro setor seja devido à diferença das organizações que o constituem e, por conseguinte, às discordâncias e contradições que o circundam, simbolizadas de modo perspicaz por Maria Marcondes Gonh:

[...] o terceiro setor é um tipo de ‘Frankenstein’: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras. Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégicos-rationais, pautadas pela lógica de mercado. Um ponto em comum: todas falam em nome da cidadania (GONH, 2000, p. 60 apud PEREIRA, 2011, p. 16-17).

Pereira (2011) ainda recupera os “questionamentos sobre a identidade, a diversidade e a impressão conceitual do terceiro setor” apontados por outra pesquisadora do tema, Rosa Maria Fischer⁹.

Pode-se detectar desde manifestações de desconfiança e rejeição, até o simples estranhamento na adoção de um conceito que, para abranger a amplitude e a diversidade da realidade que busca definir, tende a ser genérico e impreciso. O próprio nome atribuído a este espaço é alvo de uma disputa nas quais competem, mais do que conceitos e tradições acadêmicas, visões de mundo, valores e identidade dos próprios envolvidos nessas organizações. Assim, não-governamental, sem fins lucrativos, da sociedade civil, filantrópica e beneficente são termos que dividem os corações e mentes dos profissionais, militantes e voluntários que atuam nesse espaço (FISCHER, 2002, p. 45-46 apud PEREIRA, 2011, p. 17).

2.3.1.3 Iniciativa privada no terceiro setor

Alicerçado em um comitê de filantropia estabelecido em 1989, no domínio da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, para analisar como os empresários conseguiriam colaborar para a modificação no conturbado quadro social brasileiro, no ano de 1995, o GIFE foi instituído por representantes de 25 grupos particulares, nacionais, dentre eles: Rede Globo, Volkswagen do Brasil, Bradesco, Grupo Itaú, Odebrecht e Victor Civita, com o intuito de impulsionar a atuação sistemática de empresas privadas na esfera social. Já em 1997, ele contava com 40 sócios para propostas nas áreas de educação, ciência, saúde, cultura, meio-ambiente, tecnologia, e bem-estar social (CARRIO, 2000).

⁹ FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

Pautado, de um lado, pela consciência da fragilidade do estado e, de outro, pelos riscos do capitalismo selvagem, o GIFE cuja missão explícita é "aperfeiçoar e difundir os conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum" (Meneguetti, 1998) realiza atividades educativas e oferece apoio técnico a empresas que desejem aderir à causa da cidadania empresarial. Ou seja, que se disponham a investir sistematicamente na área social, através de atividades planejadas e continuadas, com objetivos e metodologias definidos e sujeitas à avaliação periódica (GIFE¹⁰, 1997 apud CARRIO, 2000).

Acrescenta que o termo *cidadania empresarial*, muito utilizado nos documentos do GIFE, deve ser entendido tanto como um modo de responsabilidade de cada um, e de todos os empresários, analisando e propondo soluções para os impasses sociais, quanto como mobilização geral dos cidadãos para a problemática (CARRIO, 2000).

2.3.1.4 OSCIP *versus* ONG

É muito comum as pessoas confundirem essas duas siglas achando que ambas se referem a organizações do terceiro setor. A priori, podemos afirmar que toda Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)¹¹ é uma Organização não Governamental (ONG), mas nem toda ONG é uma OSCIP. Segundo informações divulgadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017).

Muita gente pensa que uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é, por si só, um tipo de entidade ou organização. Mas essa não é a visão correta. Uma OSCIP é **uma qualificação jurídica (negrito do autor)** atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos. Ou seja, as entidades típicas do terceiro setor (SEBRAE, 2018).

¹⁰ Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), foi instituído como organização sem fins lucrativos, em 1995.

¹¹ A lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 06 mai. 2018.

Tachizawa (2012) refere-se à lei 9790/99 que regulamenta a atuação das OSCIPs, que podem atuar nas seguintes áreas: educação; saúde; cultura e defesa de patrimônio histórico e artístico; comunidade; apoio à criança e aos adolescentes; voluntariado; meio ambiente; apoio a portadores de deficiências; parcerias com o governo; promoção da assistência social; segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento econômico e social e do combate à pobreza; experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; outras categorias de atuação.

Já as ONG's podem atuar em: "educação; saúde; cultura e defesa de patrimônio histórico e artístico; comunidade; apoio à criança e aos adolescentes; voluntariado; meio ambiente; apoio a portadores de deficiências; parcerias com o governo; outras categorias de atuação" (TACHIZAWA, 2012).

Para o SEBRAE (2018) as Organizações não Governamentais (ONGs) são entidades desprovidas de fins lucrativos as quais desempenham diversas práticas solidárias para públicos específicos.

A atuação da ONG é na esfera pública, embora não estatal, ou seja: apesar de não pertencer ao Estado, oferta serviços sociais, geralmente de caráter assistencial, que atendem a um conjunto da sociedade maior do que apenas os fundadores e/ou administradores da organização (SEBRAE, 2018).

Albuquerque (2006, p. 31) define ONGs como sendo organizações particulares sem fins lucrativos que, ao alcançar um rendimento econômico próprio de suas práticas, precisam reinvestir esse rendimento na atividade-alvo da organização.

[...] Apesar de não-governamentais, os fins a que essas instituições se dedicam têm características de serviço público, ainda que em escala diferente da realizada pelo Estado (ALBUQUERQUE, 2006, p. 31).

Cabe lembrar as principais características de uma ONG destacadas pelo SEBRAE (2018): a) Agrupamento formal de pessoas em torno de interesses e objetivos comuns; b) Realização de ações solidárias, de ajuda mútua e filantrópicas; c) Autonomia, livre adesão e participação voluntária dos associados; d) Iniciativas privadas não orientadas para o lucro; e) Iniciativas na esfera pública não realizadas pelo Estado; f) Atuação política e social, fundamentadas nos princípios e valores pactuados por todos os seus integrantes/associados.

Albuquerque (2006) destaca que “nos últimos anos, uma série de pesquisas sobre o terceiro setor vêm sendo realizados por organizações internacionais, por organizações não governamentais e pela iniciativa privada”. E prossegue:

A divergência quanto ao conceito, à metodologia e aos critérios de classificação dos diversos segmentos do terceiro setor leva a resultados significativamente diferentes em relação ao número de organizações e instituições existentes, assim como em relação à área de atuação, a fontes de financiamento etc.
[...] Para termos um quadro realmente claro do terceiro setor é preciso que haja uma homogeneização das metodologias e das classificações das instituições (ALBUQUERQUE, 2006, p. 28).

Para o autor, apesar de haver “a imensa diversidade de nomes, classificações e definições das organizações que compõem o terceiro setor, os pesquisadores encontram aspectos comuns a elas” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 31-32), a saber: a) as Organizações: têm estrutura e existência institucional; b) Instituições privadas: estão institucionalmente separadas do Estado; c) Instituições sem fins lucrativos: não distribuem lucros ou resultados entre seus dirigentes ou gestores (no caso brasileiro, tal distribuição passou a ser permitida com a promulgação da Lei Federal das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, de 1999); d) Instituições autogovernadas: fundamentalmente têm controle sobre os próprios assuntos; e) Instituições voluntárias: atraem contribuições voluntárias (de dinheiro ou de dedicação).

A classificação dada por Andrés Falconer¹² (1999 apud ALBUQUERQUE, 2006, p 34) para as organizações do terceiro setor no Brasil, compreende igrejas e instituições religiosas; organizações não governamentais e movimentos sociais; empreendimentos sem fins lucrativos e fundações empresariais.

¹² FALCONER, A. P. A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e de seu campo de gestão. Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Albuquerque (2006) acrescenta ainda que no Brasil há um importante documento acerca das organizações não governamentais, conhecido como Relatório Fasfil. E é esse documento que embasa os levantamentos estatísticos sobre o setor realizados periodicamente pelo IBGE (e que serão apresentados mais adiante).

Um documento importante para a compreensão do terceiro setor no Brasil é o relatório sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil), publicado em 2002 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O relatório é fundamental não só por trazer dados e análises do estado da arte recente, mas também por adotar os mesmos critérios conceituais utilizados pelas Nações Unidas e pela Universidade Johns Hopkins, o que permite a comparação com pesquisas publicadas em outros países. É bom lembrar que os critérios utilizados na elaboração do documento foram adaptados à realidade jurídica brasileira à luz do novo Código Civil (ALBUQUERQUE, 2006, p. 35-36).

De acordo com estes critérios, integram a Fasfil: organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, fundações sustentadas com capital privado e instituições ou associações alóctones com filial no país.

2.3.1.5 Dados nacionais do Fasfil

Em 2010, no Brasil, existiam 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – Fasfil. Sua relevância é reconhecida pelo fato deste conjunto de instituições corresponder a maior parte (52,2%) do total de 556,8 mil entidades sem fins lucrativos e uma porção considerável (5,2%) do total de 5,6 milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, as quais integravam o Cadastro Central de Empresas – Cempre, do IBGE, no mesmo ano referido (IBGE, 2012).

A distribuição das Fasfil no Território Nacional tende a acompanhar a distribuição da população. Assim é que, na Região Sudeste, concentram-se praticamente as mesmas proporções de Fasfil (44,2%) e de brasileiros (42,1%). Em segundo lugar figura a Região Nordeste, onde estão 22,9% dessas instituições, o que representa uma proporção pouco menor do que a da população (27,8%) [...]. A Região Sul ocupa o terceiro lugar tanto em número de instituições quanto em número de habitantes, no entanto, neste caso, as proporções se diferenciam, evidenciando uma concentração mais acentuada das Fasfil. Assim é que, nesta região, encontram-se 21,5% das entidades e apenas 14,4% da população. Na Região

Norte, ao inverso, estão 4,9% das Fafil e 8,3% dos brasileiros (IBGE, 2012, p. 29).

Na Tabela 1, apresentamos dados [os mais recentes que encontramos], que trazem os valores totais e percentuais das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, bem como a população total das grandes regiões e unidades da Federação que integram o estudo do IBGE relativo ao ano de 2010. A região Sudeste lidera o ranking com 128.619 entidades (44,2% do total, sendo que São Paulo sozinho corresponde a 20,5% desse percentual).

Tabela 1 – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e população total, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		População total	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	290 692	100,0	190 755 799	100,0
Norte	14 128	4,9	15 864 454	8,3
Rondônia	2 373	0,8	1 562 409	0,8
Acre	738	0,3	733 559	0,4
Amazonas	2 360	0,8	3 483 985	1,8
Roraima	332	0,1	450 479	0,2
Pará	6 187	2,1	7 581 051	4,0
Amapá	391	0,1	669 526	0,4
Tocantins	1 747	0,6	1 383 445	0,7
Nordeste	66 529	22,9	53 081 950	27,8
Maranhão	6 648	2,3	6 574 789	3,4
Piauí	4 276	1,5	3 118 360	1,6
Ceará	13 002	4,5	8 452 381	4,4
Rio Grande do Norte	4 153	1,4	3 168 027	1,7
Paraíba	5 628	1,9	3 766 528	2,0
Pernambuco	8 933	3,1	8 76 448	4,6
Alagoas	2 282	0,8	3 120 494	1,6
Sergipe	2 782	1,0	2 068 017	1,1
Bahia	18 825	6,5	14 016 906	7,3
Sudeste	128 619	44,2	80 364 410	42,1
Minas Gerais	36 759	12,6	19 597 330	10,3
Espírito Santo	6 393	2,2	3 514 952	1,8
Rio de Janeiro	25 881	8,9	15 989 929	8,4
São Paulo	59 586	20,5	41 262 199	21,6
Sul	62 633	21,5	27 386 891	14,4
Paraná	20 739	7,1	10 444 526	5,5
Santa Catarina	16 517	5,7	6 248 436	3,3
Rio Grande do Sul	25 377	8,7	10 693 929	5,6
Centro-Oeste	18 783	6,5	14 058 094	7,4
Mato Grosso do Sul	3 733	1,3	2 449 024	1,3
Mato Grosso	4 070	1,4	3 035 122	1,6
Goiás	6 609	2,3	6 003 788	3,1
Distrito Federal	4 371	1,5	2 570 160	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010; e Censo Demográfico 2010, 2012.

Ainda de acordo com o estudo do IBGE (2012) vale destacar o crescimento de fundações privadas e associações sem fins lucrativos nos últimos anos (Tabela 2). Dentre as quase 119 mil entidades fundadas a partir de 2000, mais de 50% surgiram nos últimos cinco anos. As Fasfil são entidades novas no Brasil, a maioria (40,8%) desenvolvida durante os anos 2001 a 2010. Além disso, das 118,6 mil entidades fundadas na década, a metade (50,8%) instituiu-se nos últimos 5 anos, promovendo em média 4% ao ano, o que evidencia um crescimento regular neste espaço de tempo. É pertinente analisar o peso das entidades desenvolvidas entre os anos de 1981 a 2000; elas constituem 46,5% do total de entidades ativas em 2010.

Tabela 2 – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo as faixas do ano de fundação – Brasil 2010

Faixas de ano de fundação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	
	Total	Percentual (%)
Total	290 692	100,0
Até 1970	9 558	3,3
De 1971 a 1980	27 270	9,4
De 1981 a 1990	45 132	15,5
De 1991 a 2000	90 079	31,0
De 2001 a 2005	58 388	20,1
2006	11 869	4,1
2007	11 551	4,0
2008	11 464	3,9
2009	13 726	4,7
2010	11 655	4,0

Fonte: Adaptado de IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010, 2012.

As antigas instituições, criadas até o ano de 1980, se referem a apenas 12,7% do total das Fasfil. Entre as respostas possíveis a partir desse resultado, destacam-se não só a postura menos relevante dessas entidades nas décadas anteriores, mas também a complexidade de administração das entidades menores no decorrer dos anos (IBGE, 2012).

A distribuição das entidades por Grandes Regiões mostra diferenças importantes em relação à idade. Entre as mais antigas, criadas até o final dos anos 1970, predominam as sediadas no Sudeste, 55,4% do total. Entre as instituições mais novas, cresce a participação daquelas sediadas no Nordeste, que representam $\frac{1}{4}$ do total das entidades criadas de 2001 a 2010 (IBGE, 2012) (Tabela 3).

Tal resultado retrata a consolidação gradual da presença da sociedade civil na região (IBGE, 2012).

Tabela 3 – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por faixas de ano de fundação, segundo as Grandes Regiões – 2010

Grandes Regiões	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Faixa de ano de fundação					
	Até 1970		De 1971 a 1980		De 1981 a 1990	
	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %
Brasil	9 558	100,0	27 270	100,0	45 132	100,0
Norte	158	1,7	698	2,6	1 712	3,8
Nordeste	1 026	10,7	3 034	11,1	7 805	17,3
Sudeste	5 556	58,1	14 845	54,4	21 551	47,8
Sul	2 477	25,9	6 983	25,6	11 028	24,4
Centro-Oeste	341	3,6	1 710	6,3	3 036	6,7

Grandes Regiões	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Faixas de ano de fundação					
	De 1991 a 2000		De 2001 a 2006		2006 a 2010	
	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %
Brasil	90 079	100,0	58 388	100,0	60 265	100,0
Norte	4 574	5,1	3 250	5,6	3 736	6,2
Nordeste	24 670	27,4	15 485	26,5	14 509	24,1
Sudeste	36 233	40,2	23 924	41,0	26 510	44,0
Sul	19 014	21,1	11 674	20,0	11 457	19,0
Centro-Oeste	5 588	6,2	4 055	6,9	4 053	6,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010, 2012.

As entidades representam, principalmente, dois grupos: 1- entidades direcionadas para a defesa de interesses e direitos dos cidadãos e 2- entidades religiosas. No contexto inicial, especialmente, os subgrupos que estão envolvidos são: Associações profissionais, Defesa de direitos de grupos e minorias, Emprego e treinamento, Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos, Associações empresariais e patronais, Centros e associações comunitárias, Desenvolvimento rural, Associações de moradores e Associações de produtores rurais. No total, são 87,4 mil entidades que, quando somadas, correspondem a 30,1% do total (IBGE, 2012) (Tabela 4):

Tabela 4 – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, total e participação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos Brasil – 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	
	Total	Participação percentual (%)

		Em relação ao total	Em relação ao grupo
Total	290 692	100,0	-
Habitação	292	0,1	100,0
Habitação	292	0,1	100,0
Saúde	6 029	2,1	100,0
Hospitais	2 132	0,7	35,4
Outros serviços de saúde	3 897	1,3	64,6
Cultura e recreação	36 921	12,7	100,0
Cultura e arte	11 995	4,1	32,5
Esportes e recreação	24 926	8,6	67,5
Educação e pesquisa	17 664	6,1	100,0
Educação infantil	2 193	0,8	12,4
Ensino fundamental	4 475	1,5	25,3
Ensino médio	2 107	0,7	11,9
Educação superior	1 395	0,5	7,9
Estudos e pesquisas	2 059	0,7	11,7
Educação profissional	531	0,2	3,0
Outras formas de educação/ensino	4 904	1,7	27,8
Assistência social	30 414	10,5	100,0
Assistência social	30 414	10,5	100,0
Religião	82 853	28,5	100,0
Religião	82 853	28,5	100,0
Associações patronais e profissionais	44 939	15,5	100,0
Associações empresariais e patronais	4 559	1,6	10,1
Associações profissionais	17 450	6,0	38,8
Associações de produtores rurais	22 930	7,9	51,0
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	100,0
Meio ambiente e proteção animal	2 242	0,8	100,0
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	14,6	100,0
Associação de moradores	13 101	4,5	30,9
Centros e associações comunitárias	20 071	6,9	47,3
Desenvolvimento rural	1 522	0,5	3,6
Emprego e treinamento	507	0,2	1,2
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	1,8	12,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	0,7	5,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	26 675	9,2	100,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente.	26 675	9,2	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010, 2012.

A contemporaneidade apresenta uma evolução do processo de democratização, em que a democracia participativa e direta obtém de forma gradual mais adeptos e a democracia representativa e indireta continua desenvolvendo-se, aumentando os espaços de articulação através de organizações da sociedade civil com o Estado. Assim,

Conselhos, conferências, ouvidorias, audiências públicas, reuniões de interesse e consultas públicas são algumas das interfaces socioestatais importantes para a formulação ou avaliação de políticas

públicas. Conhecer as organizações que atuam no Brasil nesse contexto é medida que se impõe (IBGE, 2012, p. 10).

No quadro a seguir, outras importantes informações que confirmam esta realidade.

Quadro 1– Panorama das Fasfil

<p>[Quantidade de Fasfil]</p> <p>Em 2010, as 290,7 mil Fasfil representavam 5,2% do total de entidades públicas e privadas existentes em todo o País. Elas empregavam 4,9% dos trabalhadores brasileiros, o que representa um contingente de 2,1 milhões de pessoas que ganhavam, em média, R\$ 1.667,05 mensais. Este valor equivalia a 3,3 salários mínimos daquele ano, semelhante à média das remunerações de todas as organizações cadastradas no Cempre (3,2 salários mínimos).</p>
<p>[Área de atuação]</p> <p>Uma análise geral das atividades desenvolvidas por essas instituições revela sua enorme diversidade, entre as quais se destacam as entidades voltadas à defesa de direitos e interesses dos cidadãos (30,1%) e as religiosas (28,5%). Atuando nas áreas tradicionais de políticas públicas de <i>Saúde</i>, <i>Educação e pesquisa</i> e <i>Assistência social</i> encontram-se apenas 18,6% dessas entidades.</p>
<p>[Distribuição territorial]</p> <p>A distribuição do total das Fasfil no Território Nacional tende a acompanhar a distribuição da população, mas são grandes as diferenças de atuação em cada Grande Região. No Sudeste, concentram-se as entidades de <i>Religião</i> (57,4%), <i>Saúde</i> (53,4%), <i>Assistência social</i> (47,7%) e <i>Cultura e recreação</i> (43,3%). Na Região Nordeste, estão concentradas as entidades de Desenvolvimento e defesa de direitos (37,7%).</p>
<p>[Tempo de atuação]</p> <p>A idade média das Fasfil é de 14,4 anos e grande parte delas (40,8%) foi criada no período de 2001 a 2010. No grupo de entidades mais antigas, criadas antes dos anos 1980, predominam as entidades de <i>Religião</i> (39,5%) e <i>Cultura e recreação</i> (19,6%). <i>Entre as mais novas, criadas nos primeiros dez anos deste milênio, destacam-se as entidades de defesa de direitos e interesses dos cidadãos (30,6%) e, novamente, as de Religião, num patamar bem mais reduzido (27,0%)</i> (IBGE, 2012, p. 75).</p>
<p>[Remuneração]</p> <p>Pela primeira vez o estudo das Fasfil traz informações sobre pessoas assalariadas segundo gênero e nível escolaridade. Os resultados evidenciam uma forte predominância das mulheres, bem acima do que é observado para o total de trabalhadores das organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, cadastradas no Cempre. Nas Fasfil, as mulheres representam 62,9% dos assalariados, enquanto no conjunto Análise dos resultados das organizações cadastradas no Cempre esse percentual é de 42,1%. A presença de ocupados com nível de escolaridade superior é também mais elevada nas Fasfil: 33,0% dos assalariados dessas entidades, ou seja, quase o dobro do observado no conjunto dos ocupados no total das organizações do Cempre (16,6%).</p>

[Crescimento]

Resumindo, a análise da evolução das Fasfil, de 2006 a 2010, indica que essas instituições continuam crescendo no Brasil, ainda que em um ritmo bem menos acelerado do que em períodos anteriores, especialmente entre o final dos anos 1990 e os primeiros dois anos do milênio, quando se observou uma grande expansão do setor. Não obstante, essa desaceleração já havia sido observada no estudo anterior das Fasfil, com ano de referência 2005. Resultado oposto foi observado em relação ao número de trabalhadores, que reverteu uma tendência de queda e deu início à recuperação de postos de trabalho formal nas entidades. Isso ocorreu em paralelo a um aumento das remunerações, sobretudo nos dois últimos anos analisados. Os dados sinalizam, ainda, que o crescimento diferenciado entre os diversos tipos de entidades não se refletiu em uma mudança na sua composição, mantendo-se a representatividade mais expressiva do conjunto de instituições voltado para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos.

Fonte: Adaptado de IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010 (IBGE, 2012, p. 75-77).

2.3.1.6 Dados internacionais – ONGs/Instituições sem fins lucrativos

As informações abaixo fazem parte de uma campanha online denominada NGOfacts (TERRA, 2017) onde são destacados dados importantes sobre ONGs e instituições sem fins lucrativos e de caridade em todo o mundo.

Quadro 2 - Dados estatísticos e curiosidades sobre ONGs ao redor do mundo

ONGs no mundo:

- O termo “organização não governamental” foi criado no Artigo 71 da Carta da recém-formada Organização das Nações Unidas em 1945. Uma ONG pode ser qualquer tipo de organização desde que seja independente da influência do governo e sem fins lucrativos.
- Existem cerca de 10 milhões de organizações não governamentais (ONGs) em todo o mundo [dados de 2017].
- O número de pessoas que doam dinheiro para ONGs em todo o mundo aumentou de 1,2 bilhão em 2011 para 1,4 bilhão em 2014. Até 2030, espera-se que este número cresça para 2,5 bilhões.
- Se as ONGs fossem um país seriam a quinta maior economia do mundo.
- Aproximadamente uma em cada três (31,5%) pessoas em todo o mundo doou a uma instituição de caridade em 2015 e uma em cada quatro (24%) se voluntariaram.
- Três de cada quatro empregados do setor de ONGs são mulheres, mas a maioria dos postos de liderança nas ONGs ainda é ocupada predominantemente por homens.
- 80% dos cidadãos em todo o mundo concordam que as ONGs facilitam o envolvimento em mudanças sociais positivas.

África:

- Em 2015, havia 136.453 organizações não governamentais registradas na África do Sul e, em média, 68 novas ONGs são registradas todos os dias.
- O setor de ONGs no Quênia representa mais de 290 mil empregados em tempo integral e voluntários, dos quais 80% têm idade abaixo de 24 anos.

América:

- Há mais de 1,4 milhões de ONGs nos Estados Unidos que empregam 11,4 milhões de estadunidenses.
- O valor estimado de um voluntário é de 23,07 dólares por hora. Por isso, o valor das 7,7 bilhões de horas de trabalho voluntário realizado por 62,6 milhões de estadunidenses, ou 25,4% da população adulta, em 2013 foi de 173 bilhões de dólares.
- O total de doações para organizações não governamentais nos Estados Unidos em 2014 foi de 358,38 bilhões (cerca de 2% do PIB) – um aumento de 7,1% em relação a 2013.
- 84% dos canadenses doam para organizações não governamentais uma média individual de doação de 446 dólares por ano. No total, 10,6 bilhões de dólares são ofertados às ONGs pelos canadenses todos os anos.
- Há 10.700 organizações não governamentais registradas no México. 66% focam em oferecer acesso aos cuidados de saúde e 27% estão sediadas no Distrito Federal mexicano.
- A maioria dos funcionários assalariados de ONGs no Brasil é formada por mulheres (62%), mas elas ganham apenas 75% dos salários pagos aos seus colegas homens.

Europa:

- Há mais de 129 mil fundações de utilidade pública na Europa. Somadas, essas organizações não governamentais dão mais de 53 bilhões de euros por ano.
- O Terceiro Setor na Alemanha consiste em mais de 600 mil organizações não governamentais. 40% das ONGs foram fundadas após o ano 2000.
- 40% da população francesa se voluntariam em uma associação ou ONG locais e 22% doam dinheiro regularmente.
- O setor de ONGs na Suécia totaliza 232 mil organizações não governamentais, sendo que 58% de seus empregados são mulheres.
- Haia, nos Países Baixos, é a Cidade Internacional da Paz e da Justiça e sede de 160 organizações não governamentais que empregam mais de 14 mil pessoas.
- O setor de ONGs da Inglaterra e do País de Gales é constituído de 165 mil instituições de caridade registradas, 948 mil empregados, 943 mil conselheiros/diretores e 3,2 milhões de voluntários.

Oceania:

- Há mais de 600 mil organizações não governamentais (ONGs) na Austrália, cujos funcionários totalizam 8% da força de trabalho australiana. Entretanto, apenas 60 mil dessas ONGs são registradas junto ao ACNC (Comissão Australiana de Instituições de Caridade e Sem Fins Lucrativos).

Ásia:

- 53% dos cidadãos do Pacífico Asiático fazem doações para ONGs, sendo os da Tailândia (71%), Vietnã (70%) e Hong Kong (65%) os que doam com maior frequência. Saúde e Educação de crianças são as causas mais populares.
- Com 3,3 milhões de organizações não governamentais, a Índia tem aproximadamente uma ONG para cada 400 pessoas.
- Nove em cada 10 pessoas nos estados do Golfo doam para ONGs regularmente, e 63% das doações são feitas durante os períodos comemorativos religiosos do Ramadã e do Eid al-Fitr.

Fonte: Adaptado de TERRA, 2017.

Esse quadro revela e confirma a importância e relevância do Terceiro Setor, que atende aos mais diversos objetivos e que preenche cada vez mais o espaço ocioso entre as diversas demandas existentes entre a sociedade e Estado nos mais diversos cenários ao redor do mundo.

2.3.1.7 Influências do terceiro setor no Estado

Ao analisar o papel e a atuação do terceiro setor em ambiente democrático, Torres procura identificar “quanto o alargamento da cidadania fomentada pelo terceiro setor tem de poder para influenciar o Estado.” (2017, p.126). Em relação ao aspecto educacional no país, o autor ressalta que a defasagem educacional afeta claramente o atributo participativo dos cidadãos e provoca desinteresse político, visto que a precariedade de ensino e a falta de esclarecimento das questões relacionadas aos negócios públicos e aos interesses envolvidos no jogo político não são assimiladas (TORRES, 2017).

Apesar de a educação no Brasil ser um direito constitucionalmente garantido e um dever do Estado, ela é ineficiente e insuficiente. Nesse ponto o terceiro setor em muito pode e tem contribuído para preencher o hiato deixado pelo Estado. Existem inúmeras entidades voltadas à educação e à informação, não só em termos do ensino formal (escolar), mas também em termos do ensino informal (reciclagem do trabalhador, formação política), com vistas a contribuir com a educação, aprimorar e incentivar a participação política e a cidadania¹³ coletivos (TORRES, 2017, p. 129).

No que concerne às contribuições do terceiro setor para o processo de cidadania política do Brasil, Torres considera a existência de uma desconfiança da

¹³ “Uma das marcas mais importantes do final da ditadura militar no Brasil foi o fortalecimento de instituições da sociedade civil, nascidas fora do guarda-chuva do Estado. Nos anos que nos separam da filosofia de quartel, indivíduos se organizaram em grupos, comunidades e associações das mais distintas naturezas para mudar e tentar melhorar o entorno por conta própria, sem esperar pela onipresença benevolente do Estado. Assim, proliferaram e popularizaram-se as organizações não governamentais (ONGs), que deixaram de lado o caráter puramente assistencialista das ações de suas predecessoras para assumir posturas mais ativas na elaboração de projetos de intervenção social e na pressão por definições de políticas públicas junto às esferas governamentais. Um dos setores que mais absorveram as ONGs foi o de educação. A evidente e ampla carência estrutural (física e humana) que caracteriza a educação brasileira, aliada à cada vez mais arraigada visão de que se trata de setor estratégico tanto para a melhoria de vida dos cidadãos como para o crescimento do país, acabou fazendo com que esse fosse um dos principais focos de atuação do terceiro setor, para o qual se volta com arco bastante amplo e heterogêneo de trabalhos em escolas e comunidades” (CURI, 2011 apud TORRES, 2017, p. 129).

população em relação aos gestores do Estado, em função de “coisa pública” ser vista e conduzida como “coisa particular” pelas classes que detêm o poder e pelos interesses particulares de alguns grupos serem privilegiados em relação aos interesses coletivos (TORRES, 2017).

A organização da sociedade civil em instituições fora do aparelho estatal resulta numa forma participativa da cidadania. Por meio do terceiro setor, a sociedade passa a fiscalizar as atividades dos governantes e parlamentares, exige transparência e responsabilidade na condução da coisa pública, bem como encontra um meio de interface entre governantes e governados de forma que as suas reivindicações sejam ouvidas e atendidas (TORRES, 2017, p. 129-130).

Com essa falha representativa ocasionada pelos partidos, os cidadãos começam a procurar por entidades do terceiro setor que os representem, levando em conta que o terceiro setor é formado por diversas entidades com entendimento e ligação específicos com setores sociais, dentre os quais se encontram grupos de jovens, negros, mulheres, além de grupos que tratam de questões ambientais, o que o torna uma forma de representação desses grupos da sociedade civil, dando voz aos seus interesses junto ao Estado (TORRES, 2017).

O terceiro setor também contribui com a formação da cidadania política, pois conscientiza as pessoas de que não basta protestar ou exigir atendimento aos interesses sociais, mas que é preciso colaborar e participar das políticas públicas a serem implementadas. Nessa dimensão têm-se as entidades voltadas para as questões de interesse público, capazes de formular projetos, monitorar sua execução e prestar contas não só financeiramente, mas também com relação às metas propostas. O terceiro setor tem o papel de ator complementar ao Estado na execução das políticas públicas e no engajamento da sociedade na concretização dessas políticas (TORRES, 2017, p. 130).

De acordo com Torres (2017) as ações realizadas pelas entidades que atuam no terceiro setor acabam exercendo influência no Estado e, por intermédio das mesmas, são oferecidos mecanismos para a formação da cidadania política de cada indivíduo representado por elas.

O poder do terceiro setor de influenciar no Estado é um fato que, no Brasil, decorre até mesmo por determinação constitucional, diante da

criação de conselhos gestores no âmbito governamental, nos quais o terceiro setor tem ampla participação. [...]

O terceiro setor se apresenta como verdadeiro instrumento democrático, tendo sua atuação especial lugar no controle do poder político e na implementação de políticas públicas. Ele tem o condão de servir de ferramenta para a sociedade civil organizar-se e mobilizar-se de tal forma a influir no Estado e, por consequência, nas políticas públicas adotadas, transmutando-se na moderna participação política do cidadão nas democracias atuais (TORRES, 2017, p. 132).

2.3.2 Contribuições do Terceiro Setor para o tema Sustentabilidade

“Economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável” (RATTNER, 1999, p. 233), este tem sido o modelo padrão utilizado nos discursos científicos e políticos, entretanto, o mesmo não promove mecanismos relacionados à adequação e incorporação de objetivos e valores oriundos das ideias de produtividade e progresso técnico com a preservação e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Além disso, a respeito da reivindicação pela equidade intra e inter-gerações e disparidades, este modelo é ainda menos adequado (RATTNER, 1999).

Ainda se referindo ao conceito de sustentabilidade, Rattner lembra que ultrapassa o exercício analítico de entender a realidade e impõe a realização da avaliação de coerência lógica em aplicações práticas, em que o discurso pode ser remodelado para a realidade objetiva. Atores sociais e suas ações assumem legitimidade política e autoridade para influenciar comportamentos sociais e políticas de desenvolvimento através da prática efetiva (RATTNER, 1999).

[...] A discussão teórica, portanto, revela uma luta disfarçada pelo poder entre diferentes atores sociais, competindo por uma posição hegemônica, para ditar diretrizes e endossar representações simbólicas de sustentabilidade, seja em termos de biodiversidade, sobrevivência do planeta ou de comunidades autossuficientes e autônomas (RATTNER, 1999, p. 233-234).

[...] Assim, a força e a legitimidade das alternativas de desenvolvimento sustentável dependerão da racionalidade dos argumentos e opções apresentadas pelos atores sociais que competem nas áreas política e ideológica (RATTNER, 1999, p. 234).

O principal avanço no desenvolvimento da concepção de sustentabilidade é retratado pela gradual concordância que a sustentabilidade procura e demanda por

igualdade social, democracia política, preservação do meio ambiente, eficiência econômica e diversidade (RATTNER, 1999).

Muitas ONGs, adotando um posicionamento crítico em relação à definição oficial de desenvolvimento dos governos e agências internacionais, entendem sustentabilidade como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado nas pessoas e que poderia se tornar o fator mobilizador e motivador nos esforços da sociedade para transformar as instituições sociais, os padrões de comportamento e os valores dominantes (RATTNER, 1999, p. 233).

Rattner sustenta que instituições e políticas voltadas para a sustentabilidade são construções sociais, porém isto não quer dizer não serem reais. Entretanto, sua efetividade é dependente da seleção às proposições apresentadas e defendidas pelos diversos atores sociais (RATTNER, 1999).

Assim, a questão da sustentabilidade permite aos atores no poder que imponham suas visões e interesses aos movimentos sociais, às ONGs e mesmo às políticas e diretrizes governamentais. A sustentabilidade não pode ser derivada apenas de um melhor equilíbrio e harmonia com o meio ambiente natural. Suas raízes estão localizadas em um relacionamento interno à sociedade, de natureza econômica e politicamente equilibrada e equitativa (RATTNER, 1999, p. 237).

Oliveira e Nader (2017) defendem a ideia de que é inconcebível dissociar o avanço econômico em um longo período de tempo de um país sem evolução social e preservação ambiental. Dessa forma, o progresso social necessita de uma ação colaborativa entre primeiro, segundo e terceiro setores.

2.3.3 Novos modelos de organização para o interesse público e para a sustentabilidade - A Rede Nossa São Paulo

A organização Rede Nossa São Paulo nasce a partir do “Movimento Nossa São Paulo”, em um contexto social que tem como marcas a desigualdade excludente de uma mega cidade que cresce desordenadamente; cheia de contradições, com um mercado de luxo promissor e ao mesmo tempo com regiões que possuem 40% de suas áreas favelizadas, além do baixo nível de qualidade de

vida marcado pela pressão da violência e de congestionamentos que à época chegavam a 138km de congestionamento médio diário (FIABANE, 2011).

Nesse momento abre-se espaço para a participação de organizações civis na formulação de políticas públicas e no Plano Diretor da cidade; a administração pública goza de autonomia. Muitos participantes desse novo processo passam a fazer parte de cadeiras do colegiado diretivo do Movimento Nossa São Paulo. Segundo o portal da Rede Nossa São Paulo, o Movimento surge porque havia uma percepção de que a atividade política no Brasil, as instituições públicas e a democracia estavam com a credibilidade abalada. “É necessário promover iniciativas que possam recuperar para a sociedade os valores do desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa” (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2015).

Um grupo de pessoas se uniu para trabalhar pelo bem comum, mostrar que é possível melhorar as condições de vida até mesmo na maior metrópole da América do Sul, promover a justiça social e fazer os governos funcionarem, ajudando a melhorar o sistema político e os serviços prestados para a sociedade. Um grupo de pessoas se uniu para realizar um sonho que parecia impossível, às vezes inacreditável: ajudar na construção de cidades mais justas e sustentáveis. Deste grupo e deste sonho nasceu o Movimento Nossa São Paulo, em 2007, transformado em Rede Nossa São Paulo em 2010. [...] Quando foi lançado publicamente, em 2007, o Movimento Nossa São Paulo já contava com o apoio de 200 organizações. Atualmente, são mais de 700 organizações em rede, unidas pelo propósito e pela certeza que é possível construir cidades mais justas (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2015, p. 8-9).

O Movimento Rede Nossa São Paulo foi inspirado no Modelo “Bogotá Cómo Vamos”, experiência colombiana de controle social para qualidade de vida. A organização colombiana foi visitada por empresários e líderes comunitários brasileiros com patrocínio da Fundação Avina, dentre eles Oded Grajew, empresário engajado em várias iniciativas sociais (PNBE, Instituto Ethos, Fórum Social Mundial) que vinha propondo unir iniciativas de movimentos e organizações da sociedade civil paulistana em torno de diálogo do cidadão com o poder público (BOGOTACOMOVAMOS, 2016).

Por que medir a qualidade de vida? Estima-se que mais de dois terços da população mundial vive em cidades. Medir a qualidade de vida urbana é essencial para conhecer os avanços, desafios e perspectivas da cidade, e saber como o governo, as organizações

privadas e os cidadãos podem contribuir para o bem-estar de todos (BOGOTACOMOVAMOS¹⁴, 2016, tradução nossa).

Lançado em 2007, o Movimento Nossa São Paulo submete à Câmara Municipal de São Paulo, projeto de emenda nº. 30 à Lei Orgânica - PLO 08/07, com a assinatura de mais de 400 organizações, obrigando os prefeitos a divulgarem seu plano de governo até 90 dias após assumir seu cargo e à prestação de contas a cada seis meses. A PLO foi aprovada em 19/02/2008 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017).

O Movimento se fortalece e passa a ser denominado como Rede Nossa São Paulo a partir de outubro de 2010, com a promessa de construir uma força política, social e econômica que envolva a sociedade e governos na construção de uma agenda e um conjunto de metas que promovam qualidade de vida para a cidade de São Paulo, e uma democracia efetiva. A partir daqui utilizaremos somente a denominação Rede Nossa São Paulo.

Atualmente, a Rede Nossa São Paulo tem a participação de mais de 700 organizações e entidades da sociedade civil, seguido de empresas, associações de classe, sindicatos, universidades e imprensa. A Rede se identifica como apartidária e interreligiosa. Em sua estrutura não há a presença de presidente e de diretoria, e se constituiu e se expande de forma horizontal.

Quadro 3 – Algumas organizações e entidades parceiras da RNSP

Organizações e entidades ligadas à Rede Nossa São Paulo (amostra escolhida aleatoriamente em um universo de 700 parceiros)		
Abong/SP – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais	Abraesporte - Academia Brasileira de Marketing Esportivo	Aliança Internacional de Jornalistas
Anfavea – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae de São Paulo	Associação Paulista De Medicina
Banco Bradesco	Banco HSBC	Banco Itaú

¹⁴ ¿Por qué medir la calidad de vida? Se estima que más de dos tercios de la población mundial vive en ciudades. Medir la calidad de vida urbana es esencial para conocer los avances, desafíos y perspectivas de la ciudad, y saber cómo el gobierno, las organizaciones privadas y los ciudadanos pueden contribuir al bienestar de todos. Disponível em: <<http://www.bogotacomovamos.org/>>. Acesso em 22 nov. 2016.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo	British Council Brazil
C&A	Canal Futura	CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz
Central Nacional Unimed	Cia. de Transmissão e Energia Elétrica Paulista	Cietec – USP
CND-BR – Centro Nacional de Denúncia	Coca-Cola	Comissão Internacional Direitos Humanos
Eletropaulo	Emef Desembargador Amorim Lima	Emei Chácara Sonho Azul
Embaixada Cigana do Brasil – Phralipen Romani	Escola de Governo – Associação Instituto de Política e Formação Cidadã	Faculdade Campos Elíseos
FAU/USP	Febraban – Federação Brasileira De Bancos	Federação do Comércio do Estado De São Paulo
FGV-SP	Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Fundação O Boticário	Fundação SOS Mata Atlântica	Fundação Telefônica
Fundação Tide Setubal	Fundação Victor Civita	Google
Greenpeace	Grupo Pão de Açúcar	Hewlett-Packard
Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	Instituto Akatu	Instituto Ayrton Senna
Instituto de Defesa dos Direitos dos Contribuintes – IDDC	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	Instituto Sou da Paz
Instituto Votorantim	IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Klabin
Legião da Boa Vontade	Lew Lara	Liga Solidária (Liga das Senhoras Católicas de São Paulo)
Livraria Cultura	Locaweb	Microsoft
Movimento dos Sem Teto da Cidade de São Paulo	Museu da Pessoa	Natura
Nestlé	Núcleo de Estudos do Futuro PUC-SP	Pró-acesso UFRJ
OAB São Paulo	P&B Comunicação	Philips

PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais	Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Porto Seguro
Pricewaterhousecoopers	Programa Agita São Paulo	Projeto Arrastão
PUC-SP	Recicla Alumínio	Rede Ação Pela Paz – Fundap SP
Revista Piauí	São Paulo Convention & Visitors Bureau	Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Organizacional
Serasa	Sesc São Paulo	Sindpeças
Sinpro – Sindicato dos Professores do Município do São Paulo	Sociedade Beneficente de Senhoras – Hospital Sírio-Libanês	SOS Mata Atlântica
SOS Represa Guarapiranga	Telefonica	Tim Celular S.A.
Tintas Coral	Totvs	Ubb –União Brasileira Beneficente
Ufabc/Larc-Poli-Usp	Unibanco	Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unifesp – Universidade Federal de São Paulo/EPM	Universidade Anhembi Morumbi	Universidade Bandeirante de São Paulo – Uniban
VCP – Votorantim Celulose e Papel	Volkswagen	Votorantim
Wal Mart	Webmotors S/A	Yázigi Internexus

Fonte: Adaptado pela autora. Disponível em: REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017.

2.3.3.1 Estrutura da Rede Nossa São Paulo

A Rede Nossa São Paulo (RNSP) é orientada por um Colegiado de Apoio, composto por fundadores, representantes de suas comissões de trabalho e de seus grupos de trabalho, personalidades de organizações da sociedade civil, que têm poder de decisão sobre as iniciativas e posicionamentos da Rede. Esse colegiado se encontra sistemática e periodicamente para tomar decisões por consenso em reuniões das quais podem participar, eventualmente, observadores.

Com a finalidade de dar base jurídica e contábil à Rede, o Instituto São Paulo Sustentável constituiu-se em uma associação sem fins lucrativos, que recebeu a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e se

configura como a secretaria executiva da Rede, viabilizando todas as ações, estratégias, projetos, programas, campanhas, mobilizações e deliberações propostas pelo Colegiado de Apoio e Grupos de Trabalho.

Como secretaria executiva, administra a agenda institucional nas relações com os Poderes Públicos, Sociedade Civil, Empresas, Universidades, Mídia, Redes Brasileira e Latino-americana *por* Cidades Justas e Sustentáveis. Tem como atribuições: 1) Operacionalizar os quatro eixos básicos da Rede: a) Pesquisar, Sistematizar, Editar e Divulgar Indicadores/Metas/Propostas de Políticas Públicas e Pesquisas de Opinião/Percepção Públicas e disponibilizá-las; b) Acompanhamento Cidadão por meio do Observatório/Site, e demais instrumentos de divulgação da sociedade civil e da mídia em geral; Executar campanhas, ações e encaminhamentos; c) Mobilização; e d) Educação cidadã. 2) Encaminhar as ações e propostas deliberadas pelo Colegiado de Apoio, Inter-GTs e GTs. 3) Construir a agenda institucional da Rede nas relações com os Poderes Públicos, Sociedade Civil, Empresas, Universidades, Mídia, Redes Brasileira e Latino-americana *por* Cidades Justas e Sustentáveis e de todas as reuniões de instâncias da RNSP (Colegiado, Inter-GTs e GTs) em consonância com os atores envolvidos; 4) Fornecer apoio logístico e operacional aos GTs e demais instâncias; 5) Elaborar e/ou editar os conteúdos do site da RNSP; 6) Relacionar-se cotidianamente com os meios de comunicação; 7) Captar e administrar os recursos financeiros na RNSP; publicar balancetes; 8) Acompanhar a agenda do Poder Executivo, da Câmara Municipal, o Diário Oficial do Município, o Site do Programa de Metas da Prefeitura e manter as instâncias da RNSP informadas; 9) Programa Cidades Sustentáveis (PCS) – iniciativa conjunta com o Instituto Ethos e a Rede Brasileira *por* Cidades Justas e Sustentáveis, coordena a mobilização e a comunicação do PCS e é responsável pela administração das despesas e receitas geradas pelas atividades relacionadas ao Programa, que tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para as cidades brasileiras para o seu desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável. Para esse objetivo, oferece às cidades uma agenda de sustentabilidade urbana, indicadores associados a esta agenda, e casos concretos que são referências nacionais e internacionais de sucesso. O PCS sugere uma campanha para sensibilizar os eleitores a escolherem a sustentabilidade como critério de voto e os candidatos a adotarem uma agenda com esta temática.

O Instituto conta com apoio financeiro de empresas privadas de diversos segmentos, através de doação em dinheiro ou em equipamentos.

2.3.3.2 Diretrizes da OSCIP

Em seu portal, a Rede Nossa São Paulo tem estabelecidas a sua Missão, Visão, Carta de Princípios e Diretrizes. Achamos por bem descrevê-las na íntegra a fim de que possam, juntamente com outros dados coletados, colaborar como fonte na fase de interpretação e análise dos dados.¹⁵

Missão

A Rede Nossa São Paulo, apartidária e interreligiosa, tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa e sustentável.

Visão

A entidade acredita ser possível uma cidade de São Paulo melhor, ou seja, uma cidade mais justa (com melhor distribuição de renda, respeito à diversidade e à equidade, desenvolvimento dos cidadãos), próspera (com oportunidades dignas de trabalho e renda), bonita (ruas e espaços públicos melhor cuidados, com lazer e moradias para todos), saudável (com ampliação de ativos ambientais, controle de poluição, reciclagem de lixo), segura (com redução da violência, respeito ao direitos civis e humanos), eficiente (com sistema de transporte público eficaz, regulação de veículos privados ao espaço viário disponível), democrática (com educação pública de alta qualidade, com meios e instrumentos de comunicação tecnicamente disponíveis, com democracia participativa e direta), e solidária e aberta para o mundo (multicultural, valorizando a criatividade e o trabalho dos cidadãos, organizações sociais, instituições públicas e privadas)¹⁶.

Carta de princípios

Sua carta de princípios está estabelecida da seguinte maneira:

Os cidadãos e as cidadãs que integram a Rede Nossa São Paulo consideram que é possível melhorar as condições de vida em São Paulo e superar os problemas enfrentados pelos moradores da cidade.

A Nossa São Paulo reúne pessoas, redes, organizações e entidades da sociedade civil e empresas da cidade de São Paulo. Foi criado para estimular e ajudar a sociedade e os governos a garantir um desenvolvimento justo, sustentável e ecologicamente responsável da cidade.

¹⁵ REDE NOSSA SÃO PAULO. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

¹⁶ O detalhamento de cada um desses atributos está disponível no portal da entidade <<https://www.nossasaopaulo.org.br/>> Acesso em: 12 dez. 2017.

Para a Rede, desenvolvimento é a elevação contínua e igualitária dos níveis e da qualidade de vida de todos e de cada um de seus moradores, em todos os aspectos da vida pessoal e coletiva. Sua atuação visa, portanto, mais além do que o aumento da renda obtida pelo crescimento econômico, que fez a cidade concentrar a maior riqueza do país e ao mesmo tempo enormes desigualdades, poluição, insegurança e violência.

A Rede Nossa São Paulo é um movimento da sociedade civil, dentre outros. É autônoma em relação a partidos e confissões religiosas, e é aberta à participação de todas as pessoas, organizações sociais e empresas que se disponham a contribuir para a realização de seu objetivo. As pessoas, organizações, entidades e empresas que a compõem são respeitados em sua diversidade e autonomia, e estimulados a atuar numa perspectiva de corresponsabilidade solidária pela cidade.

A Rede Nossa São Paulo faz parcerias com entidades e governos que queiram se empenhar na realização dos objetivos acima enunciados, mas não se vincula a governos nem a representantes eleitos em qualquer dos seus níveis (nem deles recebe recursos), e não apresenta nem apoia candidatos a postos eletivos. Atua para assegurar a legitimidade dos processos eleitorais e a elevação da qualidade das campanhas e dos eleitos para o Executivo e para o Legislativo.

A Rede Nossa São Paulo promove campanhas e ações educativas visando à melhoria da autoestima dos moradores da cidade, a elevação da sua consciência de cidadania e a revalorização do espaço público, e coloca sua atuação a serviço da justiça e da promoção e da defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana.

* * *

Na sua relação com governos e com entidades da sociedade civil na busca de soluções para os problemas da cidade, os integrantes da Rede Nossa São Paulo consideram fundamentais três princípios da democracia: a equidade, a participação e a transparência.

A equidade é condição, critério e referência básicos na formulação e execução de políticas públicas em todos os serviços e investimentos governamentais e nas atividades da própria sociedade.

A equidade nas condições de vida começa pela garantia de condições básicas de existência a todos os moradores da cidade, enquanto seres humanos, e se afirma pelo acesso, assegurado a todos, aos bens e serviços necessários para uma vida digna, sem discriminar sexo, opção sexual, idade, profissão ou ocupação, condição física, origem étnica, região ou país de origem, nível de renda, área ou região de moradia na cidade.

Para a Rede Nossa São Paulo, os serviços públicos devem assegurar essa universalização do atendimento “com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população”.

A Rede Nossa São Paulo denunciará toda desigualdade ou discriminação que constate na cidade, assim como o desrespeito à função social da propriedade, e proporá medidas governamentais e ações da sociedade para superá-las e tornar a busca da equidade um imperativo social fundamental.

Os integrantes da Rede Nossa São Paulo consideram que a participação é a base da vida democrática, e começa por processos eleitorais livres de manipulações da vontade do eleitor e de criação de desigualdades entre candidatos a postos eletivos.

Participação implica, em seguida, em criação de mecanismos e processos de participação na gestão e nas decisões dos órgãos públicos (inclusive na destinação dos recursos públicos), mas também em liberdade de crítica, debate e proposição de políticas públicas; na obrigação de consulta popular na tomada de decisões de grande impacto ambiental e nas finanças (como especificado na Lei Orgânica Municipal) e em quaisquer outros aspectos que envolvem o território do município; e na liberdade de iniciativa de organizações da sociedade civil para atender a demandas sociais.

Para os integrantes da Rede Nossa São Paulo a possibilidade e a elevação da participação – e, com ela, da consciência de cidadania – é igualmente critério para a escolha e formulação de alternativas de políticas públicas.

A Rede Nossa São Paulo atuará para assegurar a obediência às prescrições constitucionais e da Lei Orgânica Municipal relativas à participação cidadã, denunciará toda insuficiência e manipulação constatada nas ações exigidas por essas prescrições, estimulará propostas de participação surgidas na sociedade, e tomará suas próprias iniciativas para ampliar cada vez mais as possibilidades de real participação.

Assumindo essa perspectiva, a Rede Nossa São Paulo avaliará sistematicamente a atuação dos governos, por meio de indicadores em todos os aspectos da vida social e da ação governamental, e

pressionará os Poderes Executivo e Legislativo (em seus três níveis), para que atuem eficazmente dentro de suas atribuições, cumpram as metas que definirem para sua atuação e respeitem integralmente as prescrições legais que regem a sua ação.

Para os integrantes da Rede Nossa São Paulo o respeito ao princípio da transparência é essencial num País em que prevalece de longa data uma cultura de corrupção e de má gestão dos recursos públicos.

A transparência na administração de recursos públicos e de coletividades implica primeiramente na obrigação de prestações de contas, na abertura e divulgação das contas para o controle social, na pronta resposta aos pedidos de informações, no afastamento e punição dos autores de desvios, na valorização dos funcionários que assumam o efetivo respeito a essas normas e dos que sejam encarregados de controles internos.

O princípio da transparência implica também na correta e completa divulgação das justificativas de decisões tomadas para adotar políticas públicas, tanto pelo Executivo como pelo Legislativo, assim como na aceitação e livre discussão dos questionamentos que o exercício da democracia possibilita.

A Rede Nossa São Paulo tomará iniciativas para assegurar o respeito ao princípio da transparência, lutará pelo cumprimento da legislação em vigor e apoiará propostas feitas com esse mesmo objetivo, pontualmente ou por meio de proposições legislativas, e denunciará toda decisão tomada para atender a interesses corporativos ou de financiadores de campanhas.

* * *

A estrutura da Rede Nossa São Paulo é horizontal, interligando em rede todos os seus integrantes, sem competir com nenhuma das organizações que dele fazem parte nem substituí-las na ação específica de cada uma, mas estimulando a definição de objetivos comuns e de ações conjuntas para realizá-los. As organizações que integram a Rede lhe oferecem os espaços e recursos de que possam dispor.

Os integrantes da Rede Nossa São Paulo se organizam em Colegiado de Apoio, comissões, grupos de trabalho e plenárias com objetivos específicos, autogeridos e abertos a participação dos demais interessados.

Suas iniciativas e posicionamentos enquanto Rede são decididos pelo Colegiado de Apoio, formado por seus fundadores e por representantes de suas comissões e grupos de trabalho, que se encontram sistemática e periodicamente, tomando decisões por consenso em reuniões de que podem participar, eventualmente, observadores.

A atividade da Rede Nossa São Paulo é apoiada pelo Instituto São Paulo Sustentável, que lhe assegura serviços administrativos, de apoio jurídico, de arquivo e memória, de facilitação de espaços para reuniões, de contratação de serviços, de publicações e de difusão das atividades do movimento. Os recursos utilizados pelo Instituto São Paulo Sustentável provêm de pessoas e empresas interessadas em assegurar o desenvolvimento da Rede Nossa São Paulo, tendo sempre preservadas sua autonomia e independência.

Diretrizes

Sete tópicos compõem as diretrizes da Rede Nossa São Paulo. São eles:

I – Programa de Indicadores e Metas – Como estamos e onde podemos chegar: a outra São Paulo que queremos – Selecionar e organizar os principais indicadores sobre a qualidade de vida na cidade (para cada subprefeitura), de modo que possam servir de base para partidos políticos, sucessivos governos e sociedade civil se comprometerem com programas e metas para uma São Paulo sustentável e justa. Organizar um banco de dados sobre iniciativas exemplares de sustentabilidade urbana.

II – Acompanhamento cidadão – Rede Nossa São Paulo: Comunicar e disponibilizar permanentemente, com atualização periódica e regular, por meio do site da Rede Nossa São Paulo, a evolução dos indicadores relativos à qualidade de vida em cada subprefeitura da cidade, de forma que possam ser acompanhados sistematicamente por toda a sociedade. Acompanhamento sistemático dos trabalhos da Câmara Municipal. Realizar pesquisas anuais de opinião pública para

conhecer e divulgar a percepção da população sobre as várias ações municipais em todas as regiões administrativas da cidade (subprefeituras).

III – Cultura Cidadã – Realizar ações e campanhas visando mudanças no comportamento da população, a revalorização do espaço público, a melhoria da autoestima e o sentimento de pertencimento a uma cidade que é de todos e que deve ser cuidada por todos (programas de comunicação; propostas para SP; campanhas educativas e ações participativas).

IV – Parcerias – Promover parcerias entre empresas, organizações não-governamentais, subprefeituras e secretarias municipais para implementar as ações e campanhas da Cultura Cidadã e também para incentivar programas sociais mais urgentes (ampliação das creches e outros serviços públicos que poderão contar com novos apoios para eliminar seus déficits). Realizar parcerias com os meios de comunicação para ampliar a divulgação do acompanhamento dos indicadores e metas e para contribuir com as campanhas educativas e as ações participativas.

V – Ampliação das redes/mobilização social – Incentivar permanentemente a incorporação de novas lideranças, empresas e organizações sociais no Rede. Constituir fóruns nas regiões de todas as subprefeituras de SP. Manter e alimentar o portal "Nossa São Paulo" como meio de comunicação principal da Rede.

VI – Exemplaridade – Apoiar a constituição de novas redes em outras cidades e regiões do Brasil;

VII – Infraestrutura – Fóruns, Grupos de Trabalho, Redes sociais; Colegiado de Apoio: aos Fóruns, GTs e Redes, manutenção e alimentação permanente do portal "Nossa São Paulo"

Fonte: REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017, grifo nosso.

2.3.3.3 Dinâmica de Atuação da Rede

2.3.3.3.1 Grupos de Trabalho

A Rede conta também, em sua dinâmica de atuação, com 13 *Grupos de Trabalho (GT)* temáticos e interdisciplinares, constituídos por representantes de entidades e cidadãos, que têm autonomia para planejar as ações e reuniões sob a perspectiva de suas áreas temáticas.

A ideia de pensar tematicamente é uma estratégia de abertura e de convite, sobretudo de atração. Pode-se chamar isso de estratégia política, mas eu diria que é simplesmente a forma mais simples de dizer “este não é um movimento que tenha dono, este não é um movimento feito por esta ou aquela liderança, e sim por todos nós. Se isso faz sentido, estejam todos convidados” (Gilberto Palma¹⁷, 2010 apud FIABANE, 2011).

Cada Grupo é coordenado por um representante de uma entidade que fez parte da criação do GT ou que apresenta maior experiência no tema. As reuniões de

¹⁷ Gilberto Palma, Grupo de Trabalho Acompanhamento da Câmara – Rede Nossa São Paulo.

cada GT ocorrem periodicamente e cumprem uma agenda decidida coletivamente. São eles: Assistência Social, Cultura, Educação, Meio Ambiente, Orçamento, Trabalho e Renda, Mobilidade Urbana, Criança e Adolescente, Acompanhamento da Câmara, Indicadores, Saúde e Segurança.

2.3.3.4 Principais ações

A Rede Nossa São Paulo promove e participa de inúmeras ações em torno de sua principal missão de uma cidade mais justa e sustentável. As informações foram retiradas do portal da OSCIP, e neste tópico apenas relataremos algumas delas, que fazem parte do histórico da organização, pois serão analisadas em maiores detalhes no capítulo 6, quando descreveremos e analisaremos os resultados de nossa pesquisa.

32xSP

Parceria entre a Agência Mural de Jornalismo das Periferias e a Rede Nossa São Paulo, apoio da Fundação Ford, o 32xSP tem por objetivos: retratar a capital paulista a partir das suas subprefeituras, revelar desigualdades por meio de dados; aproximar os paulistanos de sua base administrativa; dar espaço de articulação aos moradores e abrir caminhos de interação da sociedade civil com o poder local, como ferramenta de engajamento.

Programa Cidades Sustentáveis

Lançado em agosto de 2011, o Programa Cidades Sustentáveis tem por objetivo oferecer aos prefeitos uma agenda completa para promoção de uma sustentabilidade urbana, bem como indicadores e exemplo de casos já implantados, como possibilidades concretas para os gestores públicos.

Rede Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis e Rede Latino-americana

A Rede Nossa São Paulo faz parte da Rede Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis, tendo trabalhado na articulação da mesma, em julho de 2008, e da Rede Latino-americana por Cidades e Territórios Justos,

Democráticos e Sustentáveis. É composta por organizações apartidárias e interreligiosas de diversas cidades, e tem por objetivo o intercâmbio de informações e conhecimentos, a fim de estimular aprendizado mútuo, apoio e fortalecimento das experiências locais.

Pesquisas de percepção dos paulistanos

A Rede promove pesquisas de percepção dos paulistanos sobre a cidade em uma série de temáticas: índice de confiança nas instituições e a satisfação com os serviços públicos e a administração municipal; IRBEM – Indicadores de Referência de Bem-Estar do Município; Dia Mundial do Carro e Pesquisa de Mobilidade Urbana; Pesquisa IRBEM Criança e Adolescente, entre outras.

Programa de Metas – emenda à Lei Orgânica do Município

A Emenda nº 30, de fevereiro de 2008, iniciativa e mobilização da Rede Nossa São Paulo, que compromete os sucessivos prefeitos a desenvolverem um programa detalhado de governo e prestação de contas semestral. São Paulo foi a primeira cidade do Brasil a aprovar a emenda, seguida por outras cidades do país. Gilberto Kassab apresentou o primeiro Plano de Metas de São Paulo, batizado de Agenda 2012; as gestões seguintes, do prefeito Fernando Haddad (2013-2016) e do prefeito João Dória (2017-2020) também apresentaram o Plano de Metas referentes aos períodos citados.

PEC do Plano de Metas

Em julho de 2011, a Rede Nossa São Paulo apresentou Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que propõe a obrigatoriedade do Plano de Metas para prefeitos, governadores e presidente da República. Está em tramitação no Congresso Nacional.

Estímulo à criação de conselhos municipais

Desde o seu surgimento, a Rede atua para reativação de conselhos que já estavam instituídos, mas não funcionavam, promovendo a criação de novas instâncias de participação. Uma das campanhas da OSCIP culminou com a criação do Conselho Participativo Municipal, instalado em janeiro de 2013. Outros três

conselhos foram instituídos no mesmo ano, com a atuação da Rede Nossa São Paulo: Conselho da Cidade de São Paulo, Conselho Municipal de Trânsito e Transporte, Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos.

Campanha pela regulamentação de plebiscitos e referendos em São Paulo

Em dezembro de 2014, teve início a Mobilização pela Democracia Direta, para regulamentar o instrumento de plebiscito em São Paulo e possibilitar que os paulistanos sejam consultados sobre projetos de obras e contratos de grande impacto na cidade. Iniciativa do Grupo de Trabalho (GT) Democracia Participativa da Rede Nossa São Paulo, conta com a participação de outras organizações da sociedade civil e vereadores.

Indicadores

Criou e mantém o Observatório Cidadão Nossa São Paulo, que disponibiliza um conjunto de indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais sobre a cidade de São Paulo e cada uma de suas 32 subprefeituras, para acesso da sociedade.

Campanha "Você no Parlamento"

A iniciativa foi uma realização conjunta da RNSP e Câmara Municipal de São Paulo, formalizada por meio da assinatura de um Termo de Cooperação. Visa criar relacionamento entre o Legislativo e a sociedade para elencar prioridades em diversas áreas e pautar o trabalho dos vereadores. O resultado desta consulta pública – entre junho e setembro de 2011 – visou orientar a elaboração de projetos de lei, incluir emendas ao orçamento da cidade e fiscalizar o Executivo.

Campanha “Sou Cidadão Paulistano”

Lançada em 2012, a campanha “Sou Cidadão Paulistano” tem o objetivo de estimular os paulistanos a se apropriarem da cidade, exercerem a cidadania e se envolverem em ações de interesse coletivo. Em outubro de 2014, a campanha foi adotada pelo Conselho da Cidade de São Paulo.

Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo

Iniciativa liderada pelo Instituto Ethos e Rede Nossa São Paulo tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e assessorar as empresas para atuação através de um desenvolvimento justo e sustentável em São Paulo. A ideia foi fomentar que, de forma organizada, sistêmica e eficiente, empreendessem ações e parcerias com outras empresas, organizações sociais, instituições de ensino e pesquisa e poder público.

Debates sobre mobilidade e transporte

De maio a novembro de 2010, a Rede Nossa São Paulo e a Câmara Municipal de São Paulo promoveram a série de seminários “Mobilidade e Transporte Sustentáveis” para construção de uma agenda para a cidade, que envolveu sociedade civil e poder público. Os temas envolveram as questões de desafios da mobilidade, indicadores técnicos, relação transporte e saúde, e propostas para um Plano Municipal de Mobilidade e Transporte Sustentáveis.

Campanha pela redução da taxa de enxofre no diesel vendido no País

A partir da resolução 315/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que determinou em janeiro de 2009, que o diesel comercializado no Brasil tivesse, no máximo, 50 partículas por milhão (ppm) de enxofre, a Rede Nossa São Paulo através de um movimento com outras entidades cobrou das autoridades federais e montadoras de veículos o cumprimento da resolução. O lançamento do Manifesto ocorreu em um ato público, em setembro de 2007. Esta mobilização fez com que a Resolução fosse inserida na agenda da Agência Nacional do Petróleo, da Petrobras e da indústria automobilística.

Nossa São Paulo na Câmara

Entre 2008 a 2012, a Rede Nossa São Paulo manteve um jornalista na Câmara Municipal, para cobertura do trabalho dos vereadores, a fim de tornar a Câmara mais transparente e fomentar a participação dos cidadãos nas decisões do Legislativo.

Orçamento per capita e indicadores socioeconômicos por subprefeituras

Esta ação teve o objetivo de divulgar o estudo sobre o orçamento da capital paulista de 2007, realizado pelo Grupo de Trabalho de Orçamento da Rede Nossa São Paulo, que ampliou o debate sobre a desigualdade da distribuição dos recursos da cidade, nas diversas subprefeituras da cidade.

Mapa da Desigualdade de São Paulo

Em junho de 2013, a Rede realizou o evento “O combate à desigualdade e o novo Plano Diretor de São Paulo”, que originou o lançamento da versão atualizada do Mapa da Desigualdade de São Paulo. O objetivo do evento e do material publicado era contribuir para que as informações fossem incluídas no Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade.

Debates pré-Fórum Nossa São Paulo

Debates realizados em março e abril de 2008 para estimular a reflexão sobre transparência da gestão pública e qualidade de vida da população. Os temas debatidos: "O Papel do Tribunal de Contas do Município no Controle das Contas Municipais", "O papel das Subprefeituras na Democracia Participativa", "Soluções Sustentáveis para a Gestão de Resíduos Sólidos na Cidade de São Paulo" e “A saúde pública na Cidade de São Paulo”.

1º Fórum Nossa São Paulo - Propostas para uma Cidade Justa e Sustentável

O evento foi realizado em maio de 2008, com o objetivo de estimular a formulação de propostas para desafios sociais, econômicos, políticos, ambientais e urbanos de São Paulo. De fevereiro a maio de 2008 foram realizados cerca de 60 encontros pela cidade, promovidos por organizações comunitárias, universidades e empresas. As propostas foram encaminhadas aos candidatos a prefeito.

Eleições 2008

Para qualificar o debate eleitoral nas eleições municipais de 2008, a Rede Nossa São Paulo realizou vários encontros com candidatos à Prefeitura e à Câmara

Municipal. No primeiro e no segundo turno das eleições, foram entregues aos candidatos dez propostas para a gestão.

1º Encontro de Educação para uma Outra São Paulo

Em novembro de 2008, a OSCIP promoveu o I Encontro Educação para uma Outra São Paulo. O evento teve o objetivo de pensar a educação a partir do que a população sonha e o que seria necessário para concretizá-la.

Seminário e Programa "Conexões Sustentáveis: São Paulo - Amazônia"

Evento ocorrido em outubro de 2008 para chamar a atenção da sociedade para a interdependência entre a preservação da floresta e a cidade, que é o maior centro consumidor e distribuidor de produtos da Amazônia. O seminário deu origem ao programa “Conexões Sustentáveis”, a cargo do Instituto Ethos. A iniciativa teve a proposta de mobilizar cadeias de valor dos setores da pecuária, madeira e soja em pactos setoriais que visavam a preservação da floresta amazônica e seus povos.

Através das diversas iniciativas que a Rede Nossa São Paulo vem promovendo, e outras recentes que vem sendo realizadas, ela pretende envolver toda a sociedade para debater temas e propostas de ação para um desenvolvimento justo e sustentável para a cidade de São Paulo, em uma postura crítica e de mobilização cidadã.

Sob a visão “Acreditamos ser possível uma cidade de São Paulo melhor, uma outra São Paulo”, a Rede Nossa São Paulo tem a meta de contar com a participação de toda a sociedade para o debate de ideias e propostas de ação que contribuam para o desenvolvimento justo e sustentável da cidade de São Paulo nas suas mais diversas necessidades (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017).

No próximo capítulo, iremos retratar o entendimento dos diversos conceitos e concepções, bem como as novas perspectivas para a sustentabilidade, em uma visão crítica, para subsidiarmos as análises dos próximos capítulos.

3 SUSTENTABILIDADE

3.1 RETROSPECTIVA DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Muitos resgatam o conceito de sustentabilidade a partir de reuniões organizadas pela ONU nos anos 1970, quando surgiu a forte consciência em relação aos limites do crescimento e da crise do modelo econômico vigente.

Boff (2013) faz uma retrospectiva sobre o tema Sustentabilidade e revela que o termo já possui uma história de mais de 400 anos. Em 1560, na Alemanha, província da Saxônia já existia uma preocupação pelo uso racional das florestas, em torno da madeira, matéria prima essencial utilizada para a construção de casas, móveis, aparelhos agrícolas, combustível, barcos, fundição de metais etc. O termo surge através da palavra alemã *Nachhaltigkeit*, que era traduzida por Sustentabilidade.

Em 1713, também na Saxônia, o Capitão Hans Carl von Carlowitz, já conferia à palavra sustentabilidade um conceito estratégico. Carlowitz escreveu na época, um tratado científico, em latim, sobre sustentabilidade das florestas – “Silvicultura econômica”. Surge daí a preocupação com a escassez, com o comprometimento que poderia haver nos negócios, com o lucro e com o crescimento econômico.

Em 1795, Carl Georg Ludwig Hartig escreve o livro “Indicações para a avaliação e a descrição das florestas”, na mesma direção de Carlowitz, retratando a sua preocupação com as gerações futuras. Foram criadas a partir de então academias de Silvicultura, que se mantiveram vivas nos círculos até 1970, quando surge o Clube de Roma, em 1968.

Outras iniciativas surgem nos anos 1950, quando já se discutia o conceito de responsabilidade social nas universidades americanas. Nos anos 1960, a bióloga da marinha norte-americana Rachel Carson publica o livro “Primavera Silenciosa” (*Silent Spring*), um marco para o entendimento das inter-relações entre economia, meio ambiente e questões sociais (CASTRO, 2010).

O Clube de Roma, que surgiu em 1968 e se mantém até hoje através de um grupo composto por empresários, acadêmicos, cientistas, políticos e membros da sociedade civil, responsável por planejar, desenvolver e programar medidas em torno de diversos temas globais, como sustentabilidade ambiental, crescimento

econômico, consumo de recursos, paz, segurança e demografia, tem como grande marco a publicação do relatório “Os limites do crescimento”, em 1972, que gerou intensas discussões nos meios científico, empresarial e social. O relatório definiu quatro questões centrais para que fosse possível alcançar a sustentabilidade: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência da produção de alimentos e o esgotamento dos recursos naturais. Esse documento provocou a ONU a inserir o tema na sua pauta de discussões, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, como Conferência de Estocolmo, Suécia, em 1972, que foi o ponto de partida internacional para a discussão do tema, estando a partir daí sempre presente nas seguintes Conferências da ONU (PENSAMENTO VERDE, 2014).

Na década de 1980, Lester R. Brown, um ecoeconomista fundador do Earth Policy Institute (2015), instituto de pesquisa com sede em Washington DC, nos Estados Unidos, considerado “um pensador de longo alcance” (U.S.News & World Report), cria e dá sentido ao termo sustentabilidade, desenvolvendo pesquisas e publicando inúmeros livros sobre esta temática como, por exemplo, o Plano B 4.0, traduzido no Brasil e considerado um guia ousado de mobilização para salvar a civilização (BROWN, 2009).

Na visão de Brown, salvar a civilização pressupõe quatro metas interdependentes: estabilizar o clima e a população, erradicar a pobreza e restaurar os suportes naturais da natureza, como água, solo e ar. Mais do que isso, exige resgatar a esperança num tempo de imagens desesperançosas. Plan B é, sobretudo, um livro otimista” (VOLTOLINI, 2009, p.12).

A partir de 1992 surgem novos conceitos e discussões sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, quando John Elkington lança, em 1994, o conceito do Triple Bottom Line (tripé da sustentabilidade), baseado no equilíbrio das dimensões Econômica, Social e Ambiental. Este conceito foi defendido e ainda vigora preponderantemente como sinônimo de desenvolvimento sustentável para os negócios, quando as empresas deveriam medir o valor que geram, ou destroem, pelas três dimensões (ROSEMBLUM, 2008).

Criticando este conceito centralmente econômico Boff defende que a concepção de sustentabilidade não pode aplicar-se apenas ao crescimento/desenvolvimento. Teria que cobrir os outros territórios da realidade “que

vão de pessoas, tomadas individualmente, às comunidades, à cultura, à política, à indústria, às cidades e principalmente ao planeta Terra com seus ecossistemas” (BOFF, 2012, p.16).

Em perspectivas mais amplas, a partir de vários locais de fala, outros autores trazem novas dimensões que defendem ligadas à sustentabilidade. Bellen (2002) propõe assegurar o desenvolvimento sustentável, a partir das dimensões social, ecológica e econômica. Bossel (1999) considera as dimensões em um conjunto - material, ambiental, social, ecológica, econômica, legal, cultural, política e psicológica. Machado e Fenzl (2001) defendem como importantes as dimensões física, material, ecológica, social, psicológica, cultural e ética. Sachs (1993) acredita em uma dimensão baseada em cinco fatores, quais sejam: social, econômico, ecológico, espacial ou geográfico e cultural. Para a organização da sociedade civil filipina *Center for Alternative Development Initiatives - CADI*, a sustentabilidade está baseada em sete dimensões, além das já citadas ecológica, econômica, política, cultural e social, agrega as dimensões humana e espiritual (CENTER FOR ALTERNATIVE DEVELOPMENT INITIATIVES, 2017).

Veiga (2014) resume quatro posições para a questão da sustentabilidade. A primeira é a dos negacionistas climáticos que defendem a ausência do proclamado aquecimento global; a segunda vem do otimismo tecnológico, que delega para a tecnologia as soluções ambientais; a terceira é a dos ambientalistas, que apostam na necessidade de mudanças culturais, sociopolíticas e técnicas; e a última posição, que defende o avanço dos conhecimentos científicos e rechaça o reducionismo tecnológico.

Outro estudo importante para o entendimento do conceito de Sustentabilidade é o do Professor Rees, da University of British Columbia, Vancouver, Canadá. Defendeu em 1992 que desenvolvimento sustentável é qualquer forma de mudança positiva que não acarrete erosão dos sistemas ecológico, social ou político de que dependem as sociedades (REES, 1992). O ecologista humano, economista ecológico Rees, é reconhecido por ter se dedicado a desenvolver métricas ecologicamente relevantes de sustentabilidade e sua consequente interpretação à luz da teoria da complexidade e da ecologia comportamental, métrica denominada como “análise de pegada ecológica”, tornando-se o indicador de sustentabilidade mais conhecido do mundo (THE UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA, 2016).

A imprecisão em relação ao conceito de sustentabilidade foi levantada por AcseLRAD (1999). Apontava que não havia hegemonia entre os diferentes discursos provenientes de ecologistas, economistas e de sociopolíticos.

Os ecologistas parecem mal posicionados para a disputa em um terreno enraizado pelos valores do produtivismo fordista e do progresso material. A visão sociopolítica tem se restringido ao esforço de ONGs, mais especificamente na atribuição de precedência ao discurso da equidade, com ênfase ao âmbito das relações internacionais. O discurso econômico foi o que, sem dúvida, melhor se apropriou da noção até aqui, até mesmo por considerar sua preexistência na teoria do capital e da renda de Hicks (ACSELRAD, 1999, p.80).

À época, ele identificou cinco matrizes discursivas para a questão da sustentabilidade. A primeira, matriz da eficiência, defende combater o desperdício da base material do desenvolvimento; a segunda, matriz da escala, defende um limite quantitativo em relação ao crescimento econômico e conseqüentemente um limite de pressão sobre os recursos naturais; a terceira, matriz da equidade baseada em princípios de justiça e ecologia; a quarta, matriz da autossuficiência, a desvinculação das economias nacionais e de sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial; e finalmente a quinta matriz, da ética, propondo a apropriação social do mundo material com valores de bem e de mal, e com a continuidade da vida no planeta (ACSELRAD, 1999).

Naess, filósofo e ecologista, nos anos 1970 defendeu a “teoria da ecologia profunda”, a relação homem-natureza em sua dimensão planetária e a necessidade de uma visão mais ampla em relação a todas as formas de vida. Para ele a sustentabilidade deve se basear em valores centrados à Terra, reconhecendo o valor da vida não humana. Ressalta que todos os seres são pertencentes ao *Oikos-Lar*.¹⁸

¹⁸ Conforme comentado por Fritjof Capra em seu livro “A teia da vida”, a palavra ecologia deriva do vocábulo grego oikos (lar), significando o estudo do Lar Terra. Mais precisamente, é o estudo das relações que interligam todos os membros do Lar Terra. O termo em si foi introduzido em 1866 pelo biólogo alemão Ernst Haeckel, que o definiu como “a ciência das relações entre o organismo e o mundo externo circunvizinho”. Anos depois, em 1909, outro biólogo, Jakob von Uexkull fez uso de um termo que, em português corresponde à “meio ambiente” (DALLABONA; DALLABONA, 2016). In: (DALLABONA, T. M.; DALLABONA, C. A. Ecologia humana – uma abordagem necessária nos cursos de engenharia e arquitetura. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/12/artigos/404-Carlos%20Alberto%20Dallabona.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Acredita que o Eu deve se expandir e aprofundar-se para que a proteção da natureza possa ser sentida como proteção a nós mesmos (NAESS apud CAPRA, 1996).

Rattner (1999) em seu artigo de 1999 “Sustentabilidade – uma visão humanista”, afirma que a evolução do conceito de sustentabilidade é muito complexa e a discussão teórica manifesta uma luta disfarçada de poder entre diferentes atores sociais, que competem pela hegemonia de diretrizes e representações de sustentabilidade. Para o autor sustentabilidade requer democracia política, equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente.

Sob novas perspectivas, Fernandes expõe em sua tese de doutorado o conceito de sustentabilidade a partir de uma recente preocupação, manifestada por diversos autores, que é a de aproximar os termos sustentabilidade e qualidade de vida, que demandam “morar de forma confortável, viver num ambiente sadio, ter boa saúde, possuir boas relações sociais, viver de forma afetiva, com boa situação financeira, etc.” (FERNANDES, 2014, p.72).

Buscar qualidade de vida é, ao mesmo tempo, ir de (ao) encontro ao que estabelece a sustentabilidade, quando percebemos que podemos suprir nossas necessidades, mas devemos garantir às gerações futuras, pelo menos a mesma qualidade de vida que temos hoje (FERNANDES, 2014, p. 72).

Viola também vê a sustentabilidade como a possibilidade de promover o progresso pela perspectiva da qualidade de vida, nos seus diversos âmbitos: saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, meio ambiente, espírito de comunidade, lazer etc., e não como possibilidade de consumo material (VIOLA, 1996).

Wheeler (2004) define sustentabilidade como o que potencializa a saúde dos seres humanos e de todo o planeta, o desenvolvimento que mantém e melhora a qualidade de vida dos sistemas por período indefinido (WHEELER apud SANTANA; NOGUEIRA; SANTOS, 2016, p.17).

Para o ativista social Oded Grajew, um dos idealizadores do Programa Cidades Sustentáveis, é muito clara esta percepção de sustentabilidade e qualidade de vida. Em entrevista para o site Envolverde -, ele afirma: “A gente entende como sustentabilidade a qualidade de vida para todos, não só para alguns, e que seja

crescente ao longo do tempo, que não decresça.” [...] Entupir a cidade de carros, diminuir a mobilidade, poluir o ar, aprofundar a desigualdade e esgotar os recursos naturais geram uma qualidade de vida decrescente ao longo do tempo” (ENVOLVERDE – JORNALISMO & SUSTENTABILIDADE, 2016).

Em outra perspectiva, diversos autores analisaram o conceito a partir do reconhecimento do “outro”.

Touraine (2009) defende que reconhecer o outro como sujeito é reconhecer a capacidade universal de todos se fazerem sujeitos.

Capra (1996) pressupõe uma mudança radical em nossas percepções e valores para formulação de uma ética ecológica, ambiental, uma visão de interdependência entre os seres, num processo de autorreconhecimento e reconhecimento do outro.

“É requisito da sustentabilidade o respeito à integridade e à diversidade cultural, o respeito aos direitos, à autodeterminação e à auto-organização”. É preciso alteridade, se colocar no lugar do outro (FERNANDES, 2014, p.74).

Leff (2007), doutor em Desenvolvimento Econômico, referência nos debates sobre Sustentabilidade, defende que a alteridade pode ser fundamental para a construção de uma nova cultura que impulsione o homem a se reencontrar, reconhecer o outro, e se reencontrar com a natureza também.

A complexidade ambiental implica uma revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas, para se construir um novo saber, uma nova racionalidade que orientem a construção de um mundo de sustentabilidade, de equidade, de democracia. É um reconhecimento do mundo que habitamos. A crise ambiental remete-nos a uma pergunta sobre o mundo, sobre o ser e o saber que nos leva a repensar e a reaprender o mundo (LEFF, 2007, p.196).

Da mesma forma que Rattner (1999), Leff (2007) aponta a complexidade do tema e defende que há que haver um “Diálogo de Saberes”, pois a ciência é muito fechada, institucionalizada, e cada uma vê o tema em uma perspectiva muito limitada, não há um conceito consensual universal. Existem modelos e conceitos desenvolvidos de forma isolada, provenientes de empreendedores que debatem o tema de forma transversal, com uma preocupação social para a Sustentabilidade, denominada “*Economia de la vida*”. Ainda existem discursos para conceitos de

Sustentabilidade ecológica e cultural, mas que só poderiam ser construídos a partir de uma mudança civilizatória.

Segundo Boff, um novo começo se impõe, é preciso refundar o pacto social e o pacto natural com a natureza e a Mãe Terra e assumir nossa responsabilidade universal (BOFF, 2012, p.15-16).

Maturana e Dávila (2004), durante a 1ª. Conferência Internacional de Gestão Social realizada no Brasil, em 2004, apontam que sustentabilidade está ligada a um dinamismo, onde está oculto um espaço emocional relacional de desejos contraditórios, mesmo que o objetivo seja comum no sentido para uma convivência com a sustentabilidade. Para se conseguir um desenvolvimento que seja sustentável não só para a vida humana, mas também para a animal, vegetal, mineral, é necessária uma base ética. Não uma ética qualquer, mas cuja base se estabeleça na “aceitação do outro como legítimo outro na convivência”, conforme propõe Maturana (1998, p. 69).

Como pudemos identificar, muitas têm sido as contribuições da ciência em torno do tema sustentabilidade. Na reunião de conceitos advindos das mais diversas áreas do conhecimento confirmamos a complexidade da questão, analisada de forma brilhante por pesquisadores que deixam claro o desafio que se impõe em um debate que deve abrir-se numa perspectiva multi, inter e transdisciplinar, numa junção de esforços que poderá avançar positivamente para a solução efetiva do problema, mesmo que seja em longo prazo. Todo este conhecimento já adquirido também denota que a solução deve vir da diversidade de organizações, instituições e sociedade civil, que efetivamente estão enxergando à frente os problemas existentes.

3.2 COMPROMISSO POLÍTICO EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE (CONFERÊNCIAS, COMPROMISSOS, ACORDOS)

3.2.1 ONU, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

A ONU vem propondo discussões sobre a Sustentabilidade desde 1972, quando promoveu a 1ª. Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo, Suécia. O melhor fruto do evento foi a criação o Programa das Nações

Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Este evento resultou na Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, que se constituiu em um documento com 26 princípios que deveriam ser seguidos por todos os países. Também foi marcada pela polêmica entre os defensores do desenvolvimento zero (países industrializados) versus defensores do desenvolvimento a qualquer custo (países não industrializados). Esta conferência contou com representantes de 113 países, 250 organizações não governamentais e organismos da ONU (BOFF, 2013).

No âmbito brasileiro houve a promulgação da Lei nº 6.938/81 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), com o objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, visando dar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

(...) uma espécie de marco legal para todas as políticas públicas de meio ambiente a serem desenvolvidas pelos entes federativos. Anteriormente a isso cada Estado ou Município tinha autonomia para eleger as suas diretrizes políticas em relação ao meio ambiente de forma independente, embora na prática poucos realmente demonstrassem interesse pela temática (FARIAS, 2016).

Outro grande marco aconteceu durante a Conferência de 1984 que deu origem à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob o lema “Uma agenda global para a mudança”. Os trabalhos da Comissão encerram-se em 1987 com o relatório da Primeira-ministra norueguesa Gro Brundland, intitulado “Nosso futuro comum” – chamado também de Relatório Brundland”, pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, então chefiada por ela (BOFF, 2013).

Neste relatório surge a expressão “Desenvolvimento Sustentável” – e a sua famosa definição – “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações” (BOFF, 2013).

Em 1988 o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e a Organização Meteorológica Mundial constituem o IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – que passa a trazer informações científicas, técnicas, ambientais, sociais e econômicas que venham a contribuir para o entendimento das mudanças climáticas (CEBDS, 2016).

Com repercussão intensa o relatório convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, a ECO-92, no Rio de Janeiro, Brasil, também denominada como a “Cúpula da Terra”, que foi uma premissa nas discussões e documentos acerca do famoso paradigma do “Desenvolvimento Sustentável”. Neste evento, que contou com 178 países, foram gerados diversos documentos, tais como a Agenda 21 – Programa de Ação Global e para o Protocolo de Kyoto, que previa metas de redução das emissões de gases do efeito estufa; a Convenção da Biodiversidade; a Convenção da Desertificação; a Convenção das Mudanças Climáticas, Declaração de princípios sobre Florestas; e a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (BOFF, 2013).

O Encontro de 1997 – o Rio+5, outro marco na agenda internacional, denominada Conferência de Kyoto, no Japão, tinha o objetivo de aferição das declarações de 1992. Este evento deu origem ao Protocolo de Kyoto, quando a maioria das nações concordou em reduzir as emissões de gases; estabeleceu níveis diferenciados de redução para os 38 países que mais emitem gases (a União Europeia recebeu a meta de 8% de redução, Estados Unidos 7%, Japão 6%, sendo que os países em desenvolvimento não receberam meta nesse encontro) (BOFF, 2013).

No âmbito brasileiro, também no ano de 1997, é instituída a Agenda 21 Brasileira, pela Comissão de Política e Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 21 – processo de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação natural, a justiça e o crescimento econômico. Essa agenda nacional foi construída entre 1996 a 2002 e teve o envolvimento de 40 mil pessoas de todo o Brasil (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016).

Já em 1998 foi instituída a Lei nº 9.605 de Crimes Ambientais (Brasil) para punição aos infratores do meio ambiente. A discussão de sua efetividade não é objeto deste estudo (CEBDS, 2016).

Em 1999, a ONU realiza mais um evento em Davos, Suíça – o Fórum Econômico Mundial, com líderes empresariais, que gerou o Pacto Global para mobilização do setor privado para alinhamento de práticas em direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção (PACTO GLOBAL, 2016).

A Cúpula do Milênio, em 2000, em Nova Iorque, resultou na discussão da Declaração do Milênio, que previu oito objetivos de desenvolvimento para o milênio, com metas previstas para até 2015, que deveriam ser cumpridos pelos 191 estados-membros (CEBDS, 2016).

A partir de tantos eventos e de resultados aquém do esperado começou a ficar mais evidente e clara a contradição entre a lógica do desenvolvimento capitalista e a dinâmica do meio ambiente, que deve se reger pelo equilíbrio, interdependência etc. (BOFF, 2013).

Mesmo assim, em 2002, a ONU convocou novo encontro – a Cúpula da Terra sobre a Sustentabilidade e Desenvolvimento, em Johannesburgo, África do Sul, com a participação de representantes de 150 nações, grandes corporações, cientistas, militantes ecológicos, quando se evidenciou a disputa feroz por interesses econômicos corporativos e o boicote sobre a discussão de energias alternativas. O resultado foi de muita frustração porque se falou de sustentabilidade de forma marginal (BOFF, 2013).

Em evento paralelo promovido em 2003 pelo Banco Mundial e IFC – International Finance Corporation -, com participação de bancos privados foi gerado o documento “Princípios do Equador” que analisou o risco socioambiental no financiamento de projetos acima de US\$ 50 milhões (CEBDS, 2016).

Outro marco importante no Brasil, em 2006 foi realizada a 8ª Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, que aconteceu em Curitiba, Paraná. Representantes de governos de mais de 150 países se reuniram para tomar decisões sobre biossegurança, acesso e repartição de benefícios e implementação dos direitos das populações tradicionais sobre a biodiversidade (CEBDS, 2016).

Em nova iniciativa da ONU, em 2012, ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, a Rio+20, evento muito propalado, com a proposta de fazer um balanço dos avanços e retrocessos do binômio “desenvolvimento e sustentabilidade”, a partir do quadro concreto do aquecimento global, diminuição de bens e serviços da Terra, crise econômico-financeira de 2007 etc. Os eixos centrais do evento correram em torno da “sustentabilidade”, da “economia verde”, da “governança global do ambiente”. O documento proposto “Que futuro queremos”, por falta de consenso entre os 193 representantes dos povos, não propôs nenhuma meta para erradicação da pobreza, aquecimento global, serviços ecossistêmicos da Terra (BOFF, 2013).

3.2.2 Avanços

Em um esforço de uma rede global de pessoas representadas pela sociedade civil, organizações e instituições a partir de uma discussão e conhecimento amplo sobre o tema Sustentabilidade, ocorreu em 14 de março de 2000, na Unesco em Paris, França, a aprovação do documento “Carta da Terra”, que é uma declaração de princípios éticos, fundamentada em quatro princípios norteadores: respeitar e cuidar da comunidade de vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não-violência e paz (BOFF, 2013).

A “Carta da Terra” é o nome de uma rede global que participou da promoção e implantação dos valores e princípios do documento. O documento envolveu 8 anos de discussão em todos os continentes, com a presença de 46 países e mais de cem mil pessoas envolvidas. Desde escolas primárias, esquimós, indígenas da Austrália, Canadá e Brasil, entidades da sociedade civil, centros de pesquisa, universidades, empresas e religiões diversas participaram de sua formulação. Em 2003 foi assumida oficialmente pela Unesco e deverá ser assumida pela ONU, após aprofundada discussão. Destaca-se o nome de alguns membros da Comissão de Redação – Mikhail Gorbachev, Maurice Strong, Steven Rockefeller, Mercedes Sosa, Paulo Freire, Leonardo Boff e outros (BOFF, 2013).

Tabela 5 - Princípios da Carta da Terra

<p>I</p> <p>RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DE VIDA</p>	<p>1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade</p> <p>2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor</p> <p>3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas</p> <p>4. Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações</p>
	<p>5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial atenção à diversidade biológica e aos processos naturais que sustentam a vida</p> <p>6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção</p>

<p>II</p> <p>INTEGRIDADE ECOLÓGICA</p>	<p>ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução</p> <p>7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário</p> <p>8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover o intercâmbio aberto e aplicação ampla do conhecimento adquirido</p>
<p>III</p> <p>JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA</p>	<p>9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental</p> <p>10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável</p> <p>11. Afirmar a igualdade e a equidade dos gêneros como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas</p> <p>12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias</p>
<p>IV</p> <p>DEMOCRACIA, NÃO-VIOLÊNCIA E PAZ</p>	<p>13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e prover transparência e responsabilização no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça</p> <p>14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável</p> <p>15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração</p> <p>16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz</p>

Fonte: Carta da Terra, 2000, adaptado de KUNSCH, M. M. K; MOYA, I. M. S.; ULSEN, P. (2014, p.11)

Em 2015, novo evento. Em Nova Iorque, sede da ONU, ocorreu a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. Marco histórico e vigente, neste encontro todos os países da ONU estabeleceram os novos **Objetivos de Desenvolvimento**

Sustentável (ODS)¹⁹, que vinham sendo debatidos desde 2012 no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), como proposta de criar uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, com o objetivo de finalizar o trabalho dos **Objetivos do Milênio (ODM)**²⁰, estabelecidos durante a Cúpula do Milênio, em 2000, para implantação prevista até o ano de 2015.

[...] Os ODS são uma agenda inclusiva. Eles combatem as raízes das causas da pobreza e nos unem para fazermos uma mudança positiva para as pessoas e para o planeta. “Erradicação da pobreza está no centro da Agenda 2030, assim como o comprometimento de não deixarmos ninguém para trás”, diz o administrador do PNUD, Achim Steiner. A Agenda oferece uma oportunidade única de colocar o mundo em um caminho mais próspero e sustentável [...] (PNUD, 2017a).

No evento de 2000 há que se destacar que ficou evidenciada a responsabilidade de todos na direção do desenvolvimento sustentável: governos, setor privado, redes de organizações internacionais, cidadãos das organizações da sociedade civil e do setor privado e da sociedade civil em geral (PNUD, 2017b).

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: Nações Unidas, 2017b.

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>

Denominada como **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – ANEXO A - e 169 metas baseados nos 8 Objetivos do Milênio (ODM), que preveem [...]

¹⁹ Concebidos a partir de uma concepção dos cinco P's – pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.

²⁰ **Objetivos do Milênio (ODM)** - 1.Redução da Pobreza. 2. Atingir o ensino básico universal. 3. Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. 4. Reduzir a mortalidade na infância. 5. Melhorar a saúde materna. 6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças. 7. Garantir a sustentabilidade ambiental. 8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento (PNUD, 2017)b.

Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

“acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas” (NAÇÕES UNIDAS, 2017a).

Tantos eventos, iniciativas, acordos serviram para despertar sobre as denúncias da ciência acerca das questões ambientais, sociais e econômicas que se inter-relacionam com a sustentabilidade; o tema passou a ser uma pauta importante de discussão; os céticos começam a levar a sério as mudanças climáticas, trazendo à tona a necessidade de que o debate passe por muitas áreas do conhecimento.

A expressão “Desenvolvimento sustentável” faz parte de documentos oficiais, meios de comunicação, políticas de empresas etc. O conceito de Sustentabilidade passa a ser empregado, porém ainda como sinônimo de desenvolvimento sustentável e de negócio, quando a empresa consegue se manter e ainda crescer, sem considerar os custos sociais/ambientais que ela causa (BOFF, 2013).

Na verdade os dois conceitos ainda se confundem, não são sinônimos como a maioria poderia pensar. O Desenvolvimento Sustentável é o meio para se atingir a Sustentabilidade, que é o fim, que é o objetivo a que se deve chegar (SILVA; MENDES, 2005, p.13).

O processo é complexo, e muitas organizações tentam entrar no debate para fomentar estes novos paradigmas, porém sem um entendimento amplo da diversidade de problemas e interesses que envolvem a temática.

Em eventos recentes, durante a 21ª. Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 21), em 2015, em Paris, na França –, mais uma vez foi destacada a necessidade de ampla cooperação e participação de todos os países frente à ameaça urgente e potencialmente irreversível que as alterações climáticas representam. Ban Ki-Moon, então secretário-geral da ONU, concluiu os resultados do evento: "Chegamos a um momento decisivo em uma viagem longa, que remonta décadas de negociações. O documento apresentado é histórico. Ele promete colocar o mundo em um novo caminho, para um futuro resiliente ao clima e de baixas emissões" (BARBOSA, 2015).

O Presidente da França, François Hollande, na oportunidade, também manifestou a urgência de cooperação global. Há apenas uma pergunta, ele disse: "Nós queremos um acordo?" (BARBOSA, 2015).

No ano seguinte, durante a Conferência de 2016, COP 22, em Marrakesh, no Marrocos, o esforço de diálogo foi sobre a garantia da implementação do Acordo de

Paris. Foram também anunciadas iniciativas importantes por parte de investidores, cidades, empresas, governos; dentre várias ações, o documento denominado *Marrakesh Action Proclamation* assinado por vários países, reforçou a disposição para implantação da agenda para o desenvolvimento sustentável (ODS) (INSTITUTO ETHOS, 2017).

A 23ª Conferência do Clima da ONU em 2017, em Bonn, na Alemanha, reuniu 197 países que aprovaram o documento proposto no Acordo de Paris, mas que não será implantado até 2020. Nessa ocasião Estados Unidos, o maior emissor de CO² do mundo, declarou sua saída do Acordo (JUNTOS PELA ÁGUA, 2017).

Segundo Leff (2014), a questão da Sustentabilidade não será resolvida em cúpulas empresariais, cúpulas das Nações Unidas, nem nas cúpulas climáticas. Esta questão vai muito além, esta é uma questão de direito de intervir, através dos povos da Terra, não somente por uma cidadania ambiental, formada por milhares de pessoas que se manifestam. O que está em jogo é a falta de compreensão sobre a habitabilidade no mundo, como habitar humanamente este planeta. Há que se reordenar o mundo.

Para Capra (2004) os valores humanos podem mudar porque não são leis naturais. Por se tratar de sistema de valores, o grande desafio de nosso século será mudar este sistema que marca a economia global, para que seja compatível com a necessidade do homem de dignidade e de sustentação ecológica. Diz o autor que o processo de reformulação da globalização já foi iniciado.

De maneira otimista, em sua opinião, com o advento da virada do século, houve uma coalizão global de outras organizações, de ONG's que se voltam para valores centrais de dignidade humana e para sustentação ecológica. Desta coalizão está se formando uma sociedade civil global, engajada em muitos projetos e campanhas (CAPRA, 2004).

3.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

A partir da predominante visão econômica em relação à sustentabilidade foram criadas, no mundo dos negócios, várias métricas que pretendem quantificar ações realizadas, e ações a alcançar, como soluções possíveis que prometem orientar as organizações para resolver a grande questão tão exaustivamente

discutida. Em muitas vezes pode ser visto que, apesar de tantas informações acerca dos problemas ambientais e de suas consequências que esbarram em um espectro grande de interesses, o que predomina ainda é a preocupação das organizações em relação à sustentabilidade de seus próprios negócios.

A seguir apresentaremos as métricas mais conhecidas pelo mundo empresarial, esclarecendo que não é o objetivo deste estudo esgotar este assunto, e sim, apresentar um panorama que permita contextualizar o leitor neste setor.

A International Organization Standardization – ISO – reconhecida internacionalmente por criar documentos que fornecem requisitos, especificações, diretrizes para gerar gestão de qualidade e gestão ambiental, dentre outras, nas empresas, indica que a certificação ISO cresceu 8% em 2016 comparado ao ano anterior (de 1.520.368 para 1.643.523), entre nove normas. Especificamente, os padrões ISO 14000, de grande impacto mundial (300 mil certificações pelo mundo), propõem critérios para gestão ambiental e o ISO 26000, propõe normas de Responsabilidade Social Empresarial (ISO, 2017).

Outras iniciativas partem de organizações independentes, que procuram colaborar para adoção de práticas que possam efetivamente contribuir para os problemas concernentes à Sustentabilidade.

A Certificação FSC, ou Selo FSC, do Forest Stewardship Council (FSC), partiu de uma organização não governamental criada em 1993 e propõe uma gestão responsável de florestas, por ser este setor o terceiro maior emissor mundial de gases de efeito estufa. Está presente em mais de 70 países, inclusive no Brasil, e tem como proposta viabilizar a certificação de produtos provenientes de uma manejo florestal correto, por meio da adoção de procedimentos e regras de conduta, que envolve responsabilidade ambiental, econômica e social. O método promove melhorias, mas não é mensurável (MARCOVITCH, 2012; FSC, 2017).

Similar ao FSC, que é internacional, existe no Brasil a certificação florestal CERFLOR – Programa Brasileiro de Certificação Florestal, desde 2002, que propõe critérios e indicadores a partir de normas ABNT, que são integradas ao Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade e ao Inmetro (FSC, 2017).

Outro indicador que parte de uma organização internacional independente é o Global Reporting Initiative – GRI, de sustentabilidade, que se constitui por princípios e indicadores de desempenho nas dimensões social, econômica, de governança e

de meio ambiente. Em 2012 havia o registro de 114 relatórios de empresas brasileiras na base de dados GRI, em um total de 134 latino-americanos. A participação brasileira vem do fato de que o Brasil foi o primeiro a receber, em 2007, um escritório regional da GRI, que orienta e apoia as organizações para cumprir a missão da organização de tornar o relato de sustentabilidade uma prática comum (LIGTERINGEN, 2013).

Hoje 93% das 250 maiores corporações do mundo utilizam o padrão GRI para compreender e relatar impactos ligados à mudança climática, direitos humanos, governança e bem-estar social. A organização propõe gerar, a partir dos relatórios das empresas, reflexos e padrões para que outras organizações possam se inspirar (GRI, 2017).

Marcovitch (2012) reconhece mudanças efetivas em processos e práticas internas de uma organização, mas segundo ele o método carece de quantificação para análise do impacto no balanço das empresas.

Outro indicador que surgiu em 2005 no Brasil e promete medir e divulgar organizações sustentáveis é o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, instrumento de mercado da BM&F/BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. O índice é conferido a empresas líderes que promovam negócios sustentáveis e que tenham ações negociadas na BOVESPA. A avaliação é feita através de um questionário estruturado em sete dimensões (mudanças climáticas, natureza do produto, social, ambiental, governança corporativa, econômico-financeiro, geral), respondidos pelas próprias empresas. Esta é uma crítica feita ao indicador que não considera informações públicas das participantes (PEÇANHA, 2012).

Em nível mundial, desde 1999, o Índice Dow Jones de Sustentabilidade acompanha o desempenho financeiro de organizações que lideram a gestão em sustentabilidade em todo o mundo que tenham ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (CEBDS, 2016).

Paralelo ao surgimento de indicadores oficiais bastante conhecidos pelas empresas, vêm surgindo iniciativas similares de métricas ou guias que promovem a sensibilização das organizações em relação ao tema sustentabilidade.

O Instituto Ethos (já citado no capítulo 2), OSCIP criada por um grupo de empresários e executivos brasileiros provenientes do setor privado, criou um Indicador que tem o objetivo de ser uma guia de avaliação e de desempenho em

questões ligadas à sustentabilidade e à responsabilidade social nas empresas. Denominado de “Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis”, a ferramenta tem o objetivo de gerar relatórios que possam permitir o planejamento e gestão de metas para a sustentabilidade e para a responsabilidade social (INSTITUTO ETHOS, 2017).

Outra importante iniciativa é da CDP – Carbon Disclosure Project -, organização sem fins lucrativos, sediada na Inglaterra, que ganhou respeito de várias comunidades ligadas às questões da sustentabilidade e do meio ambiente. O instrumento para medição de GEE – Gases Efeito Estufa – tem grande relevância, já que o planeta sofre graves consequências com o aquecimento global que vem sendo o grande desafio a ser enfrentado para a questão das mudanças climáticas. Recebe críticas por não incorporar um sistema de auditoria sobre as informações divulgadas (MOTTA NETO, 2017)

Desta forma, podemos ver que existem muitos métodos sendo desenvolvidos e adotados como possibilidade para monitoramento e implantação de políticas para a sustentabilidade.

Silva (2011) traz para debate em sua pesquisa de Doutorado se as organizações devem utilizar guias de avaliação das ações corporativas para certificação nos âmbitos da Responsabilidade Social Corporativa e da Sustentabilidade, sem configurar em estratégias reducionistas de promoção da imagem institucional e mercadológica, a partir de conhecidos modelos, como o GRI Global Reporting Initiative, Guia Ethos e o ISE Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA. Ele propõe que:

[...] deve-se tomar o cuidado de se envolver toda a organização no sentido de cumprir as prerrogativas dos modelos de avaliação de RSC e da Sustentabilidade, pois, além do alto custo que isso pode gerar, e dos esforços físicos, estruturais e pessoais, não significa a efetiva convergência para empresa socialmente responsável ou [equivocadamente] sustentável (SILVA, 2011)

Como inovação vemos surgir métodos de sustentabilidade, como o “Círculos de Sustentabilidade”²¹, que avaliam a sustentabilidade e gerenciam projetos socialmente sustentáveis no espectro de cidades e assentamento urbanos. Se estabelece a partir de quatro eixos centrais, a economia, ecologia, política e cultura, que analisam sete subeixos. Surge como crítica ao parâmetro reinante do Triple Bottom Line, que trata a economia como fora do social ou que analisa o ambiente como uma externalidade, e também a outros parâmetros ou métodos que propõem grande número de indicadores que geralmente dificultam o seu controle e implementação. Outra crítica é que os indicadores atuais não se adaptam a diferentes configurações organizacionais e sociais, como corporações, instituições, cidades, comunidades. É utilizado por organizações globais, incluindo o Programa das Cidades do Pacto Global das Nações Unidas, que possui 80 cidades signatárias, e que dentre estas, 14 cidades inovadoras do programa colaboraram no desenvolvimento deste método através do gerenciamento de grandes projetos. Destaque deve se dar à Associação Mundial de Grandes Metrôpoles que também o utiliza, bem como por diversas cidades do mundo, como por exemplo Hyderabad, Joanesburgo, Melbourne, Nova Déli, Porto Alegre e Teerã.

Sua relevância se dá por ter sido construído por uma coletividade composta por universidades, empresas, organizações mundiais, governos, terceiro setor, e por estar em constante reformulação, desde 2007, quando surgiu (CIRCLE OF SUSTAINABILITY, 2017)

Para Ligteringen (2013) é relevante a iniciativa de se propor relatórios, pois poderá ser educativa e uma forma das organizações começarem a refletir sobre

²¹ Dois desenvolvimentos simultâneos deram impulso ao método “Círculos da Sustentabilidade”: um grande projeto em Porto Alegre e um documento da Organização das Nações Unidas intitulado *Contabilidade para a Sustentabilidade*. Os pesquisadores desenvolveram um método e um conjunto integrado de ferramentas para avaliar e monitorar questões de sustentabilidade, proporcionando orientação para o desenvolvimento de projetos. Aperfeiçoado através de projetos em Melbourne e Milwaukee, e por projeto interdisciplinar financiado pela ARC que se associou a várias organizações incluindo Microsoft Austrália, Fuji Xerox Australia, a Cidade de Melbourne, World Vision, UN-Habitat e Metropolis. Outro refinamento do quadrante do índice ecológico está em andamento no Canadá. O projeto canadense é significativo porque está desenvolvendo um índice contínuo que mede e classifica as pegadas ecológicas que as cidades têm em seus ecossistemas. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Circles_of_Sustainability. Acesso em: 11 dez. 2017.

suas práticas, elevando-as a patamares que levem à conscientização do que é sustentabilidade.

3.4 A POSTURA DAS EMPRESAS EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade, como vimos, é o resultado de atitudes tomadas em direção ao desenvolvimento sustentável que atinge muitos espectros e interesses. Ela é, sem questionamento, essencial e estratégica para a condução e sobrevivência dos negócios, mas é bem mais que um princípio de gestão ou uma nova onda de conceitos abstratos. Representa um conjunto de valores e práticas que deve ser incorporado ao posicionamento estratégico das empresas para definir posturas, permear relações e orientar escolhas. Só depois poderá ser divulgada, de forma ética, pelas organizações (CEBDS, 2016).

Empresários de todo o mundo já se mostravam inquietos com a questão do desequilíbrio ecológico, financeiro e social, desde 1992. Em resposta foram criadas várias organizações voltadas ao fomento do conceito de sustentabilidade nas empresas, como o WBCSD – World Business Council for Sustainable Development, por Stephan Schmidheiny, em 1997. Suíço, nascido em 1947, advogado, é pioneiro no movimento da sustentabilidade. Criou, entre outras organizações, a AVINA, o FUNDES, o WBCSD, O Grupo Nueva. Herdou da família um grande conglomerado empresarial do qual assumiu a presidência aos 29 anos. É autor de “Mudando o rumo”, “Financiando a Mudança”, e “Walking the Talk”, entre outros (CEBDS, 2016).

A WBCSD (2017) é uma organização mundial, composta por CEOs de mais de 200 empresas líderes em sustentabilidade, 70 conselhos nacionais, que tem o propósito de acelerar uma transição para um mundo sustentável, através das empresas mais bem-sucedidas, capazes de criar impacto positivo para acionistas, meio ambiente e sociedades, e que apresentem soluções de negócios escalonáveis, replicáveis, mensuráveis e impactantes. As associadas são provenientes de todos os setores de negócios e das principais economias e representam uma receita de mais de US\$8,5 trilhões, 19 milhões de funcionários (tradução nossa). (ANEXO B)

O que inspirou Schmidheiny (1992) foi acreditar que os negócios, ao lado do governo e da sociedade civil, têm um papel-chave a desempenhar na transição rumo à sustentabilidade. A força que os negócios trazem – inovação, prosperidade de

mercado e econômica – são decisivas para se alcançar o desenvolvimento sustentável. As melhores práticas de sustentabilidade das empresas podem servir de inspiração para outros empresários.

No Brasil, também em 1997, o ex-empresário e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fernando Almeida, fundou o CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, que representa o Brasil junto ao WBCSD. Tem como proposta fazer articulação junto aos governos e sociedade sobre demandas ligadas ao fomento de práticas de sustentabilidade, dentro do conceito de Elkington, Triple Bottom Line, ou três pilares: econômico, social e ambiental. Reúne no país cerca das 60 maiores empresas, com faturamento de aproximadamente 40% do PIB e responsável por mais de um milhão de empregos diretos. Defende em seu site que é reconhecido como principal liderança para transformação do modelo econômico tradicional vigente em um novo paradigma (CEBDS, 2016).

Outra relevante iniciativa brasileira, em 1998, é criado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social com a missão de mobilizar e ajudar empresas a gerir com responsabilidade social, criando parcerias para construção de uma sociedade justa e sustentável (INSTITUTO ETHOS, 2017). Posteriormente em 2000, o ETHOS teve um importante papel na condução de engajamento de empresas brasileiras para a Rede Brasil do Pacto Global da ONU, apresentado a seguir.

Em parceria com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ONU - foi criada em 2000, a UN Global Compact – United Nations Global Compact - para defender e implementar princípios universais de sustentabilidade e apoiar as metas instituídas pela ONU junto às empresas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. Estes princípios estão baseados nos direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A organização conta com a participação de 9678 empresas em 161 países (tradução nossa) (UN GLOBAL COMPACT, 2017).

A partir da UN Global Compact, a Rede Brasil do Pacto Global surge em 2003 e é a terceira maior rede local, com cerca de 700 associados. É gerido através de um comitê composto por 36 organizações de referência em sustentabilidade e empresas líderes da economia. Seu grande objetivo é impulsionar empresas a adotarem uma “cidadania empresarial” para gestão de negócios ou intensificação

deste valor onde ele já esteja consolidado (UN GLOBAL COMPACT – PACTO GLOBAL REDE BRASIL, 2017). (ANEXO C)

Vemos a importância de todas essas iniciativas que estimulam o debate entre muitos, e disseminam uma nova possibilidade de enxergar a sustentabilidade de forma mais ampla por meio de suas parcerias com pesquisadores, experts que desenvolvem e disponibilizam conhecimentos inovadores e viáveis para as questões ligadas aos vários campos e desafios propostos.

Muito tempo se passou e muitas empresas tentam se engajar em ritmos e modos diferentes no movimento da sustentabilidade. Em 2006, o cientista Stuart Hart escreveu o livro “O capitalismo na encruzilhada”, no qual afirma que, cuidar do ambiente não necessariamente traz retorno, se não todos seriam bem-sucedidos. Com isso abre a discussão de que a sustentabilidade é um fator chave para as empresas, porém somente as melhores sobreviverão. Também afirma que não existem empresas sustentáveis, o que há são empresas fazendo experiências como um quebra-cabeças.

Hart tocou numa verdade que vinha sendo abordada por Al Gore desde 2006, que falava de mudança de comportamento, de mudança coletiva. Al Gore transformou a forma de comunicar a necessidade da mudança, a urgência da mudança, com formato bombástico, mas real (HART, 2006).

A presença do tema sustentabilidade tornou-se uma importante pauta nas grandes organizações, ao mesmo tempo em que as sociedades tornam-se cada vez mais conscientes de seus direitos, fazendo pressão sobre as organizações não apenas no que diz respeito aos seus direitos enquanto consumidores, mas também enquanto cidadãos que compartilham recursos naturais e que demandam igualdade de condições sociais e econômicas.

Para Kunsch, existe uma nova mentalidade nas organizações:

As organizações começam a ver a sustentabilidade como uma forma de se buscar um desenvolvimento mais integral e equilibrado entre o progresso econômico e social e procuram implantar novas diretrizes nas suas formas de gestão, de produção e de administração de recursos (KUNSCH, 2009, p.65).

Para conhecer o conceito de sustentabilidade adotado nas organizações, foi realizada entre 2012 e 2014 uma pesquisa empírica “Políticas e Políticas e

estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas”, junto a 52 empresas, pelo Centro de Estudos de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (CECORP) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (KUNSCH; MOYA; ULSEN (2014, p. 5-7).

Os conceitos apresentados foram de renomados pensadores do tema sustentabilidade, sob variados enfoques: John Elkington, Lester Brown, Eduardo Viola, Fritjof Capra e Arne Naess. Esta seleção de autores decorreu de resultado de pré-teste aplicado, que também incluiu concepções de Olivier Godard (1997), Ignacy Sachs (2002), Enrique Leff (2007) e Philip Fearnside (1997) (KUNSCH; MOYA; ULSEN (2014, p. 5-7).

Em linhas gerais, nota-se como resultado que as organizações têm adotado conceitos já assimilados pelas grandes organizações mundiais e conceitos que sejam mais compatíveis com a viabilidade de seus negócios ou interesses. Um fator relevante é perceber que elas já incluem o tema sustentabilidade em suas estruturas e na pauta de suas estratégias e políticas. Vemos que um primeiro passo foi dado.

Dentre as organizações pesquisadas, 70% possuem em seu organograma gestão da sustentabilidade, com diferentes status: desde área de sustentabilidade (26%) a comitê de sustentabilidade (16%); gerência de sustentabilidade (10%); diretoria de sustentabilidade (10%) e vice-presidência de sustentabilidade (6%) (KUNSCH; MOYA (2014).

Passemos a apresentação dos resultados referentes aos conceitos adotados.

Tabela 6 – Pesquisa sobre conceito de sustentabilidade adotado nas organizações

AUTORES	CONCEITOS	ORGANIZAÇÕES
ELKINGTON, John. Canibais com garfo e faca. São Paulo: Makron Books, 2001.	Promover a harmonia entre os aspectos econômico, social e ambiental para obtenção do sucesso nos negócios. Nenhuma empresa é capaz de se perpetuar sem levar em consideração esses três aspectos, o que engloba todas as relações entre a sociedade, as organizações e seus interesses. (ELKINGTON, 2001, p.73).	84% de concordância, sendo que 59% das organizações afirmam concordância plena com o conceito, 25% concordam parcialmente e apenas 16% apresentam discordância ou sem resposta.

<p>BROWN, Lester. Plano B 4.0: Mobilização para salvar a civilização. São Paulo: New Content, 2009.</p>	<p>Satisfazer plenamente as necessidades de forma a preservar as condições para que as gerações futuras também o façam. As atividades processadas por agrupamentos humanos não podem interferir prejudicialmente nos ciclos de renovação da natureza e nem destruir esses recursos de forma a privar as gerações futuras de sua assistência.</p> <p>(BROWN, 2009).</p>	<p>Aceitação dividida entre a concordância plena (37%) e a concordância parcial (35%), além de 28% de discordância ou sem resposta, por considerar, junto com a preocupação intergeracional, a crítica à concepção da ação humana de intervenção e destruição da natureza, que como se vê, é um ponto ainda considerado polêmico.</p>
<p>VIOLA, Eduardo. Reflexões sobre os dilemas do Brasil na segunda metade da década de 1990 e sobre uma Agenda de políticas públicas baseada na democracia, na equidade, na eficiência e na sustentabilidade. Trabalho para o workshop “Meio Ambiente, Desenvolvimento e Política de Governo: Bases para a Construção de uma Sociedade Sustentável no Brasil (Levando em Conta a Natureza)”. Olinda: Fundação Joaquim Nabuco, 1996.</p>	<p>Promover o progresso pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, um meio ambiente limpo, espírito de comunidade, lazer gozado de modo inteligente, e assim por diante) e não pelo puro consumo material.</p> <p>(VIOLA, 1996).</p>	<p>Ao associar o progresso à qualidade de vida e não ao consumo material, obtém das organizações a concordância parcial (44%) frente a 27% de concordância plena (e mais 29% de discordância e sem resposta).</p>
<p>CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix - Amana-Key, 1997.</p>	<p>Consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se estas características, encontradas em ecossistemas, forem “aplicadas” às sociedades humanas, essas sociedades também poderão alcançar a sustentabilidade.</p> <p>(CAPRA, 1997).</p>	<p>Concordância parcial de 52% das organizações e 17% de concordância plena, além de 31% de discordância e sem resposta, ao defender que o padrão de organização dos ecossistemas - interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade, deve ser aplicado às sociedades humanas.</p>
<p>NAESS, Arne. Ecologia Profunda - Um novo paradigma. In: CAPRA,</p>	<p>Baseia-se em valores egocêntricos, centrados na Terra, é uma visão do mundo que reconhece o valor inerente da vida não-</p>	<p>Ao defender o cuidado com a relação homem-natureza em dimensão planetária, mobiliza</p>

Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix - Amanakey, 1997.	humana. Todos os seres são membros de <i>Oikos-Lar</i> , o cuidado com o planeta ocorre se o EU se expandir e aprofundar-se de maneira que a proteção da Natureza seja sentida e concebida como proteção a nós mesmos. (NAESS, 1997).	a rejeição do conceito sendo que 43% das organizações declaram discordância, e outras 37% não responderam a esse aspecto. Apenas 8% das organizações mostram concordância plena e 13%, concordância parcial, com as ideias propostas.
--	--	---

Metodologia

A coleta dos dados foi realizada on-line em duas medições, no período de 14/05/2012 a 21/02/2014, junto a uma amostra de grandes empresas (Base na Revista Exame das Maiores Empresas do Brasil de 2012), por meio de questionário desenvolvido com o software livre SurveyMonkey e resultou no retorno de 52 organizações, o que configurou a amostra do estudo.

Desenvolvimento

Centro de Estudos de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (CECORP) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)

Fonte: KUNSCH; MOYA; ULSEN (2014, p. 5-7).

Em meio a avanços e recuos, é perceptível a expansão do comprometimento sustentável entre as empresas brasileiras. As grandes organizações já adotam em seu planejamento estratégico políticas para atender a diversas questões ligadas à sustentabilidade, mas a implantação de soluções é gradativa e complexa. Os debates precisam ter participação efetiva de todos os envolvidos, de todos os stakeholders, e especialmente do empresariado. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) suscitam um debate complexo e de difícil execução, mas foram considerados como imprescindíveis.

Para Denise Hills, primeira mulher na presidência da Rede Brasil do Pacto Global e Superintendente de Sustentabilidade e Negócios Inclusivos do Itaú Unibanco, em entrevista para o portal Envolverde - Jornalismo & Sustentabilidade, Carta Capital:

Tendo em vista que os Objetivos Globais fazem emergir questões que envolvem todos os setores da economia, o desafio dessa interlocução é fazer com que todos nós endereçemos os ODS e seus indicadores como parte das nossas estratégias, em conjunto com a sociedade e com o país. E os ODS são um excelente mecanismo

para enfrentar os desafios sociais, ambientais e econômicos tão urgentes. Nesse sentido, o Pacto Global consegue conectar as empresas com os ODS, para que eles sejam de fato aplicados no Brasil (MARCONDES, 2017).

Portanto, as organizações devem adotar práticas que colaborem com o desenvolvimento para a sustentabilidade, em parte porque são dirigidas por empresários que devem estar atentos ao fato de que sua atividade produtiva utiliza recursos naturais e afeta a sociedade (ou ao menos uma parte dela) diretamente; mas também devido às pressões de seus stakeholders, que cobram uma postura mais responsável no que se refere à operação de suas atividades, de seus empregados, de seu ambiente etc.

Rosa (2006) analisa em sua obra que vivemos uma era em que as empresas não vendem mais produtos ou serviços, mas confiança.

3.4.1 Estágios

Acreditamos importante trazer para este estudo algumas ideias de autores que defendem que as empresas passam por processos ou estágios em direção à responsabilidade social e ambiental, e que poderíamos estender também em direção à sustentabilidade. Para eles estes aprendizados são gradativos para que elas consigam incorporar ações concretas que atendam às necessidades impostas pelos problemas que se apresentam.

Segundo estudo de Prochaska e DiClemente, o comportamento em torno da Sustentabilidade se desenvolve em cinco diferentes estágios nas organizações:

Pré-contemplação: não considera ou não tem um comportamento socioambientalmente amigável, ou está realmente envolvido em um ambiente hostil, como o uso de dinamites na pesca predatória, ou permite que se instale um clima de preconceito dentro da empresa;

Contemplação: começa a pensar em adotar a mudança para um comportamento socioambientalmente correto, na tentativa de estimular os públicos de relacionamento a fazer o mesmo;

Ação: tenta o comportamento socioambientalmente correto. Começa a agir diferentemente;

Manutenção: faz da ação socioambientalmente correta uma prática constante;

Advocacy: multiplica o comportamento socioambientalmente correto, na tentativa de estimular os públicos de relacionamento a fazerem o mesmo (PROCHASKA; DICLEMENTE, 1983 apud GreenCOM, 2000)²².

Na perspectiva da responsabilidade social, para Simon Zadek (2004), fundador da consultoria americana AccountAbility, existem cinco estágios de aprendizado organizacional. O estágio DEFENSIVO, quando a empresa enfrenta críticas inesperadas, de ativistas civis, da mídia, clientes, funcionários, investidores e rejeitam as alegações ou responsabilidades. No de OBEDIÊNCIA, *COMPLIANCE*, ela adota uma política corporativa de conformidade que deve ser estabelecida e que tenha visibilidade para os críticos; adotam-na como um custo do próprio negócio e para proteger a reputação da empresa. No estágio GERENCIAL, incorpora as responsabilidades nos processos de gestão, nas operações porque somente a conformidade não atenderá às demandas do negócio em longo e médio prazos, vê como parte do negócio. Já no ESTRATÉGICO, é o que enxerga como vantagem competitiva; realinha a sua estratégia com práticas empresariais responsáveis visando o sucesso em longo prazo. O último estágio a ser alcançado é o CIVIL, quando as empresas promovem ações coletivas em torno de questões sociais; ligado à estratégia de longo prazo, olham para o futuro papel das empresas na sociedade (tradução nossa).

Vemos que estas propostas são grandes desafios para as empresas que possuem em seu ethos uma herança priorizada no negócio, e que mesmo que avance em novos estágios ainda adaptam todas as outras demandas sociais, ambientais, culturais ao seu interesse econômico, que predomina.

A gradativa e crescente mudança de postura por parte das empresas se deve, principalmente, à conscientização e à pressão da sociedade civil e dos partidos de ideologia verde. De acordo com Sachs “o surgimento da sociedade civil como um terceiro sistema de poder, unindo-se ao Estado e aos poderes econômicos, deve ser visto como um evento muito importante [...]” (1993, p. 30).

²² **GreenCOM.** Environmental education & communication for a sustainable world: handbook for international practitioners. EUA: Academy for Educational Development, 2000. Editors: Day, B. A.; Monroe, M. C. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED452029.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Portanto, é importante reconhecer que o projeto de sustentabilidade não cabe somente às empresas, embora essas sejam determinantes, já que suas atividades atingem diretamente ao meio ambiente e à sociedade, como também às comunidades. A ideia de desenvolvimento para a sustentabilidade “[...] não pode ter sucesso sem a participação dos grupos e comunidades locais” (SACHS, 1993, p. 39).

Reforçando a necessidade de que a comunidade deve participar do processo de desenvolvimento da sustentabilidade, Soares afirma que:

Ela (a sustentabilidade) só se concretiza na medida em que se alastra por todas as cadeias econômico-produtivas no mundo, bem como pelas práticas humanas mais triviais, como a da classificação do que é lixo e a do descarte desse lixo. Essa disseminação de novos padrões de hábitos, comportamentos e decisões, dos níveis microssociais aos níveis macrossociais, depende, necessariamente, da comunicação de novos valores. [...] Apenas a partir da convergência de discursos e práticas fará sentido a transformação em larga escala de valores e comportamentos humanos. E só com o reconhecimento da existência de redes complexas de conexão entre as organizações e pessoas as comunicações sobre a sustentabilidade poderão caminhar na direção de uma mudança cultural, pré-condição para afirmarmos que praticamos e construímos, efetivamente, a sustentabilidade (2009, p. 29-31).

A partir disso, iremos retratar no próximo item alguns caminhos que vêm sendo estudados e percorridos e que perseguem a possibilidade de se efetivar o conceito plural e multidisciplinar do que se entende por sustentabilidade.

3.5. NOVAS ABORDAGENS, RELEITURAS DE CONCEITOS, PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE

3.5.1 Diálogo de Saberes

Sustentabilidade virou estratégia de mercado, modismo, pode ser mensurável e se transformar em diferencial competitivo. Reduzir a insustentabilidade não é o mesmo que criar sustentabilidade.

As grandes organizações adotaram o conceito de desenvolvimento sustentável como viável, e o perseguem como estratégia para a sustentabilidade.

Desta forma, se sentem assentadas sobre a premissa do “dever cumprido”, como se o problema já tivesse sido resolvido, ou em processo de ser solucionado.

Os governos, organizações privadas e públicas têm participado de eventos de alcance mundial promovidos pelas organizações internacionais, debatendo acordos ambiciosos que podem comprometer interesses econômicos locais, e que portanto, serão remotamente incorporados como políticas transformadoras se forem tratados de forma burocrática ou jurídica.

Em entrevista para a Página 22, Enrique Leff afirma que o sentido de sustentabilidade está saturado. Apesar de o conceito nascer da crise ambiental, o que está por trás é uma crise civilizatória de insustentabilidade ecológica a partir de uma racionalidade econômica que tenta desconstruir a insustentabilidade a que estamos caminhando, uma racionalidade que objetivou, coisificou e vem negando a natureza. Defende que nasça um novo campo teórico-prático na ecologia política para um conceito que se estabeleça para uma reconstrução civilizatória. O tão propalado Desenvolvimento Sustentável (sostenible) é somente uma via economicista de apropriar-se da sustentabilidade (SAFATLE, 2010).

Para o autor não é somente que o termo sustentabilidade tenha se tornado difuso, é que houve apropriação do mesmo para diferentes definições estratégicas discursivas que são, ao final, estratégias de poder no saber e que levam a uma confrontação de sentidos teóricos, políticos, éticos dos conceitos. Sugere que a sustentabilidade possa ser resultante de um diálogo de saberes que aceita e abriga a alteridade não resolvida dos distintos sentidos de sustentabilidade. Acredita que para uma economia sustentável não basta a conservação da biodiversidade, há que se incorporar bases, critérios e condições ecológicas na economia e regenerar os sentidos da vida humana para uma construção social (diversos atores, grifo nosso) baseada em um conjunto de práticas e ações pensadas para se chegar a uma reconstrução de vínculos entre a cultura e a natureza, entre a economia e a ecologia, e compatíveis a marcos teóricos, a imaginários sociais e a estratégias políticas dos atores sociais da sustentabilidade (SAFATLE, 2010).

Ehrenfeld vê os esforços empreendidos como apenas um “*Band-aid*” que mascara raízes mais profundas e culturais de nosso desafio de sustentabilidade. Para ele as novas tecnologias, quer dizer, carros híbridos, lâmpadas LED, parques

eólicos, edifícios verdes, são armadilhas que nos convencem de que estamos fazendo algo para resolver nossos problemas (EHRENFELD; HOFFMAN, 2013).

Dennis Meadows, cientista americano, membro do Clube de Roma e coautor do clássico *The Limits to Growth*, em uma entrevista na revista *Smithsonian*, afirmou não acreditar que o desenvolvimento sustentável fosse viável. Para ele, o termo é paradoxal, é uma fantasia. Esta proposta é de continuar o que estão fazendo, utilizando a magia da tecnologia para causar menos danos ao ambiente e utilizar menos recursos (MEADOWS apud EHRENFELD; HOFFMAN, 2013)²³.

Ehrenfeld concorda. Diz não acreditar na solução que a Comissão Brundtland propôs; não há como continuar a basear nossa economia política no crescimento e na eficiência. A Sustentabilidade está baseada em uma mudança da consciência de quem somos, há necessidade de uma mudança na maneira de pensar sobre o mundo, como governá-lo, respeitá-lo e reconhecermos que somos parte dele. Isto é possível, uma mudança mental para continuar a vida neste planeta (EHRENFELD; HOFFMAN, 2013).

Segundo Neuberger (2015), o caminho para a mudança parte do reconhecimento dos limites e do tema de forma complexa, a fim de que se possa mudar o significado em rede, apoiando-se em exemplos de outras culturas, outras formas de viver no mundo, tendo a coragem de dar o primeiro passo. A pesquisadora comenta que há necessidade de uma educação para a sustentabilidade para que haja desenvolvimento efetivo - em todos os níveis. O modelo mental é equivocado, há que ser alterado.

Capra (2004)²⁴ comenta que sustentabilidade não é uma propriedade individual, é propriedade de complexa rede de relações que envolve comunidades completas. Uma comunidade humana sustentável sempre interage com outras

²³ GAMBINO, Megan. **Entrevista:** Dennis Meadows. É tarde demais para o desenvolvimento sustentável? In: REVISTA SMITHSONIAN.COM. 15 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/science-nature/is-it-too-late-for-sustainable-development-125411410/>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

Em 1972, “os pesquisadores, liderados pelo cientista Dennis Meadows, advertiram que se as tendências atuais da população, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos continuassem, o tempo sombrio - marcado por uma população despencando, uma economia em contração e colapso ambiental – viria dentro de 100 anos.” (tradução nossa).

²⁴ Esta palestra de CAPRA “Energia e transgênicos como questões na humanização do desenvolvimento”, baseada em seu livro “As conexões ocultas: a ciência para uma vida sustentável”, foi apresentada durante o **Seminário Humanização do Desenvolvimento Mundial**, em Curitiba, PR, no ano de 2004.

comunidades, humanas e não humanas; a forma de sustentação se conecta à construção e à manutenção de comunidades em um processo dinâmico de coevolução que prevê respeito pela integridade cultural das comunidades, mostrando-nos que somos parte inseparável da teia da vida. Quando ampliamos a sustentabilidade e a dignidade de qualquer comunidade ampliamos todas as outras. Portanto, para ele, a sustentabilidade ecológica e a justiça econômica são interdependentes.

3.5.2 Novas abordagens

Numa perspectiva mais aprofundada, verifica-se o surgimento de estudos provenientes de escolas americanas que são um amadurecimento do conceito de sustentabilidade. Ehrenfeld, americano da University of Stanford, proveniente da área da administração, traz um novo conceito, mais amplo e holístico – o do *Flourishing*. Esta obra é fruto de uma conversa, uma entrevista de Hoffman com seu mestre, John Ehrenfeld (EHRENFELD, HOFFMAN, 2013).

Sustentabilidade está presente em todas as áreas. No campo da pesquisa; de negócio, as empresas desenvolvem estratégias, criam produtos e operações sustentáveis, produzem relatórios, gestores de sustentabilidade; os gestores acadêmicos implantam currículos; os consumidores se hospedam em hotéis sustentáveis; surge uma tecnologia verde. Ao que parece, o mundo está no caminho de um futuro sustentável, não é mesmo?

Ehrenfeld (2013), depois de pensar, escrever e ensinar sobre o assunto por mais de 20 anos não pensa assim. E como explicar as discrepâncias econômicas entre ricos e pobres? Para ele a sustentabilidade tornou-se escrava dos interesses comerciais, um rótulo para estratégias provenientes de padrões e mecanismos econômicos e institucionais em torno da eficiência.

O autor analisa a sustentabilidade a partir de fundamentos que são comportamentais, culturais e institucionais; ele propõe mudanças na forma de pensar e de organizar a sociedade, nos seus valores, em uma “mudança de paradigma” (Thomas Kuhn²⁵ apud Ehrenfeld), que nos leve a um movimento que

²⁵ **Mudança de paradigma** é uma expressão utilizada por **Thomas Kuhn** no seu livro *Estrutura das Revoluções Científicas* (1962) para descrever uma mudança nas concepções básicas, ou

reexamine quem somos, porque estamos aqui, como estamos conectados com o mundo a nossa volta. Ele propõe o conceito de *Flourishing*, uma palavra incomum, que significa florescente, não só crescer, mas crescer bem, prosperar, viver ao máximo. Esta é uma palavra dinâmica, que demanda mudança e esforço, e não o sentido estático que a palavra sustentável propõe. Sustentabilidade não é um objetivo final que deve ser alcançado, é um futuro almejado, não somente com a perspectiva do desenvolvimento tecnológico e material, mas do crescimento cultural, pessoal e espiritual; é a possibilidade de que os seres humanos e todas as outras formas de vida floresçam na Terra para sempre, uma sustentabilidade-florescente. Sua proposta é de transformação, não de conserto. É de conexão e cuidado (EHRENFELD, 2008).

Para ele, o primeiro passo é isolar as causas que estão nos conduzindo para uma direção equivocada, isto significa dizer que, quando descobrimos as causas da insustentabilidade, começamos a reconhecer a desconexão com o que é real e partimos para uma reordenação das concepções de quem somos e como nos conectamos com o meio ambiente. E produtos eficientes não trarão esta conexão.

Ehrenfeld (2013) vê o mundo da ciência como um primeiro componente importante para essa reordenação, já que ela vem produzindo alguns resultados interessantes através de uma análise da complexidade da questão e dos limites da objetividade com que o tema sustentabilidade vem sendo tratado. Um segundo componente é entender motivos e motivações para o consumo, não simplesmente o comportamento de consumo, mas os valores que estão por trás disso. E para ele começa-se a descobrir que não somos apenas pacotes de necessidades e um conjunto de utilidades.

Destaca Ray Anderson, fundador da Interface, Inc.²⁶, uma das maiores empresas mundiais fabricante de pisos modulares, que em 1994 iniciou uma

paradigmas, dentro da teoria científica dominante. É uma ideia em contraste com a de ciência normal. In: KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. EUA: University of Chicago Press, 1962.

²⁶ O plano de ação de sustentabilidade da Interface adotou uma estratégia de sete partes: 1. Alcance zero desperdício, através do esforço chamado QUEST (qualidade que utiliza sugestões de funcionários e trabalho em equipe); 2. Gerar emissões benígnas. 3. Energia renovável; 4. Fechar o ciclo através de reciclagem em circuito fechado; 5. Transporte eficiente (carros híbridos a gás e eletricidade), videoconferências de executivos, compensação através de plantio de árvores etc.; 6. Elementos humanos e sociais (serviços para a comunidade, envolvimento e investimentos (como na educação; desenvolvimento de relações mais estreitas entre funcionários, fornecedores e clientes; educação de funcionários para a responsabilidade); 7. Redesenho do negócio (mudar a ênfase da venda de produtos para a prestação de serviços; Evergreen - "acordo de serviço permanente", aluguel de tapete para reaproveitamento através de reciclagem quando o mesmo se desgasta).

escalada à Mount Sustainability, questionando suas práticas internas para reconstrução de seu negócio de baixo para cima, quando encorajou todos os seus recursos humanos a repensarem a empresa, a se repensarem como seres humanos. Foi um dos primeiros líderes corporativos a concluir que a empresa faz parte da complexa rede da vida. Investiu nos grandes nomes da sustentabilidade no mundo à época (Amory Lovins, Bill McDonough e Paul Hawken, um de seus inspiradores iniciais) para criar seu Dream Team, que propôs ideias inovadoras, nem todas amplas, mas que tentam afastar o colapso. Após sua morte em 2011, a família relança, em 2012, a Fundação Ray C. Anderson que tem como missão promover conceitos de produção e consumo sustentáveis.

Tem esperança ao ver que no mundo da educação, ele cita Massachusetts Institute of Technology - MIT, Harvard e Michigan, a interdisciplinaridade está em ascensão para que se comece a analisar as questões sob uma abordagem complexa.

Para ele, é muito importante também a influência que os consumidores têm sobre as corporações, da mesma forma que eleitores sobre a estrutura política. Os consumidores passaram a se afastar de produtos ligados a vícios e buscam bens que possam ajudá-los a cuidar de si mesmos e de outros no mundo. Este pode ser um grande impacto sobre as corporações. Os sinais estão sendo vistos.

Por outro lado, as novas ferramentas ligadas às mídias sociais geram desdobramentos amplos, facilitam a amplitude de questões ligadas às empresas, possibilitam o crescimento de movimentos sociais locais em forças nacionais ou globais; iniciativas ligadas a experimentos sociais de pequena escala explorando economias locais ou a proposta de coabitação e outros tipos de bens materiais estão provando que outras formas de capitalismo funcionam.

Movimentos, como o B Corp, que tem como proposta produzir benefícios sociais e ambientais são muito significativos; cooperativas e empresas de propriedade de funcionários e clientes são modelos alternativos de um movimento crescente, especialmente na Europa; muitos jovens graduados de mentalidade empresarial começam a empreender; pessoas simples querem trabalhar para empresas que tenham o valor de cuidar do mundo. Estão surgindo porque as

In: DOPPELT, B. **Leading change toward sustainability: a change-management guide for business, government and civil society.** Canadá: Editor Greenleaf Book Group, 2009, 2013.

peessoas não aceitam mais o status quo. Essas inovações proporcionam esperança, criam possibilidades.

Revela que a cultura está mudando devagar, para uma nova história, para uma nova oportunidade de recuperar nossa consciência em relação à natureza, que está interconectada ao mundo e a nós, não fora. As catástrofes naturais nos lembram de que há muito ignoramos como lidar com o que não sabemos. Ferramentas e regras antigas devem ser reconhecidas como parte do problema e não como solução.

Enfim conclui que a sustentabilidade como florescimento é radical, é uma disrupção, como diria Clay Christensen, professor da Harvard Business School e autor de uma reputada obra sobre inovação disruptiva (CHRISTENSEN apud Ehrenfeld, 2013)²⁷.

Na mesma corrente do *Flourishing*, outros autores vem colaborando para disseminar este novo conceito, sob diversos aspectos. Lazlo, Brown et al. lançaram em 2014 um novo livro que foi produzido em três anos, que apresenta as ideias de vários líderes consagrados que estudam ou lideram processos de sustentabilidade, seja na academia, seja nas corporações.

Se o termo sustentabilidade acabou, não precisamos apenas de um significado melhor, mas de uma palavra melhor, que aponte para novas práticas e a possibilidade de resultados muito melhores. Para nós, bem como para um número crescente de líderes renomados²⁸, a palavra certa é muito mais ambiciosa: florescente. Florescente em todos os níveis - individual, equipe, organizacional e global. Pense em relacionamentos florescentes, saúde radiante, empresas prósperas e comunidades cantarolando (2014, p.13-14, tradução nossa)²⁹.

²⁷ CHRISTENSEN, C. M. **The innovator's** dilemma: when new technologies cause great firms to fail. Boston, Massachusetts: Harvard Business Review Press, 1997.

CHRISTENSEN, C. M. **O dilema da inovação**: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso. Harvard Business. Brasil: M Books, 2011 (tradução – VEIGA, L. P.)

²⁸ Os líderes de pensamento de sustentabilidade conhecidos que adotaram o termo *Flourishing* em preferência à palavra sustentabilidade, ou para dar-lhe maior significado, incluem John Ehrenfeld, Andrew Hoffman e Stuart Hart (nota de referência da obra de LAZLO, BROWN et al., 2014, p. 11).

²⁹ If the term sustainability has run out of steam, we need not only a better meaning but a better world, one that points to fresh practices and the possibility of far better results. For us, as well as for a growing number of renowned thought leaders, the right word is much more ambitious: flourishing. Flourishing at all levels – individual, team, organizational, and global. Think of flourishing relationships, radiant health, thriving enterprises, and humming communities (LAZLO, BROWN et al., 2014, p.13-14).

Flourishing traz um novo pressuposto, o de apostar no desenvolvimento através do envolvimento entre as pessoas, trazendo prosperidade para todos, mudança da lógica econômica, quando muitos são beneficiados.

A palavra florescente tem o poder de envolver uma ampla gama de pessoas, desde líderes até funcionários da linha de frente e parceiros da cadeia de suprimentos, de forma que a sustentabilidade simplesmente não. Companhias que podem ver florescer em sua visão e missão são capazes de envolver plenamente o potencial de todos na empresa e atrair os melhores parceiros e partes interessadas, ao mesmo tempo que reduzem a rotatividade dos funcionários. Empregados e parceiros de organizações florescentes são melhores em trabalhar em conjunto e são mais criativos e inovadores. [...] (LAZLO, BROWN et al., 2014, p.14-15, tradução nossa)³⁰.

Como exemplo, os autores descrevem casos reais de empresas, como o Grupo Tata, da Índia, que possui vendas de US \$ 100 bilhões (em 2014), e que está entre um número crescente de empresas que atuam hoje com esta filosofia. Fundado em 1868, possui 96 empresas em 120 países, e tem como objetivo corporativo "melhorar a qualidade de vida das comunidades que servimos" e "retornar à sociedade o que ganhamos", que constitui sua conduta comercial (LAZLO, BROWN et al., 2014, p. 2).

Karambir Singh Kang, um executivo da Taj Hotels (Grupo Tata) revela:

Você não encontrará os nomes de nossos líderes entre os nomes das pessoas mais ricas do mundo. Não temos ninguém na lista Forbes. Nossos líderes não estão nele por si mesmos; eles estão nele para a sociedade, para as comunidades que eles servem (LAZLO, BROWN et al., 2014, p. 2, capítulo 1, tradução nossa)³¹.

Para observadores, a forma paradoxal de fazer negócios da empresa justifica seus resultados extraordinários, sob a presidência de Ratan Tata, que tornou o grupo altamente rentável nos últimos vinte anos. Para ilustrar a análise os autores

³⁰ The word flourishing has the power to engage a broad range of people, from leaders to front-line employees and supply chain partners, in a way that sustainability simply does not. Companies that can see flourishing in their vision and mission are able to engage fully the potential of everyone in the company and to attract the best partners and stakeholders while also reducing employee turnover. Employees in and partners of flourishing organizations are better at working together and are more creative and innovative. [...] (LAZLO, BROWN et al., 2014, p.14-15).

³¹ You will not find the names of our leaders among the names of the richest people in the world. We have no one on the *Forbes* list. Our leaders are not in it for themselves; they are in it for society, for the communities they serve.

trazem como exemplo um purificador de água de US\$ 22 que funciona sem eletricidade ou necessidade de água corrente e atende a quase um bilhão de pessoas em todo o mundo que não têm acesso a água limpa (LAZLO, BROWN et al., 2014).

A outra empresa que descrevem é a Natura, brasileira, reconhecida internacionalmente pelo seu envolvimento com a sustentabilidade. Marcelo Cardoso, vice-presidente sênior da Natura, relata sua dinâmica de envolvimento com seus funcionários.

Começamos criando espaço para falar sobre significado e propósito. Foi uma oportunidade para refletir sobre o legado: qual é o propósito na vida de cada pessoa que é maior do que a sua própria existência? O que lhes permitiria morrer com um senso de integridade que valeria a pena estar vivendo? Fazer essa pergunta aos seus funcionários e desafiá-los em torno de como eles podem começar a criar seus próprios propósitos agora terá causado impacto em suas vidas e, finalmente, em seu desempenho (LAZLO, BROWN et al., 2014, p. 12, tradução nossa)³².

Mas, para uma ampla gama de empresas as iniciativas de sustentabilidade começaram fora de sua estratégia central ou do processo de planejamento de negócios, o que dificulta posteriormente que se tornem parte das organizações, de suas culturas, rotinas e estratégias. Esforços tangenciais não se mantêm. Muitas vezes, as normas culturais estabelecidas e as formas de fazer as coisas exercem pressão para retornar ao *status quo* antigo. Indicadores importantes confirmam que, na melhor das hipóteses, as organizações estão se tornando menos insustentáveis e, na pior, estamos nos dirigindo para grandes crises (LAZLO, BROWN et al., 2014).

Lazlo, Brown et al. citam pesquisa de 2012 realizada pela SustainAbility e GlobeScan com 1.603 especialistas mundiais, de organizações corporativas, governamentais, não governamentais, acadêmicas, de mídia e outras, sobre o progresso do desenvolvimento sustentável (SD) nas últimas duas décadas. Como mostra a Figura abaixo, apenas três dos dezessete indicadores (empoderamento de

³² We started by creating space to talk about meaning and purpose. It was an opportunity to reflect about legacy: What is each person's purpose in life that is greater than their on existence? What would allow than to die with a sense of integrity that their life was worth living? Asking this question to your employees and challenging them around how they can begin creating their purpose now will have tremendous impact on their lives and ultimately on their performance.

mulheres, melhora da saúde humana e garantia de acesso a suprimentos de água adequados) foram percebidos com algum progresso (LAZLO, BROWN et al., 2014).

Figura 2 - Global Expert Perspectives on the State of Sustainable Development

Fonte: GlobeScan SustainAbility Survey of 1600 Sustainable Experts. Last accessed 09/23/2012.

Fonte: LAZLO, BROWN et al., *Flourishing Enterprise – the new spirit of business*.

Califórnia: Stanford University, 2014, p. 8.

Percebe-se que o mundo dos negócios, como instituição, não contribui materialmente para um mundo mais sustentável. A ideia de sustentabilidade - o próprio termo - será responsável pelos resultados ruins? São empresas como a Tata e a Natura, citadas no livro, que avaliam essas tendências, que conduzem a sustentabilidade sob outra perspectiva, que fazem a diferença? Para os autores sim (LAZLO, BROWN et al., 2014).

Doppelt³³ (2013), que tem mais de 20 anos de experiência na área de gestão, pesquisou organizações de todos os setores da sociedade, com o objetivo de entender a importância da liderança e das formas de governança, no processo de

³³ Bob Doppelt é diretor executivo do Grupo de Inovação em Recursos (TRIG), uma organização não-partidária de sustentabilidade social e educação global sobre mudança climática, afiliada ao Centro de Comunidades Sustentáveis da Willamette University. É membro adjunto do corpo docente do Departamento de Planejamento, Políticas Públicas e Gestão da Universidade de Oregon. Disponível em: <<http://www.theresourceinnovationgroup.org/bob-doppelt/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

mudança para a sustentabilidade, e propôs um rico quadro teórico e metodológico para implantação de programas sustentáveis, analisando o viés da cultura como parte determinante nesse processo.

O que verificou é que, nas principais organizações onde houve implantação e avanços para a sustentabilidade, a forma de governança é baseada em um novo compromisso de compartilhar de forma mais equitativa o poder e a autoridade, porque seus líderes entendem que todas as partes do sistema organizacional devem ser valorizadas e envolvidas de maneira significativa para que esses objetivos mais elevados sejam alcançados. Segundo Doppelt (2013) esta é a primeira chave.

A segunda chave para mudança cultural em direção à sustentabilidade é sua liderança. Um sistema de governança eficaz possui boa liderança para que transforme o modelo de produção, o design organizacional, o sistema de governança e a cultura de uma organização (DOPPELT, 2013).

Apesar de prioritariamente ver a mudança para a sustentabilidade a partir de métodos planejados sob a perspectiva da gestão e da economia, que logicamente fazem parte da questão, é muito relevante a análise que Doppelt faz sobre os diversos cases em sua obra, que se encontram em diferentes estágios de amadurecimento para a implantação de uma cultura sustentável. Por outro prisma, que não o do Flourishing, ele respalda a necessidade do envolvimento de todos neste processo.

Para finalizar toda a abordagem relativa ao conceito de *Flourishing*, Cooperrider³⁴, depois de 30 anos atuando na gestão de mudança em grandes organizações, conclui que não há nada melhor no empreendimento humano, mais rápido, consistente ou poderoso do que envolver toda a organização no desenvolvimento de projetos de inovação para enfrentar os maiores desafios da humanidade, [a meu ver pelo contexto de seu texto, se referindo à sustentabilidade]. Seu grande interesse sempre foi o de entender como cada projeto de inovação

³⁴É um dos grandes gestores que se baseia na teoria da mudança organizacional, orientando o planejamento estratégico e o desenvolvimento de organizações, tais como National Grid, Apple, Sherwin Williams, Clarke, VitaMix, GOJO Industries e empresas que participam do Pacote Global das Nações Unidas, incluindo os setores Novo Nordisk, Telefónica e Tata. É Professor de Empreendedorismo Social – Fairmount Minerals - Weatherhead School of Management - Case Western Reserve University.

COOPERRIDER, D. L. Afterwords. In: LAZLO, BROWN et al. **Flourishing Enterprise – the new spirit of business**. Califórnia: Stanford University, 2014, p. 17-18.

impacta o lado humano – inspiração, esperança, engajamento, empreendedorismo e inovação, e sua capacidade colaborativa (COOPERRIDER, 2014).

Lança, então, a grande pergunta que resume a essência do conceito de *Flourishing* apresentada pelos diversos autores estudados:

[...] Será que a busca de valor sustentável - quando todos na corporação são galvanizados para uma inovação estratégica sustentável a serviço de um mundo mais florescente - é a oportunidade de desenvolvimento humano mais importante do século XXI? [...] Muitas pessoas hoje, como você, compartilham a esperança de que o século XXI possa se tornar, sem um momento de atraso, uma era de inovação sem precedentes em que as empresas possam se destacar, as pessoas possam prosperar e a natureza possa florescer (COOPERRIDER, 2014, p.19, 2016)³⁵.

Empreendedorismo, disrupção, inspiração, esperança, inovação, governança aberta para o poder compartilhado entre as pessoas, novos valores, envolvimento, engajamento, colaboração, cidadania, não tão somente tecnologia, esta será uma consequência natural de tantas outras soluções, possibilidades que partirão de um conceito de sustentabilidade voltado para uma postura florescente. É através do compartilhamento que virá a superação do caos, *Flourishing*.

Outra síntese determinante que se pode chegar através dos vários cases analisados pelos autores que defendem *Flourishing* como possibilidade de sustentabilidade, é que as iniciativas empreendidas em organizações que já estão mais amadurecidas para o tema sustentabilidade, experimentam ações, estão localizadas em uma dimensão local, não global. Vários exemplos apresentados denotam soluções locais, a partir de uma governança local, com líderes e objetivos possíveis de se cumprir, com envolvimento entre as pessoas.

Legislação global não atenderá o espectro local. Verifica-se que não há viabilidade em se estabelecer normas, procedimentos generalizados que sejam possíveis para todos. É a partir do local, de uma esfera micro, que se pode vislumbrar novas soluções para problemas que são universais, mas que só poderão

³⁵ [...] Could it be that the quest for sustainable value – when everyone in the corporation is galvanized for strategic sustainable innovation in the service of a more flourishing world - is the most significant human development opportunity of the twenty-first century.[...] Many people today, like you, share the hope that the twenty-first century can become, without one moment of delay, an unprecedented era of innovation where business can excel, people can thrive, and nature can flourish.

ser enfrentados a partir da reunião de esforços advindos de pessoas e de organizações que se tornem redes, a fim de cuidar dos mais diversos problemas que cercam a sustentabilidade, originados em grande parte pelo modelo econômico vigente. Como diria Milton Santos “O mundo inteiro é uma ficção. A chamada “aldeia global” não existe. [...] Eu sempre desconfio de tudo o que é apresentado como sendo global, pois falta sentido a esse conceito. [...]” (SANTOS apud HISSA, 2017, p. 37; NEVES; KANTORSKI; JARDIM, 2017, p. 2; STEINBERGER, 1999, p. 5)³⁶.

No próximo capítulo, abordaremos a comunicação pública como um caminho viável para se chegar a um possível envolvimento entre os diversos atores sociais, que através de uma comunicação dialógica poderão encontrar alternativas, inovações, construções coletivas para as grandes questões que envolvem o tema sustentabilidade.

³⁶ HISSA, C. E. **Território de diálogos possíveis.** Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/37t/pdf/ribeiro-9788523209322-03.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
 NEVES, E. F; KANTORSKI, L. P.; JARDIM, V. M. **Globalização, território e saúde: desafios em zona de fronteira.** Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo12/globalizacao-territorio-e-saude-desafios-em-zona-de-fronteira.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
 STEINBERGER, M. **A relação meio ambiente-meio urbano: do global para o local.** Brasília: ESAF, 1999. Disponível em: <<http://crd2000.com.br/files/artigo188.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A partir dos conceitos, paradigmas, paradoxos e de novos modelos organizacionais apresentados no capítulo dois e, diante da amplitude do tema sustentabilidade, que vem sendo debatido de forma fragmentada, devemos reconhecer a importância da comunicação como processo de entendimento, de análise, de troca, de interação, de desenvolvimento para este impasse complexo apresentado pelos modelos globalizados de vida que adotamos como padrão nas sociedades. Queremos falar aqui de uma comunicação que não se resume a um “papel” instrumental ou de simples processo de transmissão de informação, mas de uma comunicação que tenha como premissa a interação, que promova o relacionamento, o questionamento, o compartilhamento de informações e ideias, em uma rede complexa de atores e de meios, voltada para o interesse público, a comunicação pública. Partiremos para a apresentação de seu conceito, a partir de seus marcos históricos.

4.1 RETOMANDO O CONCEITO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A comunicação pública já esteve vinculada a muitas questões ao longo da história em nível internacional: à propaganda, a manipulações, à excitação das massas, guerras, destruição de inimigos, criação de leis injustas, discriminação social e ética, poder pessoal e à humilhação da democracia, mas também já serviu para a “utilidade pública”, levantando muitas bandeiras em prol da liberdade, de identidades partidárias, de causas trabalhistas, dentre outras (ROLANDO, 2011).

Segundo Matos, o conceito de comunicação pública incorporou-se ao vocabulário de comunicação, apoiado talvez pelas referências dominantes à comunicação governamental, ao marketing político e ao e-governo” (2006, p. 61).

O termo comunicação pública muitas vezes ainda tem sido confundido como sinônimo de comunicação governamental, constituída por normas, princípios e rotinas da comunicação social do governo. A comunicação governamental se afirma como elemento estratégico da mediação entre atores cívicos e o governo, visando

criar, bem como reforçar, o vínculo social entre os parceiros da ação pública (MÉGARD; DELJARRIE, 2003³⁷ apud MATOS, 2011).

Ao longo dos anos, venho propondo que a comunicação pública seja entendida como o processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, como um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país (MATOS, 1999, 2000, 2007, 2009 apud MATOS, 2011, p. 45).

Desta forma, a comunicação pública não se restringe a fluxos de mensagens institucionais por parte do governo, ela deve ser um processo de interação onde haja expressão, interpretação e diálogo entre todos os atores da sociedade.

Os estudos voltados à comunicação pública foram centrados, até o final do século XX, na regulamentação e no controle da mídia, como sentido aos padrões do interesse público. Já a comunicação política ou governamental, muitas vezes confundida com comunicação pública, esteve voltada para várias áreas que trouxeram inúmeras perspectivas para o estudo do fenômeno, como a Sociologia, a Ciência, a Política, a Linguística, a Administração Pública, a História, entre outras (MATOS, 2006).

Devemos esclarecer que essas interpretações que se sustentavam no Brasil e na América Latina se baseavam nos conceitos de propaganda política, comunicação governamental, comunicação institucional, marketing político e eleitoral durante a ditadura militar de 1964-1985; a partir do período da consolidação democrática, desvinculou-se do modelo que demarcava a comunicação entre governo e cidadãos, ampliando-se para outras demandas relacionadas às transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil nas últimas três décadas. Houve também o incremento de outros atores sociais emergentes no debate, como as instituições privadas e do terceiro setor, que passaram a participar do debate sobre políticas e estratégias públicas (MATOS, 2011).

Com o fim da censura e a redemocratização, o panorama mudou. A Constituição de 1988, a transformação do Papel do Estado, o Código de Defesa do Consumidor, a terceirização e a desregulamentação, a atuação de grupos de interesse e movimentos sociais e o desenvolvimento tecnológico estabeleceram um sistema de

³⁷ MÉGARD, D.; DELJARRIE, B. La communication des collectivités locales. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2003.

participação e pressão que forçou a criação de mecanismos para dar atendimento às exigências de informação e tratamento justo por parte do cidadão em sua relação com o Estado e instituições, do consumidor com as empresas e entre todos os agentes sociais (DUARTE, 2016, p. 1).

A mídia passou a ter poder de construção de nova vivência política no Brasil, a exemplo da campanha das “Diretas Já”, que marcou uma transição importante para a comunicação pública, quando a sociedade civil organizada assumiu o protagonismo na vida política nacional. O estabelecimento da indústria televisiva no Brasil e a sua inserção entre as sociedades denominadas *mediacentric* não são eventos isolados no processo político que se configurou a partir dos anos 1980 (GIL; MATOS, 2013).

Com a mídia emerge uma importante força, evidenciando o caráter político da esfera pública de Habermas. Na sociedade tecida pela comunicação, o processo de mediação, protagonizado em especial pelos grandes veículos de comunicação, assume um papel de destaque na disputa de forças. A centralidade da mídia está imbricada na sociedade tecida pela comunicação (MAINIERI, 2016, p. 88).

De acordo com Duarte (2011) a expressão comunicação pública ganhou popularidade porque é capaz de responder ao anseio coletivo por uma comunicação mais democrática, participativa e equânime, porém este entendimento não é unânime. A adoção do termo pela comunicação institucional do serviço público pode ser uma tentativa de evitar a expressão “comunicação governamental”, que tem sentido pejorativo pelas lembranças históricas. O termo governamental envolve a comunicação entre o Estado, a sociedade e o governo, a partir da ação deste, em um sentido muito mais restrito, voltado para a divulgação de serviços, projetos e políticas públicas, rotinas ou informações relativas ao atendimento ou orientação aos cidadãos.

Zémor (2005) também avaliou a compreensão redutora deste tipo de comunicação, que está ligada à frequente ausência de espaços de interlocução, o que pode ocasionar uma comunicação com caráter manipulador por parte das instituições públicas. Vemos que esta afirmação é ainda bastante presente nas instituições públicas, e que muitas vezes esta ação meramente informativa é aceita

como razoável pela sociedade civil, que em geral não tem consciência da sua importância nas decisões atinentes às questões de interesse público.

Ressaltando que o objetivo de informar é, na verdade, o primeiro passo para a comunicação pública, Mainieri reforça que a comunicação plena vai além; deve viabilizar o diálogo, a participação e a troca, para consolidação de uma cidadania ativa (2016, p. 82).

Ao citar Habermas³⁸, Oliveira, por sua vez, aproveita para reforçar a necessidade da participação, das articulações, das discussões voltadas ao interesse público, que indicam a importância que a comunicação deve exercer neste processo. Nas palavras de Habermas (HABERMAS, 1997, p.30 apud OLIVEIRA, 2013).

O fato de o cidadão ser também responsável pela co-gestão do Estado tem implicações que ultrapassam a esfera das relações políticas na medida em que fortalecem o tecido de articulações entre os próprios cidadãos e colocam na pauta das discussões questões que, mesmo sendo originárias da esfera privada, interferem no modo de vida da coletividade (HABERMAS, 1997, p. 30 apud OLIVEIRA, 2013).

Haswani acredita que os conceitos de comunicação pública ainda vêm sendo construídos, em especial pelos pesquisadores europeus, com múltiplas interpretações, em especial no estabelecimento das fronteiras entre o público e o privado, na detecção dos promotores, seja no objeto ou na finalidade da comunicação. Na comunicação que tenha como objeto o interesse geral, a autora esclarece que:

[...] os pesquisadores propõem dezenas de modelos e subdivisões que, vistas isoladamente, confundem mais do que esclarecem os conceitos e as finalidades da comunicação pública. É importante observar a presença de partes dos modelos em autores e pontos de partida diversos, embora as definições apresentadas sejam semelhantes e, muitas vezes, iguais na concepção – não necessariamente na semântica (HASWANI, 2013, p. 32).

Ressalta que dada a peculiaridade da comunicação pública, é necessário compreender a acepção do *civil servant*³⁹. É uma autêntica comunicação pública de

³⁸ HABERMAS, J. **Direito e democracia**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2.

³⁹ Segundo Stefano Rolando, a acepção anglo-saxônica do *civil servant* se dá em um processo em que a modernização do Estado e acolhimento dos direitos dos cidadãos são duas funções integradas e realizadas com autoridade por parte de quem promove e organiza as prestações, com sinergia

utilidade realizada entre as instituições do Estado e os cidadãos, que envolve estrutura e atores públicos, gestão, relacionamento e confronto com outros sujeitos da área pública (HASWANI, 2013). Vemos nesta definição uma abordagem que compactua com o conceito contemporâneo a que a área vem adotando.

Koçouski (2013, p. 54) enxerga a comunicação pública como estratégia ou ação comunicativa direcionada ao interesse público, a partir de um agente que tem a responsabilidade de reconhecer e atender o direito que os cidadãos tem à informação e à participação em assuntos de relevância para a condição humana ou para a vida em sociedade. Tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões relativas à coletividade e, em estágios mais avançados, promover negociações e consensos. Considera que a comunicação pública não é um modelo utópico, que poderia substituir outras formas de comunicação. O que a define é a sua abrangência. “Apresenta como característica intrínseca a perspectiva ética do interesse público – sem a qual ela deixa de existir enquanto conceito”.

Nobre (2011, p. 260) diz ser necessário um grande esforço para definir com exatidão a expressão comunicação pública e isso tem sido uma tarefa inversamente proporcional aos resultados alcançados, uma vez que, segundo este autor, “as pesquisas têm multiplicado (mais do que restringido) as definições e os conceitos”. Nobre⁴⁰ retoma uma proposta que “a seu ver, teria o mérito de agregar muitas das possibilidades apresentadas por outros autores” e conceitua comunicação pública como:

[...] toda comunicação, sobre bens, serviços, agentes, planos, políticas, ações, ideias, causas, atitudes e comportamentos públicos, no que têm de propriedade, uso, interesse, utilidade, relevância e prioridade públicos, para a garantia e a promoção das liberdades e direitos dos indivíduos vivendo em sociedade. Noutras palavras: toda comunicação sobre assuntos tornados ou tornáveis públicos, dado que tiveram, têm ou terão relação com a vida prática (ou conceitual) em sociedade, com o intuito de implantar e ampliar o exercício individual e coletivo da cidadania (2008, p. 1 apud NOBRE, 2011, p. 260).

efetiva dos recursos profissionais disponíveis, com um projeto estratégico de neutralidade e de maturidade dos funcionários detentores de uma nova perspectiva de trabalho, adequadas aos interesses coletivos (ROLANDO, 1992, p. 127, apud HASWANI, 2013, p. 32). ROLANDO, S. *Comunicazione pubblica: modernizzazione dello Stato e diritti del Stato e diritti del cittadino*. Milão: Ore, 1992.

⁴⁰ NOBRE, G. F. Comunicação pública. São Paulo: Instituto Ciência-Tecnologia da Comunicação, 2008.

A tabela abaixo sintetiza como se dá o processo de comunicação pública, proposto por Nobre, nos diversos setores onde ela se estabelece e como estes interagem externa e internamente.

Tabela 7 – Ilustração da comunicação publicação dos diversos setores

Comunicação pública	Setor I Governo	Setor II Empresas	Setor III ONGs	Setor IV Mídias	Setor V Universidades
Setor I Governo	Profissionalizar	Fomentar	Estruturar	Franquear	Autonomizar
Setor II Empresas	Cobrar	Repercutir	Cooperar	Tornar público	Conveniar
Setor III ONGs	Persuadir	Mobilizar	Promover a sinergia	Engajar	Dialogar
Setor IV Mídias	Fiscalizar	Informar	Divulgar	Debater	Explicar
Setor V Universidades	Criticar	Inovar	Dar credibilidade	Analisar	Refletir

Fonte: Nobre, 2011, p.261.

De acordo com Nobre, a tabela traz um mosaico que revela a atuação de cada setor como comunicador público perante os outros (externamente), e internamente.

Não basta que as mídias fiscalizem o governo e as universidades inovem junto com as empresas; o ideal é que mobilizem, engajem-se mutuamente. Que cobrem, cooperem, tornem público, reflitam, analisem interna e externamente. Se a busca por uma definição da comunicação pública pertence à esfera da ontologia, a Tabela 7 expressa sua deontologia – são os fundamentos de seu dever ser-fazer (2011, p. 262). [Grifo nosso]

Em uma visão de rede, Marques (2016, p. 22) também comenta a variedade de definições que alimentam o debate contemporâneo com relação à comunicação pública entre os diversos atores institucionais, governamentais e cívicos, e a define “como prática que se constitui e se estrutura através de uma rede de trocas comunicativas que configuram e articulam esferas públicas, promovendo debates ampliados e participação cívica”.

Para nós, o consenso maior a que podemos chegar é que a comunicação pública se constitui de forma legítima e eficaz por uma atuação em rede, através da

participação de todos os atores sociais que sinergicamente, por meio do diálogo, contribuem para questões voltadas para o interesse público.

4.2 PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A comunicação pública se estabelece como um novo paradigma, quando sociedade civil, governo, organizações, instituições procuram um novo e mais alto patamar de interlocução, de diálogo e de intercâmbio, com o propósito de transformar a realidade através de participação conjunta. Nesta perspectiva, entraremos a seguir em temas pertinentes à dimensão central na comunicação pública: para o interesse público.

Um desafio se apresenta. Colocar a perspectiva do conjunto da sociedade e do cidadão acima de todas as outras instâncias. Isto significa que por parte do Governo, este deve assumir o compromisso de promover políticas públicas, gestão aberta, viabilizando uma comunicação de interesse público e a participação dos interessados.

A ideia-chave talvez seja a de espírito público para lidar com a comunicação de interesse coletivo, o compromisso de colocar o interesse da sociedade antes da conveniência da empresa, da entidade, do governante, do ator político. O objetivo central é fazer com que a sociedade ajude a melhorar a própria sociedade (DUARTE, 2011, p. 128).

Rolando (2011, p. 26) vê a comunicação pública não apenas como instrumentação do poder, mas como um território onde os sujeitos vão ao encontro de interesses legítimos (mesmo que se confrontem). A informação e a comunicação já não são instrumentos para vender algo, mas para defender sua identidade, visão e objetivos.

A preocupação está canalizada para outros valores, surge uma nova necessidade de comunicação a partir de demandas dos vários públicos que cercam as organizações e as instituições, da sociedade em geral, de demandas políticas, sociais, ambientais que reconfiguram uma nova necessidade de atuação pública.

Ao falar sobre o contexto em que ressurge o conceito de comunicação pública, Matos (2006, p. 70) comenta que as transformações sociais decorrentes da nova economia, provocaram impactos para novas formas de participação da

sociedade, através de movimentos sociais, ONGs e grupos sociais, que defenderam múltiplos interesses e demandas e possibilitaram que instituições e corporações adotassem a prática de programas de responsabilidade social em resposta a reivindicações de vários grupos de interesse. Nesse contexto também ressurgem os conceitos de jornalismo de serviço e de jornalismo público.

O auge desse momento se dá no Brasil em 2002, na eleição do Presidente da República com uma história política e pessoal sensível e próxima a essas novas demandas sociais. A referência a essa nova condição não é uma proposta de análise da comunicação no governo Lula; antes, serve apenas para mencionar que uma concepção republicana do Estado encaminha o debate para consolidar a visão de Comunicação Pública, substituindo a antiga fórmula da propaganda governamental. Só para sintetizar a observação, o que se deu foi uma confirmação da publicidade governamental como abordagem instrumental privilegiada para a comunicação do governo, apartada da política social proposta desde a campanha eleitoral. E esta mesma publicidade passa a ser mencionada como prática de Comunicação Pública (MATOS, 2006, p. 71).

Vemos também que entra no âmbito da vida pública uma reconfiguração e uma possibilidade de ampliação nos modos de participação dos cidadãos. A internet estabelece uma nova possibilidade de opinião pública, traz uma multiplicidade de opiniões e expressões e pode ampliar o debate voltado para o interesse coletivo. Mainieri (2016, p. 79-80) lembra que “desde os primórdios da sociedade moderna, as formas de vida pública são reconfiguradas”. Ele prossegue:

Se os cafés e salões da vida social burguesa foram determinantes para a formação de uma cultura política além da esfera do Estado, como analisou Habermas, podemos questionar se na atualidade a internet representa uma efetiva possibilidade de participação e articulação da sociedade em torno das questões de interesse público.

Nascimento (2013) respalda a questão quando afirma que a sociedade contemporânea experimenta um momento transformador através da incorporação e do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs). Ao falar sobre um dos focos para se trabalhar a comunicação pública nos próximos anos, reforça que as ações deverão estar centradas nas redes sociais. Ressalta que esta é:

a visão de 30 gestores de comunicação de órgãos públicos brasileiros que participaram do Mapa da Comunicação Brasileira 2011, pesquisa realizada pelo Instituto FSB Pesquisa. Comparando a pesquisa realizada em 2009 com a de 2011, o Mapa da Comunicação mostra que, nos órgãos públicos, o crescimento no uso do Twitter foi de 63%, e o uso do Facebook de 33%. Tal fato permite inferir que a presença nesses canais de comunicação já é uma realidade para muitas organizações públicas (2013, p. 203-204).

Após estudar a democracia digital e as leis de acesso à informação em alguns países latino-americanos – Argentina, Colômbia, Brasil, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai –, Rothberg (2016) anuncia que as democracias contemporâneas evidenciam o crescimento do uso de tecnologias de informação e comunicação por parte dos governos para possibilitar o acesso aos serviços públicos e informações sobre o andamento de políticas públicas, com o objetivo de promover transparência e responsabilidade. Questiona, no entanto, que em países da América Latina, as ações voltadas para a democracia digital e comunicação pública ainda devem transpor persistências que utilizam a comunicação digital para propaganda política e, com frequência, causam falta de precisão e objetividade.

O número de países latino-americanos que adotam leis de acesso a informações tem crescido nos últimos 15 anos, e podem ser encontradas diferenças marcantes na forma como a legislação tem sido seguida por práticas de transparência proativa. Embora, em muitos casos os avanços trazidos pela lei possam ser reconhecidos nos procedimentos de divulgação de informações em função de solicitações formais, pode-se argumentar que o ritmo de disseminação de informações online para sustentar a cidadania tem sido muitas vezes lento, se não gravemente prejudicado pela falta de definição do que deve ser divulgado e como deve ser feito. A normativa legal nem sempre inclui os requisitos de informações consideradas necessárias para que cada cidadão possa fazer uma avaliação informada sobre o desempenho de um determinado governo (2016, p. 118).

Entendemos que estas novas possibilidades de ferramentas digitais foram um grande avanço no acesso de informações para a sociedade civil, instituições, organizações, mídia, porém este é um processo que acreditamos que deverá ser assimilado gradativamente e poderá servir como possibilidade de pauta para as grandes questões de interesse público. Em países como o Brasil, estas plataformas ainda são apresentadas por parte do governo como novidade e, para o cidadão comum, uma surpresa, que demanda senso crítico aliado a informações paralelas

para se extrair elementos que poderão propiciar o debate e o questionamento, há uma necessidade de uma cultura e que todos os cidadãos estivessem digitalmente incluídos.

Ao avaliar o uso das redes digitais como fomento para as práticas democráticas, Pozobon (2011, p. 181) ressalta que ao trazer a relação “comunicação política” para o debate, e associarmos a ela a palavra “internet”, “novas tecnologias” ou “era digital”, pode haver uma projeção que dessa relação resultaria esfera da decisão política. Porém, para o autor a realidade mostra que essas práticas são limitadas e questiona em que medida as tecnologias da comunicação podem efetivamente modificar, aprimorar ou ampliar a vida democrática da sociedade contemporânea.

Por outro lado, analisa que a comunicação digital:

[...] não resulta, necessariamente, em uma esfera de discussão pública justa, representativa e igualitária. As redes, embora viabilizem *feedbacks* da sociedade civil ao centro político (anel central do esquema proposto por Habermas), não garantem que esse retorno influencie nos processos decisórios (POZOBON, 2011, p. 183).

Para Gomes (2005) a internet amplia a vida democrática. Através de expressões como ciberdemocracia, *e-democracy*, democracia eletrônica e democracia digital, refere-se a extensão de oportunidades democráticas resultantes da infraestrutura tecnológica das redes de computadores. Gomes esclarece que por trás destas expressões, existe um conjunto de pressupostos com relação à internet e à participação política civil. A internet é uma possibilidade para solução do problema de participação do público na política, tornando-a mais fácil, ágil, conveniente e confortável; estes fatores são importantes neste momento em que a sociedade civil está desorganizada e desmobilizada.

Ainda aponta que a internet viabiliza um relacionamento sem intermediários entre a esfera civil e a esfera política, excluindo influências da esfera econômica, de indústrias do entretenimento, da cultura e da informação de massa. Por fim, analisa um aspecto central de produção de informação por parte da esfera civil:

[...] a internet permitiria que a esfera civil não fosse apenas o consumidor de informação política, ou impediria que o fluxo da

comunicação política fosse unidirecional, com um vetor que normalmente vai da esfera política para a esfera civil. Por fim, a internet representaria a possibilidade de que a esfera civil produzisse informação política para o seu próprio consumo e para o provimento da sua decisão.

O que a democracia digital como experiência deve assegurar é a participação do público nos processos de produção de decisão política (GOMES, 2005, p. 218).

Mainieri lembra que Lévy⁴¹ e Castells⁴², no contexto da comunicação em rede, afirmam que a sociedade está cada vez mais conectada, e gerou uma inteligência coletiva, com uma comunicação que está cada vez mais plural. Porém, podemos não estar livres de amarras das estruturas tradicionais (MAINIERI, 2016, p. 60).

Estas são questões que deverão ser superadas a partir de uma sociedade civil mais esclarecida, que transpasse as limitações essenciais que ainda são realidade para a maioria, trazendo uma possibilidade de participação, questionamento e comprometimento mais ativo na vida pública.

Em artigo onde analisa o caso no Poder Legislativo brasileiro, Matos analisa que o Brasil atual está entre uma crise de representação do Estado-Nação e de uma suposta soberania do mercado. Sua comunicação política sofre influência do processo comunicativo moderno, em uma batalha competitiva que possa influenciar e controlar percepções do tema político pelos meios de comunicação de massa. A atenção do público é conquistada por meio de técnicas de marketing que definem os assuntos e o formato para serem apresentados ao cidadão. Em outro âmbito, está a perspectiva de uma comunicação pública, que insere o cidadão em outro contexto, participativo, em um fluxo de relacionamento comunicativo entre o Estado e a sociedade (MATOS, 2016).

[...] a comunicação pública parece estar sendo vista com um discurso estranho ao conteúdo geral da mídia de massa, que precisa passar por um processo de decodificação específica. Daí esse discurso que engloba informações de utilidade pública ser tomado como algo “em separado” nas relações comunicativas entre governo e cidadão. De um lado estaria o discurso do Estado; uma comunicação oficial, informativa ou persuasiva; de outro ficariam as informações

⁴¹ Pierre Lévy é filósofo, sociólogo e pesquisador francês em ciência da informação e da comunicação e estuda o impacto da Internet na sociedade, as humanidades digitais e o virtual. Principais obras: **A Inteligência Coletiva**, 1997. **Cibercultura**, 2001, entre outros.

⁴² Manuel Castells Oliván é um sociólogo espanhol. Lecionou na Universidade de Paris e na "École des Hautes Études en Sciences Sociales". Principais obras: **A Sociedade em Rede**, 1996.; **Redes de Indignação e esperança**, 2012., entre outros.

incorporadas ao universo geral das mídias, informações sintetizadas, recortadas e imiscuídas a um espaço de entretenimento (MATOS, 2016, p. 3).

Ao tratar dos desdobramentos da dimensão pública da comunicação, Mainieri ressalta que o principal desafio é o entendimento do processo na esfera pública, que engloba o Estado, o governo e a sociedade, com destaque para o papel das mídias. Como a utilidade pública e o interesse geral de informações estão presentes na esfera pública e são pressupostos da comunicação pública, temos que partir para o questionamento se a mídia é um espaço ampliado e plural para se produzir e fazer circular essas informações (MAINIERI, 2016).

Vemos surgir a necessidade de uma comunicação de interesse público ou de comunicação pública que possa trazer informação de qualidade, conhecimento efetivo para a sociedade civil sobre seus reais direitos, deveres e sobre seu papel social. No Brasil, percebe-se que o terreno começa a ser preparado, quando se verifica a inserção de outros sujeitos no espaço público. A ascensão da classe C há anos atrás, não simplesmente como tem sido vista enquanto possibilidade de expansão do mercado consumidor, mas tendo esta acesso à educação, ao mercado de trabalho e à tecnologia, pode alterar e ampliar a interlocução para uma comunicação pública efetiva, associada à sociedade em geral, e possibilitar a discussão de questões de interesse público, fato que estamos começando a verificar. Outra análise a ser considerada diz respeito às responsabilidades atualmente atribuídas às organizações, em especial as do terceiro setor, que têm preenchido espaços para a solução, para a reivindicação de questões de interesse público e se conscientizam do lugar delas na esfera pública.

Em vista disso, prevê-se um empoderamento da sociedade civil e das organizações, quando se verifica que o interesse público efetivo pode e deve ser defendido em todos os sentidos.

4.3 A INTERSECÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA O INTERESSE PÚBLICO E PARA A SUSTENTABILIDADE

As organizações cada vez mais devem assumir a sua missão central de produzir e promover o bem-estar social, nos diversos níveis que isso possa alcançar e, portanto, exercer a comunicação pública, de forma legítima, em uma nova perspectiva cuja base seja uma comunicação de excelência, que vise atender ao interesse público e às novas demandas sociais, econômicas, ambientais, culturais.

O advento da globalização contribuiu para a transformação do perfil dos Estados, que passaram a incluir as organizações privadas e do terceiro setor como parceiras de demandas anteriormente delegadas somente ao primeiro setor (MATIAS, 2005).

Outro marco que determina a ampliação do espectro da comunicação pública, gerida até então somente pelos Estados, foi a Agenda 21, em 1992, que passou a responsabilizar os Estados, o mercado e as organizações não governamentais pela sobrevivência do planeta (FIORILLO, 2000).

O conceito do *welfare state* cai por terra e estabelece-se uma nova dimensão, a do *welfare society*, que transfere a responsabilidade paternalista do Estado em promover o bem-estar social para a sociedade civil, passando a discutir e deliberar sobre causas coletivas. Logo, abre-se espaço para o voluntariado, para o associativismo social, para o sujeito privado que resgata a sua dignidade como cidadão de uma comunidade (D'AMBROSI; GIARDINA, 2006⁴³ apud HASWANI, 2011).

[...] A sociedade civil muda, reúne-se em redes de relações intersubjetivas, voluntárias, espontâneas, gratuitas, busca espaços de gestão e não só reivindicativos, para finalidades comuns de bem-estar, materiais e espirituais, traçando, segundo Ardigo⁴⁴ (1993, p.77), a diferença entre *welfare state* e *welfare society* (HASWANI, 2011, p. 83).

Assim, inserem-se no espaço público sujeitos públicos, privados e do privado social com o objetivo de atender a um interesse geral, ao bem comum, sob o princípio da solidariedade. Neste ambiente surge o *welfare community* (HASWANI, 2011).

⁴³ D'AMBROSI, L. GIARDINA, M. V. Amministrazione pubblica e partecipazione. Roma: Carocci, 2006.

⁴⁴ ARDIGÓ, A. Per una nuova cittadinanza: dalla società civile verso nuove forme della politica. In: SGROI, E (a cura di), **Educazione alla politica**: azione collettiva di formazione in Italia. Catanzaro: Meridiana Libri, 1993.

Na visão de Mainieri (2016, p. 86) “a distinção entre público e privado é condição primordial para a caracterização e entendimento da esfera pública”. Ainda segundo o autor,

[...] a sociedade midiaticizada leva-nos a questionar se a marca do “comum” ainda permanece presente ou cada vez mais cede lugar ao “privado”. Habermas busca na origem grega dos termos essa distinção. Na cidade-estado grega desenvolvida a esfera da polis que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo.

No contexto da comunicação pública, López defende o conceito de *advocacy* (advocacia), termo inglês que propõe “defender uma causa”, “promover políticas”. *Advocacy*, segundo ele, é uma ação de comunicação e de comunicação pública, pois tem por missão a prática de convocação e de construção de propósitos comuns relativos a assuntos de interesse coletivo, de interesse comum (LÓPEZ et al., 2004).

Ele afirma que comunicação pública se move em diversos planos ou níveis, dependendo dos interlocutores, da intencionalidade ou da forma de atuação, sendo possível abarcar pelo menos cinco dimensões: a Política, a Midiática, a Estatal, a Organizacional e a da Vida Social. Na dimensão Organizacional, destaca que:

se entendemos que uma organização privada é um cenário no qual circulam mensagens e interesses de grupos que lutam por predominar e impor seus sentidos, é claro que em seu interior há uma “esfera pública” particular (LÓPEZ, 2011, p. 65).

Para Oliveira (2013), existem iniciativas de empresas que denotam seguir essa orientação, com a criação de canais de comunicação para comunidades internas e externas, que podem manifestar suas necessidades, indicando ações que podem vir a se tornar projetos sociais relevantes.

A partir deste novo contexto social, cultural, político e econômico, as organizações privadas, inseridas na esfera pública, são impactadas e geram influência nos outros atores que fazem parte dessa situação. O cenário constituído por avanços na qualidade do processo democrático, novas tecnologias e cidadania, trouxe grande reflexo para as políticas de comunicação organizacional, exigindo maior atenção às demandas da sociedade, convergindo para o conceito de comunicação pública. Porém, ainda há que se discutir em que grau de legitimidade

ou interesses essa integração entre a comunicação organizacional e a comunicação pública se dá (OLIVEIRA, 2014).

Antes de se inserirem no contexto da comunicação pública, as organizações devem ocupar-se em direcionar suas políticas não somente para favorecer e garantir o seu negócio, mas em uma visão ampliada: para o interesse público e para a sustentabilidade, temas emergentes que atropelam as organizações e instituições de todos os setores.

Segundo Haswani (2011, p. 93), o paradigma holístico para as políticas de comunicação traz para o debate o tema da sustentabilidade que chega a “confluir com parte dos conceitos da comunicação pública”.

Esse conceito quando adotado, aponta uma abertura para o diálogo e para a participação conjunta com outros setores. Quando as organizações se predispõem a uma comunicação dialógica em uma perspectiva de comunicação pública, de responsabilidade social, de sustentabilidade, conseguirão obter para todos os atores envolvidos resultados concretos capazes de transformar problemas crônicos em soluções para o seu entorno, ou dependendo da questão, para a sua cidade, estado etc.

A perspectiva da sustentabilidade nas organizações deve ser enfrentada de forma complexa e para que tenha autenticidade e efetivos resultados esbarra em mudanças fundamentais no seu modo de atuar na sociedade.

[...] a proposição da comunicação para a sustentabilidade requer das organizações um triplo vínculo. Primeiro, precisam dar uma resposta à sociedade, na medida em que têm grande responsabilidade pela situação atual do planeta. Segundo, precisam mudar, mais que suas práticas e discursos, mudar seus valores, suas convicções e modos de pensar, com a conseqüente mudança não só dos processos produtivos mas, também, do entendimento da atual organização econômica e social. Terceiro, por serem as instituições mais poderosas do planeta (HART⁴⁵, 2006, SENGE et al⁴⁶, 2007) devem assumir seu papel de agentes de mudança na construção de uma nova visão de um modo de vida sustentável (KUNSCH; MOYA; ULSEN, 2014, p. 9).

⁴⁵ HART, S. L. **O capitalismo na encruzilhada**: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. Porto Alegre: Bookman, 2006.

⁴⁶ SENGE, P. et al. **Presença: propósito humano e o campo do futuro**. São Paulo: Cultrix, 2007.

A convergência entre comunicação organizacional e comunicação pública para a sustentabilidade, exige que os interesses das organizações estejam alinhados com os da sociedade. Outra necessidade é que as políticas de comunicação levem em consideração “questões fundamentais como a garantia de participação de todos no âmbito organizacional, já que o ideal democrático não se restringe à esfera estatal” (OLIVEIRA, 2014, p. 4).

Questão igualmente importante a ser considerada é que uma organização terá uma comunicação pública legítima, isto é, alinhada com o interesse público, com a sustentabilidade, quando possuir valores incorporados em sua cultura. Oliveira (2014, 2015) apresenta um modelo de mensuração que permite analisar o comprometimento organizacional, baseado em Sete Níveis de Consciência, desenvolvido por Richard Barrett.

Os referidos níveis estão subdivididos em dois grupos distintos. Em **Níveis de consciência pessoal**: Sobrevivência; Relacionamentos; Autoestima; Transformação; Significado; Fazer a diferença; Servir. E também em **Níveis de consciência organizacional**: Finanças; Relacionamentos; Autoestima; Transformação; Coesão interna; Inclusão; Unidade.

Detalhamos abaixo os sete níveis de consciência pessoal e organizacional referidos por Barrett, para um melhor entendimento de cada um deles:

Tabela 8 – Níveis de consciência pessoal e organizacional de Barrett

Níveis	Níveis de consciência pessoal	Níveis de consciência organizacional
1	Sobrevivência – Focaliza as questões de sobrevivência física. Inclui valores como estabilidade financeira, riqueza, segurança, autodisciplina e saúde. Aspectos potencialmente limitantes são gerados por medo em torno da sobrevivência. Valores limitantes: ganância, controle e cautela.	Finanças – Focaliza a questão financeira e o crescimento organizacional. Inclui a questão financeira e o crescimento organizacional, valor do acionista, saúde e segurança do funcionário. Valores potencialmente limitantes: medo de sobrevivência, como controle, territorialidade, cautela e exploração.
2	Relacionamentos – Preocupa-se com a qualidade dos relacionamentos interpessoais. Inclui valores como comunicação, família, amizade, resolução de conflitos e respeito. Aspectos potencialmente limitantes: medos em relação à perda de controle ou consideração.	Relacionamentos – Contempla a qualidade dos relacionamentos interpessoais entre colaboradores e clientes/fornecedores. Inclui valores como comunicação aberta, resolução de conflitos, satisfação do cliente, cortesia e respeito. Aspectos potencialmente limitantes: medos

	Valores limitantes: rivalidade, intolerância e necessidade de ser gostado.	relacionados à perda de controle e consideração pessoal. Isso gera manipulação, culpabilização e competição interna.
3	Autoestima – Enfatiza a questão do reconhecimento. Inclui valores como ser o melhor, ambição, crescimento profissional e recompensa. Aspectos potencialmente limitantes: baixa autoestima ou perda de controle. Valores potencialmente limitantes: <i>status</i> , arrogância e imagem.	Autoestima – Preocupa-se com práticas de gestão que melhoram os métodos de trabalho e a entrega de serviços e produtos. Inclui valores como produtividade, eficiência, crescimento profissional, desenvolvimento de habilidades e qualidade. Aspectos potencialmente limitantes: resultado de baixa autoestima e da perda de controle e inclui valores como <i>status</i> , arrogância, burocracia e complacência.
4	Transformação – Focaliza a autorrealização e crescimento pessoal. Contém valores como coragem, responsabilidade e desenvolvimento pessoal. Neste nível as pessoas trabalham para se libertar de seus medos. Isso requer um questionamento contínuo das próprias crenças e pressupostos. E também o nível em que o profissional encontra equilíbrio em sua vida.	Transformação – Visa a renovação contínua e o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Contém valores que sobrepõem os valores potencialmente limitantes dos níveis 1 a 3. Valores neste nível incluem responsabilidade, participação do funcionário, aprendizagem, inovação, trabalho em equipe, desenvolvimento pessoal e compartilhar conhecimento.
5	Significado – Voltada para a preocupação do indivíduo com a busca de significado e comunidade. Os que operam neste nível não pensam mais em termos de emprego ou cargo, mas em termo de missão. Este nível contém valores como comprometimento, criatividade, entusiasmo, humor/alegria, excelência, generosidade e honestidade.	Coesão interna – Foca o espírito de comunidade na empresa. Inclui valores como confiança, integridade, honestidade, consciência de valores, cooperação, excelência e justiça. O resultado é alegria, entusiasmo, paixão, comprometimento e criatividade.
6	Fazer a diferença – Traz a questão de fazer a diferença no mundo. É também o nível de envolvimento ativo na comunidade local. Indivíduos operando neste nível honram a instituição e a contribuição. Eles podem estar preocupados com o meio ambiente ou questões locais. Contém valores tais como aconselhamento, trabalho comunitário, empatia e consciência ambiental.	Inclusão - Foca no amadurecimento e fortalecimento dos relacionamentos e na realização do funcionário. Dentro na organização inclui valores como desenvolvimento da liderança, capacidade de ser mentor, capacidade de <i>coaching</i> e realização do funcionário. Externamente inclui valores como colaboração com clientes e fornecedores, criar parcerias, alianças estratégicas, envolvimento com a comunidade ambiental e fazer a diferença.
7	Servir – Reflete a mais alta ordem de conexão interna e externa. Foca no servir aos outros e o planeta. Indivíduos operando nesse nível lidam bem com a incerteza. Eles demonstram sabedoria,	Unidade – Reflete o nível mais alto de conexão interna e externa. Dentro da organização inclui valores como visão, sabedoria, capacidade de perdoar e compaixão. Externamente

	compaixão e capacidade de perdoar, têm uma perspectiva global e estão preocupados com questões como justiça social, direitos humanos e as futuras gerações.	inclui valores como justiça social, direitos humanos, perspectiva global e futuras gerações.
--	---	--

Fonte: Adaptado de Oliveira, 2015.

Podemos observar que a evolução do nível de consciência, seja pessoal ou organizacional, depende da cultura, dos valores e da maturidade presentes. As empresas que se comprometem com o interesse público estão localizadas em níveis mais elevados de consciência. Em níveis mais baixos, a organização ou o indivíduo buscam sua sobrevivência pessoal ou sua sustentabilidade financeira tão somente (OLIVEIRA, 2014, p. 5-6).

Ao defender que comunicação organizacional deve estar alinhada com a comunicação pública, com o interesse público, Oliveira (2015) ressalta ser necessário compreender se as ações das organizações ligadas às questões de responsabilidade social incluem efetivamente as manifestações de grupos sociais com os quais estas tenham relacionamento.

Evidentemente, vale reforçar que tal definição exige uma política de comunicação organizacional que entende os grupos sociais e indivíduos como sujeitos interlocutores, cidadãos, que têm percepção de suas necessidades e querem que as organizações, sejam elas públicas ou privadas, contribuam efetivamente com a sociedade, não apenas para sua autopromoção, garantindo ganhos para sua imagem, reputação e marca, mas que tragam reais benefícios para todos (OLIVEIRA, 2015, p. 21).

Porém, em muitos casos vemos que a comunicação organizacional tem muito mais o objetivo de divulgar o que a organização faz em relação aos temas responsabilidade social, sustentabilidade, a fim de promover a aproximação de seus públicos do que efetivamente propor o diálogo, a mobilização e a educação numa perspectiva de comunicação pública voltada para o interesse público, multiplicando conhecimento e discussões ao lado de parceiros dos diversos setores do mercado e da sociedade em geral.

É irrefutável dizer que a Comunicação tem papel estratégico no gerenciamento das políticas de Sustentabilidade de uma organização. Não basta a mesma adotar ações sustentáveis e não trabalhar a comunicação de modo a

interferir e convencer os diversos envolvidos a discutí-las, implantá-las e incorporá-las.

Ainda percebemos que a comunicação da sustentabilidade nas organizações está centrada nos públicos ligados à cadeia referente ao seu negócio e amparada preponderantemente pelo conceito do *Triple Bottom Line*, cunhado por Elkington e tônica do mercado. Na pesquisa realizada por Kunsch, Moya, Ulsen (2014), já citada anteriormente (capítulo 3), em primeiro lugar, citado por 100% das organizações está a comunicação voltada para o público interno; para o público consumidor, 95%; imprensa (mídia), 95%; governo, 95%; mercado, 92%; sociedade civil, 89%; cadeia produtiva, 89%; acionistas, 89%; e entidades de classe, 89%.

Na distribuição de ações de comunicação por público, 25% do total são direcionadas aos funcionários; 13% ao mercado, 12% dirigidas ao consumidor e 11% à cadeia produtiva. Voltadas aos públicos, governo, imprensa (mídia), sociedade civil, acionistas e entidades de classe, há em torno de 8% de ações para cada público.

Outra pesquisa realizada por Baldissera e Kaufmann (2013) revela a predominância do conceito de Elkington como estratégia para os negócios e empregada na comunicação organizacional da sustentabilidade. Através de pesquisa exploratória no site do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e nos sites institucionais de 70 organizações associadas, que representam cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, o objetivo foi entender os sentidos de sustentabilidade que as organizações propõem e comunicam aos seus públicos. Sob análise interpretativa, percebe-se que nesse ambiente, em relação aos aspectos ligados a questão da sustentabilidade, recebem destaque: as conceituações, as práticas e estratégias empregadas, os projetos, as diretrizes, as notícias, as certificações, as premiações e os relatórios de sustentabilidade. 52 organizações (74,28%) utilizam os relatórios anuais e/ou de sustentabilidade para relatar ações referentes ao tema, como prestação de contas à sociedade, a fim de ampliar os níveis de credibilidade organizacional em termos de ethos discursivo.

O tema é o grande desafio que se coloca para nós porque está envolvido em uma teia de interesses econômicos e políticos que se estende em nível global. Desta forma, entendemos que a comunicação pública é que poderá provocar o

relacionamento entre os diferentes atores, através de uma comunicação relacional, que são processos comunicacionais compreendidos como “oportunidades de interação e encontro entre organização e atores sociais” (OLIVEIRA; PAULA, 2007, p.21).

Será por meio de interpretações recíprocas no processo de interação que surgirá um significado comum da situação; para isso a comunicação relacional se faz necessária, podendo emergir, por exemplo, em forma de diálogo entre interlocutores. Assim a comunicação se mostra estratégica no repensar organizacional diante das exigências da sustentabilidade, promovendo a coesão social em torno de acuradas visões de mundo, de determinados ideais (Soares⁴⁷, 2009), atuando nas possibilidades de interação e construção de novos significados, interpretados por meio da linguagem utilizada pelos indivíduos (BATISTELLA; MARCHIORI, 2013).

A sua tarefa é grande, deve ser transparente, dialógica, e na perspectiva de uma comunicação pública poderá alterar por meio de uma política voltada à educação para a sustentabilidade e para o interesse público, os modelos que se colocam à frente de uma sociedade que ainda preza muitas vezes o comodismo, o que pode resultar em colapso.

Para uma comunicação pública de excelência as organizações devem possuir uma postura numa perspectiva “ativa”, quando as mesmas promovem um fluxo de comunicação externo [e interno] com a veiculação de conhecimento e também intervêm nas percepções e no comportamento de seus públicos ou da sociedade em geral (MANCINI⁴⁸, 2008 apud HASWANI, 2011).

Ao falar sobre as políticas de comunicação voltadas para a responsabilidade social, ambiental etc., ou melhor dizendo, para o interesse público, para a sustentabilidade, deveremos sempre saber que estaremos nos dirigindo para o estabelecimento da relação entre comunicação organizacional e comunicação pública, entre o público e o privado.

[...] é preciso lembrar que a concepção entre público e privado só faz sentido quando se descortina o cenário democrático, que revela o papel que a comunicação desempenha nesse contexto, não como

⁴⁷ SOARES, A. T. N. Comunicação e sustentabilidade na construção de uma nova visão de mundo. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes (Org.). **A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações**. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2009. p. 21-32.

⁴⁸ MANCINI, P. **Manuale di comunicazione pubblica**. 5a. ed. Bari: Editori Laterza, 2008.

mera coadjuvante que coloca suas técnicas e ferramentas à disposição, mas como elemento central da esfera pública democrática (OLIVEIRA, 2015, p. 9).

A comunicação organizacional hoje precisa se basear em pautas muito maiores e mais abrangentes, numa visão complexa da sociedade e do planeta. A responsabilidade sobre suas demandas internas e externas se multiplicam, face ao novo contexto, quando cada célula da sociedade vem sendo cobrada a participar do espaço público. Ela, portanto, ocupa papel central na interlocução com todos os setores do mercado e com a sociedade em geral na determinação de políticas de comunicação que promovam o interesse público, que alcançam os espectros político, social, cultural, econômico, ambiental. Os seus profissionais terão que se preparar para uma visão mais estratégica da comunicação e do que ela representa para a sociedade. Assim, a missão está posta.

4.4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA PERSPECTIVA DA DEMOCRACIA E DO INTERESSE PÚBLICO

A raiz da evolução do conceito de comunicação pública está na viabilização da democracia e na viabilização de um novo perfil de participação política da sociedade brasileira (DUARTE, 2016).

Para Moisés a democracia demanda supervisão e monitoramento do exercício do poder por parte dos cidadãos. Assim, ela nasce com a desconfiança, e por isso opera com normas e instituições que a controle. Existe, portanto, uma institucionalização da desconfiança, que conta com a existência de uma cultura de confiança para seu funcionamento, e as instituições democráticas tornam isso possível (MOISÉS, 2005).

Nesse complexo arranjo que a democracia prevê entre desconfiança e confiança, as instituições podem ser capazes de prover, quando dispostas a um alto patamar de interlocução e organização, participação efetiva dos mais diversos atores em favor do interesse público.

Moisés e Carneiro (2008) afirmam, que a democracia brasileira está relativamente consolidada, mas paradoxalmente os autores revelam que “quase 2/3

dos brasileiros não confiam – em diferentes graus – em parlamentos, partidos, governos, tribunais de justiça, polícia e serviços de saúde e educação”.

Opinião compartilhada por Novelli (2011) quando esta menciona que existe um grande consenso sobre a democracia na atualidade, que está ligada a sua dificuldade funcional em representar fielmente a vontade geral da população. Para ela, este sentimento negativo se dá muito pelo fato de que as pessoas se percebem fortemente distantes do núcleo de decisão política, e também porque percebem que o foco de atenção dos representantes não é a defesa de interesses coletivos e sim a defesa de interesses pessoais ou corporativos. Novelli analisa que:

[...] sem uma análise do impacto social do modelo de representação política, que deveria aproximar, mas na prática tem afastado o cidadão dos centros de decisão, a avaliação da comunicação pública como forma de interação social encontra-se comprometida de forma estrutural (2011, p. 244-245).

Sztompka (1999) apresenta cinco práticas democráticas que requerem confiança: a comunicação entre cidadãos para definição de objetivos públicos; a prática da tolerância e a aceitação do pluralismo; consenso mínimo para funcionamento dos procedimentos democráticos; civilidade na relação dos atores que competem por objetivos diferentes; participação dos cidadãos em associações da sociedade civil ou em organizações de objetivos políticos.

A partir das práticas democráticas apresentadas por Sztompka (1998, p. 26), verificamos que o lugar de fala e de debate dos diversos atores sociais é a esfera pública, que segundo McQuail, é definida como uma “[...] intrincada rede de transações informacionais, expressivas e solidárias que se realizam na "esfera pública" ou no espaço público de qualquer sociedade”.

Habermas funda o conceito de esfera pública como o espaço de debate entre indivíduos, que pelo uso da razão argumentam e contra argumentam, para o sentido do bem comum, onde se elege o melhor argumento tornado público. Segundo o autor, a ação dialética orienta para a busca do consenso, através da ação comunicativa, pela livre discussão das ideias. O consenso não representa a expressão da vontade de todos ou da maioria, mas sim sua legitimidade está ligada

ao processo deliberativo e argumentativo (HABERMAS⁴⁹, 2003 apud ESCUDERO, 2015, p. 58-59).

Para Matos (2012), a esfera pública é um conjunto de espaços físicos e imateriais onde os agentes sociais podem viabilizar a participação em um processo de comunicação pública.

Este espaço está atrelado à cidadania, fundamentando-se no desejo de criação de uma sociedade mais justa e igualitária (ESCUDERO, 2015).

O cidadão social emancipado participa ativamente tanto da relação vertical, entre ele e o Estado, quando da relação horizontal, entre os cidadãos na esfera pública. A comunicação pública é o atributo presente nessas relações e, quanto mais democráticas estas são, mais se aproximam dos princípios genuínos tanto da comunicação pública como da cidadania, ou seja, dos princípios de acesso emancipado dos sujeitos individuais e coletivos aos fóruns de discussão e deliberação pública, sem exclusões (2015, p. 56).

López et al (2004) também discutem a comunicação pública a partir da lente habermasiana, pois ela se dá na esfera pública, como lugar de convergência das diferentes vozes que compõem a sociedade. Os autores definem comunicação pública como:

un conjunto de temas, definiciones, premisas y metodologías referidas a la manera como los sujetos luchan por intervenir en la vida colectiva y en el devenir de los procesos políticos concernientes a la convivencia con “el otro”, por participar en la esfera pública, concebida esta como el lugar de convergencia de las distintas voces presentes en la sociedad (LÓPEZ, 2010, p. 1).

Portanto, a comunicação pública deve estar voltada para recuperar a esfera pública em sua força expressiva e democrática, permitindo à sociedade exigir do Estado o que é de interesse coletivo (GIL; MATOS, 2013).

Neste sentido, Vidal (2011, p. 278) traz importantes considerações sobre os agentes envolvidos no processo e suas atuais demandas sociais e econômicas:

[...] nasce o dever da sociedade civil organizada de participar de projetos voltados para as áreas críticas – saúde, educação, meio ambiente. Com essa preocupação cresce nas empresas a consciência e o desenvolvimento de ações visando à diminuição dos

⁴⁹ HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

problemas sociais. Antes voltadas somente para a busca de lucros, as empresas hoje estão preocupadas com as causas ambientais e sociais, na tentativa de suprir as deficiências nessas áreas.

Outro aspecto dessa irreversível mudança é seu caráter aglutinador, uma vez que à parceria com o poder público – impossibilitado de sozinho atender a todas as carências populares – há que se somar, também, a participação do público consumidor. Acresce ainda que, nesse processo transformador, cabe importante papel aos órgãos de comunicação (2011, p. 278).

Duarte (2016, p. 2) diz que a comunicação pública é efetivada através “de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva”. Ela se estabelece por tentar viabilizar o direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão, assumindo uma perspectiva cidadã na comunicação com temas de interesse coletivo.

Ela é parte integrante da sociedade, e não tem poder em si, mas é o resultado da força dos cidadãos organizados como sociedade civil. Segundo Brandão (2012), o governo, o terceiro setor ou as empresas privadas irão participar da comunicação pública quando a voz do cidadão se fortalecer, pressionando as instituições a atuarem nas questões concernentes à cidadania.

Ao avaliar a comunicação em suas múltiplas funções sociais e em prol do interesse público, Hohlfeldt (2011) salienta a importante missão que esta tem a fim de contribuir para a organização da sociedade. O autor detalha que:

No caso do Estado, o maior interesse público a que pode servir a comunicação é a democracia. Este é o valor maior da organização política que chamamos de nação, concretizada por meio da simbiose entre o estado e a sociedade.

No caso do mercado, a comunicação viabiliza a circulação de bens e produtos e, portanto, contribui para a capitalização da empresa, gerando sua rentabilidade, sem o que ela não subsiste no mercado cada vez mais competitivo, sobretudo se pensarmos nos termos da globalização contemporânea.

Por fim, para a sociedade, a comunicação garante melhorias efetivas, ou seja, o atendimento do verdadeiro interesse público, que é o interesse da maioria dos membros da sociedade (HOHLFELDT, 2011, p. 238).

Apesar de reconhecer a centralidade da comunicação para o interesse público, o autor questiona se existe mesmo certa boa-fé na real voluntariedade dos indivíduos para expressarem realmente o que pensam e sentem, para serem, de

fato, compreendidos e compreenderem os outros indivíduos, conforme defende a teoria comunicativa de Jürgen Habermas⁵⁰ (1962/2003 apud HOHLFELDT, 2011, p. 238).

Matos (2012, p. 53) defende ser necessária a construção de “uma cultura (cívica e comunicacional) do que seja público e do valor deste público. Uma cultura que capacite os agentes a instituírem-se como comunicadores públicos na esfera pública”.

Para Jameson (1996) o conceito de comunicação pública está diretamente ligado à teoria democrática e pode ser interpretado pela sociologia, pela ciência política e pelas teorias da comunicação. Cabe recuperar parâmetros teóricos que são indispensáveis para a existência das democracias, mesmo que estejam sob submissão das reinvenções políticas da lógica capitalista contemporânea: o ideal democrático que foi substituído pelo pragmatismo de governar para todos a partir de parâmetros econômicos; outra questão a ser considerada é a da garantia de governabilidade que se apoia nas relações estabelecidas pelo setor financeiro e pela garantia de benefícios sociais; e a questão do modelo hegemônico da democracia representativa que promete o bem governar para todos e por ela são mantidas as guerras, a pobreza e a riqueza.

Porém o que se tem visto nas democracias contemporâneas é uma crescente dependência política e econômica dos governantes, que se distanciam do cumprimento dos princípios de sua representatividade e partem para defender propostas pessoais, sem dar importância ao voto e às promessas em nome do interesse público, numa espécie de “autogoverno” (Held, 2002, aspas do autor).

Weber analisa as discrepâncias presentes no modelo de democracias representativas e destaca que:

A democracia é mantida e defensável como sistema privilegiado de representação de interesses públicos e privados que abriga a própria contradição, na medida em que exige participação mínima da sociedade e as estruturas burocráticas se mantêm independentemente do voto que as constitui. A liberdade – valor democrático por excelência – é exercida por esta sociedade que reivindica, protesta e apoia, mas sua voz rompe a impermeabilidade dos poderes se estes não estiverem realizando um debate verdadeiro. A cada dia, novos mecanismos de captura, armazenamento e difusão de informações são descobertos e de fácil

⁵⁰ HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

produção e acesso, como bem caracterizam os estudos sobre a democracia digital. A abertura de espaços relacionados à *accountability* e prestação de contas e à transparência das ações, poderia sugerir um acesso maior ao poder. No entanto, não há resultados significativos entre o acesso a informações e a participação mais direta da sociedade no debate público e na governabilidade (WEBER, 2017, p. 31).

Portanto, uma grande questão se coloca à frente quando verificamos que o interesse público é a premissa, é a base para a comunicação pública, mas não para o modelo de democracia do qual fazemos parte, a democracia representativa. Há que se adotar outro modelo que realmente possa ser compatível com os preceitos de uma comunicação pública autêntica e eficaz, a democracia deliberativa, proposta por Habermas⁵¹ nos anos 70, que estabelece o debate público como foro de reivindicação, de defesa, com a participação direta do cidadão, dos atores sociais, das instituições, organizações, mídia, para deliberar questões ligadas ao interesse público.

Importante destacar a ponderação feita por Maia sobre a dificuldade de se definir interesse público. Segundo esta autora, o termo refere-se ao “bem comum” ou ao “bem estar de todos”, cuja conceituação,

perpassa a política e a natureza mesma do governo democrático. Ao passo que quase todos reivindicam que a política democrática deve favorecer o interesse público, não há consenso sobre o que constitui o interesse público. O conceito é atravessado por ambiguidades que remontam a vários debates na teoria política os quais buscam determinar se o livre desenvolvimento de cada um é compatível com o livre desenvolvimento de todos (MAIA, 2011, p. 260).

Weber (2017) também discute os conceitos para interesse público, e reafirma a complexidade do conceito. Para ela, existe relevância no termo ao trazer compreensão na delimitação do sentido entre o público e o privado para que a supremacia do interesse público se imponha.

Não se trata de estabelecer a uniformidade entre todos os cidadãos, mas a igualdade com respeito à diferença, porque dessa matéria é feita a democracia que deve promover o interesse público como a perspectiva normativa capaz de realizar a inclusão e o respeito pela

⁵¹ HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.
HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

diferença, estabelecendo um processo contínuo de aprimoramento da cidadania e, conseqüentemente da democracia (2017, p. 33).

A comunicação na perspectiva de ser um espaço e de poder promover o debate deliberativo para questões de interesse público, caminha para uma definição de comunicação pública.

Ao avaliar o futuro da comunicação pública, Matos (2016) relata que este se dará a partir do empoderamento de pessoas comuns, tanto na preparação das futuras gerações capacitando mais e melhores comunicadores públicos, quanto no treinamento para o engajamento cívico e político, no reconhecimento e cuidados com a geração atual, além da necessidade deste conceito se expandir com outros conhecimentos importantes que podem ampliar sua possibilidade de ação, como a teoria do capital social.

Escudero (2015) ao estudar o que se define na atualidade como Novos Movimentos Sociais (NMSs), analisou os movimentos populares ocorridos na Espanha e em Portugal e a partir daí pôde avaliar a esfera pública baseada nos princípios da democracia deliberativa. Ela cita Habermas para lembrar que a esfera pública sustenta-se em três princípios, a saber:

[...] ampla e irrestrita agenda de discussões; foco nos interesses da sociedade civil, sem restrições e pré-conceitos; e valorização do processo de discussão, sem as imposições e coerções próprias de uma esfera pública dirigida para a determinação de políticas e formas de poder (ESCUDERO, 2015, p. 61).

A autora acrescenta que os organizadores dos movimentos populares ressaltam que sua importância está no processo democrático que gera, mais do que na sua própria manifestação, que é apenas o resultado final. Para Escudero esses movimentos se definem como ações cívicas, com o objetivo de mobilizar pessoas para se auto-organizarem.

Na perspectiva desses Novos Movimentos Sociais, o direito a ter direito passa a ser uma conquista do cidadão e não mais uma dívida do Estado, pois se baseia no direito à igualdade e à dignidade entre os diferentes povos e nações que representam, na atualidade, a multiculturalidade. Nesse contexto, embora os indivíduos não nasçam iguais, conquistam a igualdade (2015, p. 64).

Novos formatos de participação política se apresentam na esfera pública como caminho para a prática democrática, também através de organizações do terceiro setor que envolvem diversas forças provenientes da sociedade civil, em uma ação comunicativa movida pelo debate de ideias e propostas voltadas para o interesse comum, e que pressupõe a confiança.

Assim sendo, nos propusemos a apresentar a organização Rede Nossa São Paulo, por enxergá-la como uma possibilidade de espaço público a fim de promover uma ação comunicativa que permita o diálogo, o debate, a divulgação e a proposta de projetos em torno do interesse público e da cidadania, construídos também pelo capital social presente.

Segundo Matos, recorreremos a um aprofundamento do conceito de Capital Social porque este:

[...] pode oferecer abertura para a compreensão da Comunicação Pública, não como ação isolada do governo, das organizações ou da mídia, mas como resultado da força das redes sociais; nele, a confiança e a continuidade das interações entre os agentes sociais pode oferecer a possibilidade de uma interação contínua e rica entre o Estado e a sociedade. Esta via permitiria à Comunicação Pública avançar por um caminho próprio, sem necessidade de recorrer somente aos estudos de Comunicação Política para sair de seu impasse (MATOS, 2006, p. 72).

Assim, de acordo a autora, os estudos sobre o Capital Social têm muito a contribuir no campo da Comunicação Pública, inclusive no que tange ao impacto da tecnologia sobre seus fenômenos (MATOS, 2006)

A seguir, no capítulo 5, abordaremos o tema Capital Social.

5 CAPITAL SOCIAL COMO BEM PÚBLICO

O capital social se coloca como uma possibilidade para a democracia e para o desenvolvimento social, ambiental, econômico, político, cultural. E também para a sustentabilidade. Ele se constitui por um conjunto de dimensões que são produzidas através da interação social e de uma ação coletiva, que pode beneficiar indivíduos, agrupamentos, cidades etc. O capital social é na essência a causa e a consequência da comunicação pública quando é entendido como engajamento cívico, no sentido de cooperação e participação, estabelecimento de confiança e reciprocidade. É um bem público.

5.1 CAPITAL SOCIAL: DISCUSSÕES SOBRE SUA ORIGEM

Robert Putnam, em seu livro “Bowling Alone”⁵², atribui um artigo de 1916 de Lyda Judson Hanifan⁵³ (1879-1932) como a primeira ocorrência registrada para o termo capital social. Nesse ensaio Hanifan enfatizou a importância de um compromisso comunitário renovado para apoiar a democracia e o desenvolvimento (PUTNAM, 2003).

O conceito dado por ele trouxe de antemão a maioria dos elementos que fundam as interpretações posteriores do conceito, porém este termo não foi utilizado por outros monetaristas sociais e não deixa rastros. No restante do século XX, o conceito foi reinventado em seis outras ocasiões, pelo menos (PUTNAM, 2003).

As demais citações do conceito de capital social que tiveram destaque no final do século XX, ainda segundo o autor, foram feitas pelo sociólogo John Seely, na década de 1950; pela urbanista Jane Jacobs, na década de 1960; pelo economista Glenn C. Loury, em 1970; pelo teórico social francês Pierre Bourdieu, em 1980; pelo economista alemão Ekkehardt Schlicht, em 1984, e pelo sociólogo James S. Coleman, nos últimos anos da década de 1980.

⁵² PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: the collapse and revival of american community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

⁵³ Hanifan também escreveu um livro, publicado em 1920, que inclui um capítulo intitulado “Capital Social”. In: **Social Capital Gateway (SGC)** – Euricse (European Research Institute on Cooperative and Social Enterprises). Disponível em: <<http://www.socialcapitalgateway.org/content/paper/hanifan-l-j-1916-rural-school-community-centre-annals-american-academy-political-and-s>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

En los últimos años, estudiosos de muchos campos han comenzado a explorar las múltiples causas y variadas consecuencias del cambio em las reservas de capital social, y sus trabajos han crecido exponencialmente. Uma búsqueda em la bibliografía sociológica internacional dio como resultado veinte artículos dedicados al capital social antes de 1981, ciento nueve entre 1991 y 1995, y mil tres entre 1996 y marzo de 1999 (PUTNAM, 2003, p. 11).

Putnam (2003) prossegue lembrando que um dos traços mais significativos da evolução do trabalho a respeito de capital social é no campo disciplinar, pois abrange não somente a sociologia e a ciência política, de onde ele surge, mas a economia, a saúde pública, o urbanismo, a criminologia, a arquitetura e a psicologia social, entre outras.

Para Vale, Amâncio e Lauria, ao buscarem as origens e os fundamentos do conceito de capital social, identificaram Alexis de Tocqueville⁵⁴ como sendo o primeiro a tratar o assunto.

Tocqueville (1957), pensador francês do Século XX, avaliando a “Democracia na América”, no ano de 1832, destacou, de maneira pioneira, o papel da teia associativista composta por inúmeros tipos de organizações voluntárias, na constituição de um bom governo e na garantia da prosperidade econômica. Para ele havia uma grande diferença entre a França e os Estados Unidos, pois esse país possuía uma rica tradição associativista, a qual fazia com que a democracia e o sistema de governo norte-americano funcionassem. Embora não tenha designado o fenômeno observado com o nome de capital social, Tocqueville é considerado o primeiro pensador social a se preocupar com o tema (VALE; AMÂNCIO; LAURIA, 2006, p. 48).

Matos (2011) também ressalta a importância de Tocqueville, que na obra *A Democracia na América*⁵⁵, desenvolveu uma reflexão sobre democracia, não como forma de governo, mas como movimento histórico capaz de conduzir à igualdade de condições. Esta obra, de 1835, tem sido utilizada para muitos estudos, de Putnam que é um dos principais pesquisadores do tema, até autores que trabalham as questões da democracia e sociedade civil. Em relação à teia associativista revelada por Tocqueville, defende que o agir em comum entre um conjunto de instituições, facilita a aproximação entre os indivíduos, possibilitando o compartilhamento dos problemas cotidianos e a força da interdependência recíproca, e facilita a definição

⁵⁴ TOCQUEVILLE, A. *Voyages aux États* – Unis, Gallimard, Paris, 1957.

⁵⁵ TOCQUEVILLE, A. *Democracia na América*. Leis e Costumes - Livro I. Martins Fontes; *A Democracia na América*. Sentimentos e Opiniões - Livro II. Martins Fontes.

de objetivos em torno de interesses comuns (BEVORT; LALLEMENT⁵⁶, 2006, p. 74 apud MATOS, 2011).

Vale, Amâncio e Lauria (2006) admitem, no entanto, que a conceituação teve uma ampla repercussão depois dos trabalhos realizados por Putnam⁵⁷, em estudo que utiliza o conceito de capital social para explicar o desenvolvimento diferenciado entre as regiões norte e sul da Itália. Enquanto na primeira região os italianos “prosperavam as relações sociais baseadas em confiança mútua e compartilhamento”, na outra “imperavam relações de natureza mais hierarquizadas e rígidas”.

Para Putnam (1993), vínculos cívicos horizontais propiciavam níveis de desempenho econômico e institucional mais elevados. Busca compreender como, na complexidade da sociedade moderna, pode surgir a confiança (considerada por ele fundamental, embora não suficiente para garantir a cooperação). Segundo o autor, as regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social porque reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura. Capital social seria um elemento indutor da democracia e do desenvolvimento econômico, estando associado à presença de instituições e redes e a certas características da organização social, como confiança, normas e sistemas, as quais contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Putnam, no entanto, não cunhou tal termo e nem foi o primeiro a elaborar o conceito (VALE; AMÂNCIO; LAURIA, 2006, p. 48).

Na opinião de Monasterio (2006) o estudo de Putnam em algumas regiões do norte e do sul da Itália é apenas um instrumento para um debate muito mais profundo sobre as condições que fazem “a democracia funcionar”. Putnam enfatiza em seu livro de 1993 seu tema central e seus objetivos:

Este livro explora algumas questões fundamentais da vida cívica, estudando as regiões da Itália. Está escrito com duas audiências diferentes em mente - aquelas que compartilham meu fascínio com sutilezas da vida italiana, e aquelas que não compartilham, mas que

⁵⁶ BEVORT, A; LALLEMENT, M (orgs.). **Le capital social: performance, équité et reciprocité**. Paris: La Decouverte/Mauss, 2006.

⁵⁷ PUTNAM, R. D. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton University Press, 1993.

se importam com teoria e prática democráticas.”⁵⁸ (PUTNAM, 1993, p. xiii apud MONASTERIO, 2006, p. 24) (tradução nossa).

Segundo pesquisa realizada por Vale, Amâncio e Lauria (2006), além de Hanifan⁵⁹, citado por Putnam, outro importante nome também marca as primeiras menções ao termo capital social: Jacobs⁶⁰. Anos mais tarde, muitos outros teóricos passam a se preocupar com a questão do capital social.

A expressão ‘capital social’ parece ter sido utilizada, primeiramente, por Hanifan (1916), então superintendente escolar de West Virginia, nos Estados Unidos, para explicar a importância da participação comunitária na melhoria dos estabelecimentos escolares. O conceito e seu sentido foram, posteriormente, retomados por Jacobs (1961), na sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*.

[...] O conceito vai ser, posteriormente, mais elaborado por Bourdieu (1980), na França, e por Coleman (1988, 1990), nos Estados Unidos (VALE; AMÂNCIO; LAURIA, 2006, p. 48).

Matos (2008) parte da premissa de que há muitas evidências que as redes sociais são formantes das redes de comunicação e pontos de partida para detectar níveis de capital social. Ela encontrou nas teorias do capital social a vertente ligada ao campo da comunicação e reconhece autores com abordagens diversas, advindos da sociologia, economia, ciência política, como Bourdieu (1980), Granovetter (1983), Coleman (1990), Fukuyama (1996), Putnam (1995,2000) e Gerstlé (2004), que são fundadores de bases para o entendimento da importância da comunicação e da confiabilidade para o seu funcionamento, em diversas redes sociais, como a de mobilização, entretenimento, discussão de políticas públicas e de práticas cívicas, associativas e partidárias.

Para esta autora, apesar da noção de capital social abarcar um campo vasto e diversificado, ele se apoia em uma intenção central, que é compreender como indivíduos e instituições podem atingir objetivos comuns. Como condição para que isso ocorra, Matos diz ser necessário o ingresso em uma comunidade, engajada

⁵⁸ “This book explores some fundamental questions of civic life by studying the regions of Italy. It is written with two different audiences in mind - those who share my fascination with subtleties of Italian life, and those who do not, but who care about democratic theory and practice”

⁵⁹ HANIFAN, L. *The rural school community center*. *Annals of the American academy of political and social science*, n. 67, p. 130-138, 1976.

⁶⁰ JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 1961. Esta obra foi publicada originalmente em inglês com o título *THE DEATH AND LIFE OF GREAT AMERICAN CITIES*. Copyright © 1961 by Jane Jacobs. Publicado por acordo com Random House, Inc.

civicamente, e participar de redes de interação. Ela se refere a Putnam⁶¹ para destacar que:

[essas redes] alargam enormemente a consciência dos membros, permitindo que eles desenvolvam um 'eu' e um 'nós', ou, para retomar os teóricos da escola da escolha racional, pode-se dizer que a presença dessas redes reforça o gosto dos indivíduos pelos benefícios coletivos (PUTNAM, 2000, p. 37 apud MATOS, 2008, p. 64).

Quando falamos sobre a abordagem teórica de capital social na França, Matos destaca que o pioneirismo surgiu no campo da sociologia, com Pierre Bourdieu, quando escreveu o artigo 'O capital social: notas provisórias', em 1980⁶². Definiu capital social "como o conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede estável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento" (BOURDIEU, 1980, p. 2) (tradução nossa). Como seu objeto de pesquisa sempre foi relacionado ao fenômeno da reprodução das classes sociais, neste caso, o capital representa, um conjunto de elementos através do qual uma classe social garante sua reprodução (MATOS, 2008, p. 65).

A autora comenta ainda que o termo trata:

[...] do capital econômico, do capital cultural (concernente ao reconhecimento de um dado *status* social) e do capital simbólico (relacionado ao reconhecimento do prestígio de quem o detém), os quais circulam em redes sociais. Tais recursos são denominados 'capitais' porque são passíveis de acumulação (capital mobilizável), podem ser convertidos (por exemplo, o capital humano é conversível em capital social) e têm rentabilidade (indicadores de confiança). Assim, para Bourdieu, o capital social é um atributo do indivíduo num contexto social (SIRVEN, 2003⁶³ apud MATOS, 2008).

Entretanto, os trabalhos de Robert Putnam são os mais difundidos em relação às noções de capital social.

⁶¹ PUTNAM, R. *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

⁶² BOURDIEU, P. *Le capital social: notes provisoires*. Actes de La Recherche in Sciences Sociales. V. 31, jan. 1980, p. 2-3.

⁶³ SIRVEN, N. *L'endogénéisation du rôle des institutions dans la croissance ou la (re) découverte du capital social*. In: BALLEST, J.; GUILLON, R. *Regards croisés sur le capital social*. Paris: Ed. L'Harmattan, 2003. p. 57-90 (Coll Ethique économique)

Além da análise feita por diversos pesquisadores sobre o surgimento do conceito de capital social no mundo, vários estudiosos se preocuparam em investigar o conceito no Brasil, Matos é um desses pesquisadores. Segundo ela, o surgimento do tema capital social no país foi documentado em uma resenha⁶⁴ bibliográfica publicada no final da década de 1990.

[Este documento] indicava, à época, como únicas referências em português, o livro de Putnam *Comunidade e Democracia*, publicado pela FGV em 1998, e uma obra de Fukuyama publicada em 1996, na qual a confiança é tomada como característica necessária para o florescimento do capital social em uma cultura. Fukuyama analisava a confiança como condição do capital social nos Estados Unidos e em alguns países asiáticos e europeus (MATOS, 2008, p. 64).

Outros estudos divulgados anos mais tarde – 1999⁶⁵, 2000⁶⁶ e 2006⁶⁷ – avaliados por Matos, nos ajudam a entender o processo de discussão, implantação e uso do termo capital social em nosso país. São eles uma coletânea de textos, que foram organizados por Nuria Grau e Luiz Carlos Bresser Pereira, publicada em 1999. A coletânea inclui um trabalho de Charles Relly, que retrata a necessidade do capital social para o exercício da cidadania. Outra obra, em 2000, trabalha a questão das desigualdades na América Latina e a relação cultura e capital social. Neste livro, Bernardo Klisberg revela que a consolidação do processo democrático no governo Fernando Henrique Cardoso, aliada à opção pela agenda neoliberal, à época, estimulou a pesquisa sobre capital social, em especial à relação entre o Estado e o mercado, à governança, à cultura e à ação social do Estado. Já em 2006, Baquero e Cremonese (2006) foram organizadores de uma coletânea de textos sobre a teoria e a prática do capital social (MATOS, 2008).

O processo democrático também fez parte das análises feitas por Baquero e Cremonese (2006) quando defendem que o conceito de capital social está alicerçado na importância da cultura política e da sociedade de construção democrática. Para eles, o surgimento do conceito, entre outros fatores, está vinculado às deficiências explicativas do paradigma institucionalista e às dificuldades

⁶⁴ ABUL-EL-HAJ, J. **O debate em torno do capital social**: uma revisão crítica. BIB – Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1999.

⁶⁵ RELLY, C. Redistribuição de direitos e responsabilidades: cidadania e capital social. In GRAU, N., PEREIRA, L. C. B. **Entre o Estado e o mercado: o público não estatal**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

⁶⁶ KLISBERG, B. Desigualdade na América Latina: o debate adiado. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000.

⁶⁷ BAQUERO, M.; CREMONESE, D (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

de uma base normativa de apoio à democracia. Essas dificuldades se dão pelo crescente distanciamento e desengajamento dos cidadãos da política, e pela crescente desconfiança nas instituições tradicionais da democracia formal (partidos políticos e Congresso).

Neste contexto, o conceito de capital social vem sendo visto como um elo para entender com mais profundidade a estagnação da democracia na América Latina, mas principalmente, na utilidade prática ao proporcionar mecanismos de incidência na realidade estudada (2006, p. 9-10).

Para Borba e Silva, [à época], (2006, p. 115-116) o debate sobre capital social no Brasil é ainda incipiente. De acordo com elas a produção nacional tem retratado três grandes discussões: utilização do conceito no exame dos processos de democratização (confiança interpessoal x confiança nas instituições x consolidação democrática; outra discussão é relacionada à análise de políticas públicas e/ou desempenho governamental; e a terceira discussão se detém aos testes de validade dos pressupostos e construtos presentes na teoria do capital social.

5.2 CAPITAL SOCIAL: CONCEITUAÇÃO PREDOMINANTE

Como havíamos referido anteriormente, a concepção mais difundida da noção de capital social está associada aos trabalhos de Putnam, que concebe capital social como um conjunto de vínculos horizontais entre as pessoas, ou seja, como o resultado de redes sociais de engajamento cívico e de normas associativas que possuem um efeito concreto no desempenho produtivo de uma comunidade.

Resolvemos trazer as definições em forma de citação direta, para que não haja qualquer alteração de interpretação dos autores. Putnam classifica capital social da seguinte forma:

Calificamos de 'capital' social las redes sociales y las normas de reciprocidad asociadas a ellas, porque, al igual que el capital físico y humano (las herramientas y el conocimiento), crean valor, tanto individual como colectivo, y podemos 'invertir' em construir una red de relaciones. No obstante, las redes sociales no son meros 'bienes de inversión', pues a menudo crean valor de consumo directo. En realidad, la numerosísima bibliografía sobre los correlatos de la felicidad (la expresión técnica podría ser, en realidad, más

*importante para el bienestar de la humanidad que los bienes materiales. Docenas de estúdios han demostrado que la posesión de capital social permite pronosticar la probabilidad de la felicidad humana mejor que la posesión de capital econômico. De hecho, según la conclusión particular más común de médio siglo de investigación sobre los correlatos de la satisfacción con la vida en países de cualquier parte del mundo, el mejor predictor de felicidad es la amplitud y profundidad de los contactos sociales de una persona.*⁶⁸ (PUTNAM, 2003, p. 14).

Para Pierre Bourdieu:

*Le capital social est l'ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionnalisées d'interconnaissance et d'inter-reconnaissance; ou, en d'autres termes, à l'appartenance à un groupe, comme ensemble d'agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes (susceptibles d'être perçues par l'observateur, par les autres ou par eux-mêmes), mais sont aussi unis par des liaisons permanentes et utiles. Ces liaisons sont irréductibles aux relations objectives de proximité dans l'espace physique (géographique) ou même dans l'espace économique et social parce qu'elles sont fondées sur des échanges inséparablement matériels et symboliques dont l'instauration et la perpétuation supposent la reconnaissance de cette proximité.*⁶⁹ (BOURDIEU, 1980, p.2).

Os pesquisadores Natal e Sandoval, do Programa Interdisciplinar de Estudos do Terceiro Setor (Colegio Mexiquense) reuniram em uma estudo alguns dos nomes mais importantes quando se trata das origens do conceito de capital social –

⁶⁸ Chamamos de capital social as redes sociais e as regras de reciprocidade associadas a elas, porque, como o capital físico e humano (ferramentas e conhecimento), elas criam valor, tanto individual quanto coletivamente, e podemos 'investir' em construir uma rede de relacionamentos. No entanto, as redes sociais não são meros 'bens de investimento', pois muitas vezes criam valor direto ao consumidor. De fato, há vasta bibliografia sobre os correlatos da felicidade (a expressão técnica poderia realmente ser mais importante para o bem-estar da humanidade do que os bens materiais). Dezenas de estudos mostraram que a posse de capital social torna possível prever a probabilidade de a felicidade humana ser melhor do que a posse de capital econômico. De fato, de acordo com a conclusão mais comum de meio século de pesquisa sobre os correlatos de satisfação com a vida em países de qualquer lugar do mundo, o melhor predictor de felicidade é a amplitude e profundidade dos contatos sociais de uma pessoa (tradução nossa)

⁶⁹ Capital social é o conjunto de todos os recursos atuais ou potenciais que estão relacionados à posse de uma rede sustentável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e inter-reconhecimento; ou, em outras palavras, pertencer a um grupo, como um grupo de agentes que não são apenas dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por si mesmos) mas também estão unidos por links permanentes e úteis. Essas conexões não se reduzem às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou mesmo no espaço econômico e social, porque se baseiam em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas, cujo estabelecimento e perpetuação pressupõem reconhecimento desta proximidade (tradução nossa)

Bourdieu, Coleman, Putnam, Ostrom e Durston – e propuseram uma definição para o termo.

Desde nuestra perspectiva el Capital Social, puede entenderse como el conjunto de recursos relacionales que existen dentro de las redes de interacciones continuas de un agregado social, y que pueden ser apropiables por los individuos para alcanzar sus objetivos individuales y colectivos.

*Nuestro entendimiento de CS implica que para que surja este capital las interacciones entre individuos deben ser sistemáticas y durables. Pero para que exista CS, cualquier individuo que entre a la red puede apropiarse del capital social existente para facilitar sus interacciones.*⁷⁰ (NATAL; SANDOVAL, 2004, p. 8).

Segundo Ostrom e Ahn (2003) o conceito de capital social envolve inúmeros fatores já conhecidos, porém negligenciados:

El concepto de capital social pone el acento sobre varios factores que no son nuevos, pero que generalmente fueron pasados por alto durante el auge de la economía neoclásica y las teorías de la elección racional: confianza y normas de reciprocidad, redes y formas de participación civil y reglas o instituciones tanto formales como informales.

*La contribución de la perspectiva del capital social consiste en que incorpora estos factores aparentemente diversos al marco de la acción colectiva. La perspectiva del capital social ayuda a abordar la cuestión de cómo acelerar el desarrollo económico y la gobernabilidad democrática. Al mismo tiempo, esta perspectiva le pide a los teóricos de la acción colectiva que salgan del mundo del razonamiento puro aborden cuestiones empíricas de políticas públicas, cuestiones de importancia práctica. También sugiere a los generadores de políticas que amplíen sus perspectivas.*⁷¹

⁷⁰ De nossa perspectiva, o Capital Social pode ser entendido como o conjunto de recursos relacionais que existem dentro de redes de interações contínuas de um agregado social, e que podem ser apropriados pelos indivíduos para alcançar seus objetivos individuais e coletivos. Nossa compreensão do CS implica que, para esse capital emergir, as interações entre os indivíduos devem ser sistemáticas e duradouras. Mas para que o CS exista, qualquer indivíduo que entre na rede pode apropriar-se do capital social existente para facilitar suas interações. [tradução nossa]

⁷¹ O conceito de capital social coloca a ênfase em vários fatores que não são novos, mas que geralmente eram negligenciados durante o *boom* da economia neoclássica e as teorias da escolha racional: confiança e normas de reciprocidade, redes e formas de participação civil e regras ou instituições formais ou informais. A contribuição da perspectiva do capital social é que incorpora esses fatores aparentemente diversos no âmbito da ação coletiva. A perspectiva do capital social ajuda a abordar a questão de como acelerar o desenvolvimento econômico e a governança democrática. Ao mesmo tempo, essa perspectiva pede aos teóricos de ação coletiva que deixem o mundo do raciocínio puro e abordem questões empíricas de política pública, questões de importância prática. Também sugere aos decisores políticos que ampliem suas perspectivas (tradução nossa)

Eles prosseguem analisando que quando um conceito é relevante, mesmo envolvendo uma série de fatores, mas que garante respostas a essas questões, é natural que o questionamento dos pesquisadores venha à tona. E seus críticos fazem as argumentações porque o conceito é ambíguo por ser ambicioso demais; consideram que tudo o que o conceito faz é colocar um novo rótulo em velhas idéias; e questionam que não há elaboração sobre como cada forma de capital social afeta (OSTROM; AHN, 2003).

Os autores defendem que apesar da complexidade do conceito, deve-se partir para o sentido de capital social para que este possa criar uma possibilidade de ação coletiva. Segundo eles:

*Sostenemos que el concepto de capital social debe localizarse en los esfuerzos para crear las teorías de la racionalidad y de acción colectiva de la segunda generación. [...] Y los esfuerzos para crear una teoría conductual de la acción colectiva se benefician de la perspectiva del capital social.*⁷² (OSTROM; AHN, 2003).

Monasterio (2006) resgata uma afirmação de Putnam que coloca em evidência o papel claro que o capital social tem como solução de problemas de ação coletiva. Esta definição é uma das mais citadas na bibliografia pelos pesquisadores:

*Social capital here refers to features of social organization, such as trusts, norms, and networks, that can improve the efficiency of society by facilitating coordinated actions.*⁷³ (PUTNAM, 1993, p. 167 apud MONASTERIO, 2006, p. 30).

Matos (2011) faz um resumo dos conceitos e pesquisadores basilares mais difundidos para a noção de capital social. Ratifica que os trabalhos de **Putnam** (1993; 1995; 2000; 2002)⁷⁴ são as concepções mais assimiladas para o termo.

⁷² Sustentamos que o conceito de capital social deve estar localizado em esforços para criar teorias de racionalidade e ação coletiva segunda geração. [...] E os esforços para criar uma teoria comportamental do benefício da ação coletiva da perspectiva do capital social (tradução nossa)

⁷³ A expressão “capital social” aqui se refere às características da organização social, tais como confiança, norma e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas (traduzido por MONASTERIO, 2006, p. 30).

⁷⁴ PUTNAM, R. D. *The prosperous community. Social capital and public life. American Prospect*. V. 4, n. 13, mar. 1993.

_____. *Bowling alone: America's declining social capital. Journal of Democracy*. v. 6, n. 1, jan. 1995. Disponível em: <https://www.historyofsocialwork.org/1995_Putnam/1995,%20Putnam,%20bowling%20alone.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017

_____. *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. Nova York: Simon & Schuster, 2000.

Coleman⁷⁵ (1988), representa uma segunda tentativa de definição para capital social; o autor defende que ele é uma variedade de entidades diferenciadas com pelo menos dois elementos em comum: considerar algum aspecto da estrutura social e facilitar certas ações dos atores, corporativos ou cívicos. Uma terceira perspectiva de capital social está baseada em Norris⁷⁶ (1996), que o define como as densas redes de normas e de confiança social que capacitam participantes a cooperarem em busca de objetivos compartilhados.

Estes autores serão retomados no próximo item quando serão apresentadas as aplicações do conceito de capital social.

5.2.1 A aplicação do conceito de Capital Social

Putnam (2003, p. 17) ressalta a existência de diferentes formas de classificação do capital social.

*Como las formas del capital social varían considerablemente, los teóricos del mismo han concebido gran prioridad al desarrollo de una clasificación teóricamente coherente y empíricamente fiable de sus diferentes tipos y aspectos. Aunque nos hallamos todavía lejos de esa descripción canónica, los debates académicos han dado origen al menos a cuatro importantes distinciones. Esas distinciones representan más bien lentes diversas, pero complementarias, a través de las cuales podemos entender y evaluar el capital social.*⁷⁷ (PUTNAM, 2003, p. 17).

As distinções elencadas por Putnam (2003) são: Capital social formal *versus* capital social informal; Capital social denso em face do capital social tênue; Capital social voltado para dentro e capital social externo; Capital social que constrói fontes contra o capital social vinculante.

_____. **Solo em la bolera.** Colapso y surgimiento de la comunidade norte-americana. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

⁷⁵ COLEMAN, J. *Social capital in the creation of human capital.* **American Journal of Sociology.** N. 94, Supplement, 1988.

⁷⁶ NORRIS, P. *Does television erodes socialcapital? A reply to Putnam.* **Political Science & Politics.** N. 29, set. 1996.

⁷⁷ Como as formas de capital social variam consideravelmente, os teóricos deram alta prioridade para o desenvolvimento de uma classificação teoricamente coerente e empiricamente confiável de seus diferentes tipos e aspectos. Apesar de ainda estarmos longe dessa descrição canônica, os debates acadêmicos deram origem a pelo menos quatro importantes distinções. Essas distinções representam lentes bastante diversas, mas complementares, através das quais podemos entender e avaliar o capital social (tradução nossa)

Adler e Kwon (2000) reforçam que o conceito de capital social se tornou popular em diversas disciplinas ligadas às ciências sociais. Sociólogos, cientistas políticos e economistas têm estudado o conceito de capital social em buscas por respostas a um conjunto mais abrangente de questões.

O capital social – entendido amplamente como características da estrutura social que facilitam as ações – tem mostrado o estudo de famílias e seus problemas comportamentais, questões ligadas a educação, vida em comunidade, governança e democracia e problemas gerais das ações coletivas.

Também em estudos organizacionais, o conceito de capital social tem conquistado cada vez mais aceitação [...]. Pesquisadores têm utilizado este conceito e relacionado diversas noções a ele para ajudar a explicar os fenômenos existentes entre indivíduos dentro e fora de empresas, entre subsidiárias e matriz e entre empresas (ADLER; KWON, 2000, p. 1).

Higgins destaca algumas das aplicações dadas por Coleman para capital social:

Para Coleman, o capital social é entendido em termos funcionais, isto é, consiste em todos aqueles elementos de uma estrutura social que compreendem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses. Dentro das estruturas sociais há pelo menos três grupos de elementos com essa funcionalidade: em primeiro lugar as obrigações, expectativas e lealdades, em segundo lugar os canais de informações e em terceiro as normas e as sanções estabelecidas (HIGGINS, 2005, p. 33)

Coleman também faz parte dos estudos de Matos. Ao avaliá-lo, a autora ressalta que o autor propõe que o capital social seja concebido como bem público, pertencente à estrutura de relações entre os indivíduos. Enfatiza ainda que o capital social não está localizado nem nos indivíduos, nem nos meios de produção, mas em redes sociais densas e fechadas que possam garantir a confiança nas estruturas sociais e permitam a geração de solidariedade (MATOS, 2011). Em citação direta, Coleman define capital social,

Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a consecução de certos fins que não seriam atingíveis em sua ausência. Como capital físico e capital humano, o capital social não é completamente fungível [substituível], mas é fungível em relação a atividades específicas. Uma dada forma de capital social que é valiosa

para facilitar certas ações pode ser inútil ou mesmo prejudicial para os outros. Ao contrário de outras formas de capital, o capital social é inerente à estrutura das relações entre pessoas e entre pessoas.⁷⁸ (Coleman, 1990, p. 302, tradução nossa).

Também estudado por Matos, os conceitos de Pippa Norris são relevantes para o debate, pois segundo o autor, o capital social se dá quando os indivíduos se organizam para debater questões percebidas como interesse coletivo. Ele defende que as conversações e debates no espaço público possibilitam processos políticos com engajamento cívico, reciprocidade, cooperação e confiança mútua, para potencialmente construir capital social (MATOS, 2011).

Higgins faz uma leitura com o propósito de saber se a sociologia de Durkeim, quer dizer de seu apelo à moral das corporações, pode ser considerada inspiração teórica para o conceito de capital social, e pontua:

[...] a ideia dominante de capital social pretende chamar a atenção para novas formas de fomento do que seria a energia cooperativa da sociedade. Enquanto a reflexão política acentua que a cooperação é um efeito perdurável dos arranjos institucionais, seja por medo (hobbesianismo institucional), por cálculo de interesses (contratualismo individualista tipo Locke), por consenso (contratualismo da vontade geral tipo rousseauiano), ou por um costume ancorado na tradição (Putnam), a sociologia de Durkleim vai além, pois se dedica a esclarecer a validade normativa das instituições, isto é, a entender que por trás das mesmas está a força vinculante da moral enquanto fato social (Habermas,⁷⁹ 1999). [...] Assim, por trás da solidariedade mecânica haveria uma integração social pela fé e por trás da solidariedade orgânica uma integração produto da cooperação (HIGGINS, 2005, p. 152-153).

O sociólogo cubano-americano Alejandro Portes, outro autor estudado por Matos, reconhece o capital humano ao conhecimento e às habilidades, e associa o capital social à dimensão e à qualidade das relações sociais. Para ele, o volume de capital social está identificado com o nível de envolvimento associativo e de comportamento participativo em uma comunidade (MATOS, 2011).

⁷⁸ Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that would not be attainable in its absence. Like physical capital and human capital, social capital is not completely fungible, but is fungible with respect to specific activities. A given form of social capital that is valuable in facilitating certain actions may be useless or even harmful for others. Unlike other forms of capital, social capital inheres in the structure of relations between persons and among persons.

⁷⁹ HABERMAS, J. *Teoria de La acción comunicativa*, I y II. Madrid: Taurus, 1999.

A pesquisadora conclui que, embora a noção de capital social cerque um vasto e diversificado campo, sua aplicação se apoia na finalidade de:

Compreender como os atores sociais e as instituições podem, partindo de interesses sociais, atingir objetivos comuns, e isso mediante uma ação conjunta que é qualitativamente diferente de uma simples agremiação quantitativa. A condição essencial para que isso ocorra é que o indivíduo pertença a uma comunidade civicamente engajada, participando em variadas redes de interação (MATOS, 2011, p. 54).

5.3 DIMENSÕES DO CAPITAL SOCIAL

Os estudos contemporâneos de capital social se concentram em três conjuntos temáticos, segundo Matos. Inspirados por Putnam⁸⁰, Bevort e Lallement⁸¹, são eles: **confiança** que é entendida como atributo das interações sociais a partir de raízes históricas e religiosas; **redes sociais – cooperação**, compreendido como a formação de redes cívicas e com o modo de implicação dos cidadãos nestas; abordadas também por Granovetter⁸² (1983) e Lin e Burt⁸³ (2001 apud MATOS, 2011, p. 55); e **reciprocidade (negrito nosso)**, analisada por Fukuyama⁸⁴ (1996) e Putnam (1995).

Segundo Matos (2011, p.55), estas três variáveis componentes do capital social, “supõe a existência de laços comunicacionais de dependência recíproca: laços intensos, personalizados, carregados de emoção; ou laços fracos, funcionais, ainda que duráveis, reconhecidos e respeitados”.

Na perspectiva de Nazzari (2006) “capital social é o processo e o instrumento de empoderamento do cidadão que pode mudar as relações pessoais e intercâmbios sociais para que gerem mais redes de cooperação e solidariedade”. Para ela confiança, cooperação e participação são variáveis principais para o debate do capital social. Segundo esta autora:

⁸⁰ PUTNAM, R.D. *Bowling alone: America's declining social capital*. In: **Journal of Democracy**. v.. 6, n. 1, JAN. 1995.

⁸¹ BEVORT, A; LALLEMENT, M (orgs.). **Le capital social: performance, équité et reciprocité**. Paris: La Decouverte/Mauss, 2006.

⁸² GRANOVERTER, M. S. *The strength of weak ties: a network theory revisited*. In: **Sociological Theory**. v. 1, 1983.

⁸³ LIN, N.; BURT, R (orgs.). **Social capital theory and research**. Nova York: Aldine de Gruyter, 2001.

⁸⁴ FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

A confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais e, por sua vez, gera a cooperação entre as pessoas. Já a cooperação alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros das associações e promove a participação em associações voluntárias.

As principais dimensões dessas variáveis envolvem os planos individual, social e institucional. No plano individual, desencadeiam sentimentos de confiança, reciprocidade, identidade cívica e previsibilidade. No plano social, fortalecem a cooperação sistêmica, coesão social, atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público e, no plano institucional, levam ao engajamento em associações voluntárias e na vida cívica, participação política e horizontalidade nas relações sociais e institucionais (NAZZARI, 2006, p. 204-205).

Moisés (2005) trabalhou o conceito de confiança agregado ao capital social. De acordo com ele, o conceito ganhou uso bastante amplo nas ciências humanas nas últimas décadas, com autores de diferentes escolas de pensamento, tratando a questão para a natureza relacional do fenômeno. Alerta que os seus efeitos dependeriam do contexto de cultura e valores em que estão situados, defendido por vários autores, e segundo outros, dependeriam da natureza racional de sua motivação.

O autor lembra ainda que “as pesquisas sobre confiança desenvolveram-se inicialmente no campo da psicologia social”.

[...] Depois, a adoção do conceito por outras disciplinas levou à diversificação de definições, a exemplo de correntes sociológicas para as quais a confiança interpessoal passou a ser vista como fator propulsor de ciclos virtuosos de desenvolvimento social e econômico (FUKUYAMA⁸⁵, 1995 apud MOISÉS, 2005). Na análise política, em particular, o conceito tem sido utilizado tanto pelas teorias de cultura política (ALMOND e VERBA⁸⁶, 1963 apud MOISÉS, 2005) como de capital social (PUTNAM⁸⁷, 1993 apud MOISÉS, 2005) para enfatizar a sua influência para a consolidação e a estabilidade do regime democrático. O fato de as pessoas confiarem umas nas outras – e, dessa forma, também em autoridades e em lideranças políticas – funcionaria como um elemento facilitador para que os membros da comunidade política ou de grupos específicos adotassem formas de ação comum capazes de gerar, no primeiro caso, virtude cívica reforçadora do sistema democrático e, no segundo, a acumulação de experiência necessária à produção de benefícios particulares

⁸⁵ FUKUYAMA, F. *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press, 1995.

⁸⁶ ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

⁸⁷ PUTNAM, R. D. The prosperous community: social capital. *The American Prospect*, v. 4, n. 13, 1993.

esperados pelos grupos envolvidos (SZTOMPKA, 1999; SELIGMAN, 1997 apud MOISÉS, 2005).

Souza e Lamounier (2010) também estudaram as variáveis confiança e cooperação como elementos importantes para o entendimento e aumento do estoque de capital social.

Entre os valores morais e como parte do capital social, destaca-se a confiança, isto é a norma informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos, tratada a seguir. Ao promover a cooperação em grupos, a confiança é respaldada por virtudes tradicionais como honestidade, reciprocidade, respeito aos compromissos e cumprimento das obrigações.

Seu alcance é amplo, ao reduzir os custos de transação, a confiança contribui para a eficiência da economia, o empreendedorismo e o progresso econômico. Além disso, também está na base da participação democrática e dos sentimentos de empatia e de compreensão do interesse coletivo.

Em larga medida, esse capital social resulta de longa sedimentação de experiências históricas, formando uma sociedade civil densa e coesa. Mas ele também é gerado ou reforçado pela transmissão de normas e valores via religião, pelo processo educacional ou pela participação em organizações voluntárias. Da mesma forma, ao inibir ou coibir comportamentos transgressivos, as instituições públicas contribuem para aumentar o estoque de capital social (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p 106).

Para Matos (2011) o capital social não só é expresso como “densas redes de normas e de confiança social” que permitem cooperação mútua, como também como os resultados diretos dessas trocas nas formas como os indivíduos são capazes de perceber a si mesmos e aos outros em processos dialógicos de participação cívica.

A noção de capital social não é nova, embora a produção científica recente sobre ela inove ao articular as experiências concretas dos sujeitos contemporâneos em redes de engajamento cívico, nas quais são estabelecidas normas de reciprocidade e confiança generalizada (MATOS, 2011, p. 55).

Neves e Hetal (2007) reconhecem a variedade de entendimentos e dimensões do capital social, mas dizem que é possível identificar dois elementos comuns,

[...] confiança e rede de relacionamentos. O segundo elemento é o mais utilizado nos estudos que pressupõem tal capital como algo inerente à esfera das interações entre indivíduos, uma vez que se costuma definir capital social como a posse e utilização de uma rede de relacionamentos. A operacionalização desse conceito e mais especificamente da posse e uso das redes de relacionamento têm sido feita por alguns autores a partir da utilização de variáveis indicadoras de participação dos indivíduos em grupos e organizações (NEVES; HETAL, 2007, p. 64).

Ostrom e Ahn (2003) analisam a perspectiva de Putnam para as variáveis de capital social:

Putnam argumenta que en los complejos ambientes modernos la confianza social —el factor clave que facilita la cooperación voluntaria— puede provenir de dos fuentes relacionadas: las normas de reciprocidad y las redes de participación civil. La reciprocidad generalizada limita eficientemente las conductas oportunistas, lo que conduce a un incremento en el nivel de confianza de quienes han sido testigos de una reciprocidad repetida. Las densas redes de intercambio social que, en términos de la teoría de los juegos, incrementan la repetición y la cercanía de las relaciones, también incrementan la confianza, ya que los individuos confían en que se verán otra vez o sabrán unos de otros nuevamente (PUTNAM⁸⁸, 1993, 172-173 apud OSTROM; AHN, 2003).

Para finalizar o debate sobre os aspectos e perspectivas das dimensões que compõem o capital social, o questionamento de Ostrom e Ahn (2003) nos ajuda a refletir sobre a importância do conceito.

El concepto de capital social pone el acento sobre varios factores que no son nuevos, pero que generalmente fueron pasados por alto durante el auge de la economía neoclásica y las teorías de la elección racional: confianza y normas de reciprocidad, redes y formas de participación civil y reglas o instituciones tanto formales como informales. La contribución de la perspectiva del capital social consiste en que incorpora estos factores aparentemente diversos al marco de la acción colectiva. La perspectiva del capital social ayuda a abordar la cuestión de cómo acelerar el desarrollo económico y la

⁸⁸ Putnam argumenta que em ambientes modernos complexos, a confiança social - o fator chave que facilita a cooperação voluntária - pode vir de duas fontes relacionadas: normas de reciprocidade e redes de participação civil. A reciprocidade generalizada limita eficientemente o comportamento oportunista, o que leva a um aumento no nível de confiança daqueles que testemunharam repetidas reciprocidades. As densas redes de troca social que, em termos de teoria dos jogos, aumentam a repetição e a proximidade dos relacionamentos, também aumentam a confiança, já que os indivíduos confiam que se verão novamente ou se conhecerão novamente (PUTNAM, 1993, 172-173 apud OSTROM; AHN, 2003, tradução nossa).

PUTNAM, R. D. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press, 1993.

governabilidad democrática. Al mismo tiempo, esta perspectiva le pide a los teóricos de la acción colectiva que salgan del mundo del razonamiento puro y aborden cuestiones empíricas de políticas públicas, cuestiones de importancia práctica. También sugiere a los generadores de políticas que amplíen sus perspectivas (OSTROM; AHN⁸⁹, 2003).

5.3.1 Capital social positivo e negativo

Matos (2009b) destaca a existência de duas vertentes de capital social: a positiva e a negativa. Para distingui-los é necessário saber que o capital social não é algo já dado, mas é resultado de muitos tipos de relações sociais positivas ou negativas, que pode ser boa em um contexto, mas ruim em outro.

Dito de outro modo, a positividade ou a negatividade associados ao capital social não são intrínsecas ao conceito, mas dependem do modo como as relações são definidas em determinados contextos. Enquanto o capital social positivo se refere aos resultados que promovem o bem-estar coletivo e aumentam as condições de igualdade e justiça social, o capital social negativo diz respeito aos efeitos assimétricos das relações sociais (2009b, p. 3).

Citando Warren⁹⁰ como referência, a autora diz que:

[...] tendemos a afirmar que o capital social funciona de forma positiva quando suas consequências sustentam a democracia, a tolerância, a igualdade, a prosperidade econômica, a saúde e a vida comunitária. Os efeitos negativos do capital social seriam definidos em relação a esses valores (WARREN, 2001 apud MATOS, 2009b, p. 3).

Tomando como base os efeitos negativos do capital social, Matos (2009b, p. 4) comenta ainda que estudos feitos por Portes⁹¹ (2000) recentemente apontam a

⁸⁹ O conceito de capital social enfatiza vários fatores que não são novos, mas que foram geralmente negligenciados durante a ascensão da economia neoclássica e as teorias da escolha racional: confiança e normas de reciprocidade, redes e formas de participação civil e regras e instituições, tanto formais como informais. A contribuição da perspectiva do capital social é que ele incorpora esses fatores aparentemente diversos no contexto da ação coletiva. A perspectiva do capital social ajuda a abordar a questão de como acelerar o desenvolvimento econômico e a governança democrática. Ao mesmo tempo, essa perspectiva pede aos teóricos da ação coletiva que saiam do mundo do raciocínio puro e abordem questões empíricas de política pública, questões de importância prática. Também sugere que os formuladores de políticas ampliem suas perspectivas (tradução nossa)

⁹⁰ WARREN, M. E. Social Capital and Corruption. In: Social capital: conceptual explorations. Exeter: University of Exeter, 2001 (Rusel Papers, Civic Series, 1/2002).

existência de quatro tipos: “(a) a exclusão dos *outsiders* (não-membros); (b) exigências excessivas impostas a membros de grupos; (c) restrições à liberdade individual e (d) normas que nivelam por baixo (ou nivelamento descendente)”. E acrescenta:

Diante desses quatro tipos de capital social negativo, é possível afirmar, de modo geral, que ele é excludente e cria desconfiança pública, tal como acontece no caso das relações clientelistas e mafiosas. Como contraponto, o capital positivo é inclusivo e contribui para o fortalecimento da confiança pública. Manter em mente essas distinções nos auxilia a evitar uma visão que privilegia uma relação direta entre confiança, reciprocidade, formação de redes, cooperação e solidariedade e o capital social (MATOS, 2009b, p. 5).

Ao analisar este aspecto, a autora diz que para afirmar a possibilidade de uma diminuição de efeitos negativos do capital é necessário realizar reformas institucionais que empoderem e deem voz aos cidadãos para que expressem publicamente problemas e necessidade na esfera pública. É necessário em segundo lugar, em caso de má distribuição de recursos, dizer que a disponibilização de alternativas plurais e seguras de bem viver (afastando-se do clientelismo e do paternalismo) são capazes de reduzir as consequências negativas do capital social. E também, em terceiro lugar, a forma como os atores em rede impõem e reforçam expectativas mútuas tende a aumentar a simetria de obrigações e reduzir os efeitos negativos do capital social, já que a igualdade de obrigações é capaz de reduzir as vulnerabilidades dos membros, uns em relação aos outros (MATOS, 2009b).

Natal e Sandoval também sinalizam a existência de impactos positivos e negativos advindos do capital social e explicam os motivos.

Embora de forma agregada, os efeitos positivos do capital social são reconhecidos, pois facilitam o cumprimento de acordos, minimizam o oportunismo, já que reduzem os custos de transações e fornecem orientações para a colaboração, facilitando ações coletivas; para outros grupos afetados por sanções de descumprimento das normas sociais ou por aumento de custos advindos de fraudes ou abuso sem consentimento coletivo que correm o risco de afetar sua reputação

⁹¹ PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Revista Sociologia, problemas e práticas**. n. 33, set. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007>. Acesso em 15 dez. 2017.

para transações futuras, o CS pode ter um impacto negativo. Comentam ainda, que os objetivos coletivos de um grupo podem não ser compatíveis com os interesses de outro, desequilibrando outros indivíduos e/ou grupos externos, ou até mesmo a sociedade em geral (NATAL; SANDOVAL, 2004).

5.3.2 Capital social *Bonding* versus *Bridging*

Há, segundo Matos, outras formas de classificação do capital social: o capital social do tipo *bonding* (fechado em pequenos grupos) e o do tipo *bridging* (mais aberto e entre pessoas de setores diferentes). Tal classificação foi objeto de estudo tanto de Putnam⁹² (1995, 2000), como de Warren⁹³ (2001). O capital social do tipo *bonding* (laços de união) é restrito por natureza e se desenvolve dentro de grupos extremamente fechados com pontos de vistas e valores similares, como grupos de igrejas, clubes de leitura ou fraternidades étnicas. O capital social do tipo *bridging* (pontes) tem um sentido mais amplo e engloba pessoas diferentes através de construção de pontes entre diferentes setores sociais, como nos movimentos por direitos cívicos, grupos de jovens, portadores de necessidades especiais, movimento GLBTS e organizações religiosas ecumênicas (MATOS, 2009b).

De acordo com Warren (2001), esses dois tipos de capital social possuem qualidades e benefícios distintos: o capital social do tipo *bonding* cria uma forte lealdade dentro do grupo, o que é bom para a reciprocidade interna e para a obtenção de recursos sociais e psicológicos para grupos marginalizados. Já o capital social do tipo *bridging* amplia redes sociais e conecta grupos a recursos aos quais eles não teriam acesso de outro modo. Esse capital social amplia os fluxos de informação que circulam entre grupos e pode gerar identidades coletivas e reciprocidade (MATOS, 2009b, p. 6).

Vale, Amâncio e Luria (2006), por sua vez, sinalizam os ganhos obtidos na diferenciação dos dois conceitos. Por exemplo, quando se vai avaliar a evolução do ciclo de vida das empresas: empreendedores pobres no mundo dos negócios, dependeriam, em um primeiro momento, de laços de apoio de amigos e familiares

⁹² PUTNAM, R. **Making democracy work**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

PUTNAM, R. **Bowling alone: the collapse and a revival of american community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

⁹³ WARREN, M. E. Social Capital and Corruption. In: **Social capital: conceptual explorations**. Exeter: University of Exeter, 2001 (Rusel Papers, Civic Series, 1/2002).

(capital social de união). À medida que estes progridem, obtêm recursos e conexões que os possibilitam participar de outros tipos de redes – capital social que possui “pontes” – e que podem ultrapassar limites de sua própria comunidade de origem, inserindo-os em outras redes ou grupos sociais.

Os autores prosseguem:

[...] o aparecimento e a proliferação, sobretudo nas duas últimas décadas, de novos modelos arranjos organizacionais, baseados na interação e no compartilhamento de valores e propósitos, seja no plano intra ou inter-organizacionais e na cooperação entre distintos agentes produtivos, vêm repercutindo nos estudos empresariais. [...] Nesse contexto, a contribuição do conceito de capital social pode ser de grande utilidade, particularmente na visão associada às redes. [...] (VALE; AMÂNCIO; LAURIA, 2006 p. 60).

Para Vale, Amâncio e Lauria (2006), a utilização dos conceitos nas abordagens das organizações em rede ou das redes organizacionais, abre amplas e interessantes perspectivas na área, por exemplo, da relação entre capital social e mudança institucional, capital social e desempenho empresarial, capital social e criação de redes empresariais, e geração e difusão do conhecimento e da inovação, e gestão do desenvolvimento local, e empresa–cidadã. Esses temas são emergentes em um mundo em constante processo de mudança e transformação.

5.4 CAPITAL SOCIAL COMO BEM PÚBLICO

Natal e Sandoval revelam que vários autores apontam que há uma característica central do capital social, ele é um bem público em si, oposto ao capital convencional, que é privado (PUTNAM,⁹⁴ 1994 apud NATAL; SANDOVAL, 2004).

Portes (1998) também indica a perspectiva de bem público quando revela que o próprio fato das pessoas usufruírem os relacionamentos na dinâmica do capital social já está se beneficiando. Diz que enquanto o capital econômico está em contas bancárias e o capital humano dentro das cabeças, o capital social é intrínseco à estrutura dos relacionamentos, que são a fonte real de sua vantagem.

Para Coleman (1990), o capital social como atributo da própria estrutura social em que um indivíduo está inserido, não é propriedade privada de nenhuma

⁹⁴ PUTNAM, R. D. Para hacer que la democracia funcione. la experiencia italiana en descentralización administrativa. Editorial Galac. Caracas, Venezuela, 1994.

das pessoas, portanto todas dele se beneficiam. Na mesma direção, Narayan (1999), considerando que o capital social está entrelaçado na estrutura social, tem essencialmente características públicas explícitas.

Natal e Sandoval (2004) concordam com as afirmações dos autores, no entanto consideram que, na prática, o capital social pode estar restrito a certas redes de indivíduos, o que é um fator que limitaria um alcance público. Um bem público absoluto se caracteriza pela disponibilidade de seus benefícios para todos; para aqueles que participam de sua construção, e se estende para aqueles que não o fazem, conjuntamente.

No primeiro caso, podemos dizer que o CS pode excluir, sem dúvida, certos indivíduos dentro de um agregado social. Essa exclusão é baseada no uso seletivo (participativo para alguns e, portanto, exclusivo para outros) do potencial da soma dos capitais econômicos e físicos, pertencentes e utilizáveis na rede de relacionamentos fortes, isto é, de capital social construído sobre as relações de reciprocidade continuada. Questões como a exclusão de indivíduos com idiomas não oficiais dentro de uma sociedade multicultural e a exclusão digital, para citar alguns, são uma amostra dessa possibilidade (NATAL; SANDOVAL, 2004, p. 12).

Segundo os autores há outra questão importante a ser considerada: diferentes indivíduos podem obter vantagens diversas dentro de uma mesma rede de relacionamentos. Uma dessas vantagens pode ser ganhar poder e controle, e o consumo por um indivíduo pode diminuir a potência de outro (NATAL; SANDOVAL, 2004).

Higgins analisa que apesar da noção de capital social, como foi pensada por Bourdieu, não deixar de lado o problema do montante do capital econômico e cultural, o volume de capital social (VCS) de um agente específico está relacionado à extensão da rede social (ES) e do volume de capital econômico (VCE) e cultural (VCC) que as pessoas com as quais se relaciona possuem, ou, $VCS = ES \times (VCE + VCC)$. Desta forma, o capital social é um fator multiplicador das outras formas de capital (HIGGINS, 2005). Podemos considerar esta abordagem como bem público.

Ele revisita as ponderações feitas por Peter Evans para analisar a soma positiva do capital social entre governo e comunidades, e afirma que existe uma relação de sinergia que deve ser estudada em dois níveis: na sinergia baseada nas

ações entre governos e cidadãos, e na sinergia em laços entre o público e o privado, isto é, em compromisso – *embeddedness*⁹⁵ (EVANS⁹⁶, 1996 apud HIGGINS, 2005).

Para Higgins é quase um lugar-comum que um Estado eficiente garanta o “império da lei” (aspas do autor) para o bom desempenho das organizações locais e das instituições. Aponta que ao contrário, há novas pesquisas, que consideram a formação do capital social, ressaltando formas inovadoras de complementaridade sustentadas pela interação diária entre funcionários públicos e comunidades (HIGGINS, 2005).

Evans ressalta que, quando os funcionários de instituições públicas estabelecem laços mais estreitos com comunidades com as quais trabalham, geram uma forma *sui generis* de capital social. As redes de confiança e colaboração criadas entre o público e o privado, reforçam o vínculo entre a sociedade civil e o Estado. Por este motivo, o capital social, gerado por este tipo de intervenção, não provém da sociedade civil, mas de um forte vínculo que ativa a linha divisória entre o público e o privado. A sinergia de complementaridade e a de compromisso, funcionam como um catalisador para o crescimento econômico, e o capital social se torna o gerador de bens coletivos construído entre o Estado e a sociedade. Essas redes estão baseadas na confiança, que não são público-estatais nem privadas, mas preenchem o vazio entre as duas esferas (EVANS, 1996 apud HIGGINS, 2005).

Para que o estoque de capital social seja ativado, é necessário que haja um conjunto de instituições envolvidas e comprometidas, e para que isso ocorra deve haver uma sinergia entre elas, que é dependente de elementos como o capital social e de um marco institucional forte e autônomo (HIGGINS, 2005).

5.5 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E CAPITAL SOCIAL

Para Matos as pesquisas sobre comunicação e capital social existem, mas raramente se preocupam com as articulações entre o processo comunicativo e a construção do capital social.

⁹⁵ *Embeddedness* – não há tradução da expressão. Designa dois elementos: a) fato de alguns projetos de desenvolvimento estarem ancorados em relações estreitas onde tomam parte tanto funcionários públicos quanto organizações comunitárias, b) a iniciativa consciente e deliberada para que o anterior aconteça (HIGGINS 2005, p. 196).

⁹⁶ EVANS, Peter. *Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy*. **World Development**. v. 24, n. 6, 1996.

Apesar de existirem algumas pesquisas sobre a relação entre o conceito de Capital Social e o campo da comunicação social, argumento que os estudos até hoje desenvolvidos conferem pouca atenção às articulações entre o processo comunicativo (entendido em sua dimensão relacional) e a formação do capital social. Inclusive, é raro encontrar pesquisas que explorem de maneira refinada e inovadora, a construção do capital social como um processo comunicativo de intercompreensão e cooperação, no qual os interlocutores estabeleçam conversações, diálogos e trocas de informação acerca de suas experiências, questões e problemas (MATOS, 2009a, p. 23).

Reforça que é de grande importância a aproximação entre a noção de capital [social] e a de comunicação porque oferece a possibilidade de se pensar na formação de indivíduos em cidadãos e atores cívicos, provenientes de uma base de interações que estabelecem nas redes sociais, sejam organizacionais e/ou cívicas. A autora retoma as dimensões formadoras do conceito de capital social e afirma que a confiança, a reciprocidade, a cooperação e o apoio psicológico são as bases para a mobilização, o engajamento e as ações coletivas. (MATOS, 2009a).

A partir destes estudos, defendemos que através da mobilização, do engajamento e das ações coletivas construiremos possibilidades concretas para o interesse público e para o bem comum, e que a comunicação é o fio condutor para a sua efetividade. Matos (2009a) aponta alguns aspectos importantes para o entendimento da questão do capital social tendo a comunicação como condição necessária para a sua formação,

[...] Por isso, enfatizo que a comunicação, como atividade coletiva que envolve o uso da linguagem e o fortalecimento de vínculos sociais é uma condição necessária para a formação e utilização do capital social. [...] De modo geral, os estudos dos teóricos que se preocupam em avaliar sua contribuição, como processo, meio e mediadora, para a formação e/ou declínio do capital social são ainda incipientes. Além disso, a comunicação é vista como um epifenômeno no processo, não como parte fundamental dele (MATOS, 2009a, p. 23).

Vê na natureza da comunicação pública a viabilidade para que a comunicação relacional se estabeleça e participe da construção de questões voltadas para o interesse público e para o bem comum. E a partir disso revela a associação dos conceitos, levantando como questão determinante para a construção da comunicação pública, o capital social. Este é um conjunto de ganhos

que são produzidos através da interação social e que podem ser desfrutados por indivíduos e grupos (MATOS, 2009a). O capital social não é uma propriedade privada e “quanto mais se usa o capital social, mais forte ele se torna. Quando não é ativado, o capital social atrofia” (GOMES⁹⁷, 2008, p.224 apud MATOS, 2009a).

O capital social é produto de um tipo particular de comunicação: somente uma comunicação comprometida com o interesse coletivo (na origem) e com o benefício público (como meta), que pressuponha a acessibilidade, a participação, a negociação, a tomada universal e conjunta de decisões (como regras processuais) e que implique a abertura, a transparência, a visibilidade, a livre expressão, o respeito ao pluralismo e a interatividade (como normas deontológicas) poderá gerar capital social (MATOS, 2009a, p. 131).

Para Matos (2009a) o capital social é, na essência, a causa e a consequência da comunicação pública, quando é compreendido como engajamento cívico, antecedido por cooperação e participação, confiança e reciprocidade.

Apresenta-se aí um desafio para a comunicação pública quando assistimos a sociedades e organizações que não são capazes de desenvolver capital social por apresentarem baixo grau de confiança, respeito, reconhecimento, reputação e reciprocidade entre elas, sejam do primeiro, segundo ou terceiro setores.

O que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa é a indagação de Baquero, que propõe que inclusão cidadã precisa ir além das imposições do Estado e precisa envolver um efetivo empoderamento dos cidadãos para uma participação mais protagônica na política. Para ele, na medida em que o empoderamento formal diminui as alternativas a uma manifestação eleitoral que é ritualizada a cada quatro anos, a raiz do problema persiste. E questiona: “Como gerar legitimidade num contexto de desigualdade social? Penso que uma resposta viável é a promoção de capital social, por meio do empoderamento societário dos cidadãos.” (BAQUERO, 2006, p. 59).

O autor analisa que quando as pessoas descobrem a importância do trabalho conjunto, a ação coletiva é viável. Acredita que o empoderamento mediante redes de confiança fomenta o capital social e pode possibilitar a obtenção de bens tangíveis, com uma utilidade prática para desenvolver qualidade de vida e cidadania.

⁹⁷ GOMES, W. Capital social, democracia e televisão em Robert Putnam. In: GOMES, W.; MAIA, R. Comunicação e democracia – problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

[...] diante de uma situação de crise aguda aparece o fantasma de retrocessos institucionais. Para combater e tentar resolver esse dilema, o conceito de capital social parece ser uma ferramenta útil na prática da promoção da participação popular (BAQUERO, 2006, p. 67).

A título de conclusão dos conceitos apresentados neste capítulo, queremos apontar alguns limites até aqui apresentados. Segundo Matos, a comunicação é um fator fundamental para a criação de capital social, mas não suficiente. O capital social é produto de uma comunicação particular [que poderia ser a comunicação pública], comprometida com o interesse coletivo, como origem, e com o benefício público como meta; pressupõe o acesso, a participação, a negociação, a tomada de decisões e implica em abertura, transparência, visibilidade, livre expressão, respeito ao pluralismo e interatividade, capazes de gerar capital social (MATOS, 2008).

Enxergamos que o capital social é uma possibilidade para fomentarmos a ação coletiva. Através de seu DNA, que utiliza formatos horizontais de organização, empodera cidadãos e possibilita uma equivalência de participação, poderá por meio da comunicação pública encontrar alternativas e soluções voltadas ao interesse público e ao bem comum, e acelerar o desenvolvimento social, econômico, cultural, ambiental e político.

A seguir, no capítulo seis, apresentaremos os resultados das pesquisas aplicadas junto à OSCIP Rede Nossa São Paulo e, também, as análises destas junto aos temas abordados nesta tese a fim de concluirmos se os pressupostos apresentados em nosso projeto de pesquisa podem ser validados.

6 COMUNICAÇÃO PÚBLICA, CAPITAL SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA OSCIP REDE NOSSA SÃO PAULO

Fugir do discurso global, pensar e agir no espectro local. Pensar a sustentabilidade pela construção de novos modelos socioeconômicos e políticos através do envolvimento entre as pessoas.

Retomamos Santos (2006), que trouxe uma inquietante e relevante interpretação a respeito do espaço geográfico do fenômeno da globalização, e para a dimensão geográfica “lugar”, que muito interessa para este debate, na medida em que é no “lugar” que se vive. Analisa de forma crítica a relação Global/Local – Mundo/Lugar e deixa claro que apesar da percepção sugerida que o global/mundo está acessível a todos, existem diferenças intensas entre os diversos locais/lugares, suas peculiaridades, heterogeneidades. No lugar é que o mundo pode ser revisto e interpretado, é nele que as práticas sociais acontecem. Por outro lado, o local e o global possuem componentes que são interdependentes, quer dizer, o lugar é o mundo que o confronta. O mundo, o global traz muitas possibilidades, que só podem ser viabilizadas e realizadas no lugar. Este é quem produz o mundo, os lugares são o mundo.

O ponto de partida são os valores, que podem se transformar em valores mundiais, globais, mas o ponto de partida é no local, é no lugar. Santos afirma:

O mundo inteiro é uma ficção. [...] o sentido verdadeiro das coisas é sempre produzido por valores locais que produzem cidadania... A cidade, ao contrário do campo, recusa o capital... Os homens são mais diversos e, portanto, a combinação urbana é mais rica. O futuro está aqui... [...] (SANTOS, 1994, p.7).

É no local que podemos enxergar a complexidade e as teias dos problemas e soluções para questões que são vividas empiricamente, experimentadas, que fazem sentido e fazem parte dos valores das pessoas, ou de valores que poderão ser inculcados nas pessoas. É no lugar que temos alcance para defender nossa qualidade de vida, ou a qualidade das vidas, que faz todo sentido para o conceito complexo de sustentabilidade. Soluções, legislações, normas, condutas globais não poderão atender necessidades e valores locais.

O engajamento entre as pessoas, exercendo cidadania através de uma governança local, em formato de redes compostas por atores sociais, organizações, governo, empresas, universidades, sociedade civil em um espaço público, poderão se transformar em uma possibilidade de construção pública para a sustentabilidade efetiva.

A partir desta discussão passamos a apresentar os resultados da pesquisa que realizamos na Rede Nossa São Paulo.

6.1 A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA

6.1.1 A definição do campo de pesquisa

A seleção do espaço possível para a pesquisa etnográfica se deu durante a participação informal em reuniões de alguns grupos de trabalho em 2015, quando entendemos a possibilidade de aprofundarmos nossa pesquisa em médio prazo para avaliarmos os processos de comunicação pública e capital social existentes, “percebidos” inicialmente na cultura da Rede Nossa São Paulo.

Vimos nas discussões dos grupos questões nativas de interesse público que prenunciavam relacionamento com atores dos diversos setores da sociedade civil paulistana e até mesmo com instâncias federais/nacionais de poder.

No levantamento do referencial teórico prévio sobre a OSCIP, detectamos em sua estrutura a existência de 13 grupos de trabalho, que tratavam de diversos temas de interesse de cidadãos, de experts, de organizações do terceiro setor que livremente poderiam candidatar-se a participarem da Rede Nossa São Paulo na construção de propostas de interesse público. Em uma primeira etapa, realizamos contato formal através de e-mail de apresentação da pesquisa para os coordenadores dos Grupos de Trabalho, nos endereços disponibilizados no próprio portal da Rede. Empreendemos várias tentativas entre o período de 2015 e 2017, porém somente dois coordenadores deram retorno para nossa participação nas reuniões, o GT Meio Ambiente e GT Criança e Adolescente. Julgamos positiva a participação em dois grupos a fim de podermos comparar a condução e todos os quesitos planejados no roteiro de observação da pesquisa.

Para permitir a amplitude da pesquisa etnográfica e observarmos o objeto de estudo através de vários ângulos, em suas múltiplas dimensões, enxergamos também a possibilidade de realizarmos a observação participante em outras iniciativas da OSCIP: ações, movimentos, eventos, pesquisas, ao longo do período mencionado, a fim de avaliarmos se a postura, as políticas, as ações institucionais da Rede compactuavam com os espaços públicos fornecidos pelos grupos temáticos de trabalho, na possibilidade de enxergarmos a comunicação pública e o capital social nestes outros espaços institucionais empreendidos pela OSCIP.

A amostragem na pesquisa qualitativa não tem a necessidade de estabelecer-se quantitativamente, não atende a critérios numéricos, a amostra ideal deve refletir as múltiplas dimensões da totalidade (MINAYO, 1994). Adotamos como parâmetro para a pesquisa etnográfica participarmos dos “eventos” onde pudéssemos ser aceitos espontaneamente, a fim de avaliarmos o discurso de abertura da OSCIP. Outras tentativas foram empreendidas, através de apresentação da pesquisa e da pesquisadora, por carta da orientadora da aluna, a fim de acessarmos o interior da Rede, em sua sede administrativa, para conhecermos de perto as informações constantes em seu portal de internet. Esta possibilidade foi contemplada parcialmente quando aplicamos as entrevistas semiestruturadas ou em reuniões dos GT’s realizadas dentro da sede da Rede Nossa São Paulo. No total participamos de 23 observações diretas, que serão detalhadas à frente.

Também não houve delimitação prévia do período para realização da observação participante. O critério de saturação foi adotado como parâmetro, conforme explicitado no capítulo 1. A reincidência de dados foi o balizador para encerrarmos a observação participante.

6.1.2 O trabalho de campo

No período mencionado, durante as 23 observações participantes, pela dinâmica dos encontros, pudemos registrar todas as informações necessárias referentes às apresentações e discussões realizadas. Cada período de observação teve duração em torno de três a quatro horas, totalizando em média 92 horas de campo.

Os princípios éticos nortearam todo o desenvolvimento das pesquisas, na proteção dos direitos dos participantes observados. Adotamos o anonimato destes nos relatórios gerados posteriormente, e também na apresentação e interpretação dos dados que virão a seguir. Adotamos o não envolvimento pessoal com os membros dos grupos estudados, a fim de preservarmos a possível distância com o campo estudado. Adiantamos que observamos um ambiente bastante formal, inclusive entre os membros componentes dos grupos de trabalho, e nos outros eventos, ações e movimentos da Rede, o que reforçou a postura do pesquisador.

A objetividade no trabalho de campo é outro ponto destacado neste método. Cicourel (1990) aponta para a necessidade de realizar periodicamente revisão dos procedimentos e dos diferentes papéis dos sujeitos da pesquisa e do pesquisador. Desta forma corre-se menor risco de se perder na quantidade de dados e poder retornar aos objetivos definidos. Um fator facilitador para cumprirmos estas observações foi que, após a transcrição de todas as informações computadas no diário de campo, retomávamos o roteiro de observação planejado anteriormente à aplicação, que contemplava pontos determinantes a serem observados, inclusive descritos conceitualmente e, a partir disso, realizávamos a digitação dos dados com um cunho analítico e interpretativo do “momento” vivido na experiência etnográfica. Para Bogdan e Biklen (1982) é determinante que o conteúdo das observações tenha uma parte descritiva e outra reflexiva. (APÊNDICE A)

Um grande desafio imposto pela pesquisa etnográfica é a aceitação do pesquisador pelo grupo observado, e como ele pode ser definido pelos observados, isto pode inclusive definir os tipos de atividade que o pesquisador terá acesso (CICOUREL, 1990). Este desafio foi transposto à medida que o observador foi participando das reuniões e eventos, pois todos conheciam a procedência de sua participação, oriunda da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e no interesse manifesto nos temas debatidos. Apesar da postura de formalidade de todos e do pesquisador, o ambiente é aberto a qualquer indivíduo, e em uma determinada reunião de grupo de GT, ao ver que anotações eram feitas na íntegra, foi solicitado à mesma ceder estas anotações para o coordenador do grupo a fim de organizá-las e disponibilizá-las para o grupo. A empatia é também fator determinante para o desenvolvimento da etnografia. Minayo (1994) comenta que a personalidade e o comportamento do observador importam mais para o grupo

observado do que a base dos seus estudos, pois os observados precisam confiar que não serão prejudicados.

Por fim, a consistência e regularidade no processo de pesquisa no decorrer do período observado pôde contribuir para a confiabilidade dos dados de pesquisa, que não devem ocorrer a partir de circunstâncias acidentais, conforme alerta Angrosino (2009) e Kirk e Miller (1986).

Passaremos a descrever e interpretar os dados observados nessa rica experiência de participação, de contato direto com o objeto escolhido, a Rede Nossa São Paulo. Foram digitadas 213 páginas de relatório, transcritas a partir das reuniões, ações, movimentos e eventos descritos no diário de campo (manuscrito).

6.1.3 Interpretação, análise e discussão dos resultados

Conforme apresentado no capítulo 1, a observação participante foi realizada na OSCIP Rede Nossa São Paulo, no período entre 2015 e 2018, durante as reuniões realizadas pelos Grupos de Trabalho (GT's), e também em ações, movimentos e eventos promovidos ou apoiados pela OSCIP para compreensão dos pressupostos de comunicação pública e de capital social, espaços públicos que ofereceram oportunidades para “sentirmos” os acontecimentos (SPRADLEY, 1980).

Realizamos a observação em diversos momentos entre o período relatado acima considerando que a construção social da realidade está em constante transformação (MINAYO, 2003).

Retomamos os objetivos centrais traçados para a observação participante: observar os níveis de participação dos diversos atores envolvidos nas reuniões dos GT's, nos eventos e ações; observar e acompanhar a divulgação das reuniões, eventos e ações; verificar quais foram os públicos e os setores envolvidos nas discussões; partindo do princípio da complexidade, observar o nível das discussões, a transdisciplinaridade e o poder de fala; examinar o nível de escolaridade ou conhecimento de quem fala; examinar entre o público participante das discussões, quais foram as questões levantadas (de relevância para cumprir a missão da OSCIP); analisar se as pautas propostas eram problemas reais ou resultados de acidentes; observar quais foram os encaminhamentos das discussões e decisões tomadas; confirmar se houve somente encaminhamento interno ou externo

(Prefeitura, Câmara dos Vereadores) das questões discutidas; verificar se houve retomada de assuntos nas reuniões seguintes; acompanhar quais foram os resultados das propostas/assuntos encaminhados.

Os relatórios com a análise etnográfica que serão apresentados a seguir foram condensados/cruzados em um só, por categoria de participação (reuniões de grupos de trabalho, movimentos, ações, eventos), a fim de facilitar a interpretação conjunta de fatos e observações.

6.1.3.1 Reuniões de grupos de trabalho

6.1.3.1.1 Análise da pesquisa etnográfica – Grupo de trabalho – Criança e Adolescente

Figura 3 – Grupo de Trabalho – Criança e Adolescente

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018.

O Grupo de Trabalho se propõe a trabalhar na articulação de pessoas, ideias e organizações, na área de infância e adolescência, em favor de que tenham seus direitos garantidos, de forma integral e universal. Fundamenta-se na redução das desigualdades intramunicipais, de etnia, gênero, condição pessoal, geográficas e outros (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2018).

As reuniões realizadas pelo Grupo de Trabalho Criança e Adolescente são realizadas com periodicidade mensal, normalmente na última terça-feira de cada mês.

Locais.

As reuniões do GT acontecem alternadamente nas sedes das organizações dos diversos componentes do grupo de trabalho, em sua maioria do terceiro setor. Os

locais são planejados semestralmente. Segue alguns locais de realização das reuniões:

- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- Visão Mundial
- Instituto Alana
- IBOPE
- Sede da Rede Nossa São Paulo

Coordenação do Grupo.

Alternância entre os membros mais estáveis, a cada dois anos. Os líderes são experts na temática do GT. Em 2015 havia um coordenador, até 2017 foi eleito um segundo, e em 2018 houve a indicação de outro membro do grupo para coordená-lo.

Níveis de participação de cada membro do Grupo de Trabalho.

Todos os integrantes tem igual nível de participação, desde seu coordenador, membros mais antigos até os participantes mais recentes ou que adentrem à reunião pela primeira vez.

Na maioria das reuniões todos os presentes se apresentam. Em uma reunião somente não houve apresentação formal de cada participante, mas os membros mais antigos reconheceram nomes próprios ou instituições que já vêm participando do Grupo há tempos.

Acompanhamento da divulgação das reuniões.

Reuniões mensais abertas divulgadas por e-mail, convite através da coordenação do GT, com proposta de pauta.

No portal da Rede Nossa São Paulo não são divulgadas as datas de reuniões dos GT's, somente os e-mails de contato dos coordenadores dos mesmos, o que dificulta o acesso à participação mais aberta.

Em cada reunião são passadas listas de presença para assinatura e inserção de e-mail, celular, nome e instituição participante.

Públicos e setores envolvidos nas discussões (governo, empresas, sociedade civil, ONG's, entidades religiosas, políticas etc.).

Em sua maioria os participantes trabalham ou representam o terceiro setor, ou participam porque têm interesses pessoais no tema Criança e Adolescência; outros estão ligados a organizações públicas, como Prefeituras. Vimos também cidadãos empreendedores que trabalham na prestação de serviços ligados ao tema, bem como pedagogos, psicólogos, jornalistas que conheceram a Rede Nossa São Paulo e seu formato e participam dos GT's espontaneamente. Estudantes de pós-graduação também participam das discussões do grupo. Vimos por diversas vezes assessores parlamentares da Câmara Municipal de São Paulo representando vereadores. Com exceção da participação de empresas de serviços voltadas para o tema, não foram observadas empresas de bens de consumo presentes às reuniões. Registramos alguns representantes ou funcionários de ONG's ou de outras organizações, como a Rede Conhecimento Social, Ação Educativa, ANEP Brasil, Fundação de Projetos Travessia, eventualmente funcionários da secretaria executiva da Rede Nossa São Paulo etc.

Em média cada reunião tem por volta de 15 participantes.

Partindo de um dos princípios da complexidade (transdisciplinaridade), qual é o nível das discussões. Qual é o poder de fala.

Os temas propostos sempre foram debatidos com muita propriedade e pertinência intelectual, desdobrando-se nas visões de participantes advindos de várias áreas do conhecimento. Denotou-se conhecimento amplo acerca do tema Primeira Infância em diversas áreas – biológicas, saúde, educação, psicologia, direito, administração, sociologia, comunicação, dentre outros.

Não há prevalência na fala de nenhum expert, todos interagem em um sentido de construção relacional e horizontal.

Nível da discussão. Quem fala. Todos. Alguma liderança. Alguma autoridade.

Todos interagem, mas existe uma proposta de pauta anteriormente discutida que procura ser seguida; existe moderação do coordenador do GT de forma bastante aberta e democrática.

Todos tem o mesmo poder de fala.

A liderança se expressa naturalmente, sem demonstração de poder na fala e sem demonstração de temor por parte dos participantes.

Nível de escolaridade ou conhecimento de quem fala. Quem representa.

Nível superior, de pós-graduação ou expertise na área de atuação que representa; bom nível de fala e articulação.

Entre o público que participou da discussão, quais foram as questões levantadas – de relevância para cumprir a missão da OSCIP.

Debates sobre diversas questões, de interesse público e compatíveis com a missão da Rede.

Pautas discutidas nas diversas reuniões realizadas (ordem cronológica decrescente – de 2018 a 2015).

Os debates e questões levantadas convergem para o interesse público.

- Avaliação do evento Plano de Metas, realizado pela Rede Nossa São Paulo em abril de abril de 2018;
- Avaliação da participação do GT no evento;
- Críticas aos resultados apresentados pela Prefeitura em relação ao Plano de Metas;
- Prefeitura prometeu revalidação das metas iniciais às propostas apresentadas pelas diversas organizações que estiveram presentes no evento apresentando cada área constante do Plano de Metas;
- Representante de ONG ligada a esportes se apresentou para o grupo a fim de iniciar debates sobre demandas ligadas à criança e adolescente;
- Representante de ONG ligada a segurança das crianças também se apresentou para fazer parte do GT;
- Lei Municipal para Infância que deverá ser apresentada pela Prefeitura no segundo semestre de 2018 – importância do GT participar na elaboração – membros do grupo estabeleceram contato com a Secretaria Municipal responsável;
- Em paralelo funcionário da Secretaria Executiva da Rede presente na reunião do GT manifestou estar promovendo articulação para aproximação do Grupo com a Secretaria (veio à reunião com este objetivo de informá-los);
- Comentário que não há a inexistência de leis, mas negligência. O Observatório da Primeira Infância⁹⁸, projeto da Rede Nossa São Paulo apresentado em 05 de

⁹⁸ <<http://www.observaprimeirainfancia.org.br>> Acesso em: 28 abr. 2018.

dezembro de 2017 revela isso. Agora precisamos ver o que vamos fazer com os dados;

- Homenagem a Figueiró (médico, ex-integrante do GT, foi comentado que foi um defensor da temática ligada à Criança e Adolescente) - os filhos estão preparando um vídeo para ser apresentado no evento do dia 05/12/2017;
- Discussão sobre vida acadêmica de alguns membros do GT;
- Comentou que no dia 06/12/2017 haverá reunião do Colegiado de Apoio da Rede Nossa São Paulo – discussão do Planejamento Estratégico da OSCIP para 2018;
- Membros do GT apresentaram um balanço do GT em 2017 e propostas para 2018
BALANÇO 2017;
- GT competente, Observatório da Primeira Infância (pesquisa da Rede Nossa São Paulo – mentoria do GT Criança e Adolescente – patrocínio Fundação Van Leer) foi importante para legitimidade de dezenas de organizações;
- O ponto alto do GT em 2017, além do Observatório, foi o Olhar das crianças sobre Sampa – campanha que o GT participou;
- Necessidade de estratégias para pós lançamento do Observatório;
- Houve iniciativa de aproximação com poder público, mas não foi possível;
- Considerou que os projetos não devem se dirigir somente às Prefeituras, Governo Estadual ou Federal, e sim serem apresentados a outros poderes, outras instâncias, Secretarias, Ministério etc.;
- Importância da aprovação da Lei 16710/17, de autoria de Janaina Lima (Diário Oficial 11/10/2017) – colaboração do GT na análise da Lei;
- Importante monitorar leis existentes, ter a agenda e acompanhar;
- GT é uma instituição com legitimidade, com especialistas, o poder público deveria sempre consultar o GT;
- Acompanhar e monitorar o Legislativo;
- Acompanhar o Plano de Metas⁹⁹ da prefeitura, temos que insistir, reforçar;
- Dividir as tarefas, diminuir metas, mas realizar, efetivar;
- GT tem que ser um orientador de temas para serem levados para a mídia;
- Lembrou que saiu do GT a proposta de pauta sobre Cracolândia;

⁹⁹ Plataforma da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br>>
Acesso em: 28 abr. 2018

- Carta compromisso – que o GT fez, a partir de discussão ampla; houve muita atuação, foram atrás do Poder Público – Vereadora Soninha Francine – Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social;
- Assessora da Vereadora Soninha Francine disse que estão muito interessados no GT /Observatório – muito importante para Soninha;
- Questão do Conselho Tutelar – querem fazer alguma coisa; Soninha está muito incomodada;
- Mandato dela está à disposição;
- Possíveis projetos futuros da Câmara, GT poderá contribuir;
- Questionamento de outro membro do GT - o que é feito com os resultados do GT? Soninha aproveita os dados?;
- Assessora da Vereadora propôs um núcleo social/humanas para apresentação do Observatório na Câmara Municipal em 2018;
- GT muito atuante, mas reagente, precisa avançar em aproximação com o poder público/ mais articulação política;
- Proposta para criação de uma agenda para 2018 a fim de acompanhar mandato, ser consultivo;
- Ações com sociedade civil;
- Alinhar discurso da ONG “Ação Educativa” com Crianças Invisíveis (link da plataforma do Observatório); fazer projetos conjuntos, agendas;
- Observatório – detalhar quem são as crianças invisíveis (raça, cor etc.)/ analisar detalhamento dados do Observatório para novas edições da pesquisa em 2018;
- Necessário realizar projetos para multiplicar o olhar das crianças;
- Observatório – ampliar dados não localizados;
- Continuar projeto do observatório em 2018, com renovação de financiamento da Fundação Van Leer, mas com maior gestão do GT na condução da pesquisa;
- Rever os projetos do GT de gestão do GT – no site da Rede Nossa São Paulo, maior visibilidade ações para 2018;
- Sugestão que nas reuniões de Colegiado da Rede Nossa São Paulo seja discutida nova configuração para o GT, mas não pode ser desconectada das estratégias da Rede para os GT's;
- Críticas para a Rede quanto o que ela faz com os projetos, discussões do GT's que compõem a Rede Nossa São Paulo, por exemplo, o projeto IRBEM e outras

ações dos GT's, o que a Rede poderia fazer. Necessidade de explorar mais os trabalhos e discussões realizados nos GT's da Rede;

- Um membro muito atuante, ex-coordenador do GT, denominou de Coletivo o que os GT's proporcionam um Coletivo de organizações/instituições – Grupos de Pressão – Terceiro Setor;
- Posicionamento de que os GT's devem assumir seu papel estratégico somente, fomentar discussões, projetos, mas a operacionalização, inclusive a comunicação, deve ficar na incumbência da Secretaria Executiva da Rede que tem profissionais de gestão e de comunicação para explorarem os resultados fomentados nos GT's;
- O que seria operacionalizar? Temos que definir;
- Pontos positivos - Liderança - muito positiva, manteve união do grupo, líder muito presente e defende sempre as questões do GT no Colegiado de Apoio da Rede Nossa São Paulo;
- GT ganhou relevância;
- 5ª. Gestão do GT – houve reativação do GT há 5 anos;
- Material impresso sobre dados do Observatório para divulgação/Facebook – explorar com dados do Observatório – planejar para 2018 - mídias sociais – é relevante, investir;
- Comunicação é determinante, pensar em Comunicação, é preciso um plano estratégico de comunicação, que decorre de um plano estratégico da organização, da Rede. Isto é que vai determinar uma comunicação eficaz;
- Planejamento estratégico vai determinar o que vai ou não fazer, para não desperdiçar tempo; prevê trabalhar com públicos diferentes, específicos; desta forma a comunicação é mais direta, mais eficaz;
- Rede Nossa São Paulo não tem comunicação satisfatória em relação aos GT's;
- Rede com GT's – descompasso – falta mais sintonia – definição dos papeis;
- Pensar em transversalidade – Rede quer pensar isso no Planejamento Estratégico; – haverá reunião em 06/12/2017;
- Sociedade civil – o que é? – definir;
- Comunicação – difícil chegar à sociedade civil;
- Comentários sobre reunião do Colegiado - Oded Grajew (conselheiro da Rede, ex-coordenador geral) - comentou sobre canais de comunicação específicos para cada projeto da Rede;

- Outro comentário - Tudo envolve comunicação;
- O que a Rede pode colaborar com os GT's;
- GT e Rede são a mesma coisa – coordenador do GT reforçou – é necessário usar mais a estrutura da Secretaria Executiva, de Comunicação da Rede;
- Estrutura de comunicação tem que estar lá;
- Um membro do GT comentou que nunca pensou que era membro da Rede, somente do GT;
- Necessidade de discussão sobre GT, os rumos dele; GT tem que fazer parte do coração da Rede;
- Membro do GT questionou assessora da Vereadora Soninha sobre possibilidade de Audiência Pública para apresentação do Observatório na Câmara Municipal - sugeriu que Soninha e outros vereadores organizem;
- Assessora levará proposta. Soninha tem muito interesse no tema Primeira Infância, Infância e Adolescência;
- Comentou também sobre possível aproximação com Vereadora Janaina Lima – nova Lei 16710/17;
- Estimular mais a temática do GT na Secretaria Executiva da Rede – Colegiado;
- Organizações/Instituições presentes no GT – potencializar e multiplicar dados do Observatório;
- Audiência Pública na Câmara dos Vereadores – pedido formal de encaminhamento para a Assessoria da Vereadora Soninha;
- Questionamento sobre troca de coordenação do GT - Grupo achou melhor em 2018;
- Relato sobre pesquisa paralela que estão desenvolvendo na ONG onde o participante trabalha, com crianças de rua, entre 2 a 6 anos, no Distrito da Sé – pesquisa estruturada e auto percepção – 324 participaram – universo 600 crianças - aplicação da pesquisa foi realizada por educadores e ONG's (treinados) - ato observação – 18 meninos – submetidos à crack/thinner – entre 8 a 17 anos – em situação de rua - Diagnóstico “A criança no Centro: um retrato das infâncias na cidade de São Paulo” - divulgação dos dados para imprensa no final de 2017;
- Outro membro falou sobre ações comemorativas ao Dia da Infância – 20/11/2017 – haverá uma programação entre 18 a 25/11/2017 (programação UNICEF);
- Comentário sobre Projeto de Lei – Artigo sobre Adoção;

- Lançamento do Observatório da Primeira Infância em 05/12/2017 – pesquisa da Rede Nossa São Paulo - SESC 24 de Maio – 9h30 - necessidade de escolha de representante do GT Criança e Adolescente para falar no evento – tema “Primeira Infância” – Criança e Cidade;
- Outros sugeriram atividades culturais para o evento;
- Necessidade de Observatórios para outras cidades;
- Questionamento se a Prefeitura de São Paulo está sabendo do lançamento do Observatório - a vereadora Soninha está sabendo?;
- Houve retorno sobre dotação de verba para Observatório da Infância?;
- Discussão sobre participação da Prefeitura;
- Funcionário da Secretaria Executiva da Rede veio à reunião para apresentar para o GT Criança e Adolescente a Plataforma do Observatório da Primeira Infância para possíveis alterações antes do evento oficial;
- Apresentou os diferenciais da pesquisa do Observatório – que constam na plataforma - Boas práticas X Cidades Sustentáveis X Olhar da Criança X Apresentação de pílulas (vídeos) do documentário “O começo da vida” (Bernard Van Leer Foundation), patrocinadora da pesquisa desenvolvida pela Rede Nossa São Paulo;
- Sugestão de inserção da pesquisa que a outra ONG desenvolveu na Plataforma do Observatório;
- Sugestão para inserir cruzamento de informações entre municípios para comparação de dados. Comentou que a Fundação Van Leer aplica em Bogotá-Colômbia;
- Questionamento se a parceria da Fundação Van Leer para a plataforma será até 2018 somente;
- Sugeriu se a Prefeitura não poderia assumir, já que tem verba destinada para projetos;
- Houve questionamento se as pesquisas da Rede Nossa São Paulo são levadas para Prefeitura;
- Funcionário da Rede respondeu que a Rede Nossa São Paulo tem pontes com algumas Secretarias;
- Pergunta para o funcionário de como é realizada a articulação com a Prefeitura – para a manutenção dos projetos – resposta através das Secretarias;

- Comentários sobre possibilidade da Fundação Van Leer e Prefeitura investirem;
- Membro do grupo observou que é interessante fazer pontes com Secretarias, não com Prefeitura diretamente;
- Necessidade de serem feitas articulações;
- Análise de membro antigo que a Rede Nossa São Paulo tem realizado várias pesquisas, mas sem aplicação prática, faltando explorá-las mais no sentido de acesso ao poder público para serem aproveitadas em forma de leis;
- Intervenção sobre atuação da Fundação Van Leer - patrocina projetos relacionados com problemas críticos de um determinado ponto do município;
- Comentário sobre PNUD – Roraima – modelo de cidade sustentável do mundo (Boa Vista aderiu ao Plano de Metas, do Programa Cidades Sustentáveis da Rede Nossa São Paulo);
- Funcionário comentou que a Prefeita de Boa Vista (RR)– quer se destacar em Projetos ligados à Primeira Infância;
- Observatório – se for patrocinado pela Prefeitura, o que aconteceria?;
- Concordância de um dos membros, disse que seria interessante para players diferentes, não somente um setor assumir para não haver disputa entre autoria;
- Chamar outras organizações para divulgar e discutir o que fazer com o Observatório (Seminário, Reunião Aberta etc.);
- Funcionário comentou que no final do evento de apresentação do Mapa da Desigualdade de São Paulo apresentado no evento de 24/10/2017 (outro projeto da OSCIP), a Rede apresentou, fez sugestões de caminhos possíveis para solução dos problemas – esta tem sido a postura da Rede;
- Requisitou ao GT Criança e Adolescente fazer o mesmo, algo propositivo do GT para ser apresentado também no evento de 05/12/2017; o Mapa do Observatório da Primeira Infância possui 30 indicadores, somente 6 serão apresentados no evento (Mini GT)¹⁰⁰;
- Grupo preparou propostas que foram apresentadas no evento de 05/12/2017;
- Necessidade de reunião extra para discussão e redação de propostas a partir do que foi levantado no Observatório para o evento de 05/12/2017 ;

¹⁰⁰ Mini GT – grupo de trabalho que se reúne para proposições, para trabalho mais aprofundado, por exemplo, ajudou a conceber o Observatório da Primeira Infância, propôs os indicadores para a pesquisa IRBEM etc. Desenvolvem projetos, análises, apresentações necessárias para serem levadas aos eventos, às instâncias de poder, a participações em parcerias etc.)

- Apontamento sobre necessidade de tirar a “primeira pessoa” das propostas, mas uma fala que represente o GT como necessidade de políticas públicas;
- Questionamento se o discurso entre o GT e a Rede Nossa São Paulo está alinhado?;
- Para o evento – fala pelo GT – escolha de membro - tema Criança e Cidade;
- Atividade cultural – Exposição - para adultos somente? – não é coerente, já que o tema é Criança;
- Definiram exposição fotos – “Criança Invisível” – fotos estão inseridas na plataforma do Observatório, é um dos links da plataforma;
- Discussões aprofundadas sobre as fotos, conexão com a pesquisa, que abordagem usar para fotos, pesquisa etc.;
- Eleição da nova coordenação - foi realizada a eleição por “aclamação” (termo constante na ata enviada posteriormente por e-mail com a ata da reunião) de novo coordenador para o Grupo para os anos 2018/19;
- Apresentação de Planejamento do GT para 2018;
- Cenário: a partir do Planejamento da Rede, com as seguintes prioridades: atuação mais forte em redes sociais; monitoramento do Programa de Metas; maior interface com outros parceiros; realização de pesquisas (12 temas); realinhamento / fortalecimento do trabalho dos GTs; possibilidades e papel do GT em relação ao Observatório da Infância.;
- Primeira Infância - elaborar a estratégia de advocacy e atuação em relação aos dados do observatório. (pauta para ser trabalhada por ONG integrante para a próxima reunião do GT na UNICEF); inserir as iniciativas de outra ONG integrante do GT (elaboração e produção de conhecimento com os recursos do FUNCAD) e ONG (responsável pelo Diagnóstico do Centro São Paulo) à estratégia do Observatório; elaboração de material dos “achados” do observatório para retroalimentar as organizações que trabalham com criança e adolescente; Outro membro ficou de trazer para a próxima reunião uma proposta de forma mais estrutura da ideia da realização de um Coral com Gestantes no parceiro da Rede, SESC;
- Acompanhamento do Plano de Metas¹: membro do grupo ficou responsável por separar as metas que dizem respeito à criança e adolescente e sugerir um mecanismo de monitoramento para a próxima reunião; foi lembrado que a Rede irá fazer em março esse monitoramento para o evento na Câmara Municipal de São

Paulo “Plano de Metas” e o GT deveria somar esforços com a secretaria executiva da OSCIP;

- Ações: oficinas Foto-voice com ONG constituinte do GT no SESC Carmo; realização de pré-conferências sobre crianças e adolescentes, em parceria com outra ONG constituinte do grupo, no SESC Parque Dom Pedro;
- Relato sobre uma terceira ONG que realizará em parceria com o UNICEF um diagnóstico, como o realizado no Centro de São Paulo sobre a realidade das infâncias em Roraima. ;
- Formas de comunicação do GT com a sociedade de forma geral: manutenção do grupo de WhastApp para comunicação interna; página do Facebook serve somente para compartilhar informações relacionadas a infância, tem baixa participação dos integrantes do GT; membro do grupo fez incidência na reunião de planejamento da secretaria da RNSP sobre necessidade de comunicação das ações e projetos dos grupos de trabalho; a coordenação do GT ficou de perguntar para a Secretaria como ficou o plano de comunicação e socializar no grupo.;
- Cobrar da secretaria executiva discussão sobre proposta de fortalecimento dos GT's;
- Pauta eleitoral: necessidade de iniciativa do grupo nas eleições municipais com a entrega da Carta Compromisso para pautas para as eleições nacionais sobre o tema infância;
- Audiência pública na Câmara sobre o tema da infância e adolescência;
- Verificar com a RNSP e Fundação VanLeer para continuação do projeto Observatório em 2018;
- Reunir o Mini-GT para pensar a proposta para ser apresentada ao grupo das vereadoras que querem apoiar a iniciativa;
- Evento de Lançamento dos resultados do IrBem Criança e Adolescente¹⁰¹ – resgate do histórico do IrBem (pesquisa – primeira versão do Observatório da Primeira Infância em 2015) e a importância e decisão de realização do IrBem Criança e Adolescente. Parceria da pesquisa com o IBOPE (2015);

¹⁰¹ IRBEMzinho (GT Criança e Adolescente): desde 2010, a Rede Nossa São Paulo, em parceria com o Ibope, realiza anualmente a pesquisa IRBEM (Indicadores de Referência de Bem- Estar do Município) e IRBEMzinho - estudo que possa colocar em evidência o olhar das próprias crianças e adolescentes sobre como sentem e vivem a cidade.

- Informes sobre a pesquisa - em campo - foi apresentado um modelo da pesquisa para que todos pudessem conhecer o questionário aplicado (2015);
- Lançamento da pesquisa no SESC Consolação - apresentações institucionais; apresentação dos resultados; debate entre um gestor público e dois adolescentes/jovens; intervenção com o público presente (2015);
- Proposta de reunião fechada com alguns adolescentes, para definir a posição que irão exercer no evento. (2 adolescentes da Viração, 2 adolescentes da Tide Setubal, 2 adolescentes da PDA Sampa Sul, 2 adolescentes da UNICEF e 2 adolescentes do Matéria Rima) - (2015);
- Proposta para que 3 pesquisadores do Ibope pudessem participar da próxima reunião do GT para falarem sobre a realização da pesquisa. Membros do GT explicaram sobre a dificuldade dos pesquisadores comparecerem, pois existe uma sobrecarga de demanda; irão propor que o coordenador de campo participe. Outro membro sugeriu a gravação de um vídeo com esses pesquisadores (2015);
- Após o evento de lançamento, a ideia é de que sejam realizadas mobilizações locais, através dos resultados do IrBem CA, e a partir disso sejam lançados artigos, eventos regionais, etc. (2015);
- Redução da Maioridade Penal—conhecidos tem enviado informações instantâneas acerca dos acontecimentos em Brasília (2015); outro contato de uma ONG componente do GT informou que 100 deputados ainda não se posicionaram e que existe a possibilidade de que a votação prevista para esta data seja favorável ao posicionamento do grupo (2015);
- Posicionamento do Plano Municipal; informaram acerca das audiências públicas realizadas. O Comitê irá se reunir em breve a fim de realizar as adaptações ao Plano; informaram que grande parte das sugestões de alteração do Plano foram aceitas e que eles estão trabalhando nisso; uma Secretaria Municipal está se mostrando resistente a algumas mudanças; Plano deve ser apresentado até final de julho de 2015;
- Informes sobre Eventos em Comemoração aos 25 anos do ECA: várias ONG's ligadas ao GT promoverão atividades, Seminário e Mobilização, a ser realizada por um ano (até julho/2016), através de 25 encontros regionais, onde se apresentarão um adolescente, um jornalista e um especialista (dando ênfase à realização com

especialistas, não necessariamente psicólogos); serão elaborados curta-metragens, para divulgar os encontros (2015);

- Membro informou que a OAB também possui um projeto semelhante. Ficaram de conversar e, eventualmente, realizar esses eventos em parceria. Outro membro informou que possui contato com algumas regionais da OAB da região leste (2015);

- Iniciativa que vai acontecer em dezembro, em prol das pessoas com deficiência. Ficou destacada a possibilidade de a Rede Nossa São Paulo iniciar alguma intervenção no sentido de pensarmos as crianças e adolescentes com deficiência (2015);

- Importância da Lei de Zoneamento e Parcelamento e Uso de Solo, e coloca a importância do grupo pensar sobre o assunto também (2015);

- Iniciativa de um Instituto Paulo Montenegro que tem a ideia (embrionária) de criar Parklets, a partir da oitiva de crianças e adolescentes; outro membro sugeriu aprimorar essas ideias e tentar utilizar também espaços como parques e praças públicas (2015);

- Relembaram data da Reunião do Colegiado da Rede (2015);

- Membros do GT que fazem parte do Colegiado de Apoio da Rede propuseram aproveitar a presença do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e trazer em pauta a criação da cidade sob o olhar das crianças e adolescentes (2015);

- Sugestão de pauta para a próxima reunião: análise e avaliação dos resultados do IrBem Criança e Adolescente; avaliação das atividades da Rede Nossa São Paulo, com referência ao planejamento do 1º semestre; planejamento 2º Semestre (2015).

Pautas propostas são problemas reais ou são resultados de acidentes, problemas pontuais, conjunturais.

São problemas reais, analisados de forma conjuntural, relevantes e de interesse público, atinentes a Criança e Adolescentes. O foco das reuniões está voltado para demandas que surgem de observação no poder público local, na mídia, e no cotidiano de suas atividades profissionais; muitas pautas foram definidas a partir de tarefas solicitadas pela Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo, que utilizam o capital intelectual do grupo para concepção de pesquisas desenvolvidas juntamente com parceiros, a exemplo do IBOPE. Também debatem com frequência

o desempenho do GT. O GT tem sempre preocupação com o planejamento e metas/perspectivas para o grupo, o pensamento é estratégico.

Encaminhamentos das discussões e decisões tomadas. Fazem menção aos resultados alcançados.

A apresentação do Observatório da Primeira Infância e do IRBem é resultado de uma ação conjunta da Rede com o GT Criança e Adolescente, que monitorou a pesquisa através de seus membros. Desejam participar ainda mais ativamente na concepção geral das pesquisas sobre o tema.

Para chegar ao Projeto de Pesquisa Observatório da Primeira Infância, as discussões foram levadas ao Colegiado de Apoio, porém Oded Grajew, ex-coordenador geral da Rede Nossa São Paulo, já havia iniciado um projeto com a Fundação Van Leer e depois inseriu o GT Criança e Adolescente na formatação do projeto.

No final de uma das reuniões, quando fizeram um balanço do GT em 2017 e propostas para 2018, discutiu-se a necessidade de apresentação do Observatório junto ao Poder Público. Houve consulta direta para a assessoria da vereadora Soninha se seria pertinente fazerem uma Audiência Pública na Câmara Municipal de São Paulo em 2018.

Encaminhamento interno ou externo (Prefeitura, Câmara dos Vereadores). Quais os resultados das propostas encaminhadas.

As propostas para 2018 serão levadas à frente, através de reunião no Colegiado de Apoio da Rede, para posteriormente serem levadas a instâncias do poder público. Foi declarada intenção de Audiência Pública na Câmara Municipal de São Paulo em 2018.

Outra aproximação do GT com o poder público, através da avaliação do Plano de Metas (tema Criança e Adolescente) na Câmara Municipal de São Paulo despertou ainda mais veementemente a necessidade de participarem como parceiros de Secretarias Municipais que estejam ligadas às temáticas do GT. Estão em contato com Secretarias para levarem formalmente toda a análise da apresentação do evento, de forma mais aprofundada, para a Secretaria Municipal de Gestão.

Outra iniciativa que estão empreendendo é o grupo participar da construção do Plano Municipal para a Infância que tem previsão de ficar pronto no 2º. Semestre de 2018.

Gestual de quem fala e de quem responde, autonomia.

Reunião tranquila, com possibilidade total de fala, de participação, de críticas, de sugestões. Denotam seriedade e formalidade entre os membros, porém em postura de equipe, de coesão.

Confirmação de autonomia do GT ou se reportam a instâncias superiores (Colegiado de Apoio, Instituto, Secretaria etc.).

Em nenhum momento foi revelada necessidade de submissão de pareceres sobre questões discutidas. Existe livre debate de ideias e questionamentos, inclusive sobre a própria Rede. Não se defenderam como autônomos, estas questões não foram mencionadas.

Foi colocado que existe desconexão da Rede com os GT's, que o relacionamento deve ser intensificado porque há necessidade de convergência entre discussões e propostas dos GT's com a Rede.

Percebe-se centralização que o Colegiado de Apoio opera sobre as diversas organizações participantes da Rede.

Denotou-se autonomia do GT, as discussões são realizadas sem intervenção.

Os coordenadores de GT e outros membros deste grupo são participantes do Colegiado de Apoio e servem de elo entre os GT's, Colegiado de Apoio, Secretaria Executiva da Rede, levando sugestões, discussões, críticas, necessidades dos GT's.

Em algumas reuniões, havia a presença de funcionário(a) da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo, mas para tratar de questões técnicas da Plataforma desenvolvida juntamente com o GT ou para discutir posicionamento do Colegiado de Apoio sobre demandas apresentadas pelo GT, como parcerias para desenvolvimento de ações, possibilidade de acesso aos poderes públicos etc.

Foi observado uma postura de muito respeito dos funcionários ao trabalho realizado pelo GT Criança e Adolescente.

Engajamento, postura de pressão, liderança compartilhada entre os diversos membros de cada GT.

Observações:

O poder de fala é para todos, percebe-se liderança compartilhada entre os diversos membros. Também foi observado o respeito entre eles, em um momento específico de se decidir quem iria falar pelo GT no evento de apresentação do Observatório da Primeira Infância, um ficou indicando o outro, em uma demonstração de divisão de liderança e de reconhecimento uns pelos outros. Denotou-se também respeito pelo conhecimento e expertise dos membros do GT.

Espaço físico – símbolos etc. (descrever espaço da reunião).

Fazem revezamento de local através de espaço físico das organizações/instituições representadas pelos membros do GT.

Espaços clássicos de reunião, sala de reuniões ampla, com projetor e telão, computador para apresentações multimídia.

Outros espaços são bem modernos, arrojados, envidraçados; ocupando um andar inteiro do prédio, com decoração moderna, espaços versáteis, em formato inovador, atípico dos escritórios e salas de reuniões convencionais. A sala de reuniões é constituída por muitas cadeiras em formato circular e um telão para apresentações multimídia.

A utilização de espaços externos ao da Sede da Rede Nossa São Paulo para as reuniões dos GT's denota essa abertura para a participação e valorização da soma de outras ONG's com a Rede.

Nível de conhecimento das temáticas abordadas.

Os participantes denotaram conhecimento nas temáticas debatidas, todos falam a partir de experiência pessoal e profissional em temas relacionados ao Grupo de Trabalho Criança e Adolescente. (Ações UNICEF, da ONG Visão Mundial etc.)

Como o GT pressiona. Como ele influencia processo decisório do governo. Como faz exigências a outros grupos sociais (em relação a políticos, empresas, juristas, sociedade, outros grupos).

Percebeu-se a pressão que fazem sobre a Rede Nossa São Paulo, questionando falta de comunicação entre os GT's e a Rede, e também sobre outros grupos, imprensa, poder público.

O GT questiona bastante a divulgação dos projetos e discussões apresentados no GT para que sejam mais explorados pela Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo a fim de que sejam divulgados na mídia, provocando o debate e alcançando outros grupos sociais.

Durante a reunião foi proposto para 2018 aproximação do GT com a imprensa para pautá-la sobre demandas de interesse público discutidas pelo grupo.

Por outro lado foi observado que o objetivo central do GT é discutir temas e propostas de interesse público, e que é missão da Rede Nossa São Paulo propor pautas para a imprensa.

Foi proposto também promover, realizar em 2018 ações conjuntas com outras organizações/instituições para dar visibilidade e fazer pressão junto a outros grupos e sociedade civil.

Houve tomada de decisão do grupo para contato com o poder público na elaboração de leis, análise do plano de metas etc.

Bases da Comunicação Pública – percebe-se isso no grupo.

Em algumas reuniões, especialmente no ano de 2017, foi possível detectar possibilidade de comunicação entre Poder Público, Sociedade civil e a Rede Nossa São Paulo, através do GT. Novamente vimos aproximação entre o Poder Público e GT através da participação de representantes de Prefeituras e através da presença da assessora da vereadora Soninha.

Outra possibilidade de ponte entre o GT, constituído por membros do terceiro setor, cidadãos, empresas de forma mais tímida, universidades, com o poder público, tem sido através dos contatos dos vários participantes do grupo.

Existe prenúncio de debate e deliberação em temáticas de interesse público, entre diversos atores sociais, o que permite observar um comprometimento com construção de cidadania.

Na reunião também foi percebido posicionamento apartidário, em nenhum momento falou-se em partidos políticos como pano de fundo às questões apresentadas.

Bases do Capital Social – percebe-se isso no grupo.

Observei o princípio de capital social no grupo. Os membros do GT se reúnem para debater questões de interesse público.

A liderança do GT estimula a participação total de todos os membros, reforçando a missão da Rede Nossa São Paulo, de cuidar da cidade de São Paulo.

Também através da liderança e dos membros do GT foi possível observar os princípios básicos do capital social, a confiança entre os membros, o espírito de cooperação e necessidade de rede, e reciprocidade já que o GT já existe a 5 anos ininterruptos, mas existiu antes com uma interrupção.

Postura séria de todos os componentes, comprometida, participante, cumplicidade entre pessoas, respeito, reciprocidade, rede.

O grupo troca e-mails com frequência sobre temáticas do GT, projetos que cada um participa, novidades, demandas de debate, legislação, oportunidades de trabalho.

6.1.3.1.2 Observações finais do GT Criança e Adolescente

O GT Criança e Adolescente veio amadurecendo a necessidade de uma postura mais efetiva de *advocacy* no decorrer do tempo, quando percebeu a importância de suas pautas e discussões, fomentadas pela amplitude das diversas vozes e olhares das diferentes organizações e instituições representadas, e quando entendeu a necessidade de ponte/rede, de avançar em direção ao poder público para transformar o conhecimento do grupo e seus projetos em instrumentos propulsores que podem ser transformados em ações concretas e em legislação para contemplar o interesse público. Nos últimos encontros recentes de que participamos, já vimos reuniões que iriam ser efetivamente agendadas por contatos do grupo com o poder público, Secretaria Municipal e Câmara Municipal, além de estarem organizando uma audiência pública na Câmara para apresentação e debate sobre o Observatório da Primeira Infância.

Verificamos também que a coesão do grupo e os pressupostos do capital social estão presentes na dinâmica do grupo, confiança-reciprocidade-respeito, e que estes podem ser os fatores centrais para o desenvolvimento do grupo. Todos os integrantes tem igual nível de participação, desde seu coordenador, que exerce um papel de moderador, de facilitador, até seus membros mais antigos ou participantes

mais recentes ou que adentrem à reunião pela primeira vez, denotando uma herança cultural no grupo por igualdade, respeito, reciprocidade, confiança, cooperação, interação no exercício dos papéis executados, podendo estimular capital social.

Outro atributo muito relevante como possibilidade de poder para a sociedade civil foi verificar a participação em um coletivo de várias organizações da sociedade civil reunidas, denotando maior poder de pressão para questões relativas ao interesse público e para a construção de capital social.

Apostamos que na atitude de pressão e senso crítico sempre presentes neste GT, críticas e posicionamento inclusive sobre sua própria missão, além do questionamento constante do papel dos outros atores sociais, Rede Nossa São Paulo, poder público, terceiro setor, imprensa, universidades, conseguirão exercer pressão e colaborar para o bem comum.

Questionam a comunicação institucional que deveria ser melhor instrumentalizada pela Secretaria Executiva da OSCIP, mas estão exercendo a comunicação pública através da comunicação dialógica constante entre atores constituintes do Grupo de Trabalho e despertando para a necessidade de ampliação desse diálogo com o poder público. Vemos que o GT é um espaço público reconhecido por seus integrantes e pela Rede Nossa São Paulo, institucionalmente falando.

Percebe-se também comprometimento dos trabalhos do GT com a missão da Rede. O grupo reconhece as ações institucionais da OSCIP e participa ativamente delas, denotando alinhamento, a exemplo do Plano de Metas, conquista da Rede Nossa São Paulo, e que foi utilizado como instrumento de análise e reflexão para se transformar em mais uma ação do grupo frente ao poder público.

6.1.3.1.3 Análise da pesquisa etnográfica – Grupo de trabalho - Meio Ambiente

Figura 4 – Grupo de Trabalho – Meio Ambiente

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018.

O Grupo de Trabalho Meio Ambiente é composto por atores da sociedade civil privada e do poder público que acreditam que vislumbram contribuir para um desenvolvimento justo, sustentável e ecologicamente responsável na cidade de São Paulo. Tem os objetivos de acompanhar as atividades e indicadores previstos pelo poder público, e também promover a discussão e criar processos de participação na gestão e decisões dos órgãos públicos para a proposição de políticas públicas (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2018).

Antes de apresentarmos o relatório etnográfico referente à observação participante realizada no GT Meio Ambiente, devemos considerar que encontramos muita similaridade nas análises que fizemos, pois podemos adiantar que a dinâmica de atuação dos GT's é análoga e parece se repetir entre os diversos Grupos de Trabalho da Rede. Podemos considerar que como os coordenadores desses Grupos são membros fundadores ou estão a bastante tempo ligados à OSCIP e aos grupos, e por participarem das reuniões do Colegiado de Apoio e das ações da Rede, vivenciam a mesma cultura e concepção formulada desde a criação dos GT's, liderando-os ou projetando-os na mesma dinâmica organizacional. A seguir os resultados.

As reuniões do Grupo de Trabalho Meio Ambiente, a princípio eram realizadas mensalmente, hoje tem sido muito mais espaçadas.

Locais.

As reuniões do GT aconteciam a princípio na Sede da Rede Nossa São Paulo, e depois passaram a ser realizadas na sede da ONG SOS Mata Atlântica.

Coordenação do Grupo.

O coordenador do grupo está à frente do GT há muitos anos. Os participantes são experts nas temáticas do GT, oriundos de organizações do primeiro, segundo e terceiro setores.

Níveis de participação de cada membro do Grupo de Trabalho.

Todos os integrantes tem igual nível de participação, desde seu coordenador, membros mais antigos até os participantes mais recentes ou que adentrem à reunião pela primeira vez. Em todas as reuniões todos os presentes se apresentam. Interessante notar que o coordenador tem o cuidado de ao início das reuniões abrir o portal da Rede Nossa São Paulo para apresentar a organização, projetos, eventos, missão, visão etc.

Além das discussões de pautas que acontecem regularmente, em todas os encontros, este GT tem a dinâmica de trazer convidados para falarem de temas relacionados às temáticas de meio ambiente.

Para ilustrar a descrição, em uma das reuniões foi trazida uma engenheira agrônoma e assessora técnica do Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE), Prefeitura de São Paulo para falar sobre “Gestão da Arborização Urbana”. Após a apresentação, todos participaram de um debate sobre o tema, dentre outras.

Acompanhamento da divulgação das reuniões.

Reuniões a princípio mensais, hoje alternadas de acordo com as demandas e propostas apresentadas pelos participantes. As reuniões são abertas e divulgadas por e-mail e pelo Facebook, convite através da coordenação do GT, com proposta de pauta.

No portal da Rede Nossa São Paulo não são divulgadas as datas de reuniões dos GT's, somente os e-mails de contato dos coordenadores dos mesmos, o que dificulta o acesso à participação mais aberta. Porém o convite pelo Facebook abre mais o acesso ao grupo.

Em cada reunião são passadas listas de presença para assinatura e inserção de e-mail, celular, nome e instituição participante.

Públicos e setores envolvidos nas discussões (governo, empresas, sociedade civil, ONG's, entidades religiosas, políticas etc.).

Este GT tem presença marcante de funcionários do primeiro, segundo e do terceiro setores. Em sua maioria os participantes trabalham ou representam os três setores, ou ainda estão ligados a grupos e movimentos da esfera pública, como conselhos participativos, estudantes de pós-graduação, professores universitários, biólogos, agrônomos, arquitetos, engenheiros, lideranças do terceiro setor, que participam dos encontros espontaneamente. Do segundo setor havia representantes de Consultorias ligadas ao tema. Não encontramos no grupo participantes provenientes de empresas de bens de consumo. Registramos alguns representantes, funcionários ou líderes de ONG's ou outras, como da SOS Mata Atlântica e Agenda 21¹⁰², e também de funcionários do poder público, como Secretarias Municipais, Prefeituras Regionais, Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE - Prefeitura de São Paulo), Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA - Secretaria do Meio Ambiente - Governo SP), Secretaria de Energia (2015) etc.

Em média cada reunião tem de 15 a 20 participantes.

Partindo de um dos princípios da complexidade (transdisciplinaridade), qual é o nível das discussões. Qual é o poder de fala.

Os temas propostos sempre foram debatidos com muita propriedade e pertinência intelectual, desdobrando-se nas visões de participantes advindos de várias áreas do conhecimento. Denotou-se conhecimento amplo acerca do tema Meio Ambiente em suas respectivas áreas de atuação. As falas dos participantes algumas vezes ficavam muito voltadas para a experiência profissional, dificuldades, barreiras, limites e sempre questionavam e reconheciam a necessidade de comprometimento da prefeitura, das secretarias municipais em torno dos problemas levantados. Muitas vezes defendiam a necessidade de criação de políticas públicas, outras as

¹⁰² A **Agenda 21 Local** é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade_socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 01 mai. 2018.

questionavam, manifestando a dificuldade na implantação das mesmas, já que muitos participantes vivem exatamente esta barreira.

Não há prevalência na fala de nenhum *expert*, mesmo quando havia a presença de convidados todos interagiam em um sentido de construção relacional. O pensamento é amplo e complexo.

Nível da discussão. Quem fala. Todos. Alguma liderança. Alguma autoridade.

Todos interagem, mas existe uma proposta de pauta anteriormente discutida que procura ser seguida; existe moderação do coordenador do GT de forma bastante aberta e democrática.

Todos tem o mesmo poder de fala.

A liderança se expressa naturalmente, sem demonstração de poder na fala e não há demonstração de temor por parte dos participantes.

Nível de escolaridade ou conhecimento de quem fala. Quem representa.

Nível superior, de pós-graduação ou expertise na área de atuação que representa; bom nível de fala e articulação. Destaca-se também a presença de pessoas com instrução em nível médio ou fundamental, cidadãos originários de conselhos participativos de bairros, por exemplo.

Entre o público que participou da discussão, quais foram as questões levantadas – de relevância para cumprir a missão da OSCIP.

Debates sobre diversas questões, de interesse público e compatíveis com a missão da Rede.

Pautas discutidas nas diversas reuniões realizadas (ordem cronológica decrescente – de 2018 a 2015).

- Em uma das reuniões do grupo, o GT recebeu a Prefeitura de São Paulo para simulação/oficina Lei de Acesso a Informação - LAI COM Jogo dos LAIkes¹⁰³ - Lei de

¹⁰³ <<http://bit.ly/kit-jogo-laikes>>; https://docs.google.com/presentation/d/e/2PACX-1vTY-vQA9hUPiW4FbZV68b0T7xZ1uMzBq5yhiVLSiSrKtTrnWv0MjWdKDr8n9YU-ZKYzTXVI1Xt6OEAA/pub?start=false&loop=false&delayms=3000&slide=id.g2df8a79a31_0_137>

Acesso à Informação (LAI)¹⁰⁴ - Lei Federal n. 12.527/2011 - Plataformas de acesso à informação pública;

- Apresentação do Decreto que regulamenta a LAI no Município de São Paulo (com as posteriores alterações destacadas no corpo do texto): Decreto Municipal n. 53.623/2012;

- Outros portais existentes -Portal da Transparência, Portal de Dados Abertos, Mapa Digital da Cidade, Portal Geosampa¹⁰⁵, Portal que agrega as informações sobre planejamento urbano do Município (Plano Diretor Estratégico, Zoneamento, Planos Regencionais etc.): Gestão Urbana¹⁰⁶; Site de monitoramento do Programa de Metas 2017-2020: Planeja Sampa; Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão municipal: Sistema e-SIC;

- DEPAVE - Departamento de Parques e Áreas Verdes – Prefeitura de São Paulo, realizou palestra em uma das reuniões do GT, sob o título “Arborização Urbana”, florestas de bolso*; gestão pública (plantio/árvore);

- Palestrante comentou sobre a existência de um documento disponibilizado pela Secretaria de Áreas verdes, “Manual de arborização”;

- Gestão ativa para um manejo preventivo;

- Necessidade de se ter o foco não só na árvore e grama, mas ampliar o olhar para a terra, a água e para a fauna;

- Comentou várias vezes sobre a prefeitura e decretos;

- Comentou que os decretos falam sobre árvore, mas é muito mais que isso, há muito mais questões quando se fala em meio ambiente;

- Comentou sobre planos da Prefeitura e Governo estadual;

- Falou sobre invasão de reserva na região de Guarapiranga. As casas estão sendo construídas no meio das árvores, estão ocorrendo desmatamentos;

- Há a necessidade de sensibilização, educação dos que pertencem a questões relativas não apenas ao plantio, mas ao tipo ideal de arborização, que se respeitem todas as questões na escolha, como o clima, por exemplo;

- Alerta – não é só plantar, mas como plantar;

- Secretaria do Meio Ambiente tem legislação para arborização urbana, tem recurso, tem mão de obra e já existe gestão participativa;

¹⁰⁴ <<http://bit.ly/laicom-15mar>> Acesso em: 28 abr. 2018.

¹⁰⁵ <<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>> Acesso em: 28 abr. 2018.

¹⁰⁶ <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>> Acesso em: 28 abr. 2018.

- Para praças também há gestão participativa, comitê de usuários;
 - Comentou que a Prefeitura tem que criar um plano para as leis - Projeto de Lei nº 688/13, do Executivo e Lei 16050/2014 (que aprova a política de desenvolvimento urbano e o plano diretor estratégico do município de São Paulo);
 - Possibilidade de que é possível em apenas seis meses haver uma *floresta* em um terreno de 15 m². Pelo menos é o que garante o botânico Ricardo Cardim, mestre em biologia botânica, que desenvolveu uma metodologia chamada “Floresta de Bolso”.¹⁰⁷;
 - Membro do grupo confirmou que existem leis e recursos - Exemplo – Plano Municipal da Mata Atlântica - 3 anos de desenvolvimento - PDE – 4 planos verdes – Cidade verde saudável e humana;
 - Outra fala de outro membro do grupo – A sociedade civil está engajada e incita a evitar a poda de árvores por motivos desnecessários. Por exemplo, podam árvores que a sociedade solicita que sejam mantidas para que possam ser instaladas placas, postes de luz, tudo fruto de desinformação sobre os processos ou mesmo mudança de postura – pró-arborização e zelo e cuidado;
 - Perguntas diversas pontuais;
 - Outra fala - Grupo de 32 técnicos que realizaram um estudo no governo Fernando Haddad – onde está este estudo? – relatório de agosto de 2015 - ficou parado;
 - Outra fala - Plano de arborização da cidade entrou no Plano de Metas do prefeito João Dória – 600 mil árvores é a meta, mas não começou a ser implantado - Tem um processo administrativo?;
 - Outra fala - Sociedade civil tem que se juntar para agir, tomar a rédea da história;
 - Observação geral: em dado momento houve comoção geral;
 - Outra fala - Governo/prefeitura deve realizar a gestão; deve haver Parceria entre a Prefeitura e a Iniciativa Privada;
- Fala do palestrante - não se tem os dados sobre quantas árvores plantadas efetivamente vingam; sugere inserir esta pesquisa;

¹⁰⁷ <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/03/02/Este_bot%C3%A2nico_est%C3%A1_criando_%E2%80%98florestas_de_bolso%E2%80%99_em_S%C3%A3o_Paulo>. Acesso em: 20 nov. 2017.

- Outra fala - crítica ao Prefeito João Dória sobre os muros vivos, que nada realizam de efetivo no combate às ilhas de calor da cidade¹⁰⁸;
- Fala sobre Ilhas de calor na cidade, que ocorrem principalmente na periferia, onde quase inexistem áreas verdes¹⁰⁹;
- Fala de alguém ligado à prefeitura (desconhecido) - vocês deveriam se mobilizar e propor na Câmara Municipal;
- Outra fala - possibilidade de um abaixo-assinado com proposta de ações que a sociedade civil poderia fazer; lembrar as iniciativas e defender a Secretaria do Verde e que este é o momento; propôs que as pessoas lotem a Câmara Municipal para cobrar os vereadores, mandar carta para pedir recurso para o plano plurianual.

OBSERVAÇÕES GERAIS DURANTE A PALESTRA

- poucos falavam do governo ou da necessidade de acompanhamento, apenas membro do GT e da SOS Mata Atlântica e participante que trabalha em órgão público;
- Falas sobre projetos profissionais;
- Membro do GT, e da Agenda 21, falou sobre algumas experiências e desafios em um projeto de plantio de árvores que participa pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente: complexidade em se definir tipos corretos de árvores para cada espaço público da cidade; sobre a falta de qualidade do solo para plantio em praças que não oferecem aprofundamento suficiente para que árvores possam enraizar-se e crescerem; em superfícies que tenham concreto no espaço urbano, o plantio fica prejudicado porque há pouco espaço para o enraizamento, é raso, insuficiente; custo plantio / problema político; diferenças solo urbano X solo rural; projeto do Instituto Biológico – plantas polinizadoras; tipos diferentes de plantas, mais altas para

¹⁰⁸ O corredor verde em construção pela gestão de João Dória (PSDB) na av. 23 de Maio precisaria ter mais de 1.500 km, ou ir de São Paulo até quase Cuiabá, para ter alguma relevância ecológica. O projeto, com plantas e folhagens em centenas de pequenos vasos nos muros da avenida, tem recebido defesa entusiasmada do prefeito. O tucano repete que o corredor verde será “o maior do mundo” e é um grande exemplo de ação em defesa ambiental. A ideia de parede com plantas surgiu na gestão anterior, de Fernando Haddad (PT).

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1880911-muro-verde-de-doria-na-av-23-de-maio-so-teria-valor-ecologico-com-1500-km.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

¹⁰⁹ As Ilhas de Calor são fenômenos climáticos que ocorrem em áreas de grandes aglomerações urbanas e que colaboram para a intensificação da poluição nas áreas centrais dos centros urbanos. As Ilhas de Calor são consideradas como fenômenos antrópicos, ou seja, ocasionados pela ação do homem no meio, especialmente pelo aumento da emissão de poluentes através das atividades econômicas.

Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/ilhas-de-calor/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

polinização; cuidado com árvores não é um assunto simples; projeto Parque Ibirapuera – plantio orquídeas;

- Coordenador do GT, apresentou o portal da Rede Nossa São Paulo, histórico, projetos nas diversas reuniões. Falou sobre proposta da Rede Nossa São Paulo – PEC do Plano Metas aprovado em São Paulo desde 2009, e aguardando aprovação em Brasília para vigorar em nível nacional (Plano de Metas – depois de empossado, prefeito tem 90 dias para apresentar Plano de Metas);

- Mapa da Desigualdade de São Paulo – convite para membros conhecer pesquisa concluída pela Rede Nossa São Paulo e que foi apresentado no dia 24/10/17, na FESPSP-Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (pauta de diversos telejornais no próprio dia e no dia seguinte, grande repercussão na mídia);

- Estimulou a participação nas Audiências Públicas Gerais referentes ao Orçamento 2018 – Câmara Municipal de São Paulo;

- Plebiscito para Grandes Obras – Rede Nossa São Paulo está envolvida;

- Projeto de Metas para o Município (Portal Rede);

- Projeto OXFAM – desigualdade – exposição de fotos das favelas brasileiras – “A distância que nos une”;

- Citou Oded Grajew, e apresentou-o como idealizador da Rede (postura de reverência e respeito à figura do ex-coordenador geral da Rede (2007-2017), várias vezes citado na reunião;

- Membro do GT, em meio à fala do coordenador do grupo, levantou a questão sobre Orçamento da Cidade, fazendo referência a João Dória, esclarecendo que o orçamento do primeiro ano de governo de um prefeito foi planejado pelo prefeito que o antecedeu;

- Trouxe a discussão sobre Plano de Metas, levantando que a sociedade civil não tem como saber se o que está sendo apresentado é adequado/relevante às demandas existentes em um município, que muitas vezes as “toneladas” divulgadas não representam relevância para os problemas apresentados;

- Segundo ela, Plano de Metas de João Dória é tímido, aquém da necessidade. Por exemplo, o que significa 2% de resíduos para aterros?;

- Membro do GT-Secretaria do Verde, projeta aquém; Pátio de Compostagem-feiras–adubo (1 Subprefeitura envolvida);

- A partir destes primeiros pontos, o grupo teve diversas participações de outros integrantes da reunião, que levantaram outras questões: Rede faz acompanhamento do Plano de Metas para saber se está alguém ou OK; tem que constar no Plano o que foi prometido anteriormente; Plano de Metas – plantio de 200 mil árvores, mas e a compensação de árvores quando são cortadas, foi prevista? O Diário Oficial publica os cortes de árvores, mas não faz controle para compensação; Desconexão entre podas e compensação de árvores;
 - Outros debates surgiram em torno da metodologia de trabalho dos GT's da Rede NSão Paulo;
 - A Rede existe há 10 anos. Questionamento se os GT's são a melhor forma de atuação na Rede;
 - Levantaram a importância da Rede que provê informação, que muitas vezes os GT's pautam a mídia, como exemplo, parceria com CBN;
 - GT's participam das reuniões mensais do Colegiado de Apoio da Rede Nossa São Paulo – e que às vezes outras demandas de outros GT's ou da Secretaria Executiva da Rede são prioritárias e isso é respeitado. Existe apoio entre os diversos GT's para tarefas emergenciais.
 - Reflexão sobre GT Meio Ambiente: Existem GT's que querem menos participação; existe transversalidade dos GT's – exemplo Saúde e Meio Ambiente – questões que se cruzam (Qualidade Ar X Saúde, por exemplo); necessidade de reuniões Inter-GT's, hoje a intersecção é através do Colegiado
- Outro membro - levantou a importância da ONG SOS Mata Atlântica ter feito seu Planejamento Estratégico há 2 anos
- Rede tem Planejamento Estratégico, sugestão para fazerem um planejamento para o GT Meio Ambiente a partir do que existe na Rede;
 - Necessidade de apresentação de outros temas para discussão no GT Meio Ambiente;
 - Sugeriram a soma da Rede Nossa São Paulo com outras ONG's para fortalecimento dos temas – esta soma já é uma realidade – é preciso fortalecê-la;
 - Necessidade de capacitação de pessoas para que possam representar o GT Meio Ambiente externamente, em eventos, na Câmara Municipal;
 - O papel de cada um como voluntário – o que cada um pode oferecer para o GT Meio Ambiente - este é um momento de reflexão do GT – como seguir;

- Assumiram que a Política Pública é o foco do grupo;
- Comentaram que em uma reunião do Colegiado de Apoio foi discutido o papel dos GT's de forma geral;
- Comunicação deficitária da Rede – participante comentou que não encontra informação sobre reuniões dos GT's;
- Exaltaram a participação de alguns membros do GT no Comitê de Mudanças Climáticas;
- Discutiram a dificuldade de transformar projetos em leis, e muito mais de transformar leis em ações concretas do poder público – muitas vezes as leis são aprovadas e festejadas, mas não há implantação das mesmas;
- Comentários sobre Seminário: Desafios da Gestão de Arborização Urbana (evento externo) – 2015;
- Relato sobre Relatório Anual de Qualidade do Ambiental do Estado (evento externo) – 2015;
- Relato sobre Seminário Arborização (2015) - discutir um novo modelo de gestão para a arborização pública - proposta para uma agenda conjunta e melhoria do diálogo o Manifesto em defesa das áreas verdes de São Paulo;
- Relato sobre Revisão e mudança nos artigos 27 a 34 do projeto de lei de parcelamento, uso e ocupação do solo enviado à Câmara Municipal. No dia 2 de Junho de 2015, o prefeito Haddad enviou à Câmara Municipal de São Paulo o PL 272/2015, que complementa o Plano Diretor e trata do uso e ocupação do solo. De acordo com o texto dos artigos 27 a 34, o PL abre a possibilidade do uso das áreas verdes do município para a instalação de equipamentos públicos;
- Reunião Comitê de Mudanças Climáticas e Água: Aliança pela água de São Paulo, Mapeamento de proposta para a água em SP, Campanha Cisternas Já, Ilhas de calor, raios, crise hídrica etc. – 2015;
- Relato sobre evento IRBEMzinho (GT Criança e Adolescente) e pesquisa IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município) – 2015;
- Pauta de reunião - Informes gerais: Mudanças Climáticas, Aliança Resíduo Zero Brasil, Aliança Pela Água, Lei de Zoneamento Urbano, ODM/ODS - Integração de Conselhos Regionais, criando um governo local – palestra e debate com o GT Democracia Participativa – 2015;
- Depoimentos sobre eventos que cada membro participou – 2015;

- Projeto de lei apresentado à Comissão de Meio Ambiente – Assembleia -2015;
 - Projeto Serra da Mantiqueira - unidade conservação – 2015;
 - Lixo do litoral - tem q subir para São Paulo porque não existe aterro – 2015;
 - Projeto resíduo zero – 2015;
 - Projeto incineração Barueri - prós e contras – 2015;
 - Experiências compostagem e incineração – Alemanha – 2015;
 - Evento FIESP - Semana do Meio Ambiente - economia circular/água – 2015;
 - Projeto sobre parede verde (VERTICAL) x arborização – 2015;
 - Impacto mudanças climáticas sobre idosos - muitas mortes – 2015;
 - IPTU verde/cota ambiental – 2015;
 - Secretaria do Meio Ambiente/Verde - usada com objetivo político – 2015;
 - Projeto de Lei Zoneamento (Manifesto da Rede) – 2015;
 - Dentre tantos assuntos refletiram sobre a participação da Rede na Câmara com documentos e falas não ser suficiente como instrumento de pressão; poucos políticos se envolvem com as propostas apresentadas – 2015;
 - Um membro levantou a questão da força que os Conselhos Participativos podem exercer como força/pressão - existem 32 conselhos em SP – 2015;
 - Discussão sobre a necessidade de novas estratégias para pressão maior – 2015;
 - Necessidade da união de vários conselhos para criar força/pressão – 2015;
 - Rede Nossa São Paulo - citada várias vezes como inspiração/força para o GT – respeitada pelo GT – 2015;
- Necessidade de somar com instituições participativas - melhores experiências - tudo está disponível no site da prefeitura – 2015;
- Na próxima reunião agendada para 16/07 convidaram o coordenador do GT Democracia participativa para iniciarem discussão de como intensificar pressão/estratégias para maior atuação do Grupo Meio ambiente na Prefeitura/Governo – 2015.

Pautas propostas são problemas reais ou são resultados de acidentes, problemas pontuais, conjunturais.

São problemas reais, analisados de forma conjuntural, relevantes e de interesse público, atinentes a Meio Ambiente. Verifica-se sintonia com pautas de demandas atualizadas em relação ao tema. Grupo sério e comprometido, muitas vezes questionando o próprio papel do GT, sua intersecção com a Rede, sua missão, a

necessidade de planejamento estratégico para o grupo avançar na perspectiva de pressão e *advocacy* frente à sociedade civil e ao poder público.

Encaminhamentos das discussões e decisões tomadas. Fazem menção aos resultados alcançados.

Não conseguimos observar se as questões são levadas à frente, em instância de poder público, nem se as questões debatidas tiveram desdobramentos em forma de políticas públicas.

Encaminhamento interno ou externo (Prefeitura, Câmara dos Vereadores). Quais os resultados das propostas encaminhadas.

Não consegui observar se as questões são levadas à frente, para instâncias do poder público. Várias vezes foi manifestada a consciência da necessidade de debates e de avanço do grupo em forma de pressão e de posicionamento crítico para um diálogo público, mais aberto.

Gestual de quem fala e de quem responde, autonomia.

Reunião tranquila, com possibilidade total de fala, de participação, de críticas, de sugestões. Denotam seriedade e formalidade entre os membros, porém em postura de equipe, de coesão.

Nas reuniões com palestras todos os ouvintes denotavam estar envolvidos com o tema e conversavam entre si com olhares; todos muito atentos, interagiam e concordavam, prestando muita atenção na palestra; falavam uns com os outros com interjeições.

Confirmação de autonomia do GT ou se reportam a instâncias superiores (Colegiado de Apoio, Instituto, Secretaria etc.).

Em nenhum momento foi revelada necessidade de submissão de pareceres sobre questões discutidas. Existe livre debate de ideias e questionamentos, inclusive sobre a própria Rede. Não se defenderam como autônomos, estas questões não foram mencionadas.

Percebe-se um relacionamento de respeito com o Colegiado de Apoio, com a Secretaria Executiva, com os líderes da Rede Nossa São Paulo.

Percebe-se centralização que o Colegiado de Apoio opera sobre as diversas organizações participantes da Rede.

Denotou-se autonomia do GT, as discussões são realizadas sem intervenção.

O coordenador do GT e outros membros deste grupo são participantes do Colegiado de Apoio e servem de elo entre os GT's, Colegiado de Apoio, Secretaria Executiva da Rede, levando sugestões, discussões, críticas, necessidades dos GT's.

Quando o Colegiado de Apoio foi citado, foi no sentido de ser um espaço de discussão e deliberação de pautas/ prioridades de questões dos GT's que possam ser conduzidas a instâncias públicas de poder. A Rede parece reconhecer a importância dos GT's.

Engajamento, postura de pressão, liderança compartilhada entre os diversos membros de cada GT.

O poder de fala é para todos, percebe-se liderança compartilhada entre os diversos membros. Também foi observado o respeito entre eles e uma vocação aberta para a participação de qualquer interessado que queira fazer parte do grupo. A liderança do grupo reconhece a importância de todos os membros, porém manifestou a falta de comprometimento em relação à regularidade de frequência nas reuniões do grupo. Houve uma mudança gradativa dos integrantes do grupo, de 2015 para 2017.

Em uma reunião o GT questionou a eficácia de sua atuação, a necessidade de planejamento estratégico, de comunicação e solicitou a participação mais efetiva de cada membro.

Denotou-se também respeito pelo conhecimento e expertise dos membros do GT.

Em relação à postura de pressão do GT frente às demandas, foram levantadas muitas questões ligadas às dificuldades com o poder público.

A Política municipal/estadual/federal está totalmente presente dentro das falas, de forma crítica e contestadora, mencionaram as dificuldades que estão enfrentando - os canais de comunicação com as esferas federais e municipais estão travadas neste momento (2017); fizeram uma reflexão sobre o caminho atual do Município de São Paulo, que é o de privatizar tudo, que o primeiro ano do exercício dos vereadores dificulta a possibilidade de comunicação; citaram que o novo prefeito pretende mexer em várias leis aprovadas; denotaram desconfiança com o poder público.

Reconhecem a necessidade de diálogo com o poder público e de postura de participação e pressão frente às metas ligadas ao meio ambiente planejadas para esta nova gestão.

Espaço físico – símbolos etc. (descrever espaço da reunião).

Participamos das reuniões em dois espaços físicos: primeiramente na Sede da Rede Nossa São Paulo em Pinheiros; posteriormente pela localização geográfica adotaram a Sede da ONG SOS Mata Atlântica, na Avenida Paulista para espaço físico dos encontros. As reuniões aconteceram nas salas de reuniões das respectivas organizações, com projetor, telão etc.

A utilização do espaço externo ao da Sede da Rede Nossa São Paulo denota essa abertura para a participação e valorização da soma de outras ONG's com a Rede.

Nível de conhecimento das temáticas abordadas.

Os participantes denotaram conhecimento nas temáticas debatidas, todos falam a partir de experiência pessoal e profissional em temas relacionados ao Grupo de Trabalho Meio Ambiente. (Compostagem, Resíduos, Emissão Gases, Mata Atlântica, Arborização, Políticas Públicas, Implantação de Políticas etc.)

Apesar disso, revelam a necessidade de trazer outros *experts* em outras temáticas relacionadas para expandir a ação do grupo. Faz parte da dinâmica do grupo.

Como o GT pressiona. Como ele influencia processo decisório do governo. Como faz exigências a outros grupos sociais (em relação a políticos, empresas, juristas, sociedade, outros grupos).

Não houve reconhecimento de pressão sobre outros grupos, imprensa, governo etc., mas apontou-se a necessidade de acesso maior ao poder público para debate, participação e pressão para questões de interesse público. Em uma das reuniões demonstraram interesse em trazer o GT Democracia Participativa para orientá-los de como poderiam avançar nesta questão.

Bases da Comunicação Pública – percebe-se isso no grupo.

Existe prenúncio de comunicação pública dentro do grupo através de uma comunicação relacional, voltada para o debate em temáticas de interesse público,

entre diversos atores sociais, já que no espaço público gerado pelo GT estão presentes membros provenientes dos três setores, bem como universidades e sociedade civil, o que permite observar um comprometimento com construção de cidadania e uma detecção da necessidade de aproximação com o poder público.

Na reunião também foi percebido posicionamento apartidário, com liberdade de expressão de críticas em relação ao poder público municipal vigente, sem qualquer contratempo entre os participantes do grupo.

Bases do Capital Social – percebe-se isso no grupo.

Observei o princípio de capital social no grupo. Os membros do GT se reúnem para debater questões de interesse público.

A liderança do GT estimula a participação total de todos os membros, reforçando a missão da Rede Nossa São Paulo, de cuidar da cidade de São Paulo.

Também através da liderança e dos membros do GT foi possível observar os princípios básicos do capital social, a confiança entre os membros, o espírito de cooperação e necessidade de rede, e reciprocidade já que o GT já existe há muito tempo.

Postura séria de todos os componentes, comprometida, participante, cumplicidade entre pessoas, respeito, reciprocidade, rede.

6.1.3.1.4 Observações finais do GT Meio Ambiente

O GT Meio Ambiente fomenta pautas e discussões muito relevantes, possibilitadas pela amplitude das diversas vozes e olhares das diferentes organizações e instituições representadas no grupo, e ainda não conseguiu descobrir como avançar em uma postura de pressão, de *advocacy*, para ser ponte, utilizando seu formato de rede, em direção ao poder público, transformando o conhecimento do grupo em projetos propulsores que possam ser transformados em ações concretas e em políticas públicas ou implantação delas para contemplar o interesse público. Interessante a consciência que o grupo tem em relação aos desafios a serem enfrentados com o poder público, já que não basta lutar pela criação de políticas públicas, mas também pela implantação destas. É um espaço

público reconhecido por seus integrantes e pela Rede Nossa São Paulo, institucionalmente falando. Alcança todos os setores da sociedade civil.

Verificamos também que a coesão do grupo, e os pressupostos do capital social estão presentes na dinâmica do grupo, confiança-reciprocidade-respeito, e que estes podem ser os fatores centrais para o seu desenvolvimento. Todos os integrantes tem igual nível de participação, desde seu coordenador, que exerce um papel de moderador, de facilitador, até seus membros mais antigos ou participantes mais recentes ou que adentrem à reunião pela primeira vez, denotando uma herança cultural no grupo por igualdade, respeito, reciprocidade, confiança, cooperação, interação no exercício dos papéis executados, podendo estimular capital social.

Outro atributo muito relevante como possibilidade de poder para a sociedade civil foi verificar a participação em um coletivo de várias organizações da sociedade civil reunidas, denotando maior poder de pressão para questões relativas ao interesse público e para a construção de capital social.

Apostamos que na atitude de senso crítico sempre presente neste GT, críticas ao poder público, e posicionamento inclusive sobre sua própria missão, além do questionamento constante do papel dos outros atores sociais, Rede Nossa São Paulo, poder público, três setores, imprensa, universidades, conseguirão evoluir para exercer pressão e colaborar para o bem comum.

Questionam a necessidade da construção de um planejamento estratégico para o grupo, alinhado com o da Rede Nossa São Paulo. Exercem uma comunicação pública através da comunicação dialógica constante entre atores constituintes do Grupo de Trabalho e acenam para a necessidade de ampliação desse diálogo com o poder público, só não descobriram as formas ainda.

Percebe-se também comprometimento dos trabalhos do GT com a missão da Rede. A OSCIP é citada várias vezes como inspiração/força para o grupo, que reconhece suas ações institucionais e participa ativamente delas, denotando alinhamento, divulgando com frequência a missão da Rede, os projetos, ações, inclusive dos outros GT's.

6.1.3.2 Projetos/Eventos promovidos pela Rede Nossa São Paulo

A Rede Nossa São Paulo tem desenvolvido vários projetos que delineiam seus eixos de atuação, dentre eles o de pesquisa, realizado com diversos parceiros, como o IBOPE Inteligência e Fundação Bernard van Leer. Estes projetos são apresentados em forma de evento aberto para a sociedade paulistana, mídia, universidades, e preveem debate acerca dos resultados, possibilitando um espaço público que tem reunido atores sociais de todos os setores, universidades, e possibilitado a comunicação pública efetiva. Verificamos em todos eles a presença do poder público.

Em quase todos os eventos houve o registro de vários políticos que participaram dos eventos, e interagem com o público e com os debatedores no momento dos debates, quando não participavam também dos debates no palco. Foi repetidas vezes observado, que a postura desses em relação à Rede era de respeito aos trabalhos desenvolvidos. Os políticos denotavam já conhecer previamente a Rede Nossa São Paulo.

Realizamos a observação participante em vários eventos, a fim de retratarmos a extensão e a efetividade desses projetos para a cidadania e o interesse público. Observamos também se os mesmos promovem a comunicação pública. Verificamos através de pesquisa documental que os projetos/eventos têm alcançado grande repercussão na mídia, os links de cada matéria são disponibilizados no portal da OSCIP.

Outro atributo observado nas mídias sociais da Rede e de outras organizações que são chamadas para o debate, é que os eventos e os dados de pesquisa disponibilizados na íntegra provocam desdobramentos para novas informações, debates posteriores, podendo promover pressão frente aos poderes públicos. Tomamos como exemplo o projeto/evento Observatório da Primeira Infância, relatado abaixo, e que apontou sérios problemas em relação à precariedade no número de vagas em creches. O assunto continuou a ser acompanhado e debatido pela mídia, sociedade e Rede Nossa São Paulo, através de suas mídias sociais em diversas oportunidades. (ANEXO D)

A postura de todos os atores que se apresentam para o debate é de pressão, é de crítica frente às questões levantadas. O terceiro setor, sempre presente, tem se destacado nas análises, falando em primeira pessoa, quer dizer, com conhecimento de causa, sobre os problemas e alternativas para solução destes. Em relação à

postura oficial da Rede, promotora dos debates e pesquisa, a fala é de pressão, é de trabalhar conjuntamente com o poder público para transformar todos os dados que são apresentados em legislação e ação efetivas.

Abaixo relacionamos os eventos que foram observados, mas não apresentaremos no mesmo formato os dados na íntegra, como fizemos no relatório de análise dos Grupos de Trabalho anteriormente descritos, pois o detalhamento de cada um seria impraticável para leitura e para o limite que uma Tese permite. Condensamos nossas observações nesta introdução, e apresentaremos pontos principais que possam convergir e atender o objeto de pesquisa traçado. (QUADRO 4)

Quadro 4 – Pesquisa Etnográfica Eventos/Projetos Rede Nossa São Paulo

PESQUISA ETNOGRÁFICA – EVENTOS/PROJETOS PROMOVIDOS PELA REDE NOSSA SÃO PAULO
Evento: Viver em São Paulo - Confiança nas instituições Local: Sesc 24 de Maio - São Paulo
Evento: Viver em São Paulo - Trabalho e Renda Local: Sesc Bom Retiro - São Paulo
Evento: Viver em São Paulo - Mulher Local: Sesc Parque Dom Pedro - São Paulo
Evento: Viver em São Paulo: Cultura Local: Sesc Vila Mariana - São Paulo
Evento: Viver em São Paulo - Diversidade Local: Sesc Pinheiros - São Paulo
Evento: Observatório da Primeira Infância Local: Sesc 24 de Maio - São Paulo
Evento: Apresentação - Mapa da Desigualdade 2017 Local: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

6.1.3.2.1 Descrição dos Projetos/Eventos

Viver em São Paulo (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2018)

É um novo projeto da Rede Nossa São Paulo, em parceria com o Ibope Inteligência, que vem desenvolvendo um ciclo de pesquisas sobre diversos temas relacionados à

vida cotidiana dos paulistanos e a percepção destes sobre São Paulo. Abaixo uma síntese de cinco edições do projeto/evento.

Viver em São Paulo: Confiança nas Instituições

O evento inaugurou o ciclo de pesquisas sobre qualidade de vida na cidade de São Paulo, em relação à percepção dos paulistanos sobre as instituições ligadas à administração municipal, às prefeituras regionais, e à Câmara Municipal. A pesquisa avaliou também as instituições Prefeitura, Câmara Municipal, Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunal de Contas do Município, Polícia Militar e em que grau confiam nestas. Temas ligados à qualidade de vida, participação social e atendimento dos serviços públicos nas áreas de saúde e educação também fizeram parte do levantamento. Dentre os destaques da pesquisa apenas 11% dos entrevistados disseram confiar na Câmara Municipal. O índice é 16% em relação ao Tribunal de Contas do Município (TCM) e de 19% para as prefeituras regionais. A Prefeitura de São Paulo obteve a confiança de 23% dos paulistanos. Foram entrevistadas 800 pessoas com 16 anos ou mais. Após a divulgação da pesquisa o evento promoveu um debate com autoridades, acadêmicos, representantes de entidade do terceiro setor.

Figura 5 – Viver em São Paulo: Confiança nas Instituições

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018.

Falas institucionais:

Maria Alice Nassif, gerente de Educação e Sustentabilidade do Sesc São Paulo; Jorge Abrahão, coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo; Márcia Cavallari, CEO do Ibope Inteligência; Comentários gerais sobre a pesquisa: Oded Grajew, conselheiro da Rede Nossa São Paulo

Debatedores:

Fernando Abrucio (Professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e comentarista da Rádio CBN, Cida Bento (Coordenadora executiva do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT) e integrante do Fórum Permanente pela Igualdade Racial), Jorge Abrahão (Coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis) e Marcos Camargo Campagnone (Representante do Prefeito de São Paulo / secretário adjunto de Urbanismo e Licenciamento)

Viver em São Paulo: Trabalho e Renda

Integrando a segunda fase do ciclo de Viver em São Paulo, o tema escolhido desta vez foi trabalho e renda. A pesquisa envolveu 800 entrevistas com paulistanos acima dos 16 anos nas cinco regiões da cidade de São Paulo. De acordo com o levantamento, a renda pessoal dos paulistanos se manteve estável nos 12 meses que antecederam as entrevistas, porém 37% da população-alvo disse que o rendimento diminuiu. A renda pessoal se manteve estável em especial entre os menos escolarizados e aqueles com idade entre 45-54 anos. Entre os que afirmaram que ela diminuiu, destacam-se os com idade entre 35-44 anos com renda familiar de até 5 salários mínimos. Outro destaque da pesquisa está relacionado à ocupação. Neste caso, a maioria dos entrevistados declarou estar ocupada, sendo que de 2 em cada 10 estão desempregados. Dos 59% da população ocupada, 29% são os empregados assalariados com registro ou sem registro em carteira e 23% os autônomos. O evento para divulgação do levantamento ocorreu em fevereiro, na capital paulista.

Figura 6 - Viver em São Paulo: Trabalho e Renda

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018.

Falas institucionais:

Maria Alice Nassif, gerente de Educação e Sustentabilidade do Sesc São Paulo; Jorge Abrahão, coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo; Márcia Cavallari, CEO do Ibope Inteligência; Comentários gerais sobre a pesquisa: Oded Grajew, conselheiro da Rede Nossa São Paulo

Debatedores:

Alex Borges (Agência Solano Trindade/Banco Comunitário União Sampaio); Adriana Barbosa (Incubadora/Aceleração de empreendedores/ Projeto Feira Preta/Empreendedora Social); Aline Cardoso (Secretária Municipal de Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo-Prefeitura de São Paulo); Jorge Abrahão (Coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis)

Viver em São Paulo: Mulher

O evento apresentou os resultados da pesquisa que traz um olhar sobre a mulher da cidade de São Paulo além de retratar as questões socioeconômicas envolvidas neste universo. A divulgação da pesquisa foi seguida de um debate com participação do público formado por políticos, professores universitários, representantes de diversas organizações do terceiro setor e outros interessados no

tema. Os dados do levantamento revelam que 25% das mulheres paulistanas já sofreram assédio no transporte coletivo; 16% foram assediadas no ambiente de trabalho; e 13% afirmaram ter passado por abordagem desrespeitosa, ou seja, foram agarradas, beijadas ou outra situação sem o seu consentimento.

Figura 7 - Viver em São Paulo: Mulher

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018.

Falas institucionais:

Jorge Abrahão, coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo; Maria Alice Oieno Nassif, do Sesc em São Paulo; Patricia Pavanelli, diretora de contas do IBOPE Inteligência

Moderadora:

Esther Solano, doutora em Ciências Sociais, professora e pesquisadora da UNIFESP

Debatedores:

Giselle Dos Anjos Santos, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); Sâmia Bomfim, vereadora de São Paulo pelo PSOL (não pôde comparecer – problema de saúde); Manoela Miklos (Manô Miklos - doutora em Relações Internacionais. Ativista feminista e assessora do Programa para a América

Latina da Open Society Foundations); Joice Berth (arquiteta, urbanista e colunista do Justificando); Jorge Abrahão (coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo)

Ausências

Eloisa Arruda – (Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania-Prefeitura de São Paulo); mandou representante; Vereadora – Sâmia Bomfim não pôde comparecer

Viver em São Paulo: Cultura

O resultado do quarto levantamento “Viver em São Paulo” foi divulgado durante evento público realizado na capital com a participação de representantes do poder público e de diversas organizações do terceiro setor. A enquete apurou a frequência com que os moradores da cidade de São Paulo vão ao cinema, teatro, shows e eventos culturais. As razões que motivam o público ouvido a participar (e a não participar também) de eventos públicos gratuitos promovidos na cidade, entre eles, carnaval, réveillon na Paulista, viradas culturais e esportivas, também constam no estudo. A frequência de leitura dos paulistanos fez parte do levantamento. “Viver em São Paulo” traz os dados totais da capital e ainda segmenta por regionais; divisão que permite enxergar as desigualdades culturais existentes na cidade.

Figura 8 - Viver em São Paulo: Cultura

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018.

Debatedores:

Nabil Bonduki (arquiteto e Ex-Secretário Municipal de Cultura); Elaine Mineiro (Arte Educadora, integrante do Fórum de Cultura da ZL, do grupo Samba das Pretas e do Cordão Carnavalesco Boca de Serebesqué); Jorge Abrahão (coordenador Geral da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis); Marcio Black (cientista político, produtor cultural e coordenador de cultura da Fundação Tide Setubal; integrante da Bancada Ativista pela qual foi candidato para vereador em 2016); Juliana Braga (gerente de Artes Visuais e Tecnologia do SESC São Paulo); Jorge Abrahão (coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo)

Viver em São Paulo: Diversidade

O resultado do quinto levantamento Viver em São Paulo: Desigualdade foi divulgado durante evento público com a participação de representantes de diversas organizações do terceiro setor e universidades.

A pesquisa revelou que 46% dos entrevistados consideram que o poder público (a Prefeitura) tem realizado pouco esforço para o combate da violência em São Paulo contra a população LGBTQ+, outros 28% afirmam que não tem feito nada, e 8% dos entrevistados dizem que a administração municipal faz muito para a garantia da segurança desses cidadãos. O percentual dos que não sabiam ou não responderam foi de 18%.

Esta edição da pesquisa mais uma vez foi realizada pela Rede Nossa São Paulo e Ibope Inteligência, e traz uma novidade, Índice de LGBTQfobia da população paulistana, que revela questões para saber se as pessoas são “a favor”, “nem a favor nem contra” ou “contra” as situações apresentadas (aspas da fonte).

Durante o debate, Renan Quinalha, professor de direito da Universidade de São Paulo (USP), e um dos debatedores do evento, afirmou que ainda há muito a se fazer para que as políticas públicas voltadas a população LGBTQ sejam valorizadas e reivindicadas. Os pequenos avanços ainda são recentes (se referiu ao direito ao nome social que uma pessoa transexual prefira ser chamada), reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal somente em março de 2018. Ele considera que esta pesquisa contribui para o debate, principalmente nesta fase de retrocesso e de reação conservadora que o país atravessa. Outra debatedora, Evorah Cardoso, que é doutora em sociologia jurídica pela USP e pesquisadora do CEBRAP, considerou

que o fato de se comemorar a realização da pesquisa revela que o poder público não dispõe de informações sobre o tema, que questionou como é possível elaborar políticas públicas, sem dados?

Jorge Abrahão, coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo, pontuou caminhos para a atuação da Prefeitura e da Câmara Municipal de São Paulo. Na esfera do Poder Executivo sugeriu o desenvolvimento de políticas públicas que tirem a invisibilidade das questões LGBTQ+; e a promoção de campanhas de sensibilização e campanhas educacionais para o combate à LGBTQfobia; outro caminho seria o de promover igualdade de oportunidades, além de tratamento justo no âmbito do funcionalismo público.

Na esfera do Legislativo, sugeriu a aprovação do PL 147/2013 que propõe a Política Municipal de Promoção da Cidadania LGBTQ e o Enfrentamento da Homofobia; além de legislação voltada ao combate à violência contra a população LGBTQ+.

Figura 9 - Viver em São Paulo: Diversidade

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018.

Debatedores:

Renan Quinalha (professor de direito da Universidade de São Paulo/ativista dos direitos humanos); Amara Moira (doutora em teoria e crítica literária pela Unicamp); Evorah Cardoso (doutora em sociologia jurídica pela USP e pesquisadora do CEBRAP); Rafael Cristiano (morador do Cantinho do Céu, bairro do distrito do Grajaú, zona sul de São Paulo); Jorge Abrahão (coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo)

Observatório da Primeira Infância (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2018)

A Rede Nossa São Paulo, Programa Cidades Sustentáveis e Fundação Bernard Van Leer desenvolveram o Observatório da Primeira Infância, plataforma digital que mostra o Mapa da Desigualdade da Primeira Infância, lançados durante evento, no Sesc. O Observatório é resultado da ação do Grupo de Trabalho Criança e Adolescente, que realizou o monitoramento da pesquisa através de seus membros. No encontro foram apresentados os indicadores sobre a realidade das crianças de zero a seis anos, da capital paulista. Em paralelo, também ocorreu a divulgação do Mapa da Desigualdade da Primeira Infância nos distritos da cidade onde a situação é mais precária. Houve presença de diversas organizações do terceiro setor, políticos, jornalistas e interessados no tema.

O Observatório incluiu em sua estrutura o Banco de Boas Práticas, nacionais e internacionais na área da infância. Alguns indicadores chamam a atenção das autoridades e da sociedade para a questão das “Crianças Invisíveis”, crianças com direitos básicos violados e não contemplados por políticas públicas. Outro destaque é o espaço virtual “Olhar das Crianças”, fotos produzidas pelas próprias crianças.

Figura 10 - Observatório da Primeira Infância

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018.

Debatedores/Expositores:

Jorge Abrahão (coordenador geral da Rede Nossa São Paulo); Fernanda Vidigal (coordenadora de projetos da Fundação Bernard van Leer); Silvia Gomara Daffre (Materne (GT Criança e Adolescente); Irene Quintáns (arquiteta urbanista,

consultora para o programa Urban95 da Fundação Bernard van Leer na América Latina); Vera Lion, coordenadora do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – Ibeac e do Centro de Excelência em Primeira Infância em São Paulo); Clara Meyer Cabral (coordenadora de indicadores da Rede Nossa São Paulo); Marisa Villi (Rede Conhecimento Social); Américo Sampaio (gestor de projetos da Rede Nossa São Paulo); Alexandre Schnaider (Secretário de Educação)

Presenças:

Deputado Carlos Bezerra – Direitos Humanos – PSDB; Vereadora Soninha Francine

Mapa da Desigualdade 2017 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2018)

Levantamento realizado desde 2012 teve sua edição mais recente divulgada em 24/10/2017, durante evento na capital paulista. O Mapa da Desigualdade 2017 retrata as questões socioeconômicas da cidade de São Paulo e tem por indicadores/bases os seguintes órgãos de pesquisa: IBGE, PNAD, CEAD e CENSO. Na edição atual o “desigualtômetro” registrou indicadores ruins nas seguintes áreas: saúde (gravidez na adolescência, idade média ao morrer, tempo médio de espera para consultas – clínico geral, relação de gravidez na adolescência entre mães negras e não negras, mortalidade por doenças do aparelho respiratório), educação (demanda atendida em creches, demanda atendida de vagas em pré-escolas municipais, tempo de atendimento para vaga em creche), cultura (número de centros culturais, casa e espaços de cultura), habitação (porcentagem de domicílios em favelas), meio ambiente (arborização viária por distrito administrativo), esporte (número de equipamentos públicos municipais de esportes por habitantes), segurança (número de homicídios), trabalho e renda remuneração média do emprego formal), transporte/trânsito/mobilidade (mortes no trânsito), políticas públicas número de vezes que o distrito aparece entre os 30 piores distritos nos 38 indicadores avaliados).

Segundo declaração de Américo Sampaio, coordenador de projetos da Rede Nossa São Paulo (divulgada no site da RNSP), a consolidação dos dados aponta que 34 bairros do município de São Paulo possuem maior vulnerabilidade social. Para ele, ter estes dados é essencial para o planejamento de Políticas Públicas.

O cientista política Rafael Georges outro participante do evento destacou a importância de analisar e comparar os dados do Mapa da Desigualdade Social, não apenas entre os anos, mas também entre os indicadores. "Quando vemos os dados e perguntamos os porquês a gente vai pelo caminho das soluções, que não são nunca simples. A relação entre equipamento cultura e educativo e a violência é evidente" (declaração divulgada no site da RNSP).

O evento contou com a participação de políticos, professores, universitários, representantes de diversas organizações do terceiro setor, jornalistas entre outros interessados no tema.

Debatedores:

Rafael Georges (cientista político), Livia Lima (jornalista da Agência Mural), José Luiz Adeve (Fundação Tide Setúbal); Jorge Abrahão (coordenador da Rede Nossa São Paulo); Américo Sampaio (coordenador de projetos da Rede Nossa São Paulo)

Clipping do evento

"Esperei 4 anos", diz moradora de bairro em SP onde faltam vagas em creches - UOL

Região Central de São Paulo tem muita pobreza e é reduto de imigrantes (SPTV 1ª Edição)

Brás, no Centro, lidera ranking de homicídios em São Paulo (CBN)

Jovem tem 17 vezes mais chances de morrer no Brás que na Vila Matilde (Folha de S. Paulo)

Em SP, morador dos Jardins vive 23,7 anos a mais do que o do Jardim Ângela, aponta Mapa da Desigualdade (G1 Notícias)

Diferença na renda formal entre bairros de SP é de quase 8 vezes, diz ONG (UOL Notícias)

Mulheres negras são as que mais sofrem com desigualdade em SP, aponta pesquisa (G1 Notícias)

Média de salário em SP vai de R\$ 1,2 mil em Marsilac a R\$ 10 mil no Campo Belo (G1 Notícias)

Brás registra mais de 31 vezes o índice de homicídios da Mooca em SP, diz pesquisa (G1 Notícias)

Guaianases tem o menor tempo de espera na fila da creche em SP (G1 Notícias)

Morador de área rica de SP vive 23,7 anos a mais que o de periferia, diz estudo (Agência Brasil)

Expectativa de vida despenca em alguns bairros da capital, mostra o Mapa da Desigualdade (SPTV)

Mapa da Desigualdade - Jornal da Record - minuto 33

Pesquisa desenha o mapa da desigualdade em São Paulo

Mapa da desigualdade: diferença de salários e expectativa de vida são grandes na capital (SPTV)

Mapa da Desigualdade em São Paulo (TV Gazeta)

Moradores da periferia vivem 21 anos a menos que paulistanos de bairros ricos (CBN)

Morador dos Jardins vive 24 anos a mais do que o do Jardim Ângela (EXAME)

Morador da periferia vive 24 anos menos que de área nobre (DCI)

Jovem tem 17 vezes mais chances de morrer no Brás que na Vila Matilde (FOLHA)

Morador dos Jardins vive 24 anos a mais do que o do Jardim Ângela, diz pesquisa (ESTADÃO)

Morador de área rica de SP vive 23,7 anos a mais, diz estudo (TERRA)

SP: 1% dos proprietários possui 25% dos imóveis (DESTAK)

Bairros vizinhos vivem situações opostas em relação a homicídios (DESTAK)

Mapa expõe desigualdades sociais da cidade de São Paulo (PORTAL APRENDIZ)

Em cinco anos, desigualdade social em São Paulo permanece grave (ZITTONNEWS)

Pobres pagam contas dos ricos (NA ILHARGA)

Em 37 distritos da cidade o acervo de livros infanto-juvenis é igual a zero (ETHOS)

Brás é o distrito mais violento da Capital, aponta pesquisa (GAZETA DE S. PAULO)

Moradores da periferia vivem 21 anos a menos que paulistanos de bairros ricos (CBN)

Violência urbana é principal fator para a desigualdade na expectativa de vida em SP, diz Drauzio Varella (G1)

Criança nascida no Centro de São Paulo tem 20 vezes mais chance de morrer (CBN)

Sem políticas direcionadas, desigualdade social em São Paulo permanece grave (REDE BRASIL ATUAL)

“Brasil e São Paulo desiguais: são as mulheres que mais sofrem”, diz Alexandre Padilha (REVISTA FORUM)

Novo Mapa da Desigualdade revela os muitos contrastes de São Paulo (JORNALISTAS LIVRES)

Desigualdade social: realidade do país ou mito ideológico? (SP NORTE)

Qual o tempo médio de vida no Jardim Ângela e nos Jardins? (32xSP)

A série Mapa da Desigualdade mostra um assunto preocupante: gravidez na adolescência (SPTV)

Acesso à cultura e à educação está entre maiores desigualdades de São Paulo / Entrevista com Jorge Abrahão (SPTV)

Marsilac lidera número de UBSs em SP, mas faltam hospitais (32xSP)

Por que as crianças da Sé estão morrendo? (32xSP)

Com pior número de telecentros, moradores da Brasilândia sofrem para ter acesso à internet (32xSP)

Living on the edge: São Paulo's inequality mapped (THE GUARDIAN)

The Guardian: especulação imobiliária causa incêndios em favelas de SP (BLOG DA CIDADANIA)

Deslocamento diário de quatro horas: tarefa difícil da vida na periferia de São Paulo (THE GUARDIAN)

“Desigualtômetro” mostra que nem sempre periferia tem os piores índices (ESQUINA)

Aproximar política, plano e projeto é a PPP que realmente funciona (ESQUINA)

Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/percentual-de-adolescentes-gravidas-em-marsilac-e-26-vezes-maior-que-em-moema-0>>. Acesso: em 02 fev. 2018.

6.1.3.2.2 Análise da pesquisa etnográfica – Projetos/Eventos promovidos pela Rede Nossa São Paulo

Existe prenúncio de comunicação pública nas diversas ações e dinâmicas da Rede Nossa São Paulo, que promove uma comunicação relacional, voltada para o debate em temáticas de interesse público, entre diversos atores sociais, já que nos espaços públicos gerados pela OSCIP estão presentes membros provenientes dos três setores, bem como universidades e sociedade civil, o que permite observar um comprometimento com construção de cidadania e uma detecção da necessidade de

aproximação com a sociedade e com o poder público a fim de estimulá-lo e pressioná-lo para ações concretas frente às demandas públicas.

Um fato de relevância, observado nas reuniões dos Grupos de Trabalho, nos Eventos, nas Ações e Movimentos é ter reconhecido a força de expressão e de luta do terceiro setor, o capital intelectual presente nas ONG's e OSCIP's, que se destacam dos outros setores, exercendo pressão pelo conhecimento de causa ou das causas que defendem, ficando explícito o poder que possuem, e muito mais ainda quando estão em rede.

Nos eventos também foi percebido posicionamento apartidário, já que em cada um havia correntes partidárias diferentes, com liberdade de expressão de críticas em relação ao poder público municipal vigente, sem qualquer contratempo entre os diversos participantes, sejam debatedores ou participantes.

A liderança da Rede estimula a participação total de todos os atores sociais, reforçando a missão da Rede Nossa São Paulo, de cuidar em conjunto da cidade de São Paulo.

Foi possível observar alguns princípios básicos do capital social, a confiança entre a equipe envolvida nos projetos apresentados, o espírito de cooperação e necessidade de rede.

Postura séria de todos os componentes, comprometida, participante, denotam cumplicidade, respeito, reciprocidade, rede.

[...] As densas redes de troca social que, em termos de teoria dos jogos, aumentam a repetição e a proximidade dos relacionamentos, também aumentam a confiança, já que os indivíduos confiam que se verão novamente ou se conhecerão novamente. (PUTNAM, 1993¹¹⁰, 172-173 apud OSTROM; AHN, 2003, tradução nossa).

Creio que o formato como são apresentados os projetos, por meio do instrumento evento, e pela característica formal deste, podem trazer um pouco de distanciamento entre a totalidade dos participantes, mas não entre os membros que

¹¹⁰ [...] *Las densas redes de intercambio social que, en términos de la teoría de los juegos, incrementan la repetición y la cercanía de las relaciones, también incrementan la confianza, ya que los individuos confían en que se verán otra vez o sabrán unos de otros nuevamente.* (PUTNAM¹¹⁰, 1993, 172-173 apud OSTROM; AHN, 2003). In: PUTNAM, R. D. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton University Press, 1993.

compõem a Rede e que se cruzam nos diversos projetos, ações, movimentos, grupos de trabalho.

6.1.3.3 Ações/Movimentos promovidos pela Rede Nossa São Paulo ou em parceria

A Rede Nossa São Paulo tem promovido várias ações e movimentos que delineiam seus eixos de atuação, dentre eles mobilização e educação cidadã, realizados autonomamente ou em parceria com outras organizações, como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Instituto Ethos, Cidade dos Sonhos etc. Estas ações/movimentos também têm sido disponibilizados em forma de evento aberto para a sociedade paulistana, mídia, universidades, possibilitando um espaço público que tem reunido atores sociais de todos os setores, universidades, e utilizando de forma muito mais direta como tônica do debate, a pressão e cobrança, além de possibilitar a deliberação sobre questões de interesse público, já que possibilita reiteradas discussões em diversas edições dos encontros, com alcance de comunicação com o poder público. Possibilitam uma efetiva comunicação pública.

6.1.3.3.1 Descrição das Ações/Movimentos

Abaixo relacionamos as ações/movimentos que foram observados, e no ANEXO E apresentamos um breve relato de cada um. Não relataremos os dados observados em detalhes, como fizemos no relatório de análise dos Grupos de Trabalho anteriormente descritos, pois o detalhamento seria impraticável para leitura e para o limite que uma Tese permite. Condensamos nossas observações nesta introdução, e apresentaremos uma análise dos pontos principais que possam convergir para o objeto de pesquisa traçado. (QUADRO 5)

Quadro 5 – Pesquisa Etnográfica – Ações/Movimentos da Rede Nossa São Paulo

PESQUISA ETNOGRÁFICA – AÇÕES/MOVIMENTOS PROMOVIDOS PELA REDE NOSSA SÃO PAULO
Ação/Movimento: Um Novo Congresso é Necessário. Vai Ser pelo Voto. Reunião Preparatória

Ação/Movimento: Balanço do Plano de Metas São Paulo - primeiro ano de governo Local: Câmara Municipal de São Paulo
Ação/Movimento: Debate “Plano de Metas” Local: Sesc - São Paulo
Ação/Movimento: Debate ”Desafios da Licitação Pública de Ônibus de São Paulo” Local: Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo - SASP - São Paulo
Ação/Movimento: Habitação e COHAB, Verde e Meio Ambiente Audiências Públicas Temáticas - Orçamento 2018 Local: Câmara Municipal de São Paulo - Salão Nobre
Ação/Movimento: Roda de conversa debaterá campanha “Um novo Congresso é necessário. É possível. E vai ser pelo voto” Local: Paróquia São Domingos - Perdizes – São Paulo

6.1.3.3.2 Análise da pesquisa etnográfica – Ações/movimentos promovidos pela Rede Nossa São Paulo ou em parceria

A observação participante realizada nas ações e movimentos descritos acima, confirma o prenúncio de comunicação pública. Estas iniciativas permitem uma comunicação relacional, voltada para o debate em temáticas de interesse público, entre diversos atores sociais, já que nos espaços públicos gerados estão presentes membros provenientes dos três setores, bem como universidades e sociedade civil, o que permite observar um comprometimento com construção de cidadania e uma detecção da necessidade de aproximação com a sociedade e com o poder público a fim de estimulá-lo e pressioná-lo para ações concretas frente às demandas públicas.

Realizamos a observação em todos os encontros acima relacionados para analisar os princípios de comunicação pública e capital social presentes ou não nessas iniciativas. Paralelo à etnografia, verificamos através de pesquisa documental que as ações e movimentos têm alcançado grande repercussão na mídia, os links de cada matéria são disponibilizados no portal da OSCIP. As questões continuaram a ser acompanhadas e debatidas pela mídia, sociedade, Rede Nossa São Paulo, e parceiros, através de suas mídias sociais em diversas oportunidades.

A título de ilustração poderíamos citar a ação/movimento **"Balanço do Plano de Metas da Prefeitura de São Paulo"**, que vem tendo vários desdobramentos e continua na pauta da mídia e também nas reuniões da Rede Nossa São Paulo, em seus diversos grupos de trabalho e colegiado de apoio. Esta ação teve o objetivo de avaliar qualitativamente o primeiro ano do governo municipal, evento sediado na Câmara Municipal de São Paulo, com o apoio do vereador Eduardo Suplicy. O Secretário Municipal de Gestão, Paulo Uebel, esteve presente e fez uma análise do Plano de Metas através da plataforma "Planeja Sampa"¹¹¹. Diversas organizações, além da Rede Nossa São Paulo através de seus GT's e coordenação, também avaliaram os dados e deixaram explícitas as discrepâncias entre as metas estabelecidas pelo governo municipal e as demandas reais nas áreas social, ambiental, educacional, econômica, política etc. Diante das análises, o poder público se comprometeu a repactuar as metas inicialmente estabelecidas. O acompanhamento das metas poderá ser feito através do perfil de Facebook, "De olho nas metas", lançado pela Rede.¹¹² (ANEXOS F, G)

Figura 11 – Plano de Metas da Prefeitura de São Paulo

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018.

¹¹¹ Metas estabelecidas nas áreas de Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Desenvolvimentos Econômico e Gestão, Desenvolvimento Institucional. Disponível em: <<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

¹¹² <https://www.Facebook.com/deolhonasmetas?_tn=*s-R> Acesso em: 28 abr. 2018.

Mais uma vez ressaltamos que também observamos nestas ações a força de expressão do terceiro setor, o capital intelectual presente nas ONG's e OSCIP's, que se destacam dos outros setores, a relevância da participação em rede, exercendo pressão pelo conhecimento de causa ou das causas que defendem, ficando explícito o poder que possuem, que pode favorecer ações e decisões em torno do interesse público.

Nas ações e movimentos, apesar de alguns terem cunho político, houve um posicionamento apartidário, já que em cada um havia correntes partidárias diferentes, com liberdade de expressão de críticas em relação ao poder público municipal, estadual e federal vigentes, sem qualquer contratempo entre os diversos participantes, sejam debatedores ou participantes.

A liderança da Rede e de outras organizações do terceiro setor estimulou a participação de todos os atores sociais, divulgando ostensivamente as iniciativas através do portal e das mídias sociais das entidades, além de terem utilizado as mídias de massa como estratégia de comunicação.

Não foi possível observar com clareza princípios do capital social, somente percebemos o espírito de cooperação e rede entre as diversas organizações que realizaram os eventos e ações promovidas, o que seria insuficiente e precoce para afirmarmos, pois teríamos que observá-los atuando em conjunto por mais tempo.

Creio que o formato como centralmente foram apresentadas estas ações e movimentos, por meio do instrumento evento, nosso lócus de observação, e com característica muito mais informal, possibilitou aproximação entre os membros que compõem esta rede de organizações, que em longo prazo poderiam desenvolver capital social.

6.2 PESQUISA EM FONTES SECUNDÁRIAS

Para a fase de análise interpretativa dos dados levantados na pesquisa etnográfica e para validar as informações obtidas, realizamos pesquisa em fontes secundárias a fim de apresentar os principais projetos institucionais da Rede Nossa São Paulo, ou em parceria.

Recorremos a informações e conteúdos disponibilizados na internet, por meio de seu portal¹¹³ e das mídias sociais trabalhadas pela OSCIP, a fim de processar o cruzamento das informações com a observação direta realizada e para ampliar o conhecimento do campo estudado com o intuito de trazer apontamentos importantes mais próximos da realidade. A triangulação permitiu analisar a similaridade ou a existência de conflitos entre as observações, as informações disponibilizadas e as falas, ou discursos, da Rede.

6.2.1 Programa Cidades Sustentáveis (PCS)¹¹⁴

Expandindo sua missão que visa uma São Paulo justa e sustentável, a Rede Nossa São Paulo trabalha em parceria com o Instituto Ethos e a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, no projeto “Programa Cidades Sustentáveis” (aspas nossa), que tem espectro de atuação nacional.

O Programa nasceu em 2012 por iniciativa da sociedade civil, e é uma importante iniciativa da Rede Nossa São Paulo, que tem o objetivo de fomentar e contribuir para a sustentabilidade de cidades brasileiras, oferecendo aos prefeitos ou candidatos às prefeituras uma agenda associada a indicadores e estudos de caso, bem como ferramentas para a implantação de uma política integrada de sustentabilidade nas dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural, voltadas a melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população.

Teve a adesão de prefeitos(as) de 285 municípios brasileiros, e contribuiu para o surgimento de observatórios de 105 destes municípios, além de proporcionar a inclusão de políticas públicas inovadoras em seus planejamentos, a troca de experiências, e de poderem participar de uma rede de cidades envolvidas com o tema.

Aborda diferentes áreas da gestão pública em 12 eixos temáticos, aos quais estão vinculados indicadores, exemplos e referências nacionais e internacionais de ações que convergem para o tema central.

6.2.1.1 A Plataforma

¹¹³ <<https://www.nossasaopaulo.org.br/>> Acesso em: 28 abr. 2018.

¹¹⁴ <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/>> Acesso em: 28 abr. 2018.

A Plataforma foi motivada nos compromissos de Aalborg (Dinamarca), pacto político com o [desenvolvimento sustentável] assinado por mais de 650 municípios, principalmente europeus. Voltado à participação da comunidade local na tomada de decisões, à economia urbana que preserva os recursos naturais, à equidade social, ao correto ordenamento do território, à mobilidade urbana, ao clima mundial e à conservação da biodiversidade.

Trazendo a experiência europeia à realidade brasileira, foram agregados dois novos eixos temáticos: "Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida" e "Cultura para a Sustentabilidade" (aspas do autor).

A Plataforma Cidades Sustentáveis é uma ferramenta que foi criada para os adeptos assumirem compromissos propostos e aceitarem suas responsabilidades; colaborarem na elaboração de políticas públicas para a sustentabilidade; traduzirem a perspectiva comum para um futuro sustentável em metas concretas de sustentabilidade e em ações integradas nos níveis locais, regionais e nacional; selecionarem prioridades apropriadas às realidades e necessidades locais e regionais, conectado ao impacto global; promoverem processos locais e regionais participativos, identificando metas específicas e horizontes temporais para monitorar os resultados alcançados.

A direção do Programa Cidades Sustentáveis defende que as administrações municipais são o nível de governo mais próximo dos cidadãos, as mais acessíveis. Para eles, os prefeitos podem ter a possibilidade de influenciar os comportamentos sociais e individuais no caminho para a sustentabilidade, utilizando a educação e campanhas de sensibilização.

6.2.1.2 Cidades Sustentáveis

O Programa visa disponibilizar casos exemplares nacionais e internacionais com o objetivo de uma melhora integrada dos indicadores das cidades, inspirando ações aos gestores públicos, às empresas e instituições na construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis.

Através de um banco de dados e de uma pesquisa anterior, extraem práticas que já tenham produzido resultados concretos em sustentabilidade urbana. Confira abaixo alguns exemplos constantes na Plataforma. Quadro 6.

Quadro 6 – Boas práticas divulgadas pelo Programa Cidades Sustentáveis

Localidade	Ação
Wildpoldsried/ Alemanha	Desde 1999, a cidade de Wildpoldsried, na Alemanha, aplica recursos públicos e privados na geração e comercialização de energias renováveis. Atualmente, sua produção de energia é cerca de 4 vezes maior que o consumo, permitindo a venda do excedente. Instituições envolvidas: Prefeitura de Wildpoldsried, Governo Estadual da Baviera, Comunidade Europeia, Cooperativa de Geração de Energia Eufnach, Produtores locais associados, Consórcios IRENE e IREN2.
Helsinki/Finlândia	Finlândia resolve o problema dos moradores em situação de rua em suas dez maiores cidades usando uma metodologia internacional já conhecida e consagrada. Sua principal característica é a substituição da oferta de abrigos temporários por residências permanentes.
Vallejo/EUA	Programa foi implantado em 2012 pela Câmara Municipal do município. Desde então, tem sido colocado em prática um modelo de participação cidadã, visando melhorar a cidade, mobilizar e empoderar os cidadãos e aumentar a transparência na gestão. A iniciativa permite que os munícipes votem em projetos para o município.
Paris/França	A capital francesa adotou em 2015 um plano de combate ao desperdício de alimentos e iniciou ações concretas para reduzir as perdas. Em dezembro de 2015, a administração municipal da cidade adotou um plano concreto que envolve diversos setores da sociedade. Esse plano propõe um conjunto de ações coordenadas necessárias para uma mudança de comportamento.
Canguçu/RS	Cidade de Canguçu (RS) amplia infraestrutura na zona rural, com ganhos econômicos, sociais e ambientais duradouros. Entre as medidas que melhoraram a qualidade de vida dos moradores estão a implantação do sistema de distribuição de água potável e a coleta de resíduos sólidos recicláveis. Ao longo do ano de 2013, o município implantou um sistema de participação social na gestão caracterizado por duas iniciativas: a formação de conselhos distritais e o sistema municipal de Orçamento Participativo.
Ipameri/GO	Com a criação do programa Dengue Móvel, município situado a 200 km de Goiânia se destaca no combate ao mosquito transmissor da doença. Programa promove troca de lixos recicláveis por materiais escolares. Outra iniciativa do município, visando o mesmo objetivo, é o mutirão de limpeza urbana Ipameri Contra a Dengue. Em uma parceria – que envolveu a iniciativa privada, a associação local, o Exército Brasileiro e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) – foram desenvolvidas diversas atividades de remoção de resíduos sólidos, recicláveis e não recicláveis, na área urbana.
Santos/SP	Programa Guerreiros Sem Armas, com apoio do projeto Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território, mobilizou em 2004 comunidades nos municípios de Santos,

	<p>Guarujá e Itanhaém. Mais de 5.000 pessoas participaram das atividades que incluíram hortas comunitárias, oficinas, saraus, grupos de cinema e mutirões de pintura e limpeza de áreas comuns. Durante 18 meses, o programa desenvolveu, por meio do Comunidades Empreendedoras, 253 ações.</p>
Belo Horizonte/MG	<p>Belo Horizonte tornou-se referência nacional na instalação do coletor solar para aquecimento de água e destaque mundial em números de edificações existentes com a aplicação da tecnologia. Essa visibilidade trouxe à cidade o título de Capital Nacional de Energia Solar.</p> <p>Outro projeto de destaque é o selo BH Sustentável, Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental (PBH). O selo é uma iniciativa inédita e tem como um de seus objetivos estimular a construção sustentável pelos setores privado e público. Desde que foi instituído em 2012, com os empreendimentos certificados, evitou-se a emissão de 690 mil toneladas de CO₂.</p>
Tietê/SP	<p>A Prefeitura de Tietê implantou a técnica da justiça restaurativa para solucionar conflitos nas escolas municipais. O objetivo é construir um modelo socialmente democrático de solução de conflitos, para restabelecer as relações humanas.</p> <p>O projeto implementa a justiça restaurativa no âmbito da educação municipal. Trata-se de soluções de conflitos em unidades escolares, com envolvimento de profissionais, técnicos, famílias e comunidade.</p>
Sobral/CE	<p>A Prefeitura de Sobral, por meio da Secretária Municipal de Saúde e em parceria com o Instituto Trevo de Quatro Folhas, investiu em iniciativas para reduzir a mortalidade materna e infantil na cidade.</p> <p>Para a realização dos programas, a Prefeitura conta com a parceria do Instituto Trevo de Quatro Folhas, uma ONG sem fins lucrativos.</p>
Curitiba/PR	<p>O Programa Participação Cidadã na Cultura promove a gestão democrática das políticas públicas para o setor e prevê a construção, execução e avaliação do Plano Municipal de Cultura de Curitiba.</p> <p>Instituições envolvidas: Fundação Cultural de Curitiba, em parceria com diferentes instituições e órgãos públicos e privados, como: conselhos municipais, universidades, secretarias de governo e associações.</p>
Boa Vista/RR	<p>O Programa Família que Acolhe (FQA) da cidade de Boa Vista/RR é uma política pública de proteção à primeira infância – do ventre materno até os seis anos de idade. Em 2013, o programa foi transformado em lei, visando garantir os direitos das mães e das crianças.</p> <p>Instituições envolvidas: Prefeitura de Boa Vista e secretarias municipais de Educação; Saúde; Gestão Social; Comunicação Social; e Economia, Planejamento e Finanças; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Instituto Primeiros Anos e - Instituto Alfa e Beto.</p>
Campinas/SP	<p>A Prefeitura de Campinas apostou na gestão integrada, formulando planos estratégicos que priorizam ações para o</p>

	<p>desenvolvimento sustentável da cidade. Essas ações, além de consolidarem as bases para a conservação ambiental, se articulam para o ordenamento territorial do município.</p> <p>A prefeitura criou 18 critérios sustentáveis. Se o empreendimento cumprir essas exigências, receberá descontos progressivos nas taxas de licenciamento, a certificação ambiental e também um "passaporte sustentável". Com esse passaporte o empreendedor terá preferência na análise de um próximo empreendimento, ganhando agilidade no processo.</p>
--	---

Fonte: Programa Cidades Sustentáveis, 2018.

6.2.1.3 Plataforma Cidades Sustentáveis / ODS

Em 2016, o PCS passou a adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹¹⁵ - Agenda 2030 da ONU, incorporando as metas e indicadores principalmente àqueles eixos que poderão ser implementados em nível municipal e regional, na área de atuação das prefeituras que podem ter o protagonismo central dessa governança.

O Programa também propõe a promoção, a partir das prefeituras, de soluções que possam ser sinérgicas entre os avanços científico-tecnológico, sociocultural e institucional, e que harmonizem processos e impactos do desenvolvimento em nível local, a fim de torná-lo sustentável. Outro objetivo é estimular a participação dos cidadãos para a melhoria da qualidade de vida de cada região, estimulando a troca de informações e experiências em níveis local e global.

6.2.2 Observatório Cidadão

Outro projeto disponível, o Observatório Cidadão Nossa São Paulo é um banco de dados que disponibiliza indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais sobre o município de São Paulo e suas 32 prefeituras regionais, com dados atualizados, avaliados e disponíveis para a sociedade em geral, instrumentos fundamentais para análise de diversas realidades.

Através da ferramenta, é possível monitorar, ano a ano, a qualidade de vida na cidade, políticas sociais e a gestão pública municipal, e trazer dados para

¹¹⁵ Guia GPS Gestão Pública Sustentável. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/anexo-gps.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

possibilitar influência nas metas das políticas públicas, para que a realidade possa ser construída no caminho de uma cidade justa e sustentável.

Para traduzir a complexidade da cidade de São Paulo, a ferramenta não utiliza como critério adotar as médias da cidade na sua totalidade, pois ela é extremamente desigual. As médias esconderiam as prioridades e as necessidades dos maiores recursos e investimentos sociais. O critério é de segmentação regional, com indicadores por prefeituras regionais e distritos, onde as desigualdades se revelam em relação às mais diversas diferenças, como gênero, raça e geração.

Para acessar este conteúdo do site use o link: <<http://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo>>.

6.2.3 Publicações

A Rede Nossa São Paulo, objeto deste trabalho, também conta com um acervo de publicações, além de material audiovisual, destinado a orientar seus parceiros e públicos em prol do [desenvolvimento sustentável]. Segue uma lista dos principais. (Quadro 7)

Quadro 7 – Publicações da Rede Nossa São Paulo

Nome da publicação / Ano	Descrição
Gestão Pública Sustentável (GPS) com ODS / 2016	O Programa Cidades Sustentáveis da RNSP, com esta publicação, atualiza-se com as decisões pactuadas por quase 200 países, incorporando as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da COP-21, principalmente aquelas que poderão ser implementadas em nível municipal e regional – justamente onde as prefeituras têm o protagonismo central dessa governança.
Guia de uso do sistema de indicadores para a construção de observatórios / 2014	A proposta deste material é mostrar em uma linguagem objetiva e direta a importância dos indicadores para a administração municipal, assim como para a fiscalização e controle social das políticas públicas, além de servir de fonte de informação e conhecimento da realidade local.
Publicação Resíduos Sólidos - Programa Cidades Sustentáveis / 2013	Guia para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios brasileiros de forma efetiva e inclusiva. A publicação é o resultado do trabalho da RNSP em parceria com a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Foi produzido com o apoio financeiro do Programa CATA AÇÃO, coordenado pela Fundación AVINA e executado com apoio dos parceiros: Coca-Cola, BID-Fomin, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Organização

	Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO).
Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros - Indicadores e Referências / 2012	Nesta publicação são apresentados vários exemplos de boas práticas em diversos municípios que puderam servir como referências de metas para o planejamento e a gestão das administrações municipais 2013-2016. Também traz referências e parâmetros estabelecidos por organismos internacionais. Ressalte-se, pelos próprios exemplos bem-sucedidos selecionados, a importância do planejamento técnico aliado aos processos participativos, em que o conhecimento acumulado sobre gestão pública é socializado e posto à prova diante das necessidades e prioridades apontadas pela população local. Desta síntese, ecoam políticas públicas exitosas e com responsabilidades compartilhadas entre poderes públicos, sociedade civil e setor privado.
Programa Cidades Sustentáveis / 2012	A publicação traz informações do Programa Cidades Sustentáveis que oferece aos candidatos às eleições municipais uma agenda completa de sustentabilidade urbana associada a indicadores e casos exemplares, como referências a serem seguidas pelos gestores públicos.
São Paulo 2022 / 2011	Com o intuito de discutir caminhos para o município de São Paulo e de sua Região Metropolitana, a Associação Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura, o Instituto Arapyaú, o Instituto Ethos, o Instituto Socioambiental e a Rede Nossa São Paulo se uniram para criar a iniciativa São Paulo 2022 que, por meio de um amplo estudo, conseguiu reunir um conjunto de diretrizes e indicadores de monitoramento estratégico para orientar o planejamento e desenvolvimento da cidade.
Propostas para Infância e Adolescência / 2010	Acreditando que o investimento na infância e adolescência é fator decisivo para a melhoria das condições de vida no município, Fórum, Ethos e Nossa São Paulo se uniram ao UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) para produzir este material de referência, com o intuito de contribuir para que as empresas, de forma organizada, sistêmica e eficiente, empreendam ações e parcerias com outras empresas, organizações sociais, poder público e instituições de ensino e pesquisa, a fim de ampliar o acesso das crianças e dos adolescentes que vivem nas áreas mais vulneráveis da cidade ao conjunto de serviços e oportunidades necessários para a plena realização de seus direitos
Plataforma Cidades Sustentáveis / 2010	A plataforma é um cardápio de experiências de sustentabilidade bem-sucedidas já implantadas em municípios de várias partes do mundo, com versão impressa e online. A ideia é que as práticas sirvam de referência e inspiração para gestores e candidatos às próximas eleições no planejamento de políticas públicas e programas de governo.
Publicação São Paulo em indicadores e metas / 2010	Esta publicação é um trabalho detalhado de comparação entre indicadores e metas que revelam um diagnóstico da cidade sob quatro diferentes perspectivas: a avaliação e as expectativas da população (com base nos resultados do IRBEM- Indicadores de Referência de Bem-Estar do Município); a situação concreta nas 31 subprefeituras (a partir dos indicadores técnicos da cidade); as metas que a sociedade civil considera ideais (apresentadas à Prefeitura de São Paulo como sugestão para elaboração do Programa de Metas); e, por fim, o conteúdo proposto na Agenda

	2012 proposta pela Prefeitura de São Paulo.
Referências de Metas para São Paulo: 2009 – 2012 / 2009	Conjunto de metas quantitativas e qualitativas para várias áreas administrativas e regiões do município. Tem por objetivo contribuir com a elaboração e aperfeiçoamento do programa de metas da Prefeitura de São Paulo.
Indicadores Básicos da Cidade de São Paulo 2009 / 2009	Primeira edição dos 33 Indicadores Básicos da Cidade de São Paulo – escolhidos pelos grupos de trabalho do Movimento Nossa São Paulo de um total de 140 indicadores disponíveis no Observatório Cidadão.
O Orçamento de São Paulo / 2008	Publicação explica de forma didática como ocorre a arrecadação da Prefeitura por meio de impostos e como cidadão pode participar com sugestões de investimentos.
10 Propostas do Movimento Nossa São Paulo / 2008	A publicação apresenta as propostas elaboradas pelo Movimento Nossa São Paulo, formuladas em debates e consultas nos grupos de trabalho.
Propostas para São Paulo / 2008	Esta publicação reúne as cerca de 1.500 propostas formuladas por diversos setores da sociedade e apresentadas no 1º Fórum Nossa São Paulo, realizado em 2008.
Publicação Indicadores 2008 / 2008	Conjunto de sete publicações que apresentam indicadores sociais, culturais e econômicos da cidade agrupados por região e por cada uma das 31 subprefeituras. O diagnóstico aborda os mais variados aspectos, como saúde, educação, meio ambiente, transporte e violência.
Orçamento Per Capita e Indicadores Socioeconômicos por Subprefeituras / 2007	Os dados do orçamento da cidade de São Paulo – e a distribuição pelas 31 subprefeituras – são completamente desconhecidos pelas lideranças sociais, políticas, empresariais e pela grande maioria dos cidadãos. A publicação reúne essas informações.
Guia Gestão Pública Sustentável / (sem data)	O guia Gestão Pública Sustentável (GPS), que contou também com a colaboração do Núcleo de Estudos do Futuro da PUC-SP, coloca à disposição das prefeituras brasileiras um conjunto de conceitos, ferramentas, metas, indicadores e práticas exemplares de políticas públicas em diversas cidades do mundo para que a gestão pública municipal possa se aperfeiçoar e avançar em planejamentos inovadores e sintonizados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.
PEC do Plano de Metas (sem data)	A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece a obrigatoriedade de elaboração do plano de metas pelo Poder Executivo municipal, estadual, Distrital e federal, com base nas propostas das campanhas eleitorais, aguarda para ser votada pelo plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília. Essa publicação reúne o material impresso para mobilização.

Fonte: autora, 2018.

Obs: A lista completa de publicações da OSCIP está disponível no portal da Rede Nossa São Paulo e no ANEXO H.

6.2.4 Informação de interesse público

Verificamos também uma preocupação legítima da Rede Nossa São Paulo na organização e divulgação de informações que possam se converter em fomento

para o debate de questões de interesse público. Em seu portal há várias seções e links destinados a não somente divulgar e promover suas ações e projetos, mas também informações que favorecem a aproximação da sociedade em assuntos relevantes que possam fomentar a cidadania, além de se traduzirem-se como uma estratégia de política simbólica, de pressão frente ao poder público. Segundo Teixeira:

[...] O exercício de uma “política simbólica” cria situações com o fim explícito de se tornar notícias e assim influenciar decisões. As situações são reais, podem ter dimensões amplas, mas precisam tornar-se visíveis para serem tematizadas em espaços públicos e incorporadas nas agendas dos que decidem. Dessa forma a dimensão simbólico-expressiva da participação, nem sempre considerada por aqueles atores sociais envolvidos em ações micro, passa a exercer um papel importante para produzir impactos. Constitui-se ainda em elemento significativo de identidade, pelo qual as especificidades e diferenças dos grupos sociais se tornam visíveis e reconhecidas para o conjunto da sociedade. (TEIXEIRA, 2002, p. 41)

Abaixo, reproduzimos um link do portal da OSCIP, Notícias, e a *Newsletter* recebida por e-mail.

Figura 12 - Portal da OSCIP, Notícias

Notícias¹¹⁶

Confira as últimas notícias do portal da Rede Nossa São Paulo. Utilize os filtros abaixo para fazer uma busca específica.

24/05/2018

14:30 - [Capitalismo e o direito à cidade](#)

12:43 - [Abraço Guarapiranga 2018, terá atividades culturais e “bicicletada”](#)

12:40 - [Movimento lança plano para melhorar educação](#)

23/05/2018

09:45 - [Falhas graves em edital de ônibus de SP não foram corrigidas](#)

¹¹⁶ Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias>>. Acesso em 24 mai. 2018.

22/05/2018

18:32 - [Políticas públicas para população LGBTQ+ são muito tímidas](#)

21/05/2018

15:45 - [Com pouco brinquedo, parquinhos de SP têm sujeira e usuário de droga](#)

15:42 - [Gestão Alckmin manteve bônus a professor apesar de admitir sua ineficácia](#)

15:31 - [Início de Covas esvazia promessa social de Doria sobre privatizações em SP](#)

11:55 - [51% dos paulistanos já vivenciaram ou presenciaram situações de preconceito contra LGBTQ+](#)

10:10 - [Análise da pesquisa “Viver em São Paulo – Diversidade”](#)

18/05/2018

11:48 - [Justiça de SP suspende serviço de limpeza urbana da capital](#)

10:04 - [Polícia mata mais homens, negros e jovens no estado de São Paulo](#)

16/05/2018

10:30 - [Covas lança concessão do Pacaembu por R\\$ 37 mi e libera naming rights](#)

10:24 - [Doria deixa herança de filas de exame e consulta fora de prazo prometido](#)

09:47 - [GT Democracia Participativa promove reunião preparatória para avaliação dos Conselhos Participativos Municipais](#)

15/05/2018

14:12 - [1.098 imóveis ociosos em SP ignoram alerta e ficam sujeitos a IPTU mais caro](#)

14/05/2018

15:45 - [Audiência Pública: por uma política de ar limpo para o Brasil](#)

15:29 - [Após cinco anos em queda, mortes no trânsito têm alta de 23% em 2017](#)

15:25 - [Centro de SP é repovoado aos poucos, mas patina em ações de revitalização](#)

15:17 - [Prefeitura de SP retoma projeto de corredor de ônibus na Radial Leste](#)

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018

Figura 13 – Newsletter da Rede Nossa São Paulo

A Rede Nossa São Paulo conta com o apoio de divulgação da [I'M Press \(Grupo IMC\)](#)

[Descadastre-se](#) caso não queira receber mais e-mails.
Caso não esteja visualizando corretamente esta mensagem, [acesse este link](#).

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2018

6.3 AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Passamos a relatar as entrevistas que realizamos com membros da Rede Nossa São Paulo, baseados na importância deste método que privilegia a obtenção de informações pelo contato próximo, fala individual e pormenorizada, podendo traduzir as condições estruturais, valores, normas, tipo de representações de determinados grupos. (MINAYO, 1994)

Optamos pela entrevista semiestruturada, na qual o entrevistado tem a possibilidade de também propor informações que julgue pertinentes, a partir de um foco principal proposto pelo pesquisador; e que ao mesmo tempo permite respostas espontâneas, valorizando a experiência e atuação do entrevistado.

Sabemos também que não devemos reduzir a realidade à concepção dos entrevistados, consideramos utilizar este método como complemento e como triangulação dos diversos métodos, a fim de realizarmos o contraponto com os dados aferidos na observação participante.

As entrevistas foram realizadas com agendamento prévio, nos locais de trabalho dos participantes. Conseguimos viabilizar três entrevistas, a partir de um roteiro pré-elaborado que não foi contemplado rigidamente. (APÊNDICE II)

Participaram da pesquisa um Coordenador de Grupo de Trabalho/membro do Colegiado de Apoio da Rede Nossa São Paulo, um membro de Grupo de Trabalho/membro do Colegiado de Apoio/ um dos fundadores da OSCIP, e um funcionário da Secretaria Executiva da Rede, com enfoque no tipo de vínculo que eles têm com a OSCIP, bem como o olhar desses em relação aos objetivos e à missão da Rede, como perguntas principais. Organizamos as respostas em temas para facilitar a análise.

6.3.1 Objetivos da Rede Nossa São Paulo

Começaremos pelos dados obtidos com o Coordenador de um dos Grupos de Trabalho e membro do Colegiado de Apoio, constituintes da estrutura da Rede, que falou sobre como enxerga os objetivos da OSCIP, e relembrou os eixos centrais em que ela se apoia, e de forma introdutória à conversa, declarou seu objetivo central, de não ter somente uma postura crítica às políticas existentes, mas de colaborar na elaboração de novas, através de diversos especialistas, experts de cada temática

debatida na Rede, ressaltando que todos são voluntários, e que alguns são próximos ao poder público para poderem propor, desenhar políticas públicas para a cidade de São Paulo (SP). Outro eixo determinante ligado ao levantamento dos indicadores de desempenho da Cidade de São Paulo é o acompanhamento destes. A complexidade na cidade de SP em termos de legislação, com uma lei orgânica, política de metas, plano de metas, que inclusive foi uma vitória da Rede e conseguiu transformá-la em lei (concepção e acompanhamento em cada gestão), precisa ser acompanhada, mensurada, tornar-se de acesso público, com audiências públicas. Outra questão que preocupa a OSCIP é promover a mobilização e educação da cidade, com eventos, materiais, debates a fim de que a população se aproprie da sua cidade, das suas políticas e participe ainda mais dela.

O coordenador ainda relatou que desde a fundação da Rede não houve mudança em seus objetivos, continuam trabalhando nesses grandes quatro eixos e na verdade eles têm evoluído, com cada vez mais ações. A evolução é mais na quantidade de iniciativas, no fortalecimento de algumas delas, como o Observatório da Primeira Infância, que já trabalham a bastante tempo, Dia Mundial sem Carro, o Programa Cidades Sustentáveis, são iniciativas que estão ganhando força, mas cujos objetivos centrais não sofreram mudança.

Para o membro de GT/Colegiado de Apoio e um dos fundadores da Rede, depois da fundação da OSCIP houve um amadurecimento e outras frentes de debate. O projeto é sempre dinâmico, busca cada vez mais formas de dar transparência às ações do governo, ou o acompanhamento dos indicadores, ou da percepção da sociedade quanto a sua qualidade de vida, ferramentas que foram criadas sempre mantendo o mesmo eixo.

Para o funcionário da Secretaria Executiva, o objetivo da RNSP é atuar em sinergia com diversas organizações e pessoas da cidade de São Paulo, para que o trabalho individual seja potencializado, resultando em uma cidade mais justa e mais sustentável. Para ele, atuar em rede traz maior força política, econômica e social, e pode acelerar e tornar mais fortes processos e resultados. A RNSP traz maior controle e pressão social, resultando numa gestão pública mais transparente, supervisionada e fiscalizada, além de uma gestão mais eficiente e com menos corrupção.

Estas falas denotam que existe um trabalho intenso de participação dos membros que compõem a Rede, que enxergam claramente as diretrizes da organização, e que há um trabalho interno de gestão para o engajamento destes. A participação livre no Colegiado de Apoio permite o alinhamento das diretrizes da organização com os participantes desta.

6.3.2 Grupos de Trabalho

Segundo o coordenador de GT, outro canal que a Rede disponibiliza para a sociedade se engajar e participar são os GT's, composto por pessoas pelo seu tema de afinidade, com o objetivo de engajá-las nas questões das políticas públicas. O espaço das reuniões é aberto, divulgado por newsletter, e-mail para o banco de dados que possuem, além das mídias sociais.

Para o membro de um Grupo de Trabalho/membro do Colegiado de Apoio e um dos fundadores da Rede, uma mudança que ocorreu foi que hoje os GT's são bem autônomos. Antigamente os GT's, como era algo novo, precisavam alinhar-se muito com a secretaria executiva, hoje isto acontece somente às vezes. Estão sempre alinhados com a secretaria executiva para atuarem como Rede Nossa São Paulo, porque acredita que se tornam mais fortes. Para fazer um evento grande, fazer uma reunião com um secretário, com vereadores, às vezes acionam a secretaria para ter algo formal via Rede. São bem autônomos para as suas ações, mas sempre trabalham ao máximo alinhados com a Rede.

O coordenador de GT e membro do Colegiado de Apoio, contou que quando há uma nova proposta para partir para uma ação, o grupo tem autonomia para decidir, ir direto ao poder público, mas acham muito bom estar como Rede para um alinhamento com a secretaria executiva para obter todo suporte, com os jornalistas, a comunicação etc.

Em relação ao histórico dos GT's, o coordenador de GT/membro do Colegiado de Apoio disse que para coordenar as diferentes demandas, de diferentes grupos, alinhando os eixos sobre a missão que a Rede apresenta, a OSCIP começou a trabalhar com os grupos de trabalho, e essa foi uma forma bastante inteligente de tratar essas diversas demandas, em especial em uma cidade como São Paulo, que apresenta muitos temas importantes quanto outros. Uma solução

que a Rede viu foi trabalhar com os GT's, que tem a participação de pessoas bastante experientes envolvidas em suas temáticas. No GT Meio Ambiente, por exemplo, há um membro que é especialista em resíduos, é referência para as cooperativas de catadores, para a Agenda21, para os Objetivos do Milênio, e é um dos nossos coordenadores.

Outro membro de outro grupo de trabalho, trabalha em uma ONG ligada à Sustentabilidade, muito respeitada, criou o grupo de voluntariado dessa ONG, além de especialistas em áreas verdes, resíduos, mudanças climáticas, e que inclusive já participaram de uma das conferências da COP (Conferência das Partes), que é o órgão supremo decisório no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Conferência da ONU, junto com a delegação brasileira. Outros GT's também são constituídos de *experts* nos temas, e isso ajuda tanto a filtrar, quanto trazer para a Rede temas importantes, para ampliá-la e ganhar força. Outros grupos, outras ONG's, outras instituições, pedem o apoio da Rede para disseminar suas iniciativas. Uma questão que se debate na Rede é sobre esta separação por grupos, se não teríamos que ser um grupo único porque às vezes os temas são transversais. O tema saúde é transversal, está relacionado com mudanças climáticas, água, tratamento de efluentes, tudo está conectado. Separar em grupos é importante, foi uma boa solução, mas também é importante rever esse modelo de separação para que os temas também estejam interligados. O coordenador reportou que no seu grupo debatem temas próximos e buscam trabalhar transversalmente.

Outra questão abordada pelo membro de GT/membro do Colegiado de Apoio e um dos fundadores da OSCIP é se os GT's surgiram após a constituição do Instituto São Paulo Sustentável, pessoa jurídica da Rede.

Segundo o membro de GT, no início dos encontros, debatia-se a questão de criar ou não dentro do GT maior um grupo menor, isto seria possível, tudo é possível, não é algo fixo. Vários GT's foram criados, mas nada impede que surja outro tema mais importante ainda, relevante, e se crie um novo GT.

O coordenador de GT explicou que houve um requinte em termos de gestão da rede quando esta criou a possibilidade dos GT's porque deu para gerir de forma mais ampla os temas e dividir um pouco a demanda. Só a secretaria executiva não teria condições de gerir tantos temas e as reuniões seriam difíceis porque uma

pessoa estaria interessada em debater o tema criança e adolescente, outros nos demais, e diversos temas em uma mesma reunião acabaria não sendo eficiente.

O coordenador do GT diz que a gestão dos grupos é realizada por uma das pessoas que já estejam há mais tempo no GT. A gestão é aberta, na busca de outras pessoas que ajudem nas atividades dos GT's. Buscam trazer mais pessoas para colaborar na coordenação, nessa mediação do GT.

Perguntado sobre os Inter-GT's, o membro do GT explicou que são ações que ocorrem entre os GT'S, igual ao exemplo citado entre o GT Meio Ambiente e GT Educação, ou do GT Saúde com o GT Criança e Adolescente, são as interações entre os GT'S. A secretaria executiva pode aproximar GT's que tenham demandas de interesse comum, como o GT Democracia Participativa com o GT de Orçamentos, para entender um pouco mais e mostrar como isso pode interferir nas propostas, que podem ser mais ricas.

6.3.3 Estrutura da Rede

Como coordenar essas demandas dos diferentes grupos. Como liderar essa estrutura organizacional, tão diversa, tão horizontal, diante da quantidade e da diferença de todos os grupos que compõem a rede, além dos GT's, o colegiado de apoio, a secretaria, as organizações parceiras, os participantes, como liderar a rede diante de tantos parceiros, de tantos atores.

O funcionário, que é um dos coordenadores da Secretaria Executiva, explicou que a liderança é horizontal e compartilhada, e que um dos grandes diferenciais desde o início da OSCIP foi ter iniciado os trabalhos com uma secretaria executiva. Se tivessem começado somente com trabalho voluntário, teria sido difícil coordenar um grupo tão grande, tão complexo como a Rede. Somente com uma equipe engajada conseguiram estruturar esta rede porque são muitos projetos, muitas instituições envolvidas, são muitas ferramentas.

Segundo o Coordenador de GT, a secretaria executiva da Rede Nossa São Paulo atua como facilitadora, não como um filtro de análise das ações. Às vezes surgem ideias conjuntas entre a secretaria e os GT's, como um evento para debater a saúde e criança e adolescente, em outras pode haver uma iniciativa que surja

dentro do GT ou surja da secretaria executiva, ou ainda dos diversos grupos de trabalho.

Os GT's tem um papel muito importante na rede, são pessoas que viram na Rede um canal para disseminar os temas que defendem, suas filosofias, suas missões de vida, são pessoas que têm uma relação muito forte e se identificam muito com a Rede, que hoje coordenam estes grupos, acredita que os GT's são o canal para a Rede poder falar com a sociedade.

Coordenamos as demandas dos diferentes grupos, pela sua priorização, dependendo da urgência ou emergência de cada proposta.

Ainda segundo o funcionário, O GT é o pivô da rede porque muitas demandas surgem nos grupos, muitas iniciativas são formadas por esses especialistas que vivem o tema no dia a dia. Os grupos são importantes para essa ligação da Rede com o que está acontecendo na cidade, mas só os GT's sem uma secretaria executiva, sem um nome forte não uniria este conjunto de interesses. Tudo isso faz parte do sucesso da Rede.

Porém, não é somente o trabalho do GT que dá a voz efetiva para a Rede. O Programa Cidades Sustentáveis, o Observatório Cidadão e da Primeira Infância, por exemplo, são geridos pela secretaria executiva da Rede, existem ações que são da própria OSCIP, e que caminham juntas com os GT'S, que muitas vezes ajudam a disseminar as iniciativas.

Os GT's tem autonomia para elaborar as propostas, desde que estejam de acordo com os princípios e valores da RNSP. Esses valores são divulgados para toda RNSP. Cada proposta é assinada pelo responsável em redigí-la, sendo GT ou a própria secretaria executiva. Opiniões divergentes são resolvidas internamente antes de ir à público.

Perguntado sobre os custos da Rede, o funcionário informou que os recursos, os investimentos são recebidos através de captação, algumas empresas nos apoiam, patrocina a Rede Nossa São Paulo, através do Instituto São Paulo Sustentável, que é o nome jurídico da secretaria executiva. A Rede não recorre a dinheiro público, os recursos são obtidos para manutenção do trabalho, no setor privado, em fundações, institutos privados, empresas e não existe contrapartida, apenas exposição do logotipo da empresa no site e Facebook.

6.3.4 Colegiado de Apoio

Perguntado ao membro do GT/um dos fundadores da Rede, qual é o grau de envolvimento do colegiado de apoio na Rede, no Instituto e nos GT's, explicou que o Colegiado consiste em reuniões em que participam representantes, coordenadores, pessoas que estejam há mais tempo em cada GT, secretaria executiva, coordenador geral, além de pessoas que ajudaram na fundação, na idealização da rede. Estas reuniões são essenciais para alinhamento de todas as ações e visão da Rede. Muitas vezes alguns temas polêmicos pedem um posicionamento concreto da Rede para alinhamento de propósitos ou perante seus públicos. No colegiado são alinhadas as ações, temas, demandas e deliberação para se seguir ou não com um tema.

Para o funcionário da Secretaria Executiva, o Colegiado de Apoio surgiu com o grupo que fundou a RNSP, para dar orientação geral e coordenar as ações da rede. Tem função consultiva e deliberativa, toma posições em situações mais graves ou quando se discutem estratégias de planejamento de médio e longo prazo.

6.3.5 Desafios

Para o funcionário da Secretaria Executiva, o grande desafio/dificuldade para a Rede alcançar seus objetivos será persistir na mudança da cultura política de alguns processos. Atuar para que o controle social seja institucionalizado e efetivo nos processos participativos e de transparência, para que a população tenha condições de interferir nas prioridades em relação ao que se faz com o dinheiro público. Persistir em objetivos que precisam ser construídos em etapas, com resultados de longo prazo.

O coordenador de GT relata que o grande desafio para que a Rede alcance seus objetivos é a mobilização das pessoas, da sociedade. Muitas vezes consegue-se espaços em comissões, para debater uma política na Câmara Municipal, há divulgação, criamos indicadores, ferramentas para que as pessoas debatam, porém o grande desafio é fazer com que as pessoas se apropriem dos espaços e multipliquem a participação em nome da Rede. Esse é o grande desafio não só da Rede, mas de outras ONG's.

O coordenador de GT explica que a percepção que ele tem da organização Rede Nossa São Paulo é que eles tem conseguido evolução, mas buscam melhores resultados. Por exemplo, a Secretaria do Meio Ambiente mudou pela terceira vez o seu secretário, e muitas vezes não há continuidade nas conversas; outras há necessidade de engajamento maior da população, para que as ações possam ser implantadas.

6.3.6 Poder Público

O coordenador explica que a Rede é apartidária, não tem participação política, independentemente do governo que esteja atuando, realizam propostas, acompanhamentos, pedem explicações. Relatou ainda que em algumas reuniões dos GT's há pessoas que são assessores de vereadores, e que participam como munícipes, não como assessores políticos. Às vezes as próprias Secretarias Municipais participam das reuniões, mas ficam isentos, apartidários nesses encontros.

Quando há necessidade de agendamento e acesso ao poder público, os GT's têm autonomia para fazê-lo diretamente com o órgão.

6.3.7 Diferenciais da Rede

O coordenador de GT está ligado à Rede desde 2008, desde a sua fundação. Falando sobre cultura da Rede, diante da diversidade de parceiros que ela possui, de seus diversos temas, secretaria executiva, perguntamos se ele acreditava que pudesse haver coesão cultural. Disse haver um espaço rico de cultura, com uma diversidade de experiências de pessoas mesmo que não estejam diretamente ligadas aos temas, como médicos, engenheiros, padres, que tenham outros temas de interesse além de suas áreas profissionais; a Rede é um local multicultural. Afirmou também que as questões do apartidarismo e da inter-religiosidade são muito respeitadas pelos participantes da OSCIP.

O coordenador comentou que nos debates dos GT's há divulgação e intercâmbio de experiências internacionais, os próprios membros trazem experiências da Alemanha, alguns institutos internacionais procuram a Rede para

testar modelos, uma universidade americana os procurou para apoiarem no desenvolvimento de um aplicativo que avalia e acompanha o investimento público em obras na cidade de São Paulo. Há também a participação da Rede em instituições internacionais para apresentação de seus projetos, como o Programa Cidades Sustentáveis.

6.4 DISCUSSÕES FINAIS DOS RESULTADOS

Creemos que as informações contidas nas entrevistas vieram validar e somar-se às percepções e resultados dos outros métodos adotados neste trabalho. Pudemos analisar aspectos como discurso e prática, clareza sobre a missão e objetivos, o fator motivação, a autonomia dos grupos componentes, a liderança, a participação, que também foram observados na experiência etnográfica, e que sustentam a análise de uma vocação do projeto da OSCIP para fomentar a sustentabilidade por meio da comunicação pública e do capital social.

Aqui queremos defender o conceito de sustentabilidade, em uma acepção ampla, de qualidade de vida, de soluções e desenvolvimento coletivo, de *flourishing*, que propõe crescimento saudável, próspero, através da presença de uma comunicação pública e do capital social gerado nestas relações, que permitam ressignificar o termo sustentabilidade como bem público, como interesse público.

A ampla participação que pudemos visualizar nas ações e movimentos da Rede Nossa São Paulo, através de atores sociais dos três setores, além de universidades, mídia e sociedade civil, permite afirmar que, através da comunicação pública incrustada em sua dinâmica, e do capital social já desenvolvido em alguns grupos e latente em outros, o modelo traz a possibilidade de se transformar em um novo paradigma em favor do interesse público e da cidadania, voltados para o desenvolvimento efetivo de novos padrões de comportamento que contemplem o bem comum de todos os seres, em uma perspectiva muito mais ampla e transversal do que o conceito de sustentabilidade presume, de desenvolvimento das relações que interligam todos os membros do Lar Terra, do *Oikos-Lar*, que demandam a solução conjunta de questões ligadas à economia, ao social, à infraestrutura, ao meio ambiente, a questões culturais e políticas.

Ressaltamos também, como análise, o pressuposto de que é no local que enxergamos de perto os problemas e soluções possíveis, e é exatamente esta a proposta da OSCIP. Padrões e soluções globais simplificam os problemas, trazendo a cegueira, conforme anteriormente defendido por Morin ou Santos.

Para finalizar nossa análise sobre os dados levantados queremos defender que acreditamos ter-nos deparado com uma comunicação pública legítima, que está comprometida com a construção de cidadania, que nos tira do comodismo e nos afronta a termos um posicionamento político, que é muito diferente de partidário, voltado para o interesse público e o bem comum, e que nos incita à responsabilidade social, ambiental, política, econômica, através do debate coletivo como condição necessária para uma comunicação efetiva entre poder público e sociedade. E entendemos que a comunicação pública é possível na Rede Nossa São Paulo quando nos aprofundamos no conceito de capital social, que pressupõe as bases da confiança, da cooperação/redes, da reciprocidade, resultante da interação de atitudes, opiniões e ações entre os diversos atores sociais, presentes na dinâmica de atuação da OSCIP, já relatada através dos diversos métodos de pesquisa utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Urbana da Constituição Federal de 1988 foi a porta de entrada para participação de organizações da sociedade civil no direcionamento das cidades, a fim de garantir suas funções sociais e o bem-estar dos habitantes, devido às disparidades econômicas e sociais vigentes e um déficit de *accountability* herdado do período da ditadura. Em paralelo, a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, que previa uma gestão democrática, incluía cidadãos e associações para execução e monitoramento de projetos de desenvolvimento social urbano, trazendo uma nova dimensão, desta forma passamos do *welfare state* para o *welfare society*.

Conforme relatamos, a atuação do terceiro setor foi um advento bastante expressivo, que trouxe aumento da inserção da sociedade civil no espaço público, e possibilitou através do debate e da deliberação conquistas relevantes para o tema sustentabilidade, defendida como bem comum, como interesse público.

Conforme já citado por Ehrenfeld, outros movimentos, como o *B Corp*¹¹⁷, devem ser apontados como iniciativas importantes que tem o objetivo de fomentar a responsabilidade das empresas sob vários aspectos. Empresas como a Ben & Jerry's, a Dansko, a Etsy, a Method, a New Belgium Brewery, a Patagonia, a Plum Organics ou a Seventh Generation entre 2500 organizações, provenientes de mais de 50 países (Afeganistão, Austrália, Brasil, Chile, Quênia, Mongólia etc.) participam desta rede, que vem impulsionando e educando parceiros, sob o princípio de que o Sistema B (Brasil)¹¹⁸ não quer unir somente as melhores empresas “do” mundo, mas as melhores empresas “para” o mundo. Este tipo de iniciativa ou movimento poderá levar os diversos setores a gerarem capital social, que poderá ser multiplicado com a sociedade como um todo, trazendo conhecimento e novos valores.

Organizações e pessoas estão se interconectando, propondo soluções para o compartilhamento. Estamos no meio do caos, no centro de um modelo perverso, de uma racionalidade ambiental, como analisou Leff, porém muitas organizações estão florescendo, prosperando, mas respeitando a essência. A experiência da Carta da Terra é um florescimento; os ODS's/ONU representam ao menos um reconhecimento dos problemas e soluções centrais ligados à “insustentabilidade”;

¹¹⁷ <<https://www.bcorporation.net/>> Acesso em: 20 mai. 2018.

¹¹⁸ <<https://sistemab.org/brasil/>> Acesso em: 20 mai. 2018.

existe um esforço gigantesco de debate em torno desta nova premissa por parte das organizações para se chegar a um novo raciocínio, mesmo sabendo que ele é generalista e teria que se ajustar para contemplar demandas locais.

No Brasil, outras iniciativas se apresentam no espaço público. A ONG AKATU, a empresa Ideia Sustentável, que promove a Plataforma Líderes Sustentáveis reúne executivos de empresas brasileiras de ponta, como a Natura, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o Instituto Ethos, o Programa Cidades Sustentáveis, a Rede Nossa São Paulo e outros, são atores que poderão, conjuntamente com a sociedade civil, organizações em geral, governos, universidades, e através de uma Comunicação Pública e Capital Social, alterar valores arraigados e equivocados em relação à palavra-problema “sustentabilidade” (aspas do autor).

O capital social e a Comunicação Pública poderão educar para uma nova possibilidade de desenvolvimento de um novo “eu” e um novo “nós” (aspas de PUTNAM), através de uma nova rede voltada para o interesse público. Na Nossa São Paulo, o capital social existente é do tipo *bridging* (pontes) porque envolve pessoas através de construção de pontes entre diferentes setores sociais, é um elemento indutor de democracia e desenvolvimento e contribui para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas.

O quadro teórico apresentado teve por objetivo servir de base para estudos de comunicação pública na Rede Nossa São Paulo. A pesquisa bibliográfica constituinte desta Tese, bem como a pesquisa etnográfica realizada entre 2015 e 2018 na Rede Nossa São Paulo, através de participação em reuniões de Grupos de Trabalho e em eventos, ações, movimentos realizados, bem como os outros métodos adotados, serviram de sustentação para este estudo que tinha como meta entender de que forma a Comunicação na perspectiva da Comunicação Pública poderia assumir a articulação e o debate para promover um novo paradigma em torno da sustentabilidade e de que forma o capital social estaria presente neste contexto.

O referencial teórico e a pesquisa, em especial a etnográfica, permitiram uma análise mais aprofundada para medir o nível de comunicação que a Rede Nossa São Paulo desenvolve, e nos fez refletir sobre a qualidade e coerência entre o que a Rede propõe como discurso em sua missão e o que efetivamente realiza. Como

anteriormente relatado, nos deparamos com um modelo de comunicação pública e de capital social legítimos, voltados para o interesse público, indicando-a como articuladora de uma comunicação pública.

Verificamos nesta OSCIP uma elaborada rede formada por organizações da sociedade civil, empresas, instituições de ensino, lideranças comunitárias, mídia, cidadãos, que chega a mais de 700 organizações interessadas no debate e em encontrar soluções e alternativas para a qualidade de vida e sustentabilidade da cidade de São Paulo. Seu Colegiado de Apoio é formado por lideranças voluntárias constituídas pelos mais diversos interesses, como a Fundação SOS Mata Atlântica; a Pastoral Fé e Política; a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP); o Sesc São Paulo; o Instituto Esporte Educação, entre muitas outras, além de seus membros fundadores, coordenadores e membros dos seus 13 Grupos de Trabalho, promovendo o debate, a deliberação e a aproximação efetiva entre eles.

O Instituto São Paulo Sustentável, pessoa jurídica da Rede dá todo o suporte operacional e jurídico, através de sua Secretaria Executiva, e se responsabiliza pelas ações de comunicação externa e mobilização do Movimento. É composto por uma secretaria executiva, com profissionais contratados, qualificados nas áreas de gestão, comunicação, direito, pesquisa, finanças, administrativas, entre outras.

Analisando a OSCIP pelo modelo de estrutura em rede que a constitui, constatamos que ela cumpre sua missão de ampliar a participação da sociedade civil em prol do interesse público, seja através de reuniões e ações dos Grupos de Trabalho; do Colegiado de Apoio, ou através do Instituto que tem como finalidades precípuas a coordenação de ações administrativas, coleta de dados e informações para mobilização cívico-social; apoio a movimentos, projetos para o desenvolvimento sustentável urbano, com foco na cidade de São Paulo; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de valores universais; realização de estudos e pesquisas.

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) é outra ação de grande relevância, com objetivo de que o governo e sociedade civil adotem e promovam ações em torno da sustentabilidade. Tem hoje a participação de 189 cidades brasileiras; dentre estas todos os 54 municípios do oeste do Paraná são signatários do Programa. Propõe uma agenda de sustentabilidade, capacitações em municípios, governança participativa, e divulgação de práticas excelentes em torno das dimensões

ambiental, econômica, social, cultural, política. Recentemente, o PCS trabalha em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ONU) e Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em um projeto piloto pioneiro, denominado “Implementando a abordagem de vizinhança em São Paulo”, no Jardim Helian, em Itaquera, Zona Leste de São Paulo, que visa desenvolver um plano físico e financeiro detalhado como modelo de bairro sustentável, estimulando a participação e validação de moradores, para se entender as demandas, com foco em mobilidade, água e resíduos.¹¹⁹

Hoje já existem iniciativas semelhantes à da Nossa São Paulo, em um espectro maior de atuação, como a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e a *Red Latinoamericana por Ciudades y Territorios Justos, Democráticos y Sustentables*, com 60 cidades participantes em 10 países. Por outro lado, para atuar em uma dimensão menor diante do tamanho da metrópole paulistana e pelo envolvimento de lideranças comunitárias locais, a Nossa São Paulo também tem se propagado intramunicipalmente, adotando denominações que carregam no nome o “Nossa” mais o nome do bairro, a exemplo do Nossa Itaquera, Nossa Ermelino etc., debatendo e defendendo interesses locais e cumprimentos de promessas e investimentos.

Vemos a Rede como espaço para a comunicação pública, com a preocupação de promover a convergência de atores sociais voltados para os mais diversos interesses públicos. Sabemos da importância da destituição ideológica, mas entendemos que o ator social, seja o cidadão comum ou o terceiro setor, sempre estará presente em sua completude, o que poderá trazer a dialética e a reflexão aprofundada no debate, podendo atender a um mais alto grau de legitimidade e participação democrática.

O modelo adotado pela Rede Nossa São Paulo poderá inspirar novos atores, organizações, instituições a revitalizarem o espaço público aberto para as divergências, convergências e para a promoção de mudanças concretas, a partir de uma comunicação pública transparente, que promova a confiança, a cooperação, a reciprocidade e a participação a fim de restaurar a prática democrática efetiva, e estimular a todos a encontrarem coletivamente respostas às questões ligadas à

¹¹⁹ <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/noticias/moradores-do-jd-helian-participam-da-primeira-oficina-para-selecao-dos-indicadores>> Acesso em: 20 mai. 2018

palavra-problema sustentabilidade, repleta de contradições, no amplo sentido de complexidade que o termo carrega.

A comunicação pública e o capital social poderão colaborar para ultrapassarmos o conceito estereotipado, o éthos simplificador reinante do *triple bottom line*.

A sociedade civil quer participar. A possibilidade de expressão e debate dentro da OSCIP gera cidadania, os valores de sua cultura e sua dinâmica são disseminados para os grupos; o meio gera possibilidade para cooperação, rede, confiança, reciprocidade; o capital social existente em sua estrutura é inspirador; o espaço público gerado é propício para participação social; a comunicação pública é possível.

Verificamos que esta possibilidade de capital social e comunicação pública foi construída em 10 anos de discussões, fomentou pesquisas, se estabeleceu em rede com parceiros importantes, se fortaleceu com outras organizações do terceiro setor. Surgiu como movimento que incomodou, impactando a opinião pública. Transformou-se em uma organização efetiva para o interesse público, para o bem comum e para novos debates sobre a palavra-problema “sustentabilidade”.

Assim, retomamos Morin para aproximar o paradigma instituído como sustentabilidade ao paradigma da complexidade, que poderiam ser traduzidos como uma palavra-problema e não como palavra-solução, pois não se resumem a uma palavra-chave ou não podem ser reduzidos a uma ideia ou proposta simples. O debate está em aberto.

REFERÊNCIAS

- ABIB, G.; HOPPEN, N.; HAYASHI JUNIOR, P. Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil. **Revista administração empresarial**. São Paulo, v. 53, n. 6, nov./dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020130608>>. Acesso em: 20 set 2016.
- ADLER, P. S.; KWON, S. W. *Social Capital: the good, the bad, and the ugly*. In: LESSER, E. L. **Knowledge and Social Capital: foundations and applications**. Butterworth-Heinemann. 3 feb. 2000.
- ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. n. 1, mai. 1999. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27/15>>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BALDISSERA, R. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. In: **REVISTA ORGANICOM**. Disponível em: <<http://www.comunita.com.br/assets/comunicacaoorganizacionalrudimar.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- BALDISSERA, R.; KAUFMANN, C. Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada. In: **Organicom**. Ano 10, n. 18, 2013. (Dossiê Comunicação e Sustentabilidade). Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139169/134511>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- BAQUERO, M. Globalização e Democracia Inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D (Orgs.). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BAQUERO, M.; CREMONESE, D (Orgs.). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BARBOSA, V. COP 21 divulga texto para acordo histórico pelo clima; veja. In: **Exame**. 12 dez. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/cop-21-divulga-acordo-historico-pelo-clima>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- BATISTELLA, M. M.; MARCHIORI, M. O processo comunicacional e as práticas sustentáveis nas organizações. In: **Organicom**. Ano 10, n. 18, 2013. (Dossiê Comunicação e Sustentabilidade). Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139173/134515>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Santa Catarina, nov. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84033/189898.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. 2a. ed. Petrópolis, RP: Vozes, 2013.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S.K. **Qualitative research for education**: an introduction to theory and methods. Boston: Allyn and Bacon, 1982.
- BOGOTACOMOVAMOS. Disponível em: <<http://www.bogotacomovamos.org/>>. Acesso em 22 nov. 2016.
- BORBA, J.; SILVA, L. L. Sociedade Civil ou Capital Social? Um balanço teórico. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D (Orgs.). **Capital Social**: teoria e prática. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development**: theory, method, Applications: a reporter to the Balaton Group. Canadá: International Institute for Sustainable Development, 1999. Disponível em: <<http://iisd1.iisd.ca/pdf/balatonreport.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. In: BORDIEU, P. **Actes de La Recherche em Sciences Sociales**. v. 31, janvier. 1980 (Collection Le capital social). Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069>. Acesso em: 15 set. 2017.
- _____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 3a. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BROWN, L. R. **Plano B 4.0**: mobilização para salvar a civilização. New Content Editora e Produtora Ltda. (edição) e Ofício Plus Comunicação e Editora Ltda. (co-edição): Brasil, 2009.
- CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.
- _____. Energia e transgênicos como questões na humanização do desenvolvimento. **Seminário Humanização do Desenvolvimento Mundial**. Curitiba, PR: Centro de Exposições Horácio Sabino Coimbra

CIETEP/FIEP, 21 out. 2004. Disponível em:

<<https://nossofuturoroubado.com.br/old/0606te%20capra.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. 2a. ed. Brasília: Paralelo 15. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARRIO, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**. v. 12, n. 2, São Paulo, nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000200015>. Acesso em: 08 set. 2017.

CARTA DA TERRA. Disponível em:

<<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

CASTRO, A. C. A. **Meio ambiente em revista: o conteúdo ambiental nas revistas Carta Capital, Isto É e Veja**. Goiânia: Dissertação (Mestrado). Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4358/5/TCCG%20-%20Jornalismo%20-%20Ana%20Carolina%20Castro.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CEBDS- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Guia de comunicação e sustentabilidade. Disponível em:

<www.lead.com.br/site/arquivos/publicacao59.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

CENTER FOR ALTERNATIVE DEVELOPMENT INITIATIVES. Disponível em:

<http://www.imaginalmission.net/newjoomla/index.php?option=com_content&view=article&id=7:center-for-alternative-development-initiatives&catid=1:blog&Itemid=16>.

Acesso em: 10 out. 2017.

CHRISTENSEN, C. M. **The innovator's dilemma**: when new technologies cause great firms to fail. Boston, Massachusetts: Harvard Business Review Press, 1997.

CHRISTENSEN, C. M. **O dilema da inovação**: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso. Harvard Business. Brasil: M Books, 2011. (tradução – VEIGA, L. P.)

CICOUREL, A. **Teoria e método em pesquisa de campo**. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.) Desvendando máscaras sociais. 3a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CIRCLE OF SUSTAINABILITY. Disponível em:

<<http://www.circlesofsustainability.org/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. USA: Harvard College, 1990.

COOPERRIDER, D. L. Afterwords. In: LAZLO, C.; BROWN, J. S. et al. **Flourishing Enterprise – the new spirit of business**. Califórnia: Stanford University, 2014.

_____. **Mirror Flourishing: The New Business North Star**. Summer 2016.

Disponível em: <<https://www.kosmosjournal.org/article/mirror-flourishing-the-new-business-north-star/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

DEMO, P. **Ciência Rebelde**: para continuar aprendendo, cumpre desestruturar-se. São Paulo: Atlas, 2012.

DO LAGO, A. A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/FUNAG, 2006.

DOPPELT, B. **Leading change toward sustainability**: a change-management guide for business, government and civil society. Canadá: Editor Greenleaf Book Group, 2013.

DUARTE, J. **Comunicação Pública**. Disponível em: <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

_____. Sobre a emergência do(s) conceitos(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, M. M. K (Org.). **Comunicação Pública**: Sociedade e Cidadania. 1a. ed., v. 4. Série Pensamento e Prática. São Caetano do Sul: Difusora Editora, 2011.

EARTH POLICY INSTITUTE. Disponível em: <<http://www.earth-policy.org/>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

ELBONI, F. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fredericoelbonioficial/posts/1311743702207963>> Acesso em: 20 mai. 2018.

EHRENFELD, J. R. **Sustainability by design**: a subversive strategy for transforming our consumer culture. EUA: New Haven, CT: Yale University Press, 2008.

EHRENFELD, J; HOFFMAN, A. **Flourishing** - a frank conversation about sustainability. EUA: Stanford University, 2013.

ENVOLVERDE – JORNALISMO & SUSTENTABILIDADE. **Qualidade de vida é sustentabilidade**: entrevista com Oded Grajew. Disponível em: <<http://envolverde.cartacapital.com.br/qualidade-de-vida-e-sustentabilidade-entrevista-com-oded-grajew/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

ESCUDERO, R. **Comunicação pública** – a voz do cidadão na esfera pública: construindo um novo paradigma profissional. 1a. ed. Curitiba: Appris, 2015.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 1, Rio de Janeiro, p. 119-144, 2001.

FARIAS, T. Q. Aspectos gerais da política nacional do meio ambiente – comentários sobre a Lei nº 6.938/81. In: **ÂMBITO JURÍDICO.COM.BR**. Disponível em:

<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1544>. Acesso em: 20 dez. 2016.

FERNANDES, B. R. **Planejamento estratégico de Comunicação para o licenciamento ambiental no Estado de São Paulo**. São Paulo: Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2014.

FIABANE, D. **Controle Social**: um novo *frame* nos movimentos sociais. São Paulo. EAESP/FGV, 2011. Dissertação (mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 5a. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

FSC - Forest Stewardship Council. Disponível em: <<https://br.fsc.org/pt-br/faq>>. Acesso em: 20 out. 2017.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GAMBINO, M. Entrevista : Dennis Meadows. É tarde demais para o desenvolvimento sustentável? In: **REVISTA SMITHSONIAN.COM** . 15 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/science-nature/is-it-too-late-for-sustainable-development-125411410/>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GERSTLÉ, J. *La Communication Politique*: Paris, Dalloz/A. Colin, 2004

GIL, P. G.; MATOS, H. Quem é o cidadão na comunicação pública? In: MATOS, H. **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteira** – estudos midiáticos, Unisinos, v. VII, n. 3, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394/3537>>. Acesso em: 07 set. 2017.

GRANOVETTER, M. **The strength of weak ties**: a network theory revisited. *Sociological theory*, New Haven, v. 1, p. 201-233, 1983.

GreenCOM. **Environmental education & communication for a sustainable world**: handbook for international practitioners. EUA: Academy for Educational Development, 2000. Editors: Day, B. A.; Monroe, M. C.

GRI - Global Reporting Initiative. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

HART, S. L. **O capitalismo na encruzilhada**: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. Porto Alegre: Bookman, 2006.

HASWANI, M. O discurso obscuro das leis. In: MATOS, H (Org). **Comunicação Pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

HASWANI, M. F. Comunicação pública 360 graus e a garantia de direitos. In: KUNSCH, M. M. K (Org). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

HAVILLAND, W. A. et al. **Princípios de Antropologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HELD, D (2002). Law of States, Law of Peoples: three models of sovereignty. **Legal Theory**. EUA: Cambridge University Press. v. 8, Issue 1, 2002. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/legal-theory/article/law-of-states-law-of-peoples/637AA05881FAB52CA77AF451B93C3E45>>. Acesso em: 14 out. 2017.

HISSA, C. E. **Território de diálogos possíveis**. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/37t/pdf/ribeiro-9788523209322-03.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

HIGGINS, S. S. **Os fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005.

HOHLFELDT, A. Comunicação pública: os diferentes sentidos do interesse público. In: KUNSCH, M. M. K (Org.). **Comunicação Pública**: Sociedade e Cidadania. 1a. ed., v. 4. Série Pensamento e Prática. São Caetano do Sul: Difusora Editora, 2011.

IACONO, J.; BROWN, A.; HOLTHAM, C. Research methods: a case example of participant observation. **Electronic Journal of Business Research Methods**, v. 7, n. 1, p.39-46, 2009. Disponível em: www.ejbrm.com/issue/download.html?idArticle=200>. Acesso em: 20 set. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**. Estudos & Pesquisas Informação Econômica 20. IBGE: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf>. Acesso em: 07 set. 2017.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/cedoc/cop-22-os-resultados-da-primeira-cop-pos-paris/#.WrFXBPnwblU>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: https://www3.ethos.org.br/conteudo/indicadores/#.WrwAH_nwblU>. Acesso em: 20 dez. 2017.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ISO - International Organization Standardization. Disponível em:
<<https://www.iso.org/the-iso-survey.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

JAMESON, F. **Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

JUNTOS PELA ÁGUA. Disponível em:
<<https://www.juntospelaagua.com.br/2017/12/05/cop-23/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

KIRK, J.; MILLER, M. L. **Reliability and validity in qualitative research: qualitative research methods**. Newbury Park: Sage, 1986. v. 1.

KOÇOUSKI, M. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, H (Org.). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

KUNSCH, M. M. K. A comunicação para a sustentabilidade das organizações na sociedade global. In: KUNSCH, M. M. K; OLIVEIRA, I. L. **A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

_____. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, H (Org.). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

KUNSCH, M. M. K; MOYA, I. M. S. Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas: principais resultados da pesquisa empírica. In: **XII CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN – XII CONGRESO ALAIC 2014**, GT2: Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Peru, Lima, 2014. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2014/11/GT2-Krohling-Kunsch-da-Silva-Moya.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

KUNSCH, M. M. K; MOYA, I. M. S.; ULSEN, P. A comunicação das organizações para a sustentabilidade. In: **XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação 2014, Foz do Iguaçu, 2014.

LANGE, GM; WODON, Q; CAREY, K. **The Changing Wealth of Nations 2018: Building a Sustainable Future**. World Bank Group, 2018. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29001>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

LAZLO, C.; BROWN, J. S. et al. **Flourishing Enterprise – the new spirit of business**. Califórnia: Stanford University, 2014.

_____. From Sustainability to Flourishing. In: LAZLO, C.; BROWN, J. S. et al. In: **Flourishing Enterprise – the new spirit of business**. Califórnia: Stanford University, 2014.

LEECCC - LABORATÓRIO DE ETNOGRAFIA E ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E COGNIÇÃO - Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.proppi.uff.br/leecccc/pesquisa-etnogr%C3%A1fica>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. **La ciencia y La política del cambio climático**. 2014. Vídeo Debate. Colégio de México: Centro de Estudios Demográficos y Ambientales. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X8T-7JrDYFE&t=5418s>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LEITE, M. A. S. **O terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: Banco de Conhecimento – Informações Técnicas, jun. 2003. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1113/3/001113.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LEZAMA, J. L.; LEFF, E. **La ciencia y la política del cambio climático**. Vídeo Debate-Colégio de México: Centro de Estudios Demográficos y Ambientales. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X8T-7JrDYFE&t=5418s>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

LIGTERINGEN, E. A Comunicação Estratégica nos relatos sobre sustentabilidade. In: **Revista Organicom**, ano 10, n. 18, 2013 (Dossiê Comunicação e Sustentabilidade – Entrevista de Vivian Paes Barretto Smith). Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/581/447>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

LIMA, C.M.G.; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I.; KAKEHASHI, S. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. In: **Rev. latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 21-30, jan. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v4n1/v4n1a03>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**: formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I. V.; MARTINO, L. C.(orgs.) **Pesquisa Empírica em Comunicação**. São Paulo: Paulus/Compós, 2010, p. 27-49.

_____. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Metodologia da pesquisa em comunicação**. (Disciplina cursada na ECA-USP-Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação). São Paulo, 1o. sem. 2016.

LÓPEZ, J. C. J. et al. **Modelo de comunicación pública organizacional e informativa para entidades del Estado (MCPOI)**. Bogotá: USAID/Casals & Associates Inc (Comunicación Pública Estrategias), 2004.

LÓPEZ, J. C. J. **Propuesta General de Comunicación Pública**. Bogotá, 2010.

_____. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In: KUNSCH, M. M. K (Org). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

MACHADO, J. A. C.; FENZL, N. **A sustentabilidade do desenvolvimento e a demanda material da economia**: o caso do Brasil comparado ao de países industrializados. 2001. Disponível em: <www.ufpa.br/amazonia21/publicacoes/MFA-Brasil/Artigo-tese-Machado-MFA-Brasil.htm>. Acesso em: 10 out.2017.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17. n. 49, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749>>. Acesso em: 04 out. 2016.

MAIA, R. C. M. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, M. M. K (Org.). **Comunicação Pública: Sociedade e Cidadania**. 1a. ed., v. 4, Série Pensamento e Prática. São Caetano do Sul: Difusora Editora, 2011.

MAINIERI, T. **Um peso, duas medidas**: desvelando a comunicação pública na sociedade midiaticizada. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

MALINOWSKI, B. **Sex and repression in a savage society**. London: Routledge e Kegan, 1953.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf>. Acesso em: 08 out. 2017.

MARCONDES, D. **‘O pacto global aproxima atores importantes e traz a sustentabilidade para uma esfera prática e sustentável’**: entrevista com Denise Hills. In: ENVOLVERDE – JORNALISMO & SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <<http://envolverde.cartacapital.com.br/o-pacto-global-aproxima-atores-importantes-e-traz-sustentabilidade-para-uma-esfera-pratica-e-sustentavel/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MARCOVITCH, J (org.). **Certificação e sustentabilidade ambiental**: uma análise crítica. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.usp.br/mudarfuturo/cms>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARQUES, A. C. S. Prefácio. In: MATOS, H (Org.) **Pesquisas em Comunicação Pública e Política**: vertentes teóricas e metodológicas. São Paulo: ECA/USP, 2016.

MATIAS, E. F. P. **A humanidade e suas fronteiras**: do Estado soberano à sociedade global. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MATOS, H. Comunicação Política e Comunicação Pública. **ORGANICOM** – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. v. 3, no. 4, 1o. bim. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138911/134259>. Acesso em: 24 out. 2016.

_____. Comunicação Pública e Capital Social: dimensões e interfaces. In: JESUS, E.; SALOMÃO, M. (Orgs.). **Interações plurais**: a comunicação e o contemporâneo. São Paulo: Annablume Editora, 2008.

_____. **Capital Social e Comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009a.

_____. O lado escuro do capital social: implicações sociais e políticas. **XVIII Encontro da Compós**, PUC-MG, Belo Horizonte/MG, junho, 2009b.

_____. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, M. M. K (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

_____. O Declínio do Capital Social e Comunicacional na Terceira Idade e a Ausência de Reconhecimento dos Idosos. In: MARQUES, A.; MATOS, H (Orgs.). **Comunicação e Política**: capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011.

_____. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J.(Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 3a. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Comunicação Pública, Democracia e Cidadania**: o caso do legislativo. Portal RP, 13 out . 2016.

_____. (Org.) **Pesquisas em Comunicação Pública e Política**: vertentes teóricas e metodológicas. São Paulo: ECA/USP, 2016.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

MATURANA, H.; DAVILA, X.P.Y. **Ética e desenvolvimento sustentável**: caminhos para a construção de uma nova sociedade. 1a. Conferência Internacional de Gestão Social, 1a. FIERGS/SESI/UFRGS/PUCRS, nov. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n3/a13v16n3.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

McQUAIL, D. **La acción de los médios**: los medios de Comunicación y el interés público. Buenos Aires: Amorrortu, 1998, p. 26.

MENEGUETTI, S. Seminário: recursos privados para fins públicos: fortalecendo fundações e institutos no cone sul: informe final. Porto Alegre: The Synergos Institute/GIFE, 1998.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

_____. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3a. ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

_____. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22a. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 Brasileira. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 25 set. 2016.

MOISÉS, J. A. **A desconfiança nas instituições democráticas**. Opinião Pública, v. 11, n. 1. Campinas/SP: **Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas**, mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762005000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. Cidadania, confiança e instituições democráticas. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. n. 65, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452005000200004&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 02 out. 2016.

MOISÉS, J. Á; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. In: **Opinião Pública**. v. 14, n. 1. Campinas, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100001>. Acesso em: 10 out. 2016.

MONASTERIO, L. M. A Retórica do Capital Social: uma análise da obra de Robert Putnam. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D (Orgs.). **Capital Social**: teoria e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MORIN, E. **Meus demônios**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000b.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 3a. ed.

_____. **O método 4**. Porto Alegre: Sulina, 2002b. 3a. ed.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 4a. ed.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

_____. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 15a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 2a. ed. São Paulo: Cortez, Brasília/DF: Unesco, 2011.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015. 5a. ed.

MOTTA NETO, J. R. CDP - Carbon Disclosure Project e sua aplicação. In: MARCOVITCH, J. (org.). **Certificação e sustentabilidade ambiental**: uma análise crítica. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.usp.br/mudarfuturo/cms>>. Acesso em: 20 out. 2017.

NAÇÕES UNIDAS (a) Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

NAÇÕES UNIDAS (b) Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

NARAYAN, D. Bonds and Bridges: social capital and poverty. **Policy Research Working Paper**. Poverty Group of the World Bank, 1999. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/989601468766526606/Bonds-and-bridges-social-and-poverty>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

NASCIMENTO, L. L. Comunicação pública no Twitter. In: MATOS, H (Org.). **Comunicação Pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

NATAL, A.; SANDOVAL, A. **Capital social: una revisión crítica para el estudio de la acción colectiva**. México: Programa Interdisciplinario de Estudios del Tercer Sector, El Colegio Mexiquense A.C. (Colección Documentos de discusión sobre el Nuevo Institucionalismo), n. 8, 2004. Disponível em: <<http://www.cmq.edu.mx/index.php/docman/publicaciones/documentos-nuevo-institucionalismo/131-dn0080342/file>>. Acesso em: 15 jul 2017.

NAVACINSK, S. D. G. A Rede Nossa São Paulo sob a perspectiva da comunicação pública. In: MATOS, H. (Org.). **Pesquisas em Comunicação Pública e Política**: vertentes teóricas e metodológicas. São Paulo: ECA/USP, 2016.

NAZZARI, R. K. Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D (Orgs.). **Capital Social**: teoria e prática. Ijuí: Unijuí, 2006.

NEUBERGER, W. **Educação para a Sustentabilidade** (Curso Atualiza). São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, jan.2015.

NEVES, E. F; KANTORSKI, L. P.; JARDIM, V. M. **Globalização, território e saúde: desafios em zona de fronteira**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo12/globalizacao-territorio-e-saude-desafios-em-zona-de-fronteira.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

NEVES, J. A.; HETAL, D. H. Associativismo, capital social e mercado de trabalho. In: AGUIAR, N. **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. cap. 2.

NOBRE, G. F. Capital social, comunicação pública e deliberação: a gestação do capital comunicacional público. In: MARQUES, A; MATOS, H (Orgs.). **Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública**. São Paulo: Summus, 2011.

NOVELLI, A. L. R. As sondagens de opinião como mecanismo de participação da sociedade. In: KUNSCH, M. M. K (Org.). **Comunicação Pública: Sociedade e Cidadania**. 1a. ed., v. 4., Série Pensamento e Prática. São Caetano do Sul: Difusora Editora, 2011.

OLIVEIRA, I. L.; PAULA, C. F. C. **O que é comunicação estratégica nas organizações?** São Paulo: Paulus, 2007.

OLIVEIRA, M. J. C. **As Novas Relações Públicas: comunicação entre o setor privado e público**. 1a. ed. USA: Global South Press, 2015.

_____. Comunicação Organizacional e sua Interação com a Comunicação Pública. In: **XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação 2014, Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, 2014.

_____. Comunicação Organizacional e Comunicação Pública: interações, convergências e conflitos em ações voltadas à saúde pública. In: MATOS, H (Org.). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e Perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, (2013).

OLIVEIRA, M. J. C.; NADER, S. M. Empreendedorismo social na interface entre comunicação pública e capital social. **Organicom**. Ano 14. n. 26, 1o. sem. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139355>>. Acesso em: 10 out. 2017.

OSTROM, E; AHN, T. K. **Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva**. Revista Mexicana de Sociología. Año 65. n. 1, Enero-marzo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032003000100005&lng=es&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 24 abr. 2017.

PACTO GLOBAL – rede Brasil. Disponível em:
<<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/63/Historico>>. Acesso em: 25 set. 2016.

PEÇANHA, R.S. ISE – ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: abordagem crítica sobre processo de seleção da carteira. In: MARCOVITCH, J (org.). **Certificação e sustentabilidade ambiental**: uma análise crítica. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.usp.br/mudarfuturo/cms>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PENSAMENTO VERDE. 2 jan. 2014. Disponível em:
<<http://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/clube-roma-relatorio-limites-crescimento-1972/>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

PEREIRA, R. M. **Terceiro Setor e Religião**: caridade, ética e direito na construção da cidadania. Curitiba: Juruá, 2011.

PINHO, L. A. et al. O perfil das entidades sociais certificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) da Região Nordeste do Brasil. 2008. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/artigos2008.php?pag=63>>. Acesso em: 06 set. 2017.

PNUD Brasil (a) O que são os objetivos de desenvolvimento sustentável?. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

PNUD Brasil (b) Os objetivos de desenvolvimento sustentável: dos ODM aos ODS. Disponível em: <<http://www.br.pnud.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

PORTES, Alejandro. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**. v. 22, 1998. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.24.1.1>> Acesso em: 15 dez. 2017.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

POZOBON, R. O. Comunicação, política e democracia: novas configurações em um espaço público midiaticado. In: KUNSCH, M. M. K (Org.). **Comunicação Pública**: Sociedade e Cidadania. 1a. ed., v. 4., Série Pensamento e Prática. São Caetano do Sul: Difusora Editora, 2011.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Disponível em:
<http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/a_plataforma>. Acesso em: 01 mai. 2018.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**. v. 6, n. 1, jan. 1995.

_____. **Bowling alone**: the collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000.

_____. (Ed.) **El declive del capital social**: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario. Espanha: Galaxia Gutenberg, 2003.

RATTNER, H. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Ambiente & Sociedade**. Ano II. n. 5. 2o. sem. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a20.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Cidades justas, democráticas e sustentáveis** – História e metodologia da Rede Nossa São Paulo. RNSP: São Paulo, 2015.

_____. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2017.

_____. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

REES, W.E. **Ecological footprints and appropriated carrying capacity**: what urban economics leaves out. Sage Journals. Primeira Publicação 1 out. 1992. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/095624789200400212>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (orgs.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufgrs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>>. Acesso em: 10 out. 2016.

ROCHA, E.P.Q.; BARROS, C.; PEREIRA, C. **Perspectivas do Método Etnográfico 2005**. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Brasília, DF, Brasil, 29. Disponível em: <anpad.org.br/enanpad/2005/dwn/enanpad2005-mkta-2861.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

ROLANDO, S. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. In: KUNSCH, M. M. K (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

ROSA, M. **A reputação na velocidade do pensamento**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

ROSEMBLUM, C, **Clima e pobreza desafiam os modelos de negócios**. Valor Econômico. 12 set. 2008. Disponível em: <<https://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico/20080912/282587373781058>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ROTHBERG, D. Democracia Digital e Leis de Acesso a informações: avanço e insuficiências em países latino-americanos. In: MORAES FILHO, I; DOMINGUES, J (Orgs.). **Sobre a mídia que queremos; comunicação pública, direitos humanos & democracia**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2016.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio-ambiente. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SAFATLE, A. **Entrevista**: Enrique Leff. FGV-EAESP - Centro de Estudos em Sustentabilidade. 06 jul. 2010. p. 22. Disponível em: <http://pagina22.com.br/2010/07/06/entrevista-enrique-leff/>. Acesso em: 04 fev. 2016.

SANTANA, P; NOGUEIRA, H.; SANTOS, R. **O papel do ambiente físico e social na construção de comunidades saudáveis**. Ensaio metodológico aplicado à Amadora. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13428>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SANTOS, M. O mundo não existe. (Entrevista com Milton Santos). **Revista Veja**. ed. 1366, v. 27, n. 46, p. 7-10, 16 nov. 1994.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4a. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos)

SCHMIDHEINY, S. **Mudando o rumo** – uma perspectiva empresarial global para o desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Editor da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O que é Organização da Sociedade Civil de Interesse Público** – OSCIP. 13 nov. 2017. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/oscip-organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico,554a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O que é uma Organização Não Governamental (ONG)?** 08 fev. 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-organizacao-nao-governamental-ong,ba5f4e64c093d510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 05 mai. 2018.

SEGOVIA HERRERA, M. **Fatores de risco numa empresa de eletrificação**: uma perspectiva cultural. Florianópolis: 1988. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, C.L.; MENDES, J.T.G. **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SILVA, E.A. da. **O peso das palavras, o choque dos ideais**: uma análise crítica dos indicadores de sustentabilidade como critérios para a gestão da comunicação organizacional. São Paulo: 2011. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

SOARES, A. T. N. Comunicação e sustentabilidade na construção de uma nova visão de mundo. In: KUNSCH, M. M. K; OLIVEIRA, I. L (org). **A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

SOUSA, L. B.; BARROSO, M. G. T. **Pesquisa etnográfica**: evolução e contribuição para a enfermagem. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n1/v12n1a23.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. Capital social, valores e projetos de vida. In: _____. **A classe média brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010, cap. 5.

SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1980.

STEINBERGER, M. A relação meio ambiente-meio urbano: do global para o local. **Humanidades** (Brasília), v. 1, n. 41, p. 33-39. Disponível em: <http://crd2000.com.br/files/artigo188.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SZTOMPKA, P. **Trust: a sociological theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e terceiro setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TADDEI, R. **Explorar o mundo com olhos antropológicos** – introdução à pesquisa etnográfica. (Curso promovido pelo SESC São Paulo), 2016.

TEIXEIRA, E.C. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. 3a. ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIPE; Salvador: UFBA, 2002.

TERRA. **25 fatos e estatísticas sobre ONGs ao redor do mundo**. 8 set. 2017. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/25-fatos-e-estatisticas-sobre-ongs-ao-redor-do-mundo,92e1d57491aa347c6f7d701f913a7ed75sklds7x.html>. Acesso em: 05 dez. 2017.

THE UNIVERSITH OF BRITISH COLUMBIA. William Rees. Disponível em: <https://scarp.ubc.ca/people/william-rees>. Acesso em: 20 dez. 2016.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

TORRES, V. A. G. A influência do terceiro setor no Estado. **Organicom**, ano 14, n. 26, 1o. sem. 2017. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139353>>. Acesso em: 10 out. 2017.

TOURAINÉ, A. **Pensar outramente**: o discurso interpretativo dominante. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UN GLOBAL COMPACT – UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

UN GLOBAL COMPACT – PACTO GLOBAL REDE BRASIL. Os 10 princípios. Disponível em: <<http://pactoglobal.org.br/10-principios/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

VALE, G. M. V.; AMÂNCIO, R.; LAURIA, M. C. P. Capital social e suas implicações para o estudo das organizações. **Revista O&S**. v. 13, n. 36, jan./mar. 2006. Bahia: Escola de Administração da UFBA.

VALOR ECONÔMICO. Relatório OXFAM, 2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5272165/em-2017-82-da-riqueza-mundial-ficaram-nas-maos-do-1-mais-rico>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

VEIGA, J. E. O junco, o carvalho e a prosperidade para hoje e para o futuro. **Valor Econômico**. São Paulo, 02 set. 2014.

VIDAL, D. M. M. O que as organizações privadas fazem pelo social é de interesse público. In: KUNSCH, M. M. K (Org.). **Comunicação Pública**: Sociedade e Cidadania. 1a. ed., v. 4., Série Pensamento e Prática. São Caetano do Sul: Difusora Editora, 2011.

VIOLA, E. Reflexões sobre os dilemas do Brasil na segunda metade da década de 1990 e sobre uma agenda de políticas públicas baseada na democracia, na equidade, na eficiência e na sustentabilidade. Trabalho apresentado no **Workshop Meio Ambiente, Desenvolvimento e Política de Governo**: bases para a construção de uma sociedade sustentável no Brasil (levando em conta a natureza). Olinda: Fundação Joaquim Nabuco, 22 a 24 de abril de 1996.

VOLTOLINI, R. Prefácio brasileiro. In: BROWN, L. R. **Plano B 4.0**: mobilização para salvar a civilização. New Content Editora e Produtora Ltda. (edição) e Ofício Plus Comunicação e Editora Ltda. (co-edição): Brasil, 2009. Disponível em: <http://wwiuma.org.br/plano_b.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

WBCSD – World Business Council for Sustainable Development. Disponível em: <<https://www.wbcsd.org/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C (Orgs.) **Comunicação pública e política** – pesquisa e práticas. Florianópolis: Insular, 2017.

WHEELER, S. M. **Planning for Sustainability**: creating livable, equitable and ecological communities. Nova Iorque: Routledge, 2004.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e método. Brasil: Bookman Companhia Ed., 2015.

ZADEK, S. The path to corporate responsibility. In: **HARVARD BUSINESS REVIEW**. Disponível em: <<https://hbr.org/2004/12/the-path-to-corporate-responsibility>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

ZÉMOR, P. **La communication publique**. 3a. ed. Paris: PUF, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro de Observação - Etnografia

DATA:

GRUPO DE TRABALHO/EVENTO/AÇÃO:

LOCAL:

ENDEREÇO:

- Participantes representantes da Rede Nossa São Paulo;
- Observar os níveis de participação de cada membro da Rede Nossa São Paulo/participantes em geral;
- Observar e acompanhar divulgação das reuniões/eventos/ações;
- Quais são os públicos e os setores envolvidos nas discussões (governo, empresas, sociedade civil, ONG's, entidades religiosas, políticas etc);
- Partindo do princípio da complexidade (todas as áreas do conhecimento), observar o nível das discussões);
- O nível da discussão. Quem fala. Todos. Alguma liderança. Alguma autoridade;
- Qual é o nível de escolaridade ou conhecimento de quem fala. Quem representa;
- Entre o público que participou da discussão, quais foram as questões levantadas – de relevância para cumprir a missão da OSCIP;
- As pautas propostas são problemas reais ou são resultados de acidentes, problemas pontuais, conjunturais;
- Quais são os encaminhamentos das discussões e decisões tomadas. Fazem menção aos resultados alcançados;

- Somente encaminhamento interno ou externo (Prefeitura, Câmara dos Vereadores);
- Quais os resultados das propostas encaminhadas;
- Gestual de quem fala e de quem responde, autonomia;
- Confirmação de autonomia do GT ou dos representantes da Rede Nossa São Paulo ou se reportam a instâncias superiores (Colegiado de Apoio, Instituto, Secretaria Executiva etc);
- Percebe-se centralização que o Colegiado de Apoio opera sobre as diversas organizações participantes da Rede;
- Engajamento, postura de pressão, liderança compartilhada entre os diversos membros de cada GT;
- Espaço físico – símbolos etc (descrever espaço da reunião);
- Nível de conhecimento das temáticas abordadas;
- Como o GT ou representantes da Rede Nossa São Paulo pressionam; Como ele influencia processo decisório do governo; Como faz exigências a outros grupos sociais (em relação a políticos, empresas, juristas, sociedade, outros grupos). Pensando nessas exigências a outros grupos sociais, quais são as atitudes que os GTs ou representantes demonstram ter em comum; Será que algum deles age diferente;
- Bases da Comunicação Pública – percebe-se isso no grupo;
- Bases do Capital Social – percebe-se isso no grupo.

APÊNDICE B – Roteiro – Entrevista Semiestruturada

ENTREVISTADO:

CARGO/PARTICIPAÇÃO NA REDE:

HISTÓRIA DE VIDA DO ENTREVISTADO/percurso/seu papel como líder na Rede

A ORGANIZAÇÃO REDE NOSSA SÃO PAULO

1. Para você, qual é o objetivo central da Rede Nossa São Paulo.
2. Para você, qual é o objetivo do Instituto São Paulo Sustentável (Secretaria Executiva).
3. Como se dá o alinhamento entre as partes que constituem a estrutura da Rede Nossa São Paulo (GT's – Instituto – Colegiado de Apoio) – Reuniões.

LIDERANÇA, INFLUÊNCIA

1. Qual é o grau de envolvimento do Colegiado de Apoio na Rede Nossa São Paulo, no Instituto e nos GT's.
2. Quais estratégias são utilizadas para a convergência entre os diversos parceiros da Rede.
3. Como é feita a gestão dos GT's.

GT's

1. Como surgiram os GT's.
2. Quem constitui os GT's.
3. Os GT's estão alinhados ao planejamento estratégico da Rede. Ao programa cidades sustentáveis.
4. Os GT's são instrumentos de pressão para cumprir objetivos da Rede.

COESÃO

1. Como manter a coesão entre os vários parceiros que compõem a estrutura da Rede Nossa São Paulo em torno de sua missão (Colegiado de Apoio, GT's, Instituto).
2. E com as organizações externas e sociedade civil, constituídas de outros interesses.

PRESSÃO

1. Quais os impactos que ocorrem no dia a dia da organização.

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

1. Qual é a participação das empresas parceiras na Rede NSPaulo.
2. Como envolver as organizações parceiras para a coesão com os valores da Rede Nossa São Paulo.

SOCIEDADE

1. Como a sociedade civil participa da Rede.

COMUNICAÇÃO

1. De que forma acontece a comunicação do Instituto com os GT's.
2. De que forma acontece a comunicação do Colegiado de Apoio com os GT's.
3. De que forma acontece a comunicação com os diversos parceiros (organizações, instituições, sociedade civil etc).
4. Entre os GT's.

MÍDIA

1. A mídia contribui para a informação e o debate acerca de temas de interesse e relevância sociais, para o interesse público, para responsabilidade social, para a sustentabilidade.
2. Espaços da mídia para Rede NSPaulo – espaços expressivos ou subjacentes.

PARCERIA COM EMPRESAS

1. QUE GRAU ENTRE REDE E EMPRESAS.
2. EXISTE COMPROMETIMENTO (EM PROCESSO).

PARCERIA COM TERCEIRO SETOR

1. QUE GRAU ENTRE REDE E ONG'S/OSCIP'S/INSTITUTOS (IBOPE).
2. EXISTE COMPROMETIMENTO.

PARCERIA COM UNIVERSIDADES

1. QUE GRAU ENTRE REDE E UNIVERSIDADES.
2. EXISTE COMPROMETIMENTO.

ANEXO A - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	
ODS 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
ODS 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
ODS 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
ODS 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
ODS 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.
ODS 7	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.
ODS 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
ODS 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
ODS 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
ODS 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
ODS 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
ODS 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos. (*)
ODS 14	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
ODS 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
ODS 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.	

Fonte: PNUD, 2016.

Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ANEXO B – Mapa World Business Council for Sustainable Development

48% Europe

19% North America

14% Asia (non-Japan)

9% Japan

7% Latin America

2% Africa

1% Middle East

Fonte: WBCSD – World Business Council for Sustainable Development.

Disponível em: <<https://www.wbcsd.org/>>.

ANEXO C – Pacto Global

Os 10 Princípios

O Pacto Global advoga dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção:

Direitos Humanos

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.

Trabalho

3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5. A abolição efetiva do trabalho infantil; e
6. Eliminar a discriminação no emprego.

Meio Ambiente

7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e
9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

Anticorrupção

10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Fonte: UN Global Compact – Pacto Global Rede Brasil. Os 10 princípios. Disponível em: <http://pactoglobal.org.br/10-principios/>. Acesso em: 30 nov. 2017.

ANEXO D – Matérias no Portal da Rede Nossa São Paulo

Oferta de creches no Brasil atinge apenas 27% da população de zero a três anos

Enviado por NossaSP em qua, 25/04/2018 - 16:11

[inShare](#)

Por Jovem Pan

Apenas 10% das crianças de zero a três anos que moram no Norte do País estão matriculadas em [creches](#). Já nas regiões sul e sudeste do Brasil, o número chega a pouco mais de 36%.

Segundo dados da Fundação Abrinq, a taxa de atendimento em creches continua muito desigual nas diferentes regiões do País.

A vaga em creches é um mecanismo importante de proteção da criança e garantia de um local qualificado para que ela cresça e se desenvolva de forma adequada.

Em 2016, 3.840 estabelecimentos relataram algum problema de infraestrutura, como falta de acesso à energia elétrica, água ou esgoto sanitário.

A administradora-executiva da Fundação Abrinq, Heloisa Oliveira, ressaltou que além do problema de infraestrutura, a quantidade de estabelecimentos públicos e repasses do Fundeb são ineficientes: “além de não ter a infraestrutura, também a gente tem problema de distorção no valor repassado pelo Fundeb para custeio das creches. Uma vaga em creche custa três vezes o valor de uma vaga nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Mas o valor do Fundeb é muito próximo do valor repassado por aluno do Ensino Fundamental”.

De acordo com Heloisa Oliveira, a falta de repasses faz com que os gestores tenham dificuldades para custear vagas se não houver outra fonte de receita municipal.

Em 2014, virou lei no Brasil o Plano Nacional de Educação que determinava a oferta de uma vaga de creche a pelo menos 50% da população de zero a três anos. Atualmente, esse número é de apenas 27%.

O plano deveria ser concluído até 2024, mas com os dados observados no levantamento, a Fundação Abrinq acredita que o Brasil dificilmente cumprirá a meta.

*Informações da repórter Nanny Cox

Matéria publicada no [portal da Jovem Pan](#).

Disponível em: <[https://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/oferta-de-creches-no-brasil-atinge-
apenas-27-da-populacao-de-zero-tres-anos](https://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/oferta-de-creches-no-brasil-atinge-apenas-27-da-populacao-de-zero-tres-anos)>. Acesso em 25 abr. 2018.

Controladoria é acionada para investigar indústria das creches em São Paulo

Enviado por NossaSP em seg, 23/04/2018 - 14:10

[inShare](#)

Após reportagem da Folha, prefeitura anuncia pacote de medidas antifraude

Artur Rodrigues - Folha de S. Paulo

A gestão Bruno Covas (PSDB) anunciou nesta sexta-feira (20) um pacote de medidas para tentar frear a indústria da creche que atua na cidade de São Paulo com aluguel superfaturado de prédios pagos pela prefeitura, direcionamento de locadores e loteamento político nas entidades escolhidas para prestar os serviços ao município. O anúncio ocorre no mesmo dia em que [reportagem da Folha](#) mostrou uma série de exemplos dessa prática.

O secretário municipal de Educação, Alexandre Schneider, encaminhou ofício para a Controladoria no qual pede apuração nos casos de aluguéis inflados citados na reportagem. Entre eles, o de uma unidade na Cidade Ademar, na zona sul, que teve o valor do aluguel triplicado em relação ao que era anunciado em site meses antes.

O ofício enviado pelo secretário cita uma série de medidas que reduziram os aluguéis a partir de 2017 e afirma que a reportagem da Folha “indica que as medidas administrativas podem não ter sido suficientes para corrigir eventuais situações de conflito de interesse e práticas irregulares”.

“Pedimos para a Controladoria nos apoiar na construção de um pacote para aprimorar a prevenção de irregularidades nas parcerias”, disse Schneider. Paralelamente, será lançado um manual para padronizar a prestação de contas das entidades.

Segundo o secretário, a pasta passará a usar o mesmo índice citado na reportagem da Folha para mostrar o sobrepreço, o Fipezap, para verificar se o aluguel das creches é o praticado no mercado. Ele afirma ter entrado em contato com o órgão responsável, que aceitou dividir os dados com o município.

A indústria das creches opera com unidades conveniadas. A assinatura de convênios com organizações sem fins lucrativos foi o modo que a atual e as últimas gestões encontraram para diminuir o déficit de creches —há 312 mil crianças de 0 a 3 anos matriculadas e outras 58 mil na fila.

Pela modalidade, o município repassa à entidade um valor fixo por criança e uma quantia extra referente ao aluguel. A regra manda que, em caso de pagamento acima do valor de mercado, a entidade deveria arcar com a diferença. Isso nem sempre acontece.

A vantagem do convênio é que a prefeitura agiliza a abertura de vagas nas creches, sem a necessidade de [construir novos prédios](#) nem de ampliar seu quadro de servidores. Das 27.501 mil vagas criadas pelo ex-prefeito João Doria (PSDB) em seus 15 meses de gestão, por exemplo, a maioria absoluta foi com base nesse modelo —que segue como prioridade com Bruno Covas.

A corrida por mais vagas em creches é acentuada pela pressão de pais e mães, pela promessa eleitoral do prefeito de atender a essa demanda e pela determinação judicial para a matrícula

de algumas crianças após pedido do Ministério Público Estadual. Doria, que saiu do cargo para disputar a eleição ao governo paulista, ficou distante da meta —que era de 65 mil vagas em creches até março.

A pressa da prefeitura provoca efeitos colaterais, como quando pais e mães tiveram crianças encaminhadas para unidades em obras. Foi o caso da creche Cantinho da Fabiana. Após reforma, a unidade na zona sul teve um aumento de 191% em relação ao aluguel anunciado em site—de R\$ 5.500 para R\$ 16.000.

Outra creche conveniada, a Mascote 2, na mesma região, teve seu prédio de 900 m² alugado por R\$ 26.546 —R\$ 29 por m². Pelo índice FipeZap de janeiro, a Cidade Ademar está entre os cinco bairros com aluguel comercial mais baixo na cidade, com valor médio bem inferior (R\$ 18 por m²).

O secretário municipal afirma que, desde 2017, a prefeitura já vinha adotando medidas para diminuir os aluguéis das escolinhas. A principal foi criar um teto de 0,8% do valor venal de referência dos imóveis nas mensalidades —antes, as entidades conveniadas deveriam entregar três orçamentos de imóveis similares, regra considerada frágil.

No início de 2017, diz Schneider, a gestão baixou em R\$ 9,5 milhões o total pago em aluguéis para creches. Hoje, o gasto de R\$ 9,5 milhões por mês é um pouco menor do que no ano passado, mas houve aumento de mais de 27 mil vagas.

A renegociação fez com que, de 900 aluguéis pagos de imóveis de creches, uma centena acabasse devolvida aos donos. Além disso, houve uma renovação nas entidades —de 188 convênios assinados, 60 são com novas organizações.

As novidades também incluem acréscimo de dados dos imóveis no banco de dados de creches e divulgação de um catálogo das entidades aptas a gerir creches.

A Folha também mostrou a influência política de vereadores e pressão em relação a convênios e aprovação de imóveis. Inaugurações de novas unidades sempre acabam rendendo uma imagem positiva para esses políticos em seus bairros —e nas redes sociais.

Além disso, integrantes do Legislativo mantêm aliados nas organizações que gerem as escolas, quase como extensão das indicações que fazem aos cargos no Executivo municipal. Isso inclui uma série de postos sob influência política.

Por exigência legal, cada uma das creches municipais tem diretores formados em pedagogia, professores com esta mesma formação, cozinheira e auxiliares de limpeza. Chama a atenção o fato de que as entidades, muitas vezes, não tenham vínculo original com educação ou mesmo com a região das creches.

Matéria publicada na [Folha de S. Paulo](#).

Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/controladoria-e-acionada-para-investigar-industria-das-creches-em-sao-paulo>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SP tem indústria da creche com influência de políticos e aluguel inflado

Enviado por NossaSP em sex, 20/04/2018 - 15:05

Prefeitura detectou problema e tem reduzido aluguéis a partir deste ano

Artur Rodrigues e Paulo Saldaña - Folha de S. Paulo

A [pressão pela abertura de vagas de educação infantil](#) na cidade de São Paulo estimulou a criação de uma indústria da creche, com aluguel superfaturado de prédios pagos pela prefeitura, direcionamento de locadores e loteamento político nas entidades escolhidas para prestar os serviços ao município.

A assinatura de convênios com organizações particulares sem fins lucrativos foi o meio que a atual e as últimas gestões encontraram para diminuir o déficit de creches na capital paulista —há 312 mil crianças de 0 a 3 anos matriculadas e outras 58 mil na fila.

Nessa modalidade, a prefeitura repassa à entidade escolhida um valor fixo por criança e uma quantia extra referente ao aluguel. A lei prevê que, em caso de pagamento acima do valor de mercado, a entidade deveria arcar com a diferença. Na prática, no entanto, esse prejuízo tem ficado com os cofres municipais.

A vantagem do convênio é que a prefeitura agiliza a abertura de vagas nas creches, sem a necessidade de [construir novos prédios](#) nem de ampliar seu quadro de servidores.

Pelo sistema, tudo é terceirizado. Das 27.501 mil vagas criadas pelo ex-prefeito João Doria (PSDB) em seus 15 meses de gestão, por exemplo, a maioria absoluta foi com base nesse modelo —que segue como prioridade do novo prefeito, Bruno Covas (PSDB).

A corrida por mais vagas em creches é acentuada pela pressão de pais e mães, pela promessa eleitoral do prefeito de atender a essa demanda e pela determinação judicial para a matrícula de algumas crianças após pedido do Ministério Público Estadual.

Doria, que saiu do cargo para disputar a eleição ao governo paulista, ficou distante da meta —que era de 65 mil vagas em creches até março.

A pressa da prefeitura provoca efeitos colaterais. No início do ano, pais e mães foram surpreendidos ao serem encaminhados pela gestão tucana para creches ainda em obras. Uma delas era uma antiga oficina em uma pacata rua residencial da Cidade Ademar, na zona sul. O prédio ainda passava por reforma para virar a creche Cantinho da Fabiana, hoje já em funcionamento.

O imóvel, segundo a vizinhança, estava vazio havia alguns anos. Nos sites imobiliários VivaReal e Disk Galpões, o valor do aluguel do prédio é de R\$ 5.500. No entanto, a prefeitura paga R\$ 16 mil por mês para que a creche funcione no mesmo lugar —191% a mais.

Outra creche conveniada, a Mascote 2, na mesma região, teve seu prédio de 900 m² alugado por R\$ 26.546 —R\$ 29 por m². Pelo índice FipeZap de janeiro, a Cidade Ademar está entre os cinco bairros com aluguel comercial mais baixo na cidade, com valor médio bem inferior (R\$ 18 por m²).

As duas unidades são de responsabilidade do Cips (Centro Integrado de Promoção Social), entidade que, neste ano, criou uma terceira creche na mesma região, também em um galpão recém-reformado.

Questionado pela Folha, o presidente da organização, Marcelo Aragão Coelho, 42, disse que os valores cobrados são os apresentados inicialmente pelos proprietários. “Desconheço esse outro valor [do anúncio]”, afirmou.

O proprietário do imóvel não quis dar entrevista para explicar a diferença entre o valor anunciado em imobiliárias e o pago pela prefeitura. Ele se limitou a dizer que houve uma reforma no local, sem explicar como as melhorias triplicaram o preço do aluguel.

As distorções nos aluguéis de creches se repetem por toda a cidade. Segundo corretores imobiliários, devido à grande demanda, os valores estipulados pelos proprietários costumam explodir —e até os chutes mais altos são aceitos sem grande discussão.

Em alguns casos, o que se gasta com imóveis na periferia equivale à tabela dos bairros mais valorizados de São Paulo.

No ano passado, por exemplo, a prefeitura pagava R\$ 11.500 no aluguel da creche Brincar para Crescer, de 209 m², em São Miguel Paulista, no extremo leste —praticamente o mesmo que pagaria em um imóvel similar nos Jardins, área nobre da zona oeste.

Em Perus, no extremo norte, os R\$ 7.747 pagos pela casa onde fica a creche Amarelinha seriam suficientes para alugar ao menos dois imóveis similares no mesmo bairro.

“Infelizmente temos um descontrole na gestão imobiliária de nossa rede. Quando uma nova creche conveniada é anunciada na periferia, os preços chegam a ter um ágio de 30% a 50%”, diz o vereador Police Neto (PSD).

DETECTOU PROBLEMA

O secretário municipal da Educação, Alexandre Schneider, diz que a prefeitura detectou o problema e que vem reduzindo os aluguéis a partir de 2017. Desde então, diz ele, novas regras foram criadas.

A principal mudança foi a criação da exigência de que o teto dos aluguéis fosse 0,8% do valor venal de referência dos imóveis. Antes, as organizações parceiras tinham que entregar três orçamentos de imobiliárias locais —um procedimento considerado frágil pela atual administração.

“Em abril de 2018, a gente tem 27 mil crianças matriculadas em creches a mais. E uma redução no valor gasto [com aluguel], R\$ 1 milhão a menos [por ano]”, diz Schneider.

O gasto com aluguéis das creches ultrapassa R\$ 110 milhões por ano, o suficiente para erguer dois CEUs (Centros Educacionais Unificados).

O secretário admite que ainda pode haver distorções e afirma que os exemplos citados nesta reportagem passam por uma avaliação da Secretaria da Fazenda. “Tudo isso foi feito. Agora, pode acontecer de você ter ainda a necessidade de renegociação? Sim, porque tem aluguéis que estão sendo avaliados ainda.”

Um dos casos renegociados e que será alvo de investigação é de uma creche em que o valor baixou de cerca de R\$ 25 mil para menos de R\$ 5.000.

A gestão Fernando Haddad (PT) não se pronunciou.

VÍNCULOS POLÍTICOS

Embora haja necessidade de aval da prefeitura, as organizações parceiras são responsáveis por apresentar os imóveis que irão abrigar as creches.

No momento em que o preço do aluguel comercial segue em queda e há ainda imóveis desocupados, só o fato de ter um imóvel alugado para um inquilino que pague em dia já pode ser uma vantagem.

As novas leis municipais tentam evitar que os repasses do aluguel acabem no bolso de membros das próprias entidades, ao proibir que os donos dos imóveis sejam ou tenham sido dirigentes, associados ou mesmo parentes de diretores das organizações.

A maior parceira privada da prefeitura na criação de creches, porém, aluga imóveis de propriedade de um conhecido ex-dirigente, ainda hoje uma pessoa influente na entidade.

Dos R\$ 329 mil mensais que a Sobei (Sociedade Beneficente Equilíbrio de Interlagos) recebe para o pagamento de aluguéis, R\$ 137 mil vão para Benjamin Ribeiro da Silva, suas empresas ou a de um sócio.

Ex-prefeito regional de Santo Amaro, na zona sul, Silva é presidente do sindicato das escolas particulares (Sieesp) e já foi candidato pelo hoje MDB. Nas redes sociais da Sobei, costuma ser fotografado ao lado de políticos das mais diversas matizes ideológicas.

À Folha ele disse que não tem cargos na direção da entidade desde os anos 2000, apesar de a própria rede social da instituição se referir a ele como superintendente em 2015.

“Eu tenho vários imóveis, não só alugados para a Sobei, inclusive para escolas particulares. Meu negócio é fazer imóvel para alugar para escola”, disse. “[O processo de] escolha é o que tem no mercado. Se a prefeitura não quiser alugar meus imóveis, pode devolver a hora que ela quiser.”

Ele disse ter construído alguns prédios por solicitação da prefeitura, para a criação de creches. Ao todo, a reportagem encontrou três grandes prédios da Sobei no nome dele e um no nome de um sócio.

Responsável por dez creches, a Sobei é uma entidade ligada à Maçonaria e a vários políticos. Na esfera municipal, os vereadores Ricardo Nunes (MDB) e Rodrigo Goulart (PSD) estão entre os mais presentes. Ambos dizem atuar apenas como voluntários.

A Sobei afirmou que segue a lei, que Benjamin Silva não faz parte do quadro de diretores e que busca os prédios “com ótima estrutura física, boa localização e garantias de adequação”.

A atual gestão diz não haver indicado político em cargo que cuida de convênio. “Todos os diretores regionais foram escolhidos por mim, dentre integrantes da carreira. Do ponto de vista de convênio de creche, na nossa gestão nenhum vereador indicou nada”, diz o secretário Schneider.

Vereadores costumam fazer pressão tanto em relação à aprovação de prédios para creches quanto aos convênios, segundo a Folha apurou.

Inaugurações de novas unidades sempre acabam rendendo uma imagem positiva para esses políticos em seus bairros —e nas redes sociais.

Além disso, integrantes do Legislativo mantêm aliados nas organizações que gerem as escolas, quase como extensão das indicações que fazem aos cargos no Executivo municipal. Isso inclui uma série de postos sob influência política.

Por exigência legal, cada uma das creches municipais tem diretores formados em pedagogia, professores com esta mesma formação, cozinheira e auxiliares de limpeza.

O vereador Senival Moura (PT) tem uma assessora parlamentar, Margarete Valente, diretamente envolvida na Associação Habitacional Morada do Sol, que administra quatro creches na zona norte de São Paulo, incluindo convênios firmados na gestão de Fernando Haddad. A entidade é tocada por familiares dela.

O presidente da entidade, Gean Elmo Silva, 45, era marido de Margarete, segundo ele, até três meses atrás, embora ambos continuem próximos.

Questionado sobre a influência política na entidade, Silva nega qualquer indicação de Senival para que conseguisse abrir e expandir creches.

Ele diz que abriu a primeira unidade há seis ou sete anos, na gestão Gilberto Kassab (PSD), embora não tenha formação em pedagogia.

“Eu mesmo, para falar a verdade, trabalho como caminhoneiro”, afirma. “Só abri por causa da minha filha, né? Ela se formou [professora], ela toma conta”, completa.

O vereador Senival nega qualquer tipo de influência sobre as organizações, mas diz que as creches são uma de suas bandeiras e “que, dentre nosso quadro de assessoria, temos pessoas que militam em diversas áreas, inclusive na educação infantil”.

Cláudio Roberto Gondim de Souza, 47, é o homem por trás de uma rede de escolinhas municipais, tendo o Instituto Educacional Pais e Filhos, da zona leste, como entidade principal. Não só pelo nome, a rede municipal ligada a ele lembra um negócio de família.

Uma das unidades, em Cidade Tiradentes (zona leste), até ganhou o nome de sua mãe, Astrides Gondim de Souza.

O irmão de Cláudio, Marcos Weber Gondim de Souza, e Tarcísio Araújo, noivo de uma familiar dele, presidem outras duas organizações parceiras da prefeitura.

Cláudio também aparece no Diário Oficial da Cidade assinando convênios de creches em nome da Associação Girassol Azul e do Núcleo Social e Educacional Educando.

Consta nome idêntico ao de Cláudio Gondim de Souza na lista de filiados ao PSDB no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mas ele não respondeu a essa ou a outras questões enviadas por email pela Folha, após breve contato telefônico.

Chama a atenção o fato de que as entidades, muitas vezes, não tenham vínculo original com educação ou mesmo com a região das creches.

Organização ligada ao irmão de Cláudio, por exemplo, a Associação da União de Moradores do Mutirão Inácio Monteiro leva o nome de um bairro da zona leste de São Paulo, mas cuida de uma creche em Perus, na zona norte, no outro extremo da cidade.

De acordo com a gestão Bruno Covas, não existe um limite de quantas entidades uma pessoa ou grupo podem administrar. Entre os requisitos estão a necessidade de ser ficha limpa e ter ausência de vínculos com servidores.

Matéria publicada na [Folha de S. Paulo](#).

Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/sp-tem-industria-da-creche-com-influencia-de-politicos-e-aluguel-inflado>. Acesso em 21 abr. 2018.

ANEXO E – Resumo Ações/Movimentos promovidos pela Rede ou em parceria

Participação em Ações/Movimentos promovidos pela Rede ou em parceria

A Rede Nossa São Paulo também participa de uma série de eventos relacionados à valorização da cidadania e à participação social nas questões que atingem o interesse público. A seguir alguns dos encontros mais recentes:

Campanha: Um novo Congresso é possível e necessário – 06/mar/2018 e 25/abr/2018

A Rede Nossa São Paulo e o Programa Cidades Sustentáveis apoiaram a Campanha Nacional pela renovação do Congresso, lançada oficialmente na capital paulista no início de março. A campanha, que defende a requalificação do Congresso Nacional, teve o objetivo de incentivar a reflexão acerca do voto. Com o mote “um novo Congresso é possível e necessário” a campanha pretendeu afirmar também a necessidade de renovação do legislativo (deputados e senadores).

Na ocasião Chico Whitaker, arquiteto, político, ativista social e ex-vereador do município de São Paulo, afirmou que um dos objetivos da campanha não é fortalecer os poderes e, sim, restituir ao povo a responsabilidade e o poder de mudar. “Tem uma máquina eleitoral funcionando, é difícil competir, mas temos que trabalhar para que as pessoas entendam que o poder é do povo” (declaração divulgada no site da RNSP).

Jorge Abrahão, coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis, acrescentou que as pessoas que compõem a sociedade civil são agentes de transformação e que existem diferentes níveis de participação, cada um pode buscar caminhos dentro das suas possibilidades: “A campanha só irá funcionar se todos a tomarem para si e se todas as pessoas realmente entenderem que o voto tem valor” (declaração divulgada no site da RNSP).

Além de um site (<http://umnovocongresso.org.br>), a campanha conta com canais nas mídias digitais e materiais de divulgação e multiplicação, como adesivos, botons, *flyers* e camisetas que trazem lemas como “Não vai ser na porrada, vai ser pelo voto” e “se você tem vergonha do Congresso Nacional, seja parte da mudança”.

Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/roda-de-conversa-debatera-campanha-um-novo-congresso-e-necessario-e-possivel-e-vai-ser-pelo>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

Debate: Desafios da Licitação de Ônibus de São Paulo – 22/fev/2018

A consulta pública para a licitação dos ônibus de São Paulo foi aberta para que as pessoas pudessem opinar sobre como o transporte público atenderia suas necessidades nos próximos anos. Para ajudar a população a esclarecer melhor os principais pontos do edital, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) organizou um debate, sediado no Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo. Entre os convidados para este evento: Sérgio Avelleda, secretário de Mobilidade e Transportes da Prefeitura de São Paulo; Soninha Francine, vereadora da cidade de São Paulo; Clarisse Linke, diretora executiva do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil); Rodrigo Chauvert, advogado do Idec; e o pesquisador de mobilidade urbana do Idec Rafael Calabria.

Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/debate-desafios-da-licitacao-de-onibus-de-sao-paulo>>. Acesso em: 25 fev. 2018

Fórum Social Mundial 2018 – 14 a 17/mar/2018

A 13ª edição do Fórum Social Mundial (FSM 2018), realizado na cidade de Salvador/BA, transformou-se em um espaço de diálogo e convergência para cerca de 60 mil pessoas, de 120 países. Os participantes tiveram a oportunidade de debater e definir novas alternativas e estratégias de enfrentamento ao neoliberalismo, aos golpes antidemocráticos e genocidas que diversas nações estão enfrentando nos últimos anos. Com o lema “Resistir é criar. Resistir é transformar!”, o FSM 2018 promoveu a transformação do ser humano em busca de “Um outro mundo possível”.

Entre os países representados no evento destaque para Canadá, Marrocos, Finlândia, França, Alemanha, Tunísia, Guiné, Senegal, além de países Panamazônicos e representações nacionais. O Programa Cidades Sustentáveis, a Rede Cidades por Territórios Justos, Democráticos e Sustentáveis e algumas entidades parceiras da Rede Nossa São Paulo participaram de diversas atividades do encontro mundial.

A programação durante os quatro dias do evento contou com os seguintes temas de debate e atividades: “MobCidades – transporte como direito social e orçamento da mobilidade”; “Lançamento e Diálogo sobre a Campanha ‘Um Novo Congresso é Necessário e Possível: Vai Ser Pelo Voto!’”, também apoiado pela Rede Nossa São Paulo; “A Agenda 2030 no Brasil e os Desafios para a Construção de um

Outro Mundo Possível: ampliando as redes do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável”; “Seminário: Caminhos para a redução das desigualdades no Brasil - Por um Brasil mais igual, justo e solidário”; “Mapa das Desigualdades – ferramenta estratégica na construção das políticas públicas para o combate às desigualdades”, “Lançamento do livro “O eclipse do progressismo” e debate sobre a América Latina.

Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/forum-social-mundial-2018-reunira-mais-de-60-mil-pessoas-em-salvador>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Habitação e COHAB, Verde e Meio Ambiente - Audiências Públicas Temáticas – Orçamento 2018 - 14/nov/2017

Local:

Câmara Municipal de São Paulo – Salão Nobre – 8º andar

Debate:

Secretaria da Fazenda; Secretaria de Obras; Secretaria de Urbanismo; SEHAB; COHAB; Fundo Municipal Habitação; Fundo Saneamento, Ambiental, Infraestrutura; Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente; Fundo Especial Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Fundo Municipal de Parques.

Participantes:

Alguns movimentos populares presentes: MRFU; Movimento Moradias; Líderes de Comunidades Carentes Parelheiros;; MSTI; Central Movimentos Populares; Movimento Aristocrata; Movimento Sem Teto Ipiranga; Movimento Zona Norte Estrela Manhã; Rede Nossa São Paulo presente.

Entre o público que participou da discussão, quais foram as questões levantadas

RESUMO PAUTAS

- Lei Orçamentária 2018 – PL 686/2017 – estima e fixa despesas para 2018
- MRFU – 250 pessoas – fala representante – empregada doméstica – 20 anos de participação
- Regularização fundiária
- Emprego, moradia isto é relevante pedir
- Não + bengala etc.
- Sonho da moradia
- Movimento Moradias

- Cobrança participação de Secretários em debates na cidade
- Líderes de Comunidades Carentes Parelheiros, Marsilac

Observações:

Falas dos movimentos/sociedade civil – 250 inscrições

Até 12h13 nenhuma proposta Meio Ambiente – somente apresentação institucional do Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente – sem discussão de propostas

Participação Movimentos Sociais – Salão Nobre lotado / 2º espaço

Evento se estendeu até 15h30

Fonte: Relatório etnográfico realizado pela autora.

ANEXO F – Matérias no Portal da Rede Nossa São Paulo

Organizações avaliam que maioria das metas da Prefeitura é tímida e precisa ser repactuada

Enviado por NossaSP em qua, 18/04/2018 - 14:09

[inShare](#)

Opiniões foram apresentadas em evento que avaliou qualitativamente os resultados do Programa de Metas no primeiro ano de gestão. Secretário informou que audiências públicas serão realizadas para avaliar o plano e fazer os ajustes necessários

Por Airton Goes, da Rede Nossa São Paulo

Ao avaliar os resultados alcançados no Programa de Metas 2017-2020 da Prefeitura de São Paulo no primeiro ano da gestão João Doria/Bruno Covas, organizações da sociedade civil concluíram que a maioria das metas é tímida e precisa ser repactuada.

As conclusões foram apresentadas em evento público realizado nesta terça-feira (17/4), na Câmara Municipal de São Paulo.

Organizada pela Rede Nossa São e outras organizações da sociedade civil, com o apoio do vereador Eduardo Suplicy, a atividade teve como objetivo fazer uma avaliação qualitativa dos dados disponibilizados pela Prefeitura na [plataforma Planeja Sampa](#) e que serviram de base para a elaboração do balanço do Programa de Metas divulgado na mesma data.

De acordo com o estudo elaborado pela Rede Nossa São Paulo, 29 metas não apresentaram nenhum avanço, 20 foram iniciadas e apresentam resultados parciais, e 4 metas já foram concluídas.

Faça download do balanço da Rede Nossa São Paulo sobre o Plano de Metas da Prefeitura aqui:

http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/balanco_pdm_17.xlsx

Como os dados do Programa de Metas se referem apenas ao primeiro ano de gestão e 29, das 53 metas, não dispõem de resultados a serem avaliados, os representantes das organizações da sociedade civil focaram suas avaliações na qualidade do que está sendo proposto pela Prefeitura para ser entregue até o final de 2020.

Ao fazer uma análise geral do plano, o coordenador da Rede Nossa São Paulo, Jorge Abrahão, elogiou a metodologia utilizada pela administração municipal e a forma de disponibilização dos dados na plataforma do Planeja Sampa. Ele, porém, considerou que a maioria das metas deveria ser mais audaciosa para poder enfrentar os grandes desafios da cidade.

Abrahão destacou dois pontos positivos da atual gestão: a quantidade de novas vagas em creches e a mobilização do setor empresarial em apoio à cidade. Por outro lado, criticou a redução dos espaços de participação da sociedade. “Houve retrocesso nessa área”, afirmou ele, citando como exemplo a extinção do CPOP – Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos.

O fato de o ex-prefeito João Doria ter deixado o cargo, após um ano e três meses, para disputar a eleição para governador de São Paulo também foi criticado pelo coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo. “A saída do prefeito quebra a relação de confiança da sociedade”, argumentou.

Os demais representantes de organizações da sociedade civil participantes avaliaram as metas de suas respectivas áreas de atuação.

Ao analisar os quatro itens do plano relacionados à mobilidade urbana, Rafael Calabria, do Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, foi taxativo: “as metas deixam muito a desejar”. Segundo ele, o índice de mortes no trânsito já havia caído para 7 pessoas por 100 mil habitantes e a meta da atual gestão é reduzir para 6, o que, em sua avaliação, é um objetivo muito tímido.

“A meta de calçadas para os quatros anos é o que o PlanMob [Plano de Mobilidade Urbana da Cidade de São Paulo] previa para apenas 1 ano, e a meta de corredores de ônibus é metade do que o PlanMob propõe”, lembrou Calabria.

Adriana Alvarenga, do Unicef Brasil e do Grupo de Trabalho Criança e Adolescente da Rede Nossa São Paulo, considerou que as oito metas relacionadas à infância – uma na área de saúde e sete na de educação – são insuficientes para responder os problemas do segmento. “Se olharmos as metas, vamos ver que as crianças sobrevivem e estão na escola, o que é pouco”, reclamou. ([confira aqui a apresentação](#))

Ela, porém, reconheceu que houve um avanço na criação de novas vagas em creches (meta 12) no primeiro ano de gestão e propôs novas metas para a área da infância, quando a repactuação do plano for debatida. “Em 2016, 22% dos nascidos vivos tiveram menos de sete consultas de pré-natal”, informou Adriana, que alertou para o número casos de sífilis congênita (1.208 casos).

Também participaram da avaliação qualitativa dos dados do Programa de Metas 2017-2020 da Prefeitura de São Paulo: Fernando Túlio, do IAB SP - Instituto de Arquitetos do Brasil - São Paulo; Gabriela Vuolo, do projeto Cidade dos Sonhos; Jorge Kayano, do Instituto Pólis e do Grupo de Trabalho (GT) Democracia Participativa da Rede Nossa São Paulo ([confira aqui a apresentação](#)); Nazareth Cupertino, do Condepe SP - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Márcio Black, da Fundação Tide Setubal; e Danielle Klintowitz, do Instituto Pólis.

Audiências públicas para avaliar plano e fazer ajustes

Durante o evento, o secretário municipal de Gestão, Paulo Uebel, informou que aos participantes que a Prefeitura realizará audiências públicas, ao final deste ano, para avaliar o programa, verificar a necessidade de repactuar algumas metas e fazer os ajustes necessários. “Críticas e ideias permitem à Prefeitura aprimorar o plano”, afirmou.

Uebel destacou que o Programa de Metas da atual gestão municipal foca nos resultados, ou seja, nos serviços ao cidadão. “Essa mudança é fundamental”, defendeu ele.

O secretário argumentou que todas as 53 metas têm dados a serem auferidos. “Se ainda não há resultados finais, é preciso que verifiquem o andamento das ações previstas para se atingir a meta”, solicitou.

Para ele, “tão importante quanto ver o resultado da meta é avaliar e acompanhar as linhas de ação que estão sendo realizadas”. ([confira a apresentação](#))

Página De Olho nas Metas no Facebook

O evento foi coordenado por Américo Sampaio, gestor de projetos da Rede Nossa São Paulo, que informou o lançamento da página [De Olho nas Metas no Facebook](#).

O novo canal tem a finalidade de informar e monitorar meta a meta do programa da Prefeitura, contando com um “chatbot” que direciona as respostas via mensagens.

Leia também: [Balanço do Plano de Metas da Prefeitura mostra 29 itens sem nenhum avanço, 20 iniciados e 4 concluídos](#)

Repercussão na mídia

[Mais da metade das metas do programa de governo de Doria não tem resultados positivos, aponta pesquisa \(G1\)](#)

[Matéria do SPTV 2ª edição](#)

[Doria avançou em 24 das 53 metas no 1º ano de gestão, diz pesquisa \(ESTADÃO\)](#)

[São Paulo avança em 24 das 53 metas no primeiro ano de governo \(CÂMARA MUNICIPAL DE SP\)](#)

[Das 53 metas do governo de Doria, 20 foram iniciadas e 4 cumpridas \(32xSP\)](#)

[Governo Doria avançou em metade das metas planejadas, diz pesquisa \(EXAME\)](#)

[Maioria das metas da gestão Doria não apresenta avanço \(DCI\)](#)

[Secretário diz que balanço de metas em São Paulo é positivo, mas questiona metodologia \(JORNAL O METRO\)](#)

[Secretário diz que balanço de metas em SP é positivo, mas questiona metodologia \(JOVEM PAN\)](#)

[54% das promessas de Doria ainda não saíram do papel \(DESTAK\)](#)

Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/organizacoes-avaliam-que-maioria-das-metas-da-prefeitura-e-timida-e-precisa-ser-repactuada>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ANEXO G - Matérias no Portal da Rede Nossa São Paulo

Balanço do Plano de Metas da Prefeitura mostra 29 itens sem nenhum avanço, 20 iniciados e 4 concluídos

Enviado por NossaSP em ter, 17/04/2018 - 10:41

[inShare](#)

Avaliação qualitativa dos dados disponibilizados pela própria gestão municipal será feita em evento público, nesta terça-feira (17/4). Iniciativa é da Rede Nossa São Paulo e outras organizações da sociedade civil, com o apoio do vereador Eduardo Suplicy.

Por Airton Goes, da Rede Nossa São Paulo

Dos 53 itens previstos no Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo 2017-2020, 29 não têm avanços, 20 metas já foram iniciadas e apresentam resultados parciais, e 4 metas já foram concluídas. Os dados foram extraídos pela Rede Nossa São Paulo do [portal Planeja Sampa](#), que é mantido pela própria administração municipal, e se referem ao primeiro ano da gestão do prefeito João Doria.

As 29 metas que não registram avanços são aquelas sobre as quais a Prefeitura não disponibilizou nenhum dado no portal Planeja Sampa.

Transformando os números em percentuais, o estudo da Rede Nossa São Paulo concluiu que: entre as 20 metas iniciadas e que apresentam resultados parciais, a média de execução é de 32%.

De acordo com o levantamento, no primeiro ano de gestão as metas relacionadas ao Desenvolvimento Social e ao Desenvolvimento Econômico tiveram mais avanços que os demais eixos do programa. Por outro lado, o eixo Desenvolvimento Institucional foi o que registrou o menor avanço.

Analisadas por área, as metas que apresentam os menores índices de cumprimento são: as relacionadas à educação, com apenas 5%; as de habitação (8%); mobilidade (9%); e as vinculadas à saúde (11%).

Já as metas com os maiores índices de cumprimento são: as relacionadas à assistência social, com 80% de execução; as de meio ambiente (55%); e as ligadas à cultura (37%).

Faça download do estudo da Rede Nossa São Paulo sobre o Plano de Metas da Prefeitura aqui:

http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/balanco_pdm_17.xlsx

Organizações farão análise qualitativa dos dados em evento público

Os resultados do Programa de Metas, no primeiro ano de mandato da atual gestão municipal, serão analisados por diversas organizações da sociedade civil em um evento público. A atividade ocorre nesta terça-feira (17/4), às 19h, na Câmara Municipal de São Paulo (Auditório Prestes Maia).

A iniciativa é da Rede Nossa São Paulo e outras organizações da sociedade civil, com o apoio do vereador Eduardo Suplicy.

Paulo Uebel, secretário municipal de Gestão confirmou presença no evento.

Organizações que farão a avaliação do Plano de Metas:

- Rede Nossa São Paulo
- Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
- IAB SP - Instituto de Arquitetos do Brasil - São Paulo
- Projeto Cidade dos Sonhos
- Instituto Pólis
- UNICEF Brasil
- Fundação Tide Setubal
- Secretaria Municipal de Gestão

Conhecer a nossa cidade, os projetos e o planejamento faz parte de uma construção coletiva.

Participe e compartilhe este evento #MetasDeSP.

[Confirme presença na página do evento no facebook.](#)

Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/balanco-do-plano-de-metas-da-prefeitura-mostra-29-itens-sem-nenhum-avanco-20-iniciados-e-4>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ANEXO H - Publicações da Rede Nossa São Paulo

<http://www.nossasaopaulo.org.br/institucional/publicacoes>

Publicações Rede Nossa São Paulo

As publicações da Rede Nossa São Paulo são distribuídas gratuitamente. A expectativa é que as informações contidas nos materiais possam subsidiar ações para melhorar a cidade, tanto de cidadãos paulistanos, como de organizações, empresas e governos.

Acesso à Justiça no Brasil: índice de fragilidade dos municípios

O livro revela os resultados de uma pesquisa coordenada pela professora Maria Tereza Sadek, atual diretora de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que sistematiza os dados existentes sobre o tema e propõe um índice para medir o nível de acesso à Justiça em cada município do país.

[Confira a publicação em PDF](#)

Realizações e Balanço - 15/16

Este relatório, do período de maio de 2015 a dezembro de 2016, tem como objetivo prestar contas às empresas, pessoas e organizações que apoiam financeiramente e socialmente a secretaria-executiva e as ações da Rede Nossa São Paulo. Sem este apoio não seria possível desenvolver nossas atividades e alcançar os resultados já atingidos.

[Arquivo pdf](#)

Gestão Pública Sustentável (GPS) com ODS

O Programa Cidades Sustentáveis, com esta publicação, atualiza-se com as decisões pactuadas por quase 200 países, incorporando as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da COP-21, principalmente aquelas que poderão ser implementadas em nível municipal e regional - justamente onde as prefeituras têm o protagonismo central dessa governança.

[Arquivo em PDF](#)

Guia de uso do sistema de indicadores para a construção de observatórios

A proposta deste material é mostrar em uma linguagem objetiva e direta a importância dos indicadores para a administração municipal, assim como para a fiscalização e controle social das políticas públicas, além de servir de fonte de informação e conhecimento da realidade local.

[Arquivo em PDF](#)

PEC do Plano de Metas

A [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\)](#) que estabelece a obrigatoriedade de elaboração do plano de metas pelo Poder Executivo municipal, estadual, Distrital e federal, com base nas propostas das campanhas eleitorais, aguarda para ser votada pelo plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília. Conheça o material impresso para mobilização.

[Arquivo em PDF](#)

São Paulo 2022

Com o intuito de discutir caminhos para o município de São Paulo e de sua Região Metropolitana, a Associação Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura, o Instituto Arapyaú, o Instituto Ethos, o Instituto Socioambiental e a Rede Nossa São Paulo se uniram para criar a iniciativa São Paulo 2022 que, por meio de um amplo estudo, conseguiu reunir um conjunto de diretrizes e indicadores de monitoramento estratégico para orientar o planejamento e desenvolvimento da cidade.

[Arquivo em PDF - www.saopaulo2022.org.br](http://www.saopaulo2022.org.br)

Realizações e Balanço - Ano VIII - Rede Nossa São Paulo

Este relatório, do período de junho de 2014 a maio de 2015, tem como objetivo prestar contas às empresas, pessoas e organizações que apoiam financeiramente e socialmente a secretaria-executiva e as ações da Rede Nossa São Paulo. Sem este apoio não seria possível desenvolver nossas atividades e alcançar os resultados já atingidos.

[Arquivo pdf](#)

Realizações e Balanço - Ano VII - Rede Nossa São Paulo

Este relatório, do período de junho de 2013 a abril de 2014, tem como objetivo prestar contas às empresas, pessoas e organizações que apoiam financeiramente e socialmente a secretaria-executiva e as ações da Rede Nossa São Paulo. Sem este apoio não seria possível desenvolver nossas atividades e alcançar os resultados já atingidos.

[Arquivo pdf](#)

Realizações e Balanço - Ano VI - Rede Nossa São Paulo

Este relatório, do período de junho de 2012 a abril de 2013, tem como objetivo prestar contas às empresas, pessoas e organizações que apoiam financeiramente e socialmente a secretaria-executiva e as ações da Rede Nossa São Paulo. Sem este apoio não seria possível desenvolver nossas atividades e alcançar os resultados já atingidos.

[Arquivo pdf](#)

Guia Gestão Pública Sustentável

[Acesse a área exclusiva no portal do Programa Cidades Sustentáveis](#)

Publicação Resíduos Sólidos - Programa Cidades Sustentáveis

[Arquivo pdf](#)

Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros - Indicadores e Referências

[Arquivo pdf](#)

Indicadores e Referências de Metas para São Paulo 2013 - 2016

[Arquivo pdf](#)

Realizações e Balanço - Ano VI - Rede Nossa São Paulo

Este relatório, do período de junho de 2011 a maio de 2012, tem como objetivo prestar contas às empresas, pessoas e organizações que apoiam financeiramente e socialmente a secretaria-executiva e as ações da Rede Nossa São Paulo. Sem este apoio não seria possível desenvolver nossas atividades e alcançar os resultados já atingidos.

[Arquivo pdf](#)

Programa Cidades Sustentáveis

O Programa Cidades Sustentáveis oferece aos candidatos às eleições municipais uma agenda completa de sustentabilidade urbana associada a indicadores e casos exemplares, como referências a serem seguidas pelos gestores públicos.

[Arquivo pdf](#)

Realizações e Balanço - Ano IV - Rede Nossa São Paulo

Este relatório, do período de junho de 2010 a junho de 2011, tem como objetivo prestar contas às empresas, pessoas e organizações que apoiam financeiramente e socialmente a secretaria-executiva e as ações da Rede Nossa São Paulo. Sem este apoio não seria possível desenvolver nossas atividades e alcançar os resultados já atingidos.

[Arquivo pdf](#)

Propostas para Infância e Adolescência

Acreditando que o investimento na infância e adolescência é fator decisivo para a melhoria das condições de vida no município, Fórum, Ethos e Nossa São Paulo se uniram ao UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) para produzir este material de referência, com o intuito de contribuir para que as empresas, de forma organizada, sistêmica e eficiente, empreendam ações e parcerias com outras empresas, organizações sociais, poder público e instituições de ensino e pesquisa, a fim de ampliar o acesso das crianças e dos adolescentes que vivem nas áreas mais vulneráveis da cidade ao conjunto de serviços e oportunidades necessários para a plena realização de seus direitos.

[Arquivo pdf](#)

Plataforma Cidades Sustentáveis

A plataforma é um cardápio de experiências de sustentabilidade bem-sucedidas já implantadas em

municípios de várias partes do mundo, com versão [impressa](#) e [online](#). A ideia é que as práticas sirvam de referência e inspiração para gestores e candidatos às próximas eleições no planejamento de políticas públicas e programas de governo.

[Arquivo pdf](#)

[Versão online](#)

Realizações e Balanço - Ano III - Movimento Nossa São Paulo

Este relatório, do período de junho de 2009 a junho de 2010, tem como objetivo prestar contas às empresas, pessoas e organizações que apoiam financeiramente e socialmente a secretaria-executiva e as ações do Movimento Nossa São Paulo. Sem este apoio não seria possível desenvolver nossas atividades e alcançar os resultados já atingidos.

[Arquivo pdf](#)

Publicação São Paulo em indicadores e metas

Esta publicação é um trabalho detalhado de comparação entre indicadores e metas que revelam um diagnóstico da cidade sob quatro diferentes perspectivas: a avaliação e as expectativas da população (com base nos resultados do IRBEM); a situação concreta nas 31 subprefeituras (a partir dos indicadores técnicos da cidade); as metas que a sociedade civil considera ideais (apresentadas à Prefeitura de São Paulo como sugestão para elaboração do Programa de Metas); e, por fim, o conteúdo proposto na Agenda 2012 (Programa de Metas da atual gestão).

[Arquivo pdf](#)

Folder Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo - Por uma cidade justa e sustentável

Folder explicativo sobre a ação que busca mobilizar empresas pelo desenvolvimento justo e sustentável de São Paulo.

[Arquivo pdf](#)

Folder Institucional do Movimento Nossa São Paulo

Material com apresentação resumida sobre o Movimento.

[Arquivo pdf](#)

Realizações e Balanço - Ano II - Movimento Nossa São Paulo

Este relatório, do período de junho de 2008 a junho de 2009, tem como objetivo prestar contas às empresas, pessoas e organizações que apoiam financeiramente e socialmente a secretaria-executiva e as ações do Movimento Nossa São Paulo. Sem este apoio não seria possível desenvolver nossas atividades e alcançar os resultados já atingidos.

[Arquivo pdf](#)

Referências de Metas para São Paulo: 2009 – 2012

Conjunto de metas quantitativas e qualitativas para várias áreas administrativas e regiões do município. Tem por objetivo contribuir com a elaboração e aperfeiçoamento do programa de metas da Prefeitura de São Paulo.

[Arquivo pdf](#)

Indicadores Básicos da Cidade de São Paulo 2009

Primeira edição dos 33 Indicadores Básicos da Cidade de São Paulo – escolhidos pelos grupos de trabalho do Movimento Nossa São Paulo de um total de 140 indicadores disponíveis no Observatório Cidadão.

[Arquivo pdf](#)

O Orçamento de São Paulo

Publicação explica de forma didática como ocorre a arrecadação da Prefeitura por meio de impostos e como cidadão pode participar com sugestões de investimentos.

[Arquivo pdf](#)

Carta-compromisso aos candidatos e candidatas à Câmara Municipal de São Paulo

O Movimento por iniciativa das organizações “Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia”, “Artigo 19” e “Voto Consciente” e por meio de seu GT “Acompanhamento da Câmara” – convida candidatos e candidatas às eleições municipais para o Poder Legislativo da cidade a conhecer e subscrever compromissos para a 15ª Legislatura, a partir de 1º de janeiro de 2009.

Versão HTML

10 Propostas do Movimento Nossa São Paulo

Apresentamos aqui as propostas elaboradas pelo Movimento Nossa São Paulo, formuladas em debates e consultas nos grupos de trabalho.

[Arquivo pdf](#)

[Arquivo doc](#)

Versão HTML

Propostas para São Paulo

Esta publicação reúne as cerca de 1.500 propostas formuladas por diversos setores da sociedade e apresentadas no 1º Fórum Nossa São Paulo, realizado de 15 a 18 de maio de 2008.

[Arquivo pdf](#)

Publicação Indicadores 2008

Conjunto de sete publicações que apresentam indicadores sociais, culturais e econômicos da cidade agrupados por região e por cada uma das 31 subprefeituras. O diagnóstico aborda os mais variados aspectos, como saúde, educação, meio ambiente, transporte e violência.

Veja as publicações

Programa de Metas (Emenda a Lei Orgânica do Município)

A população de SP ganhou uma lei importantíssima para melhorar a qualidade de vida na cidade como um todo e em cada um de seus distritos e subprefeituras. Esta lei foi apresentada à Câmara Municipal por mais de 400 organizações que atuam pela melhoria de nossa cidade e foi aprovada pela unanimidade dos vereadores.

[Versão em inglês \[pdf\]](#)

Realizações e Balanço - Ano I - Movimento Nossa São Paulo

Este relatório tem como objetivo prestar contas às empresas, pessoas e organizações que apóiam financeiramente e socialmente a secretaria-executiva e as ações do Movimento Nossa São Paulo. Sem este apoio não seria possível desenvolver nossas atividades e alcançar os resultados já atingidos.

[Arquivo pdf](#)

Orçamento Per Capita e Indicadores Socioeconômicos por Subprefeituras

Os dados do orçamento da cidade de São Paulo – e a distribuição pelas 31 subprefeituras – são completamente desconhecidos pelas lideranças sociais, políticas, empresariais e pela grande maioria dos cidadãos.

[Arquivo pdf](#)